

Brasil e América Latina:

Percursos e Dilemas de uma Integração

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

José Henrique Paim Fernandes

Universidade Federal do Ceará – UFC

Reitor

Prof. Jesualdo Pereira Farias

Vice-Reitor

Prof. Henry de Holanda Campos

Editora UFC

Diretor e Editor

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros

Prof^ª. Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof^ª. Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Italo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Alba Maria Pinho de Carvalho
Francisco Uribam Xavier de Holanda
(Organizadores)

Brasil e América Latina:

Percursos e Dilemas de uma Integração



EDIÇÕES

UFC

Fortaleza

2014

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

© 2014 Copyright by Alba Maria Pinho de Carvalho e Francisco Uribam
Xavier de Holanda (Organizadores)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todos os Direitos Reservados

Editora da Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará
CEP: 60020-181 – Tel./Fax: (85) 3366.7766 (Diretoria)
3366.7499 (Distribuição) 3366.7439 (Livraria)
Site: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Moacir Ribeiro da Silva

REVISÃO

Leonora Vale de Albuquerque

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Perpétua Socorro Tavares Guimarães – CRB 3/801

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Carlos Raoni Kachille Cidrão

CAPA

Valdiano Araújo Macedo

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Adelita Neto Carleial

Catálogo na Fonte

Bibliotecária: Perpétua Socorro T. Guimarães CRB 3 801–98

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma
integração / Alba Maria Pinho de Carvalho e Francisco
Uribam Xavier de Holanda [organizadores]._
Fortaleza: Edições UFC, 2014.

477 p.:il.

Isbn: 978-85-7282-636-5

1. Integração econômica 2. Integração regional
3. América Latina 4. América do Sul I. Carvalho,
Alba Maria Pinho de II. Holanda, Francisco Uribam
Xavier de III. Título

CDD: 338.98

Editora Filiada à



Associação Brasileira das
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO9

PREFÁCIO –

Una integración con Tramas Orgánicas Complejas y Contradictorias y Limitativas

Lúcio Oliver Costilla.....21

Parte 1 – Integração Latino-Americana em Questão

Capítulo 1 –

Contradicciones y Dilemas de la Integración Latinoamericana em el Siglo XXI

Antonio Elizalde Hevia41

Capítulo 2 –

O Papel das Empresas Transnacionais Brasileiras de Engenharia e Construção na Integração Sul-Americana

Patrícia Mara Cabral Vasconcellos.....77

Capítulo 3 –

Dificuldades na Integração Sul-Americana

Sueld Lima 115

Parte 2 – Posição do Brasil no Contexto Latino-Americano: Parceria ou Subimperialismo

Capítulo 4

Posição do Brasil no Contexto Latino-Americano: Dependência nas Tramas da Autonomia e do Subimperialismo

Alba Maria Pinho de Carvalho..... 125

Capítulo 5

A Dinâmica Recente do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil e Impactos Sobre a Conta de Transações Correntes

Carlos Américo Leite Moreira

Agamenon Tavares de Almeida 155

Capítulo 6

O Subimperialismo Brasileiro no Contexto da Integração Regional pela UNASUL e seu Papel no Conflito Social e Armado Colombiano

José Alves de Sousa 189

Parte 3 – Lutas e Resistências na América Latina do Século XXI

Capítulo 7

As Lutas Contra o Atual Padrão de Poder Mundial – a Resistência em Honduras e no Brasil no Século XXI

Francisco Uribam Xavier de Holanda..... 239

Capítulo 8

Movimentos Sociais: Espaços de Disputas Políticas na América Latina

Adelita Neto Carleial 269

Capítulo 9

Da América Latina a Wall Street: Conexões Norte-Sul na Rede Transnacional do Movimento de Occupy

Ricardo Silva Kaminski 301

Capítulo 10

Movimentos Sociais da Economia Solidária na América Latina: Símbolismo de uma Luta Contra o Capitalismo Hegemônico

Eduardo Girão Santiago 353

Parte 4 – Movimentos Indígenas e Questão Ambiental no Cenário da América Latina

Capítulo 11

Pueblos Originarios, Conflictos Sócio-Ambiental y Desarrollo em América Latina.

Fernando de la Cuadra 373

Capítulo 12

Elementos para uma Cartografia Socioambiental dos Territórios em Disputas

Antônio Jeovah de Andrade Meireles

Adryane Gorayeb 405

Parte 5 – Políticas Públicas e seus Dilemas no Contexto da América Latina

Capítulo 13

Direitos Humanos, Religião e Políticas de Combate à Homofobia: Notas de Pesquisa para Avaliação

Marcelo Natividade 435

Capítulo 14

Turismo como Estratégia de Desenvolvimento na América Latina: Dilemas e Perspectivas de um Modelo Excludente

Lea Carvalho Rodrigues 455

APRESENTAÇÃO

Este livro que, em 2013, a Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina – RUPAL – apresenta a público, consubstancia análises e reflexões desenvolvidas no Seminário BRASIL E AMÉRICA LATINA: PERCURSOS E DILEMAS DE UMA INTEGRAÇÃO, realizado no período de 17 a 19 de outubro de 2012, objetivando discutir a construção da integração latino-americana no contexto contemporâneo de crise do capital e de disputas hegemônicas. De fato, é esta uma questão central que se impõe na agenda de debates do pensamento crítico neste século XXI.

Nos circuitos da crise estrutural do capital, em seus permanentes deslocamentos, a América Latina vivencia, no final da primeira década do século XXI, um ciclo de relativo crescimento, nos marcos de um modelo rentista-extrativista. Os países latino-americanos tornam-se especialmente atraentes para o capital estrangeiro, verificando-se, então, um deslocamento do capital financeiro-especulativo, no âmbito de uma acumulação rentista dependente. Nos processos de expansão ilimitada do capital, a América Latina e sua biodiversidade, encarnada em recursos naturais ainda não explorados, afirma-se como uma região estratégica à voracidade da mercantilização capitalista, atualizando, no século XXI, o modelo extrativista primário-exportador, em sua dinâmica de expropriação. Em verdade, vive-se percursos de “dependência redobrada”, nos marcos da financeirização, (re)compondo, em tempos contemporâneos, o cenário, circunscrito por Eduardo Galleano, na clássica formulação *“veias abertas da América Latina”*.

Em meio a este padrão de inserção dependente nos processos de acumulação capitalista em âmbito mundial, a América Latina, na primeira década do século XXI e limiar da segunda, vem afirmando uma nova inserção geopolítica, com projetos políticos e epistêmicos próprios que lhe dão a configuração de uma Região em busca de autonomia, em meio a contradições, tensões e embates. De fato, com ritmos e em níveis distintos, países da América Latina, no contexto de um ciclo de lutas emancipatórias e governos progressistas, construíram projetos políticos relativamente autônomos das potências hegemônicas dos Estados Unidos e da Europa, experimentando, hoje, uma maior autonomia para definir políticas internas, decidindo o que fazer com o gasto público, quais políticas sociais priorizar, como planejar investimentos públicos e, mesmo, como posicionar-se face à dívida externa. No entanto, não conseguiram romper com a dependência no cenário do sistema mundializado do capital, mantendo inalterado o padrão de acumulação e valorização do capital. E, neste contexto contraditório do continente latino-americano, constituem-se projetos intelectuais autônomos de produção de conhecimentos, nos marcos do pensamento descolonial, circunscrevendo, assim, um pensamento crítico latino-americano, a desmontar processos de colonialismo epistêmico.

10

Na inserção geopolítica contemporânea da América Latina em busca de autonomia, no século XXI, destacam-se movimentos de integração latino-americana pela via da política, fundados nos princípios da solidariedade e da cooperação. É uma verdadeira integração soberana, na perspectiva de modelos próprios de desenvolvimento justos e sustentáveis, pautados na articulação de crescimento econômico e de políticas de investimento social, visando, como objetivo prioritário, a erradicação da miséria e da

pobreza, como dívidas históricas de um passado colonialista, marcado pela expropriação imperialista. Tal modelo de integração consubstancia-se em espaços estratégicos regionais, cabendo ressaltar a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA, a União das Nações Sul-Americanas – UNASUL e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

Estes movimentos soberanos de integração latino-americana tensionam com os processos de integração do continente pela via da expansão do capital, tornando inviável o modelo de integração da América Latina focado no mercado, a consubstanciar-se na ALCA, expressão do objetivo estratégico dos Estados Unidos de consolidar a ampla liberalização das economias da América do Sul aos circuitos do capital, no âmbito dos processos subordinados e periféricos de ajuste.

Cabe ressaltar o potencial emancipatório deste modelo de integração latino-americana soberana, em seus distintos espaços, a confrontar com o modelo mercantil de integração, sem, contudo, ousar tocar no padrão de acumulação rentista-extrativista dependente que domina a América Latina, com versões peculiares nos diferentes países, gestando e acirrando contradições nos países latino-americanos, cujos governos progressistas vêm assumindo, em diferentes níveis, projetos políticos com relativa autonomia.

Assim, a questão dos percursos e dilemas da integração na América Latina assume um lugar central na agenda contemporânea de debates. E, nesta discussão, impõe-se, de modo peculiar, analisar a posição do Brasil, submetido a um modelo rentista-extrativista dependente, em meio ao exercício da autonomia em políticas internas, chegando a exercer um chamado subimperialismo na América do Sul.

A RUPAL, na sua trajetória de mais de uma década de estudos e pesquisas das transformações, redefinições, contradições e dilemas da América Latina, em uma permanente busca de sintonia com a agenda contemporânea, assumiu participar deste debate da integração latino-americana, em seu Seminário de outubro de 2012. E, neste livro, traz a público reflexões gestadas em processos de investigação de rupalinos e rupalinas e outros parceiros (as) de produção que foram apresentadas e discutidas, e, desse modo, ampliadas no debate coletivo. Em coadunância com a sequência das Conferências e Mesas do Seminário, a obra está estruturada em cinco partes: Parte 1 – “Posição Latino-americana em Questão”, com artigos de Antonio Elizalde Hevia, Patrícia Mara Cabral e de Suel'd Lima; Parte 2 – “Inserção do Brasil no Contexto Latino-Americano: Parceria ou Subimperialismo?”, com artigos de Alba Maria Pinho de Carvalho, Carlos Américo Leite Moreira e Agamenon Tavares de Almeida e de José Alves de Sousa; Parte 3 – “Lutas e Resistências na América Latina do Século XXI”, com artigos de Francisco Uribam Xavier de Holanda, de Adelita Neto Carleial, de Ricardo Silva Kaminski e de Eduardo Santiago Girão; Parte 4 – “Movimentos Indígenas e Questão Ambiental no Cenário da América Latina”, com artigos de Fernando Marcelo de la Cuadra e de Antonio Jeovah de Andrade Medeiros; Parte 5 – “Políticas Públicas e Seus Dilemas no Contexto da América Latina”, com artigos de Marcelo Natividade e de Léa Carvalho Rodrigues.

Ao abordar as contradições e dilemas da integração latino-americana no século XXI, o artigo do professor Antonio Elizalde Hevia parte de provocações instigantes ao questionar se, realmente, a integração é necessária e útil ou, na verdade, trata-se de um produto do nosso eurocentrismo e de nossa epistemologia colonizada. Seu questionamento tem, como ponto de

partida, a constatação de que vivemos num momento histórico de crise estrutural do capitalismo, caracterizado pelo surgimento de um mundo multipolar onde a globalização aparece como a culminação de um processo sócio-histórico de unificação do espaço mundial, mediante a constituição de um único e grande mercado global. Nesse mercado global, os fatores de produção e reprodução do capital têm a pretensão de se desenvolver sem limites. Para o autor, o debate sobre integração deve ter, como referência, nossa condição de colônia, no contexto do eurocentrismo. De fato, nossa inserção no mundo ocidental deu-se na forma de colônia e nossos processos de independência nunca nos permitiram a condição de autonomia, assumindo a condição de subalternidade. Retomando Quijano, Escobar e Mignolo, Elizalde Hevia defende que devemos descolonizar a epistemologia e as relações sociais, no sentido de construir uma nova epistemologia, uma nova cosmologia, um novo imaginário, como tarefa principal para América Latina no milênio.

Patrícia Vasconcellos, em seu artigo, analisa o papel das empresas transnacionais brasileiras de engenharia e construção, no processo de integração sul-americana que, a partir dos anos 2000, apresenta novas características, alavancado pela aprovação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e pelo apoio do governo brasileiro. Nessa perspectiva, é preciso compreender as fases da internacionalização das empresas brasileiras e as premissas da política externa do Brasil. Propõe-se indicar, através de informes constantes em correspondências diplomáticas, os interesses das empreiteiras e da política externa brasileira, ressaltando os conflitos e dilemas dessa relação. Na perspectiva do Estado brasileiro, as empresas brasileiras tornam-se instrumentos políticos e agentes diplomáticos para consecução de objetivos que estão além da proposta de integração sul-americana.

Para Sued Lima, o primeiro conjunto de dificuldades que opera contra o processo de integração regional, facilmente identificável, prende-se às profundas diferenças entre os Estados que formalmente se vincularam aos acordos geradores do Mercosul, Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americano -CDS, mas que estão longe de se empenhar objetivamente para atender seus dispositivos, ou por falta de maturidade política ou por desconfianças mútuas quanto às pretensões hegemônicas de um ou de outro parceiro. Avalia o autor que o processo de integração sul-americano é marcado mais por suas vulnerabilidades do que por sua força de coesão. Argumenta que, certamente, as dificuldades enfrentadas pela integração decorrem da diversidade de culturas, das características específicas do Poder Estatal de cada país e das diferenças de seus modelos de desenvolvimento.

14

Em seu artigo, Alba Carvalho busca circunscrever a posição do Brasil no reordenamento geopolítico da América Latina no século XXI, discutindo o ajuste brasileiro no capitalismo financeirizado. Nesta perspectiva, empreende uma análise das configurações contemporâneas do Brasil no interior da nova temporalidade do capital, circunscrevendo o padrão brasileiro de inserção nos processos mundiais de acumulação, nos marcos de um “modelo *rentista extrativista*”, centrado na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas naturais. Destaca a inflexão da política econômica brasileira no final da primeira década dos anos 2000 e limiar da segunda, ao manter o núcleo duro da política de ajuste, incorporando uma dimensão de desenvolvimento. Assim, demarca peculiaridades do neodesenvolvimento brasileiro, focado no consumo do mercado interno, tendo, como um dos seus sustentáculos, “a chamada *política de redução da pobreza*”. Adentra no arranjo brasileiro contemporâneo, enfa-

tizando a sua dependência nas tramas de uma pretendida autonomia. No interior desta discussão, problematiza o chamado “subimperialismo brasileiro” no contexto da América Latina, pontuando elementos acerca da importância estratégica do país nos processos de regionalização. De fato, o artigo é um esforço reflexivo de desvendamento do “enigma do Brasil” no interior do capitalismo contemporâneo.

O artigo de Carlos Américo Moreira e Agamenon Almeida analisa a dinâmica recente do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil. O objetivo é mostrar que essa forma de financiamento contribui, cada vez mais, para a fragilidade financeira externa do país, em função das estratégias de produção e das modalidades de implantação das empresas estrangeiras, cada vez mais comandadas pela dimensão financeira da mundialização. Segundo os autores, a análise do financiamento externo não deve se restringir à mera diferenciação dos fluxos de capitais de curto prazo e investimento direto estrangeiro (IDE).

José Alves de Sousa, em seu artigo, procura circunscrever o conceito de *subimperialismo* de Ruy Mauro Marini, discutindo a importância da América do Sul para a diplomacia brasileira no atual processo de “integração” regional, hegemonizado pelo Brasil, com a criação da UNASUL e do Conselho de Defesa da América do Sul. Enfoca o papel da diplomacia do Brasil na superação da grave crise diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela, adentrando na discussão das relações entre Brasil e Colômbia, desde os governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Adelita Neto Carleial apresenta um texto crítico ao pensamento sociológico dominante que afirma e reforça o conceito de *movimentos sociais* como categoria totalizadora. O conceito

de *movimentos sociais* é questionável sob a ótica de sua capacidade analítica face à complexidade social e às novidades históricas. A partir daí, a autora faz uma contextualização sobre a situação política latino-americana, evidenciando as razões pelas quais se impulsionam as ações coletivas de protesto em defesa de interesses e no combate ao Estado ausente e conservador. Nesta perspectiva, questiona as interpretações acerca dos *movimentos sociais* predominantes nas Ciências Sociais, antes vigorosas e atualmente limitadas, diante da diversidade social contemporânea.

O texto de Uribam Xavier oferece uma abordagem dos movimentos de resistência ao atual padrão de poder mundial que vem ocorrendo em Honduras, após o golpe de Estado e, especificamente, no Brasil, no período do governo petista. A reflexão oferece elementos que permitem concluir que as lutas de resistência no século XXI, em toda América Latina, fazem parte de uma ação continental, conhecida como giro descolonial contra a colonialidade de poder, imposta pelo atual padrão mundial de poder. Segundo o autor, a resistência dos povos originários e afrodescendentes, dos movimentos sociais circunscrevem o giro descolonial, a constituir a realidade de enfrentamento do padrão de poder mundial, tanto em Honduras como no Brasil, sendo comum em toda América Latina e Caribe, como parte da luta contra a reconfiguração do processo permanente de reprodução do capital. O referencial teórico que o autor utiliza, permite entender que o atual bloco imperial tem como um de seus sustentáculos de exploração as riquezas naturais [água, terra, minérios e toda a biodiversidade], em posse de coletividades que vêm enfrentando um processo secular de colonização, colonialidade do poder, empobrecimento material e desrespeito aos seus direitos.

Em seu artigo, Eduardo Girão apresenta experiências dos movimentos sociais da economia solidária na América Latina, relacionadas com os temas da autogestão, do comércio justo, dos clubes de troca, das redes de consumo sustentável e dos fundos rotativos solidários. Significam, objetivamente, o esforço de trabalhadores, na perspectiva de uma sobrevivência face ao desemprego. Estes movimentos sociais representam uma via de contraposição à nova economia, globalizada e excludente, constituindo pequenos “pontos de luz”, traduzidos por formas de produção e convivência solidárias que se multiplicam e que bradam “pelo direito de trabalhadores de viverem em cooperação de maneira sustentável”.

Ricardo Kaminski, em seu texto, afirma que o ciclo de protestos que, a partir de 2011, levou multidões às ruas dos grandes centros urbanos nos países do Norte, constituiu um acontecimento histórico fundacional de uma rede transnacional de movimentos sociais, característicos da cibercultura. O artigo apresenta uma análise, com base em resultados de pesquisa em curso, a apontar as conexões da rede global do “occupy” com os protestos antiglobalização e os aspectos herdados das estratégias e lutas emancipatórias, desenvolvidas por atores sociais latino-americanos, desde a década de 1990.

O artigo de Fernando de La Quadra apresenta uma reflexão sobre as contradições existentes entre a concepção de desenvolvimento da modernidade capitalista, focada no crescimento econômico e as cosmovisões dos povos originários, fundamentadas em um vínculo simbiótico entre o homem e a natureza como fonte de desenvolvimento econômico e social. Ao longo da reflexão, o autor posiciona-se, de forma crítica, diante da racionalidade instrumental que orienta o processo de desenvolvimento econômico da modernidade e

defende a incorporação dos saberes das comunidades indígenas na relação sociedade e natureza como alternativa à lógica predatória do mercado capitalista.

Jeovah Meireles e Adryane Gorayeb, em seu artigo, apresentam os fundamentos metodológicos e as diversas fases de um trabalho de pesquisa de construção dos mapas temáticos, implementados através dos estudos e levantamentos de dados em momentos de campo e de laboratório. Estes estudos estão a fundamentar a realização de cartas sínteses e de zoneamento ambiental dos meios abiótico, biótico e socioeconômico. Na parte empírica, a diversidade social foi estruturada de modo a agrupar em mapas populacionais, territórios de uso ancestral, extrativistas, étnicos e comunitários. Segundo os autores, convém ressaltar que as formas de representação cartográficas, desde o ponto de partida relacionado aos aspectos morfológicos, não deverão ser desassociadas das disputas e conflitos socioambientais, fazendo emergir diversidades de representações – das monoculturas e subsequentes mapas da evolução do desmatamento, da erosão do solo, das movimentações de massa, da contaminação por agrotóxicos e dos deslocamentos forçados de grupos sociais – apropriadas por distintos segmentos populacionais.

Em seu artigo, Marcelo Natividade aborda os nexos entre direitos humanos e políticas públicas voltadas para o combate à homofobia, em diferentes contextos no Brasil, delineando alguns possíveis caminhos de análise crítica de tais políticas. Seu propósito é contribuir com o debate neste campo, ampliando o escopo de visão, a refletir sobre aspectos implicados na tensão entre executar políticas, garantir direitos e promover cidadania. Nesta perspectiva, o autor incide a reflexão no modo como valores religiosos podem

impactar a execução de políticas de combate à homofobia. Assim, sustenta que a religião é uma das dimensões culturais que pode tanto colaborar para a promoção dos direitos como pode impedir avanços. Delineia pistas de como se pode trabalhar tensões para pensar caminhos possíveis da avaliação das políticas públicas para diferentes setores.

O artigo de Lea Rodrigues afirma que o fenômeno turístico é reconhecido como a atividade econômica que mais cresce, em âmbito mundial, no mundo contemporâneo, suplantando os resultados da indústria automobilística e de bens duráveis. Assim, destaca-se como um fenômeno em que, por excelência, realizam-se, atualmente, os denominados processos transnacionais. Sustenta a autora que, no caso da América Latina, os países da região da América Central e Caribe foram os que primeiro acataram essas orientações. O México - país que compartilha o mercado turístico da região do Caribe com os países da América Central - tornou-se caso paradigmático no estudo do turismo em países em desenvolvimento. Na década de 1970, o governo mexicano elaborou uma política nacional de turismo intensiva, viabilizando, ao longo dos anos, que esta atividade se tornasse, no presente, sua terceira maior fonte de divisas, após o petróleo e o ingresso de divisas, mediante remessa de recursos por parte de mexicanos residentes no exterior, majoritariamente nos Estados Unidos.

Os percursos de construção do pensamento, consubstanciado nesta obra da RUPAL, foram coletivamente partilhados, numa conjunção de esforços. Desse modo, queremos publicizar nosso agradecimento ao *Banco do Nordeste – BNB*, ao *Mestrado de Avaliação em Políticas Públicas – MAPP*, ao *PET -UFC CIÊNCIAS SOCIAIS* que, juntos, complementaram-se

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

no apoio indispensável à realização do Seminário RUPAL 2012. Um agradecimento especial ao Departamento de Ciências Sociais da UFC que sempre acolhe nossas iniciativas.

Por fim, entendemos que, com este quinto livro da RUPAL, continuamos a nossa trajetória de pensar criticamente, em resposta às exigências da História, em seus circuitos... É esta a tarefa que nos cabe, como bem enuncia Lúcio Oliver Costilla, ao prefaciar esta obra:

“para todo estudioso das tendências e da conjuntura latino-americana atual se faz imprescindível participar ativamente nas tramas de nosso tempo latino-americano, escutando, analisando e compartilhando vozes do pensamento crítico de nossa região”.

PREFÁCIO

Una Integración con Tramas Orgánicas Complejas Y Contradictorias Y Limitativas

Lúcio Oliver Costilla¹

Es con profundo interés que participo presentando este prefacio que abre el debate incluido en el libro que el lector tiene en sus manos, resultado del Seminario Internacional sobre Brasil y América Latina en la integración, promovido por la Red Internacional de Pesquisadores de América Latina con sede en Fortaleza, Brasil. Para todo estudioso de las tendencias y de la coyuntura latinoamericana actual se hace imprescindible participar activamente en las tramas de nuestro tiempo latinoamericano escuchando, analizando y compartiendo las voces del pensamiento crítico de nuestra región.

Corresponde a los intelectuales controvertir la realidad a partir de cuestionar el sentido común -el exitismo que se propaga rápidamente por América del Sur ante los cambios provocados por las nuevas políticas de los gobiernos denominados progresistas-, por ello en la mayoría de las corrientes filosóficas siempre se adopta la perspectiva de la negación. Pero hoy día negar es insuficiente; los procesos de la crítica son más complejos y establecen una determinada relación teoría-realidad que pasa por repensar las categorías y utilizarlas para caracterizar los procesos (el movimiento de la

¹ Lúcio Oliver Costilla é Licenciado em Relações Internacionais pelo Colégio do México, mestre e doutor em Sociologia [UNAM], professor titular na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Autônoma do México – UNAM. Ex-coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos CELA/UNAM e membro da Rupal.

historia en un determinado lugar y tiempo), las estructuras, las fuerzas histórico políticas y las coyunturas (la situación actual) de las sociedades, entendidas integralmente (articuladas al movimiento orgánico de las sociedades). Dicha caracterización obliga a los intelectuales a ser sensibles a las necesidades históricas acumuladas², a analizar y a teorizar el origen, sentido y alcances de la confrontación histórica de fuerzas y las diversas opciones de futuro que se juegan en la coyuntura (concepto de conciencia histórica en Zemelman³)

1. En una perspectiva no diletante sino en la de una posición de quien busca desentrañar y apoyar las luchas de las fuerzas emancipadoras⁴, el análisis de los conflictos histórico políticos pasa por superar el ethos realista cínico dominante hoy día⁵ y por enfrentarse al difícil problema de cómo construir la relación de la teoría con el análisis concreto en tiempos de hombres líquidos, pero también de crisis políticas, de la acción de movimientos sociales de resistencia y de reformas del Estado neodesarrollistas cesarianas⁶ de tal manera de desde la crítica se busque contribuir al movimiento multifacético de creación de una voluntad colectiva nacional popular y a una reforma intelectual y moral⁷ capaz de lanzarnos al futuro por los cambios del presente. Ello conlleva exigir del pensamiento crítico una comprensión profunda de las transformaciones

² GRAMSCI. *Cuadernos de la cárcel*, tomo V, cuaderno 13, parágrafo 1.

³ De la historia a la política. México: Ed. Siglo XXI, 1986

⁴ GRAMSCI. *Cuadernos de la cárcel*, Tomo V, Cuaderno 11

⁵ Bolívar Echeverría, "filosofía y pensamiento crítico" en *Antología: crítica de la modernidad capitalista*, La Paz, Bolivia, Presidencia, 2011

⁶ Marx sobre el método, Introducción de 1857 a la Crítica de la Economía política

⁷ GRAMSCI. *Cuadernos de la cárcel*, Tomo V, Cuaderno 13, István Méztáros. El desafío y la carga del tiempo histórico, Venezuela, Ed. Gubernamental, 2011, Boaventura de Sousa Santos, *Epistemologías del Sur*. México: Ed. Siglo XXI, 2011

recientes del rumbo de nuestras sociedades en todos sus componentes, esto es en lo que es el andar del Estado ampliado en América Latina⁸, del peso que aún tienen tanto las formas primordiales como las determinaciones dependientes en los países de la región⁹ y a debatir en ello el propio papel de los intelectuales en la coyuntura actual (intelectuales anfibios)¹⁰

2. Si apreciamos el sentido histórico de los acontecimientos recientes habidos en América Latina podemos apreciar como en la primera mitad de la década del 2000 la lucha de los movimientos sociales, culturales, étnicos y políticos de la región se planteó por lo menos seis objetivos trascendentales: 1) controvertir y superar el pensamiento único neoliberal¹¹, 2) cuestionar y generar alternativas autónomas de regionalización y subregionalización distintas a la integración imperialista subordinada de nuestros países a lo largo del siglo XX¹², 3) cuestionar el desempleo estructural y la precarización asociada a la informalidad y la desindustrialización de tal modo de procurar una nueva política económica orientada a crear un piso de bienestar mínimo de la masa popular y trabajadora, incluyendo el objetivo trascendental del buen vivir; 4) transformar los Estados de competencia gerenciantes de la valorización

⁸ OLIVER, Lucio. *El Estado ampliado en Brasil y México*. México: Ed. UNAM, 2009.

⁹ ZAVALETA, René. "Forma primordial y determinación dependiente". en *Antología*, [s.l.]: CLACSO, 2009.

¹⁰ SVAMPA, Maristella. *Cambio de época: Movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2008.

¹¹ SADER, Emir. *El nuevo topo: los caminos de la izquierda latinoamericana*. Buenos Aires: CLACO-Siglo XXI Ed, 2009.

¹² MARINI, Ruy Mauro. *El desarrollo del capitalismo mundial y su impacto en América Latina: Memoria de ponencia presentada en el Primer Encuentro Latinoamericanista*. Puebla, 1993.

capitalista financiera¹³ para recuperar el papel regulador e interventor del poder y la política en función de objetivos estructurales, populares y nacionales; 5) disputar la construcción democrática¹⁴ con las fuerzas oligárquicas capitalistas, planteando una disputa por incidir en lo público desde abajo y, 6) ejercer la crítica de la colonialidad y la promoción de la opción política de un nuevo “núcleo común”¹⁵ en los países que viabilizara la pluralidad, la diversidad y la plurinacionalidad.

El camino que generó estos audaces objetivos fue la ampliación de las luchas y movimientos populares de la primera década y el apoyo mayoritario a la elección de nuevas fuerzas políticas de tal forma que éstas constituyeran gobiernos progresistas que retomaran la agenda mencionada en la mayoría de los países de la región.

3. Como resultado de una nueva relación de fuerzas en la cual el movimiento popular adquirió un peso capaz de resistir localmente a la ofensiva mundializadora oligárquica, la primera década fue de grandes transformaciones: América Latina pasó de ser el continente ejemplo de la subordinación a las políticas y concepciones impuestas por los núcleos dominantes de los países centrales, para ubicarse como el lugar y el tiempo de las grandes transformaciones econó-

¹³ HIRSCH, Joachim. *El Estado nacional de competencia*. México: UAM, 2002.

¹⁴ DAGNINO, Evelina. *et al. "Introducción", América Latina: la disputa por la Construcción democrática*, México: Ed. FCE, 2006.

¹⁵ MEALLA, Luis Tapia. *La invención del núcleo común*. Ciudadanía y gobierno multisocietal. CIDES - UMSA, Postgrado en Ciencias del Desarrollo. La Paz, Bolivia. 2006. Disponible en: la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/bolivia/cides/tapia.pdf>.

micas, sociales, políticas y culturales y de las nuevas propuestas autonómicas de neodesarrollismo, de recuperación del Estado, de políticas sociales de atención radical a la pobreza, de la experimentación de un abanico de nuevas relaciones sociales y políticas que dieran lugar a la experimentación de la plurinacionalidad, la poscolonialidad, la democracia participativa y la recomposición y crítica del Estado.

4. En el proceso, rápidamente se delinearon políticas propias subregionales que llevaron a conformar tres grandes bloques de países:

- 1) El de los países andinos que se propusieron refundar los Estados, Bolivia, Ecuador y Venezuela, cuyas sociedades, comunidades y Estados se plantearon cambios de fondo y en particular una ampliación de los Estados por la política (una nueva ecuación sociedad política - sociedad civil en la que ésta última aparece fortalecida y capaz de incidir en las decisiones del rumbo del Estado), superar el perfil de economías en crisis permanente de desarrollo interno y remontar su condición de Estados aparentes¹⁶. Se proyectó la búsqueda de una nueva economía estatal popular, la crítica del Estado y la renovación radical del Estado ampliado: para ello los luchadores sociales y políticos promovieron asambleas legislativas fundacionales que dieron lugar a nuevas constituciones democrático avanzadas que incluyeron la plurinacionalidad, la democracia

¹⁶ VÉASE la teorización de René Zavaleta sobre los Estados aparentes. *Lo nacional popular en Bolivia*. México: Ed. Siglo XXI, 1985. e LINERA, García, et al. *El Estado. Campo de lucha*. Bolivia: CLACSO, 2009.

participativa, el buen vivir, quedando pendiente una definición clara y novedosa de las alternativas a las estructuras estatales “liberales” y a los patrones de capitalismo dependiente tradicionales (por ejemplo la propuesta inicial de un socialismo del siglo XXI y la constitución de un nuevo núcleo común o consenso nacional incluyente por la vía de la política).

La constitución de la Alternativa Bolivariana para los pueblos de Nuestra América (ALBA) fue una expresión regional sudamericana del programa avanzado de este proyecto que tuvo inmediatamente el respaldo de Cuba y la adhesión de algunos países centroamericanos como Nicaragua, El Salvador y en su momento Honduras.

- 2) El bloque de países del Cono Sur, incluyendo a Brasil, Argentina y Uruguay, que se pronunció por reformar el neoliberalismo a través de una política de cambios graduales, introdujo la regulación económica del Estado y el neodesarrollismo, sin embargo mantuvo sin cambios el dominio financiero, basó su crecimiento en el estímulo a un nuevo padrón productivo y exportador con eje en el agronegocio y la exportación de commodities (materias primas).

En los países de este bloque el cambio de políticas produjo un notorio crecimiento del PIB (por lo menos a finales de la primera década), una recuperación del empleo y el consumo empero sin aumento de inversiones y sin renovación de la industrialización, lo cual ha dado lugar a una

crítica sustentada que lo ubica como un proyecto que ha dado lugar a una “dependencia redobla-da”¹⁷. Pero también se aprecia una fuerte tendencia despolitizadora en la medida en que estos gobiernos no introdujeron transformaciones de fondo en la estructura política conservadora, no obstante que las políticas reivindicaron algunos nuevos derechos: Argentina aprobó nuevas leyes de comunicación y una política de cuidado del consumo mínimo familiar, Brasil un programa de políticas sociales con estímulo a la seguridad alimentaria titulado “Hambre Cero”, introdujo una reglamentación de Cuotas étnicas para el ingreso de estudiantes descendientes de comunidades negras e indígenas a las universidades e implementó políticas públicas de aumento de salario mínimo complementado con subsidio a inversiones internas productivas estatales y privadas, Uruguay frenó el declive de los salarios mínimos y reconoció el peso de las grandes agrupaciones sindicales y gremiales.

En términos regionales este bloque estimuló una relación comercial mayor a través del Mercosur, una iniciativa de crear un gran acuerdo político para promover la integración regional

¹⁷ Véase al respecto las aportaciones de la investigadora de la Universidad Federal do Ceará de Brasil, doctora Alba Carvalho en su ponencia “El rumbo de Brasil y el Estado neointerventor” en el Segundo Coloquio Papiit, “Transformaciones recientes del Estado ampliado en América Latina: una aproximación desde la sociología política de Gramsci”, UNAM, México, 2 de mayo de 2013 y el texto de Leda Maria Paulani, “A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história”, resentado por la autora en el coloquio “Logros e Retos del Brasil Contemporáneo”, FCPyS de la UNAM, Ciudad de México, de 24 a 26 de agosto de 2011. PDF.

y la democracia soberana, el UNASUR, una instancia consultiva para ir construyendo una política de defensa y seguridad común, el Consejo de Defensa Sudamericano (CDS) y a nivel mundial proyectó nuevas alianzas internacionales entre países emergentes con la constitución de los BRICS .

- 3) En contraposición a los vientos de cambio, en otros países de la región se constituyó un tercer bloque de países cuya política ha sido la persistencia del neoliberalismo y la contra reforma, constituido por los gobiernos de México, Colombia, Panamá y Chile comprometidos con mantener el libre mercado, las privatizaciones, la sobreexplotación de los trabajadores, las maquilas, el alineamiento con los Estados Unidos y la Unión Europea y nuevas formas burocrático-autoritarias-militaristas de control social. La consecuencia de estas políticas ha sido la conformación de un bloque de países bajo la subordinación a la geopolítica y geoeconomía de los Estados Unidos, políticas que han elevado la desigualdad extrema, el empobrecimiento, la desorganización, la fragmentación social y la desindustrialización. En México y Colombia esta orientación estatal ha ido acompañada de un neomilitarismo de la “seguridad pública” y auspiciado fenómenos de auge de las economías ilegales con descomposición regional del Estado y empoderamiento de las mafias del crimen organizado. Este bloque ha sido auspiciado y apoyado por las políticas regionales hacia América Latina del

gobierno de los Estados Unidos.

En el conjunto de los países de la región latinoamericana a mediados de la primera década del 2000 se puso freno a la ampliación del Estado por medio de la política y se dió lugar al apareamiento de otras formas burocráticas económicas y mercantiles de ampliación del Estado que menoscabaron derechos y provocaron un paradójico acercamiento entre los mencionados tres bloques de países. A la vez, se frenó la diferenciación por la adopción por el conjunto de países de ciertos patrones comunes de política económica e institucional que cristalizaron en la apertura al extractivismo, el rentismo complaciente con los organismos financieros transnacionales, la producción y exportación de recursos naturales y particularmente de energéticos, la consolidación de patrones estatales burocráticos autoritarios, todo lo cual se presentó como el cemento de una nueva forma de acuerdo político regional de los países de América Latina: la Comunidad Latinoamericana de Naciones (CLAN) que si bien conlleva un acercamiento político cultural lo hace en términos más declarativos y conservadores que transformadores, lo que evidentemente no le resta importancia pero disminuye su trascendencia.

5. En el terreno ideológico la nueva situación de la región produjo un boom de pensamiento crítico tanto en los movimientos sociales, en algunos grupos políticos avanzados cercanos a los gobiernos progresistas y en una capa de intelectuales maduros pero sobre todo

jóvenes que trabajan en las universidades, centros de investigación, organizaciones no gubernamentales e instituciones educativas, portadores de un pensamiento renovador que busca de recoger la complejidad de las nuevas preguntas que surgen todos los días a partir de los cambios de la década: las principales interrogantes han girado en torno de si será posible en esta época globalizada el tan añorado desarrollo nacional y regional latinoamericano bajo dirección popular, qué fisonomía podría tener éste en lo económico, cultural y político étnico y cual tendrá que ser el papel del Estado, de las fuerzas políticas, los movimientos populares y la sociedad civil reformada, a la vez también la inquietud de entender en este nuevo contexto el papel de la participación del mercado, el dinero, las finanzas y el capital en estos proyectos.

Los grupos de investigación y de cultura de los países han visto surgir una masificación de pensadores -los intelectuales masa- críticos, cuya labor se expresa por medio de libros y revistas, de los debates en los congresos nacionales y regionales y en los medios de comunicación transparentes, se trata de la actividad intelectual de miles de investigadores en múltiples eventos (Encuentros nacionales y subregionales de economía, sociología y ciencia política, Congresos Latinoamericana de Sociología, etc.) lo cual ha repercutido en la formación de redes de investigación¹⁸ y grupos de trabajo orientados a la producción de materiales bibliográficos compartidos entre académicos e intelectuales de los varios países, a la vez que hubo un esfuerzo por organizar núcleos institucionales de pensamiento crítico

¹⁸ Expresión de ello es la Red Universitaria de Pesquisadores de América Latina, RUPAL, que fue sede de los trabajos que se presentan en este libro.

nacionales y regionales, entre otros el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) que se planteó acompañar a los movimientos y estimular la producción intelectual renovada y crítica. Una muestra de ello ha sido la proliferación en su seno de los grupos de trabajo, las redes de posgrado, los seminarios virtuales, las redes Sur-Sur, la elaboración de cronologías e informes de coyuntura acerca de las luchas y el conflicto social, la publicación en catálogo editorial abierto y gratuito y la biblioteca virtual (<http://www.clacso.org.ar/>).

Sin duda los Estudios Latinoamericanos que prevalecen en la región han modificado perspectivas, enfoques, referencias y teorías que circulan en la “sociedad en movimiento” para interpretar los procesos y problemas tanto acerca de la integración regional y subregional, como los referidos a las potencialidades liberadoras del conocimiento, a formas cooperativistas y comunitarias de economía social, sobre el papel activo del Estado en un proceso emancipador, esto es, para pensar la problemática de la transición, hasta lo relacionado a las nuevas formas de la política y las diversas concepciones de la cultura y la nación. Desde la perspectiva teórica de fondo, el problema que se plantea en el pensamiento crítico latinoamericano ya no es la perspectiva de los países industrializados europeos y estadounidenses (el de superar el atraso premoderno con la transnacionalización de la economía y la gobernabilidad autoritaria surgida de los pactos de élites) sino que está abocado a conceptualizar la potencialidad de nuevos sujetos y nuevas formas económicas, ecológicas, sociales, políticas, educativas y culturales que nos lleven a constituirnos como

países de plena autonomía estatal, económica y política con una hegemonía popular activa y operante en conjunto con los movimientos sociales, comunidades originarias, jóvenes, mujeres, intelectuales, científicos y políticos en lucha. Según la convicción ideológica de cada cual a eso se le denomina democracia participativa, compromiso del Estado con la transición o proyecto de un nuevo socialismo del siglo XXI, pero expresa igual la búsqueda de algo diferente.

Pero conviene no perderse en este mar agitado: el poder tradicional sigue ahí firme en los estados latinoamericanos; en la realidad político cultural de la región hay tremendas continuidades de cultura elitista, dominio financiero del capital, centralismo burocrático, corrupción, inoperancia económica, rentismo estructural, culto a la personalidad y una crisis orgánica del modelo de desarrollo que las ciencias sociales apenas y empiezan a considerar.

Son, sin embargo, los Estados de los países que aún encabezan y sufren las políticas neoliberales más extremas y las dominaciones de las modernas oligarquías como México, Colombia, Panamá, los que han entrado en procesos de aguda descomposición institucional, económica y social, apenas oscurecido por la persistencia del espejismo del “American Dream”, países que subsisten como nación con base en los recursos no estructurales (provenientes de remesas, de inversiones externas, de fuentes de recursos naturales no renovables) En esos países la sociedad civil se encuentra despolitizada y acorralada. Pero esa misma situación contiene el embrión de nuevas crisis políticas y de proyectos alternativos.

6. ¿Y La segunda década? Al parecer el ciclo de transformaciones planteadas a inicios del siglo XXI ya ha terminado. Hoy día las transformaciones más radicales de tipo emancipador han encontrado un tope tanto en el Estado como en la sociedad, en la economía como en la cultura, lo mismo que en los proyectos de una nueva integración regional por abajo acompañados por la política participativa de los pueblos trabajadores. El problema que se planteó en la primera década fue recuperar el Estado interventor y un proyecto nacional desarrollista mínimo, sin que se pusiera a la orden del día en las políticas de Estado ni en la agenda amplia de las sociedades el cambiar a fondo los fundamentos económico sociales del capitalismo latinoamericano, criticar al Estado, crear una nueva ciudadanía con derechos o impulsar la subjetividad creadora y dirigente del movimiento popular. No se ha conformado un bloque de poder popular sino un bloque de compromiso entre los grupos capitalistas y los sectores obrero populares -mediado por grandes contingentes de trabajadores precarizados y de pobres recuperados- dirigido por las fuerzas que se autodenominan progresistas. Los cambios habidos no alteraron la subordinación a la estructura capitalista global dominada por el capital y en particular por el poder del capital financiero, aun cuando han puesto algunos límites al dominio desembozado del FMI y el Banco Mundial; los grupos capitalistas oligárquicos siguen predominando en la economía interna y se ha extendido el padrón de producción para exportación especializada en agronegocio. En todos los países de la región, independientemente del gobierno que prevalezca, hoy domina la economía extractivista transnacionalizada y existe un proceso de

reprimarización de la economía en su conjunto. Por otro lado en lo que va de la segunda década se empiezan a desvanecer los sueños autonomistas, emancipadores y libertarios: los Estados se han fortalecido burocráticamente manteniendo en la subalternidad a los movimientos populares y de la actividad pública de la sociedad civil; el juego político tradicional de las élites oligárquicas que prevalecen en el poder legislativo sigue predominando incluso bajo la dirección de los nuevos partidos progresistas; la plurinacionalidad se está remitiendo a la inclusión real exclusivamente de aquellos grupos indígenas previamente dominantes en lo económico e influyentes en lo cultural, el buen vivir se está restringiendo a ser un proyecto cultural aceptable de reconocimiento a “valores” ancestrales y de políticas de cuidado exterior de la naturaleza afectada por las políticas depredadoras de las nuevas mineras transnacionales. Hay algunos elementos que indican por ejemplo, que el inusitado crecimiento económico de algunos países no es inocente: la transformación económica de Brasil, por ejemplo, está generando una acumulación capitalista que renueva el subimperialismo regional y genera una nueva desigualdad ¹⁹, la democracia sigue siendo en general delegativa y ha tenido muchas dificultades para alcanzar el nivel de transformarse en democracia participativa basada **en la autoorganización de la sociedad civil (dos golpes de Estado exitosos lo demuestran)**, y las instituciones supranacionales como el Mercosur, el UnaSur y la CLN han puesto algunos límites al tradicional hostigamiento militarista e intervencionista de

¹⁹ ZIBECHI, Raúl. Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo. México: Ed. Bajo Tierra, 2012.

los Estados Unidos pero no han sido suficientes para defender regímenes electos legalmente pero débiles en lo interior como Paraguay y Honduras, ni para promover una democracia política real en regímenes conservadores y autoritarios como Colombia y México. La sociedad civil no ha superado las formas estrechas, obstruidas y pasivas de la ciudadanía que resultan de la persistencia de mediaciones autoritarias y de una ciudadanía nominal que se subordina al consumismo como vía de satisfacción de necesidades sin que defienda o reivindique derechos universales y consumo estructural; en ese proceso los movimientos populares se han restringido a formas localistas de resistencia y de consolidación de su fuerza e identidad a mediano plazo y los movimientos políticos asociados a gobiernos han perdido el sentido de la lucha por la hegemonía.

7. ¿Que preguntas y aportes hay después de todo lo anterior? ¿Cómo se plantean las problemáticas desde la perspectiva académica y qué está planteando el movimiento popular para dar un paso adelante? ¿Cómo se puede pensar hoy teóricamente la situación de América Latina a partir de la perspectiva crítica, la elaboración conceptual (forma Estado ampliado, forma capital, forma valor, forma colonialidad)?

No hay todavía una nueva propuesta de desarrollo nacional o de desarrollo regional bajo la globalización actual que viabilice la hegemonía popular avanzada en la sociedad política y en la sociedad civil. Por otra parte a partir de los acontecimientos de la primera década del siglo aparecen interrogantes como las siguientes: ¿Qué formas políticas y que bloque de poder interno puede neutralizar o subordinar

al subimperialismo brasileño y mexicano en América del Sur y en Centroamérica y el Caribe? ¿Como se podría lograr un proyecto de desarrollo científico técnico compartido y de integración política democrática, económica y popular de desarrollo regional colectivo?

Una pregunta urgente, necesaria y poco común todavía es la referida a la continuidad y profundización de los procesos avanzados. De ahí que se ponga a la orden del día el debate sobre la transición. ¿Cómo se puede pensar la “transición”, apenas mencionada y prácticamente no teorizada, a partir del rentismo, las economías exportadoras y el peso del capital extranjero, el fortalecimiento burocrático del Estado, el trabajo semicalificado y como se puede pensar como transición no sólo económica, sino política y cultural? ¿Qué transformaciones institucionales y culturales se requieren para desarrollar una nueva concepción y una nueva experiencia de la democracia participativa, un despliegue de lo público a partir de la autoorganización de la sociedad y nuevas formas de relación instituciones y organizaciones políticas-ciudadanía-movimientos populares y comunidades? ¿Cómo se puede lograr el apoyo de masas al Estado progresista y al mismo tiempo promover la crítica del Estado? ¿Es posible la creación de una nueva institucionalidad abierta al poder popular en el que el Estado burocrático autoritario sea regido por la organización autónoma popular y se produzca la creación de un poder afianzado en la sociedad civil y en acuerdos políticos populares y no en los intereses de los dueños del capital financiero, los monopolios o las empresas?.

En términos de las propuestas de plurinacionalidad ¿es posible la búsqueda política de un núcleo común? ¿Cuál es el proceso de constitución de una nueva perspectiva de desar-

rollo social basado en los conceptos críticos del buen vivir y la individualidad y colectividad basada en el trabajo y en el valor de uso? ¿Qué proyecto de economía ecológica se puede desplegar como alternativa a la crisis estructural del capital? ¿Cómo se puede combatir la descomposición del Estado y los poderes fácticos basados en las economías ilegales y en la criminalidad organizada y por tanto recuperar la seguridad pública basada en un acuerdo social y en una legalidad aceptada y fuerte?

Son estas cuestiones para ser analizadas y ampliadas en el debate a seguir en esta segunda década.

Parte 1

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA EM QUESTÃO

Capítulo 1

Contradicciones y Dilemas de la Integración Latinoamericana en el Siglo XXI

Antonio Elizalde Hevia²⁰

Algunas Preguntas Iniciales

Al comenzar a preguntarnos por la Integración Latinoamericana a inicios del siglo XXI, creo conveniente partir cuestionando algo que se está dando por sentado, la conveniencia para nuestros países de dicha integración. De allí que la pregunta inicial a la cual creo necesario responder es si: ¿es necesaria, conveniente y útil la integración? Agregó otras preguntas, en el mismo sentido: ¿No será el producto de nuestro eurocentrismo? ¿No será ella, por lo tanto, producto de nuestra epistemología colonizada? O haciendo uso de las palabras de Milton Santos: ¿No será ella parte constitutiva y esencial de la globalización perversa?

Es necesario tener presente, cuando hablamos de procesos de integración, esto es del ámbito de las relaciones entre nuestras sociedades configuradas como Estados Naciones, que hemos vivido hasta hace un par de décadas atrás, casi medio siglo, en un mundo bipolar, configurado por el contexto de la Guerra Fría, surgido como resultado de la Segunda Guerra Mundial, el cual ubicó a nuestros países en lo

²⁰ Reitor da Universidade Bolivariana del Chile [1995-2006] e Director das Revistas Polis y Sustentabilidad(es).

que se autodenominó el mundo Occidental o democrático, dominado por la política norteamericana, por contraste con el constituido por los países que quedaron bajo la influencia de la URSS. Confrontación esta que se tradujo en aberraciones tales como: el Muro de Berlín; los Gulag y campos de concentración soviéticos; las guerras por el control del sudeste asiático; así como los permanentes golpes militares en América Latina que defenestraron gobiernos legítimos auspiciados, financiados e incluso operacionalizados por militares o agentes norteamericanos. En varios lugares del continente significó la instalación de dictaduras militares durante un par de décadas y la aplicación sistemática de las Doctrinas de Seguridad Nacional, que produjeron y generaron miles de víctimas en varias generaciones de latinoamericanos

42

Hemos llegado así a vivir en un momento histórico de crisis estructural del Capitalismo, caracterizado además por el surgimiento de un mundo multipolar donde se ha llevado a cabo una expansión sin límites del Capitalismo mundializado (globalización) y donde a la vez experimentamos un momento de disputa de proyectos en el campo democrático.

Cuatro Provocaciones

Asimismo, para seguir problematizando esta reflexión, quisiera presentar cuatro provocaciones.

1. Nuestra inserción en el mundo moderno (a Occidente) fue en condición de colonias: nacimos colonizados. La independencia obtenida en el siglo XIX fue solo política y aún así fue relativa. Nunca hemos sido completamente independientes (autónomos). Desde nuestros orígenes como países (Estados-Naciones) independientes, los

únicos intentos que han tenido ese carácter en América Latina han sido el Paraguay bajo la dictadura del Doctor Francia (1816-1840) que terminó con su muerte, así como la más reciente experiencia del régimen socialista cubano, que ha logrado desarrollar una experiencia de relativa autonomía respecto al centro hegemónico, inicialmente Europa y posteriormente desde comienzos del siglo pasado Estados Unidos. La preclara intuición del Doctor Francia implicó una decisión propia de aislar el país de las influencias externas. Se adelantó de ese modo a las tesis de la desconexión sugeridas por Samir Amin.

El caso cubano es distinto, el surgimiento de un proyecto socialista tan cerca de los Estados Unidos, y además en un país en el cual habían ejercido históricamente una suerte de protectorado, y en un contexto de Guerra Fría debía ser castigado de una manera ejemplar. Más aún cuando los sistemáticos intentos fracasados de derrocar al régimen cubano, había puesto en entredicho y quebraban con la tradición de “exitosa” intervención en los países latinoamericanos y caribeños que hasta ese momento habían tenido los Estados Unidos cada vez que un gobierno ponía en duda su hegemonía política, económica y militar, en lo que consideraban su patio trasero. Ello explica no sólo el origen del bloqueo, sino que asimismo la absurda permanencia durante ya más de medio siglo de esta perversa y cruel política. Ella tiene un carácter simbólico y que juega un papel no sólo un admonitorio, sino también de advertencia, respecto a los límites y márgenes políticos de actuación para el conjunto de los países integrantes del sistema latinoamericano y del Caribe.

No obstante lo antes dicho, el proyecto cubano, genera una dinámica autonómica, no tanto buscada sino que más bien impuesta, por la criminal política del bloqueo.

Por otra parte, es necesario considerar además, que a diferencia de los inicios del siglo XIX el mundo se ha ido haciendo crecientemente interdependiente, cada sociedad necesita de las otras, nadie es ni puede ser actualmente absolutamente autosuficiente. Los circuitos económicos, los flujos de mercaderías y de personas, de conocimientos y de información, son hoy parte constitutiva de lo que se entiende como el mundo moderno. De allí la necesidad de cuestionar la idea de independencia, de autonomía. Es una noción que necesitamos redefinir, reconstruir, reelaborar. Nuestra condición colonial o eurocéntrica para decirlo de una manera más suave, nos pone en una situación de partida que nos requiere repensarnos.

44

2. Diversos estudios e investigaciones de varias disciplinas han presentado muchas evidencias que señalan que se envidia principalmente a los que se nos parecen, a aquellos que sentimos más cercanos; la razón al parecer se encuentra en que casi siempre nos preguntamos ¿por qué ellos y no nosotros?

Asimismo en el arte, en la literatura y en la antropología se ha retratado por otra parte ese fenómeno denominado como “Maldición de Malinche”, que describe tan bien la canción de Gabino Palomares.

Del mar los vieron llegar, mis hermanos emplumados,
eran los hombres barbados, de la profecía esperada. Se
oyó la voz del monarca, de que el Dios había llegado,

y les abrimos la puerta, por temor a lo ignorado. Iban montados en bestias, como demonios del mal, iban con fuego en las manos, y cubiertos de metal. Sólo el valor de unos cuantos, les opuso resistencia, y al mirar correr la sangre, se llenaron de vergüenza. Porque los dioses ni comen, ni gozan con lo robado, y cuando nos dimos cuenta, ya todo estaba acabado. En ese error entregamos, la grandeza del pasado, y en ese error nos quedamos, trescientos años esclavos. Se nos quedó el maleficio, de brindar al extranjero, nuestra fe, nuestra cultura, nuestro pan, nuestro dinero.

Y les seguimos cambiando, oro por cuentas de vidrio, y damos nuestra riqueza, por sus espejos con brillo. Hoy en pleno siglo XX, nos siguen llegando rubios, y les abrimos la casa, y los llamamos amigos. Pero si llega cansado, un indio de andar la sierra, lo humillamos y lo vemos, como extraño por su tierra. Tú, hipócrita que te muestras, humilde ante el extranjero, pero te vuelves soberbio, con tus hermanos del pueblo. ¡ Oh, Maldición de Malinche! , ¡ Enfermedad del presente! , ¿ Cuándo dejarás mi tierra?, ¿ Cuándo harás libre a mi gente?

Recuerdo que años atrás, estando en Guatemala, tomé un microbús interurbano para ir desde Panajachel a Chichicastenago. Subo al bus y el cobrador a quien le pagaba el pasaje, de inmediato comienza a empujar por el pasillo hacia el fondo del microbús a un grupo de mujeres indígenas, diciéndoles: ¡¡¡ya, indias mugrientas, dejen pasar y sentarse al caballero!!! Yo lo miro y veo que él tiene los mismos rasgos faciales y estatura de las mujeres a quienes empujaba (los indígenas del altiplano guatemalteco son de baja estatura).

Alzo la vista y recorro el interior del bus y veo que casi todos los asientos van ocupados por “gringos”²¹, todos ellos mochileros, y los indígenas todos de pie.

Algo parecido me ha tocado muchas observarlo, en la forma como se recibe a misioneros mormones o Testigos de Jehová en los sectores populares de nuestro continente. Uno los ve inicialmente llegar a un barrio y caminar siempre en parejas, ambos hombres vestidos con pantalones y zapatos negros y brillantes y sus camisas blancas de manga corta y su respectivo maletín. Habitualmente son de piel clara, rubios y altos. Si sigue viéndolos pasar al cabo de algún tiempo, semanas o meses, observa que ahora los acompaña un tercer personaje, vestido igual, pero moreno y más bajo de estatura y con rasgos faciales, obviamente locales: ¡¡¡se han clonado!!! Otra característica muy propia de nuestra sociedad latinoamericana es la costumbre del “chaqueteo”. Consiste en atribuir siempre el éxito de alguien mediante una explicación propia de la envidia: “se prostituyó, se vendió, se aprovechó de su cargo, etc. Recuerdo que Johan Galtung, quien fue mi profesor hace ya más cincuenta años, nos señalaba que siempre las mejores relaciones son con el vecino de la casa de por medio, el sub-vecino. A los chilenos nos caen mejor los brasileños que los argentinos, o los paraguayos que los bolivianos, o los ecuatorianos que los peruanos. Siempre nos caen mejor los ciudadanos de aquellos países con los cuales no tenemos límites.

²¹ “Gringo” según el Diccionario de la RAE: “Extranjero, especialmente de habla inglesa, y en general todo el que habla una lengua que no es la española. Norteamericano de Estados Unidos. Persona rubia y de tez blanca.”

Un autor como W.W. Rostow, quien en su libro *“Las etapas del crecimiento económico”*²², desarrolla un modelo histórico de crecimiento estructurado en etapas, desde el estado original de subdesarrollo que considera existe en la sociedad tradicional, a la etapa de la moderna sociedad de consumo de masas. Esta propuesta de las etapas del crecimiento económico, que fue muy combatida y criticada en los 60 y 70, hoy está siendo cada vez más reivindicada, en la práctica, por nuestra intelectualidad, por las élites y por los políticos, por la tecno-burocracia. Eso lo podemos ejemplificar muy bien en la propuesta cepalina, -que puede ser resumida en la siguiente secuencia conceptual: campo - ciudad – indus-

²² Este modelo de crecimiento económico habla del proceso de desarrollo caracterizándolo en varias etapas. Su primera etapa es la sociedad tradicional cuya economía se caracteriza por una actividad de subsistencia, donde la totalidad de la producción está destinada al consumo de los productores, más que para el comercio. Este comercio a pequeña escala se desarrolla gracias a sistemas de intercambio de mercancías y bienes, a modo de trueques, en una sociedad donde la agricultura es la industria más importante. La mano de obra empleada contrasta con la escasa cantidad de capital invertido, a la vez que la localización de los productos está firmemente determinada por los métodos tradicionales de producción. La segunda etapa de transición es la de las condiciones previas para el “despegue económico”. El incremento de la especialización en el trabajo genera excedentes para el comercio, a la vez que emerge una incipiente infraestructura de transportes para propiciar las relaciones comerciales. Por otra parte, los ingresos hacen que el ahorro y la inversión crezcan, facilitando la aparición de nuevos empresarios. Asimismo, se dan relaciones comerciales con el exterior que se concentran fundamentalmente en productos primarios básicos. La tercera etapa es la del despegue económico en que aumenta la industrialización, con un número cada vez mayor de trabajadores que se desplazan de la agricultura a la industria. No obstante, este crecimiento se concentra en ciertas regiones del citado país y en una o dos industrias manufactureras mientras, el nivel de inversión alcanza el 10% del PIB. Las transiciones económicas están acompañadas por la evolución de nuevas instituciones políticas y sociales que respaldaban la industrialización. El crecimiento es auto-sostenido pues las inversiones conducen a un incremento de los ingresos que genera una mayor cantidad de ahorro para inversiones futuras. La cuarta etapa es el camino de la madurez. La economía se diversifica en nuevas áreas, gracias a que la innovación tecnológica proporciona un abanico diverso de oportunidades de inversión. Además, la economía produce una gran diversidad de bienes y servicios de los que hay menos dependencia respecto de las importaciones. La quinta etapa es la del consumo a gran escala, la economía está avanzando hacia el consumo masivo, lo que hace que florezcan industrias duraderas de bienes de consumo. El sector servicios se convierte crecientemente en el área dominante de la economía.

tria - empleo -ingreso - consumo – ciudadanía -, y que sirve como un excelente bosquejo de lo que ha sido la historia reciente de nuestro continente.

3. En la actualidad en el plano de las propuestas políticas y de las políticas públicas que hoy recorren nuestro continente, se confrontan dos miradas: una Hegeliana versus una que podríamos denominar pragmática. Derivada esta última de la aproximación o enfoque teórico de la escuela Cepalina articulada a partir de la hipótesis de Prebisch respecto del deterioro de los términos de intercambio y que se tradujo en la propuesta del desarrollo endógeno para América Latina. Hipótesis esta que si bien tuvo validez históricamente durante varias décadas, puede ser cuestionada por las dinámicas económicas recientes con precios de los *commodities* y materias primas al alza, debido al importante papel que ha comenzado a jugar China en la economía mundial generando una demanda considerable por recursos naturales.
4. Milton Santos nos enseñó que existen dos centros del mundo: 1) el del tiempo dominante, cuyo eje determinante es el Capital y el Capitalismo; 2) el centro que es uno mismo, desde donde se piensa y se vive. Creo necesario y muy útil preguntarnos ¿Cuán subordinada se encuentra nuestra forma de pensar la autonomía, la libertad y la integración de nuestros pueblos?

Las Dinámicas de Integración

Hoy tenemos claro que significa la integración porque hay un modelo a seguir, el seguido por la Unión Europea. Este

proceso implicó varias etapas y los avances consecuentes. Es importante no olvidar que el continente europeo fue devastado por dos largas y cruentas guerras durante el siglo recién pasado, dejando una secuela de muerte y destrucción, dolor, resentimiento, antipatía, rivalidad, desprecio, malquerencia, chauvinismo, animadversión, sospecha, mala voluntad, etc. Todo aquello que es lo peor de la naturaleza humana y que se hace manifiesto en los conflictos bélicos. Pese a ello constituyen el ejemplo de una integración exitosa.

Este proceso se inició con la creación de un área de libre comercio hecha posible, mediante la existencia de una infraestructura vial y de comunicaciones que permitió a su vez materializar un mercado común.

Un segundo momento fue la conformación de una unión aduanera y de un mercado común que permitió así avanzar hacia una fiscalidad común y una moneda común.

Una tercera instancia fue la creación de una moneda común: el euro (pero aún con excepciones) apuntando así hacia un gobierno común (etapa aún no alcanzada) mediante una ciudadanía única (común). El camino a seguir, entonces, parece evidente y es lo que hemos intentado hacer, sin grandes logros y realizaciones hasta ahora, en nuestro continente.

La mayor parte de nuestros países, hablo de América Latina, por lo menos los más grandes en términos de población, han seguido el mismo camino buscando llegar a ser países desarrollados, para ello han desarrollado procesos de electrificación, de construcción de una infraestructura vial moderna más, en el caso de algunos pocos, el desarrollo de una industria pesada y/o de bienes de capital. Ya sea con gobiernos de la más variada orientación ideológica, el camino ha sido el mismo.

Una inicial integración nacional, llevada a cabo para lograr configurar entre los habitantes de un territorio una ciudadanía que se reconociera como parte de un mismo Estado Nación, y a la cual llamar Patria, cuyos principales agentes fueron: la Iglesia, hasta aquel momento en que se produce la separación de la Iglesia del Estado; la Escuela y la escolaridad obligatoria, básica en un primer momento en el cual fue necesario alfabetizar al pueblo y proveerle de formación ciudadana; y el Ejército y el servicio militar obligatorio. Esta integración nacional persiguió diluir la identidad propia de los diversos pueblos que quedaron al interior de los límites artificiales creados, tanto por la colonización luso hispánica como posteriormente por las diversas repúblicas que se articularon mediante las procesos independentistas, y que fueron llevados a cabo a sangre y fuego en contra de los habitantes originarios en casi todos nuestros países. Logrado esto fue necesario un segundo momento de integración popular, mediante sucesivas incorporaciones de nuevos sectores sociales que fueron proveyendo de legitimidad a los regímenes políticos en construcción.

Hubo un objetivo no sólo político sino que también económico, pues era necesaria la ampliación de los mercados internos para llegar así a construir mercados comunes. Los procesos de industrialización, tuvieron en el subcontinente como un eje central el desarrollo de la industria automovilística, que en la mayor parte de los casos, fue sólo la armadura de partes producidas en los países industrializados, mientras no transitó la economía global hacia lo que hoy ha sido denominado como el sistema-mundo moderno.²³

²³ Ver por ejemplo: Giovanni Arrighi y Beverly J. Silver (2001) *Caos y orden en el sistema mundo moderno*, Ediciones Akal, Madrid.

La “Occidentalización” de América Latina

Latinoamérica²⁴ se hizo parte de la historia universal, en un momento histórico coetáneo al surgimiento de la modernidad y del capitalismo²⁵ en los países europeos, mediante los procesos sucesivos del descubrimiento, conquista y colonia, que despojaron a los habitantes originarios del continente, de sus territorios, de sus identidades, de sus lenguas y de sus dioses, dando así inicio en forma paralela a un proceso de invisibilización humana, que continua hasta el día de hoy.

[...] en el momento en que los ibéricos conquistaron, nombraron y colonizaron América (cuya región norte o Norte América, colonizarán los británicos un siglo más tarde), hallaron un gran número de diferentes pueblos, cada uno con su propia historia, lenguaje, descubrimientos y productos culturales, memorias e identidad. Son conocidos los nombres de los más desarrollados y sofisticados de ellos: aztecas, mayas, chimús, aymaras, incas, chibchas, etc. Trescientos años más tarde todos ellos quedarán reunidos en una sola identidad: indios. Esta nueva identidad era racial, colonial y negativa. Así también sucedió con las gentes traídas forzosamente desde la futura África como esclavas: ashantis, yoru-

²⁴ Abya Yala = Latinoamérica. Según la *Wikipedia* es el nombre dado al continente americano por las etnias kuna de Panamá y Colombia antes de la llegada de Cristóbal Colón y los europeos. Aparentemente, el nombre también fue adoptado por otras etnias americanas, como los antiguos mayas. Hoy, diferentes representantes de etnias indígenas insisten en su uso para referirse al continente, en vez del término “América”. Quiere decir “tierra madura”, o según algunos “tierra viva” o “tierra en florecimiento”.

²⁵ El descubrimiento de América y la colonización de América Hispana ocurren en momentos en los cuales España se está unificando como Nación.

bas, zulús, congos, bacongos, etc. En el lapso de trescientos años, todos ellos no eran ya sino **negros**.²⁶ (QUIJANO, 2000, p. 220-221).

Aníbal Quijano²⁷ sostiene que la modernidad se inicia en América, a fines del siglo XV y que la idea de ciudadanía universal es un producto de ella y de su racionalidad específica. Esta idea implica en primer lugar la hegemonía de las nociones de igualdad, libertad y autonomía de los individuos, que representan un cambio absoluto respecto a la subjetividad previamente existente. Asimismo significa principalmente una importante redistribución del control del trabajo y de la autoridad pública. Y más limitadamente sobre el sexo. Esto se traduce en cambios radicales en la dimensión material de las relaciones sociales, y en la subjetividad y reconstituye el patrón de poder.

52

Continúa su análisis señalando que el nuevo patrón de poder se constituyó basado en dos componentes: el primero, un nuevo sistema de dominación configurado en torno del invento ideológico de “raza” como desigualdad de naturaleza entre los colonizadores ibéricos y los colonizados aborígenes de lo que será América; el segundo, un nuevo sistema de explotación que articuló todas las formas previamente existentes de explotación (esclavitud, servidumbre, reciprocidad, pequeña producción mercantil independiente) en torno de la hegemonía del capital y del mercado mundial.

Ese nuevo patrón de poder se desarrolló eurocentrándose y se impuso mundialmente en el curso de expansión del colonialismo eurocéntrico. Es sin duda, el producto históricamente más importante de ese específico colonialismo

²⁶ QUIJANO, Aníbal “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” en *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander (compilador). Buenos Aires: CLACSO, 2000.

²⁷ _____. “Notas sobre “raza” y democracia en los países andinos.” *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 2003. v. 9, n. 1 enero-abril, p. 53-59, 2003.

y por eso le es inherente un inextricable carácter de colonialidad eurocéntrica, que se expresa en una contradicción tan insanable como inevitable o necesaria: produce la racionalidad moderna y la idea de igualdad, autonomía y libertad de los individuos y, al mismo tiempo, la negación radical de esas calidades en los individuos pertenecientes a las “razas inferiores”. Estos son naturalmente desiguales, en tanto que naturalmente inferiores, a los individuos de la “raza superior”. En rigor, fue la duradera experiencia de la colonización y de la colonialidad lo que naturaliza en la mentalidad de los colonizadores, que se identificarán como “europeos” o “blancos” desde el siglo XVIII, la idea de que ellos son iguales entre sí respecto de los colonizados, no obstante sus propias desigualdades sociales. En ese sentido, la colonialidad del poder es, notablemente, la madre de la idea de igualdad, autonomía y libertad de los individuos humanos. Y sólo la lucha de los colonizados del mundo contra el colonialismo, les permitió apropiarse también de esa idea y universalizarla como una conquista por realizar.²⁸

En Iberoamérica, luego de la Conquista propiamente dicha, vale decir después de la invasión e inmediata destrucción de las culturas existentes en el nuevo territorio, se inició la Colonización, mediante la distribución de tierras a los beneméritos, con todo lo que sobre ellas se encontrara, incluyendo a los indígenas (quienes eran considerados - de hecho- como no personas).

En todo el continente, la colonización se inició con la institución de la Encomienda, la cual constituye la forma de pago de la Corona a los conquistadores. Con el tiempo, éstas se convirtieron en grandes posesiones en las cuales

²⁸ Aníbal Quijano (2003) “Notas sobre “raza” y democracia en los países andinos” en *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 2003, volumen. 9, N° 1 (enero-abril), pp. 53-59

se adoptaron las condiciones de explotación del feudalismo europeo (la servidumbre): los indígenas tenían que aportar su fuerza de trabajo en favor del encomendero, al principio en forma total, rayando su condición en la esclavitud; luego parcialmente, concediéndoseles unos días para trabajar su parcela y/o las tierras comunales indígenas.

La encomienda y las diversas formas de reparto de tierras que la sucedieron, en particular a partir de inicios del siglo XVIII (mercedes, composiciones, confirmaciones y remates), están al origen del latifundio actual, por cuanto ese modo de explotación de la tierra atraviesa toda la Colonia y se traslada intacto al período iniciado a partir de la Independencia y las constitución de las diversas repúblicas en todo el continente, ello a pesar de las promesas y expectativas generadas durante la gesta independentista, siendo su principal característica no tanto la extensión, sino la ociosidad de buena parte de las tierras y la forma de “trabajar” el resto, a través de terceros, incluyendo a los llamados medieros o medianeros, auténticos siervos que repartían sus cosechas a medias con el “propietario”.

54

James Petras²⁹ sostiene al respecto que:

La piedra angular de todo el sistema era la disponibilidad y explotación del trabajo de los pueblos nativos o de los esclavos africanos, a través de la coerción del Estado. La explotación era “extensiva” y en menor grado “intensiva”: la ampliación de la jornada de trabajo predominaba sobre el cambio tecnológico. Dada la abundancia de tierras en relación con los trabajadores disponibles, y las condiciones terriblemente explotadoras del trabajo, la única

²⁹ James Petras y Henry Veltmeyer. El campesinado y el Estado en América Latina. Publicado en *Rebelión*, 7 de marzo de 2002. Disponible en: www.rebelion.org/petras/petras070302.htm [fecha de consulta: 02 de febrero de 2008].

manera en que el latifundio podía actuar y extenderse (y con él el sistema entero de exportación mercantilista) era a través de un sistema de dominación abrumadora por la fuerza y control total. La estructura interna del latifundio se basaba en un sistema social cerrado, en el que todas las interacciones de la mano de obra rural tenía lugar en el latifundio y con el “patrón”, aislándolas así de la multiplicidad de actividades comerciales, financieras e industriales que pudieran estimular el descontento, la fuga o la rebelión. Para retener el trabajo rural dentro de este sistema social cerrado “paternalista” la coerción violenta era habitual: se castigaba arbitrariamente la indisciplina y la protesta pública se reprimía ferozmente con una violencia ejemplar. Las “relaciones recíprocas” y las “obligaciones mutuas” se basaban en el funcionamiento de este sistema de control total dentro de un sistema social cerrado, viable por la coerción violenta. Las apariencias se mantenían la amenaza y la realidad ocasional de las ejecuciones por machete.

La conformación de los Estados-naciones en América Latina

Lograda la independencia en los países de América Latina se conformaron en ellos, a partir de la estructura político administrativa heredada desde el período colonial, los diferentes estados-naciones actuales. Algunos de ellos mantuvieron prácticamente intocados los límites territoriales definidos por el Imperio español: virreinos y gobernaciones. Pero a la vez se mantuvo intacto el modo de producción instalado desde la colonia. De ese modo subsistieron y se consolidaron las bases materiales de su sustentación: el régimen latifundiaro y la ciudadanía censitaria.

En vista de que el movimiento emancipador no puso fin a la estructura social del antiguo orden, dictaminada por la verticalidad de todo reino y donde a prerrogativas de sangre le suceden las castrenses, quienes se hicieron con el poder se hallaron en la cima de una pirámide listos para ejercer todo tipo de autoritarismos. Y para asegurar las fronteras de sus feudos, además de inventar y propiciar nacionalismos extremos, llevaron a cabo el sometimiento por la fuerza de la masa campesina indígena; y cuando ésta representó algún problema, como recuerda Fuentes³⁰, no les tembló el pulso para ordenar su exterminio.³¹

A lo largo de los dos siglos desde la Independencia en las sociedades latinoamericanas se fue construyendo el Estado-Nación moderno mediante sucesivos procesos de conflicto y consenso. Un primer momento fue el de la constitución del respectivo estado-nación en el territorio, es el período o momento de la integración nacional. Integración en torno al concepto de nación, de patria y de soberanía. Se destruyeron los límites que definen la nación y para ello fue necesario reafirmar aún más una identidad construida que fue impuesta negando las identidades originales previas, destruyendo las culturas, las lenguas, las creencias y las

³⁰ Hace referencia al siguiente texto de Carlos Fuentes publicado en El País, domingo 1 de julio de 2001, p. 18. “*El difícil camino de Latinoamérica*”: “La legislación de las repúblicas independientes, es cierto, abolió la esclavitud, pero no aseguró, como angelicalmente sostiene Carlos Malamud, *el tránsito de una sociedad de súbditos a otra de ciudadanos*. Más protegidas estuvieron bajo la Corona de España, tierras, aguas y bosques de muchas comunidades indígenas que al ser liberadas a la voluntad del desarrollo liberal [...]. Cruel y destructiva como fue la conquista española, en nada quedan atrás las campañas racistas y de exterminio de indios de los regímenes republicanos, como las de Bulnes en Chile y Roca en Argentina. Más humanista, más protector en muchos sentidos, fue el régimen imperial español que el régimen republicano hispanoamericano. No sin razón, Emiliano Zapata fundó explícitamente su revolución agraria en cédulas concedidas a las comunidades por Carlos V.”

³¹ Ernesto Escobar. “Del indigenismo a la cultura chicha. Primera parte: Marxismo, historia y José María Arguedas.” Disponible en: http://www.cuadernos cervantes.com/enportada_36.html

instituciones que habían logrado subsistir y adaptarse bajo el poder del imperio español. Los sucesivos conflictos bélicos internos y externos que vivió el continente fueron parte del acomodo de los límites y territorios de acuerdo a los intereses de las respectivas burguesías nacionales y de los intereses imperiales del momento (Inglaterra y Estados Unidos).

La siguiente descripción, posiblemente es válida para todos y cada uno de los países latinoamericanos:

El “ecuatoriano” fue trabajosamente definido en el curso del siglo XIX, con ciertos referentes a una historia patria en construcción, con sus héroes y símbolos, el himno nacional, la progresiva institucionalización del castellano y la creación de un imaginario de fronteras territoriales, que realmente constituían la apelación a un sentimiento de comunidad de destino.³²

Los logros obtenidos, en términos de universalización de la ciudadanía, fueron el producto de las diversas luchas que los sectores dominados o subalternos llevaron a cabo durante este período. Fueron al igual que en Europa las luchas sociales iniciadas por los sectores obreros, las que abrieron progresivamente las anchas alamedas de la participación y de la ciudadanía. La historia del continente está plagada de sucesos donde fue derramada la sangre de los pobres que demandaban justicia social.

La progresiva incorporación de los sectores de los artesanos y obreros iniciada desde mediados del siglo XIX y la aparición de una creciente capa media desde comienzos del siglo XX, debida a los procesos de urbanización y de modernización de las sociedades latinoamericanas, jugaron un rol

³² Hernán Ibarra (1992). “La identidad devaluada de los “modern indians” en Indios. Una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990. Ediciones Abya-yala/Ildis, Quito.

central en el establecimiento de la democracia política en el continente. Fueron las luchas populares, con líderes de estas capas, las que lograron la instauración de una democracia más incluyente y representativa en países que sólo habían conocido prácticas políticas caudillistas, personalistas y anti-democráticos y gobiernos casi exclusivamente al servicio de los intereses de las clases y grupos dominantes. No obstante ello, el campesinado quedó excluido hasta bastante avanzado el siglo XX de dicha democratización.

En casi todos los países se constituyó un movimiento obrero que tuvo expresión política en partidos de clase, con mayor o menor éxito en cada uno de ellos. Las reivindicaciones planteadas por estos, así como las propias de las capas medias, fueron ampliando sucesivamente la proporción de población integrada social y económicamente al sistema y beneficiaria del Estado de bienestar que fue progresivamente construyéndose en los países latinoamericanos, a partir de la gran crisis (1929).

En la última mitad del siglo XX, el ascenso de una burguesía cuasi industrial, que comparte el poder con los trabajadores y con sectores de la élite agrícola, redefinió la relación del Estado; éste promovió una industrialización de sustitución de importaciones financiada por las ganancias del sector agroexportador. El papel del campesinado en este sistema de "subordinación de la agricultura al fomento de la industrialización" consiste en suministrar mano de obra barata a las ciudades y alimentos a bajo coste para la mano de obra urbana, sin reformas paralelas. (PETRAS y VELTMEYER, 1929).

El gran ausente en dichas dinámicas de integración fue la clase campesina, conformada por distintos estamentos,

pequeños campesinos, renteros, aparceros, mano de obra migratoria, trabajadores obligados, inquilinos, inquilinos-medieros, medieros, pequeños propietarios minifundistas, trabajadores transitorios. Esto fue señalado por Petras y Veltmeyer quienes afirman que:

El Estado federal canalizaba los recursos hacia la industria y asignaba las divisas ingresadas por el sector primario para la importación de bienes de capital y productos semielaborados para las nacientes industrias de bienes de consumo. A escala regional o estatal, los terratenientes retuvieron el control sobre el poder estatal, a fin de transferir al campesinado los “costes” de su subordinación. Mientras que, formalmente, los partidos marxistas hablaban de una alianza de campesinos y obreros, de hecho se alineaban con las llamadas burguesías “nacionales”, o buscaban su alianza, o se dedicaban estrictamente a luchas “obreristas” y a actividades de organización. La aparición de movimientos de base campesina debió poco a los partidos de izquierdas y populistas de base urbana; por lo menos a sus principales líderes y organizaciones (con algunas excepciones locales e individuales).

Durante los años treinta, surgieron importantes movimientos campesinos de masas en México, El Salvador, Nicaragua, Colombia, Brasil y Perú. Los trabajadores rurales, en particular los trabajadores del azúcar en las modernas plantaciones de Cuba, República Dominicana y Puerto Rico se iniciaron en la lucha de clases. En cada caso, se tomaron medidas sumamente violentas y represivas para destruir las rebeliones rurales; en el caso excepcional de México, el Presidente Cárdenas profundizó y amplió la reforma agraria a cientos de miles de familias.

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

En El Salvador el levantamiento campesino fue ahogado en sangre, con 30 000 muertos. En Nicaragua, República Dominicana y Cuba el ejército de ocupación de EE.UU. y sus recién nombrados presidentes-tirano Somoza, Trujillo y Batista diezmaron los movimientos de campesinos y de trabajadores urbanos. En Brasil y Chile, respectivamente, el régimen de Vargas derrotó al ejército guerrillero rural de Prestes, a la vez que proseguía la industrialización nacional, mientras que en Chile un frente popular de radicales, socialistas y comunistas incitó a los campesinos a la lucha y luego los abandonó en sus demandas de reforma agraria, en un "pacto de caballeros" implícito con la oligarquía tradicional (PETRAS y VELTMEYER, 1929).

Los Costos ¿Inevitables?

Estos procesos de crecimiento económico vividos en nuestro continente se han caracterizado por la producción de enormes diferencias sociales, incrementado incluso aquellas derivadas de la etapa colonial, todo ello mediante procesos de acumulación diferencial facilitados por un Estado al servicio absoluto de los intereses de los sectores dominantes, terratenientes y grandes comerciantes, durante las primeras décadas de nuestra vida independiente, y posteriormente a medida que nuestras sociedades se fueron modernizando, cooptando a los sectores emergentes e incluso a las propias fuerzas políticas, inicialmente expresiones del progresismo social. Algo notable de destacar en América Latina es el permanente desplazamiento hacia el centro político de las fuerzas de izquierda. De ese modo, las políticas públicas que persiguieron ampliar la legitimidad del sistema político, dejaron en muchos casos de

lado a amplios sectores del pueblo, como campesinos, indígenas y afro-descendientes y sus regímenes tributarios diseñados *ad hoc* para asegurar “acumulaciones originarias del capital” en un período inicial en el tiempo, pero que nunca dejaron de ser tales, generando así fiscalidades absolutamente regresivas para los sectores que viven de su trabajo.

El mecanismo de “legitimación” y subordinación fundamental en nuestras sociedades ha sido el mecanismo del empleo asalariado, que actúa como el principal mecanismo ideológico para frenar las demandas sociales. El elemento central articulador de todo el discurso hegemónico es la oferta de crecimiento y mediante éste de empleo asalariado, y consecuentemente, de acceso al mundo del consumo. Toda propuesta de transformación social es cribada mediante este artilugio y no solo es desarticulada sino que incluso morigerada de todo carácter rupturista.

En estos procesos se generó, como ya se ha señalado, la casi absoluta Invisibilización durante décadas de las poblaciones indígenas y afro-descendientes. Asimismo, las concepciones desarrollistas mantuvieron una aproximación teórica y también pragmática de absoluto desprecio de la naturaleza y también de aquellos sectores sociales más vinculados a ella: indígenas y campesinos. La concepción dominante en los círculos intelectuales, políticos y tecno-burocráticos fue de la necesaria expansión permanente de la frontera agrícola. Incluso en algún momento circuló la idea de la imprescindible expansión de las fronteras internas de nuestros países, en especial en aquellos vinculados a la Amazonía. El permanente abandono del campo debido a la subsistencia de un régimen latifundio minifundio en un primer momento, y luego la ausencia de reales procesos de reforma agraria, así como la ilusión instalada en el imagina-

rio del necesario tránsito a la ciudad para mejorar la calidad de vida, se tradujo en una permanente emigración rural que condujo a la creación de bolsones de miseria (un verdadero ejército industrial de reserva en las grandes metrópolis del subcontinente): los urbanitas pobres.

¿Es Este el Inevitable Camino a Seguir?

Lo peor de todo, no obstante, es que incluso los proyectos políticos progresistas en América Latina se encuentran permeados por el episteme hegemónico occidentalizante. Un ejemplo paradigmático al respecto es lo ocurrido en el caso del TIPNIS.³³

Creo que existe una profunda y real necesidad de repensar, de rediseñar el proyecto de Integración desde nuevas categorías, desde nuevos ejes, desde nuevas prácticas. Este episteme que he intentado describir y en el cual estamos instalados no ofrece puntos de fuga, vías de escape, es un laberinto sin salida.

Como bien lo sostienen Quijano, Escobar, Mignolo, Walsh, Porto Gonçalves y tantos otros hay que descolonizar la epistemología, descolonizar las relaciones sociales. Franz Hinkelammert³⁴ incluso sostiene que es necesario:

Desoccidentalizar el mundo, eso es esta tarea. Desoccidentalizar la iglesia, desoccidentalizar el socialismo, desoccidentalizar la peor forma de Occidente, que es el capitalismo, desoccidentalizar la misma democracia.

³³ Ver al respecto: FERNÁNDEZ, Benito. "La marcha del TIPNIS: Nuevos horizontes para la Educación Popular". Disponible en: <http://www.praxisenamericalatina.org/1-13/lamarcha.html> y también en http://red-latina-sin-fronteras.lacoctelera.net/post/2012/12/23/bolivia_la-marcha-del-tipnis-nuevos-horizontes-la

³⁴ HINKELAMMERT, Franz. *La Fe de Abraham y el Edipo occidental*. DEI, San José de Costa Rica, 1988.

Pero eso implica reconocer que el mundo es el mundo de la vida humana en la cual todos tienen que poder vivir. Este reconocimiento constituye la superación de Occidente. (HINKELAMMERT, 1988, p. 12).

Requerimos imprescindiblemente construir un nuevo episteme, una nueva cosmovisión, un nuevo imaginario, tal como lo sugiere Boaventura de Sousa Santos en su libro *Conocer desde el Sur*, uno sino el principal desafío para América Latina al comenzar el nuevo milenio, es la necesidad de repensar los fundamentos del conocimiento en América Latina, producto de un modelo de conocimiento impuesto en todo el mundo a partir del siglo XVI, y de buscar una forma distinta de producción de conocimientos, que tenga como eje fundamental el reencuentro y la reapropiación de los saberes múltiples de América Latina, desperdigados a lo largo y a lo ancho de nuestra geografía. Algo hemos aportado desde nuestro continente a las luchas y experiencias liberadoras de la historia humana. Ese algo es a lo que nos convoca el autor a recuperar y a situar como el sustrato y sustento de un conocer propio. De Boaventura hemos aprendido las posibilidades de la traducción entre diferentes saberes y prácticas. La teoría de la traducción, en el sentido específico que Boaventura le asigna, nos ayuda a construir una inteligibilidad mutua entre diferentes luchas e identidades. Ella ha permitido la búsqueda de articulaciones entre diferentes tipos de movimientos, como ha ocurrido en el Foro Social Mundial. Pero también nos invita a transitar por los caminos de una sociología de las ausencias y de las emergencias, buscando en la ecología de los saberes, de las temporalidades, de los reconocimientos, de las trans-escalas y de la productividad, encontrando en los campos, así diseña-

dos y diseñados, experiencias de desarrollo, trabajo y producción, experiencias de reconocimiento y de democracia, experiencias de comunicación e información. De modo tal que mediante trabajos de traducción que hagan explícitas posibilidades contra-hegemónicas, transitemos hacia nuevos manifiestos y construcciones colectivas en los ámbitos de la democracia participativa, los sistemas alternativos de producción, las ciudadanías múltiples, las justicias multiculturales emancipadoras, la biodiversidad y un nuevo internacionalismo laboral. Para enfrentar al fascismo social que ya está instalado entre nosotros, Boaventura nos propone, asimismo, avanzar hacia un nuevo contrato social, en una democracia de alta intensidad que democratice radicalmente al Estado mediante una reinención solidaria y participativa del Estado y una reinención de la propia democracia.

64

A mi entender transitar en esta perspectiva, nos demanda un nuevo anclamiento, con un eje de sustentación que es político pero también ético y que consiste en asumir la mirada sobre la realidad desde “los últimos”, desde los desheredados, desde los invisibles, desde “los condenados de la tierra” como los llamó Franz Fanon.

De allí, que al preguntarnos por la integración, sea necesario preguntarnos ¿Integración para quienes? ¿A quienes se busca beneficiar preferentemente? ¿Con qué medios? ¿Con qué estrategias? ¿Con qué metodologías?

Alucinaciones y/o Ensoñaciones Integracionistas

Uno de los pocos ámbitos de la existencia humana, a los cuales la crematística del pensamiento económico hegemónico no logrará nunca ponerle precio serán los sueños. Soñar es gra-

tis y aprovecharé para presentar algunas ensoñaciones que nos permiten apuntar en la perspectiva sugerida y desde la cual podríamos repensar críticamente los procesos hoy en curso.

Podemos pensar, por ejemplo, en términos de la integración de las luchas sociales en nuestro continente, como apuntan promisoriamente iniciativas y esfuerzos como los de Vía Campesina o de los movimientos indígenas del continente, o los del propio Foro Social Mundial. No se trata de avanzar hacia una nueva síntesis, sino más bien de generar las condiciones políticas y culturales para una nueva universalización en la cual el criterio rector sea el absoluto respeto de nuestra diversidad cultural y natural, entendiendo que es allí donde, por una parte, radica lo que es nuestra identidad de origen, lo que nos define y nos diferencia frente al resto de los ciudadanos del mundo, y por la otra, donde se contiene el patrimonio o herencia más importante que podemos legar a nuestros herederos, a las generaciones futuras de latinoamericanos, esa forma de ser y habitar lo humano propia de nuestras sociedades.

La pregunta necesaria de hacerse, entonces, es ¿cómo avanzar en esta perspectiva?

Quiero partir presentando algunas constataciones históricas, casi axiomáticas, que creo necesario tener presente para alimentar esta aproximación crítica a lo que estamos haciendo.

1. Ningún cambio civilizatorio fue desde arriba hacia abajo, todos los cambios sociales profundos fueron iniciativa de unos pocos que decidieron cambiar su forma habitual de existencia y experimentar otras formas de vivir lo humano. Formas que fueron inicialmente experimentales, sin ninguna de certeza previa de éxito, sólo la voluntad de hacer algo distinto. Y así dejamos de ser recolectores cazadores nómadas

y nos transformamos en agricultores y ganaderos, y después en sedentarios, habitantes primero de aldeas y villorrios y luego de ciudades donde se comenzó a construir la condición ciudadana.

2. El único espacio irreductible de contención de la universalización/homogeneización occidentalizante es el espacio de lo local, del operar de la vida, del cotidiano de las personas. Es allí donde puedo ser si lo quiero, absolutamente singular, distinto. Hay quienes, hoy, sostienen que el tiempo y el espacio han perdido su significado tradicional. Manuel Castells nos habla de nueva Era y alguien como Alain Touraine de ruptura. El Norte está cada vez más disperso y fragmentado y el Sur también. Podría decirse que ahora hay muchos Nortos y muchos Sures. Por eso hay visiones tan distintas del intenso e imprevisible proceso iniciado hace apenas tres a cuatro décadas. Nadie sabe hacia dónde nos va a conducir el proceso de cambio en esta nueva Era de la información y la comunicación. Existe un consenso básico en torno al final de un “viejo” orden mundial, pero ¿cómo definir el nuevo contexto? Las referencias son tan distintas como distantes: nuevo orden, nuevo desorden, nueva Edad Media, geopolítica de la complejidad, geopolítica de las fracturas, geopolítica del caos, segunda modernidad, modernidad radical, modernidad líquida, posmodernidad... Las propias ciencias sociales participan de este grado notable de desconcierto.

Desde comienzos de la década de 1980, los economistas comenzaron a hacer uso de la palabra globalización, la que llega a ser central en todas las Ciencias Sociales después de

la caída del Muro de Berlín y la desaparición de la Unión Soviética. Aparecen propuestas de “final de los territorios” (Bertrand Badie), “ciudades mundiales” (Saskia Sassen), “sociedad-red” (Manuel Castells), “economía de archipiélago” (Pierre Veltz) y los “no-lugares” (Marc Augé), entre muchas otras.

La globalización aparece así como la culminación de un proceso socio-histórico de unificación del espacio mundial, mediante la constitución de un único gran mercado donde los factores productivos (léase el capital) pueden desenvolverse a sus anchas. Es la mundialización del mundo, realizada por la civilización occidental y su modo de producción hoy hegemónico -lo que se ha denominado como capitalismo globalizado de consumo masivo, la sociedad del hiperconsumo y de los turboconsumidores, como la llama Lipovetsky- que ha logrado transformar la realidad física y social entera del planeta para convertirla en objeto de beneficio y acumulación. Esa transformación persigue diluir toda la especificidad que caracteriza a la realidad para poder así gestionarla y administrarla de un modo más eficiente. Lo que se hace entonces es producir una permanente homogeneización, mediante procesos de abstracción que desingularizan y quitan a cada elemento específico componente, todo lo particular y propio, su identidad y su autonomía, tornándolo así en un ente abstracto, fácil de procesar y manejar, en las cadenas y escalas de producción que se consideren más adecuadas para el gran capital.

Desde esta perspectiva la globalización aparece a todas luces como un proceso imposible de detener, el mundo se globaliza cada día más y más. Vivimos en un mundo que se ha mundializado, constituyendo un sólo territorio o espacio

unificado mediante la infraestructura que lo comunica, y también por medio de los flujos físicos de materiales y de personas, así como por los flujos virtuales de comunicaciones, de información y de capitales, que lo recorren.

Paralelamente, este mismo proceso corroe las identidades previamente existentes, destruyendo así la diversidad cultural que nos ha caracterizado: las múltiples lenguas y dialectos, cosmovisiones e imaginarios colectivos, sistemas de conocimientos, usos y costumbres, fiestas y folclore, estrategias de vida, valores, entre muchos otros elementos constitutivos de la identidad de los pueblos y de los colectivos humanos. Asimismo ha sido incapaz de proveer una mayor equidad entre las naciones y al interior de las propias naciones, y ha producido también una grave y cada vez más preocupante degradación del entorno natural en el cual vivimos.

68

En el actual contexto los propios gobiernos de los estados naciones están entrampados en el discurso del “necesario crecimiento económico” como la panacea que resuelve mágicamente todos los problemas del buen gobierno (empleo, superávit fiscal, balanza de pagos favorable, gobernabilidad, baja fiscalidad, etc.) y a la vez se encuentran obnubilados frente a las monsergas desarrollistas de las instituciones financieras internacionales.

Esta incontinenencia e irracionalidad (desde una perspectiva sistémica) del gran motor del proceso descrito, cual es el capitalismo globalizado -absolutamente incapaz de reconocer los límites físicos y biológicos que el planeta pone a su desenfundada fiebre de acumulación de lucro y beneficio que lo caracteriza, y que además ha contado a su favor con una absoluta desregulación que le ha permitido operar desde hace algunas décadas, y que lo ha conducido a la enorme

crisis financiera en que se encuentra hoy sumido- ha llevado a muchos intelectuales a preguntarse ¿quién será el sujeto antagónico al capital? ¿Quién podrá ser aquel que le ponga freno a su desenfreno?

Desde esa pregunta, el problema del antagonismo a la expansión del capital, asume una perspectiva distinta. Ya no desde la perspectiva de los sujetos históricos, que es aquella a la cual ha dedicado su energía intelectual gran parte de la investigación en las ciencias sociales. Se trata más bien de analizar los límites que la propia naturaleza de la realidad nos impone. Límites tales como los espacios, los territorios, los lugares y las distintas formas de habitar lo humano que la apropiación del espacio/tiempo determina, condiciona o influye. Desde hace ya varias décadas diversos autores han planteado los límites al crecimiento económico, esto es a la globalización desenfrenada, que ponen las escalas, los socio-ritmos, la dimensión de lo local, la escala humana.³⁵ Más recientemente otros autores han enfatizado aún más las dimensiones propiamente culturales, políticas e incluso psicosociales de la dimensión local. Incluso en Europa, desde hace ya algunas décadas, se elaboran propuestas de Desarrollo Local en las que la creación de empleo es el objetivo buscado en una época determinada por las políticas de ajuste duro y reconversiones industriales, cuando el espacio local se descubre con criterios de eficacia para la promoción de políticas activas de empleo. Desde entonces ha habido una acumulación importante de conocimientos y de políticas en relación a los sistemas locales de empresas y el desarrollo territorial.

Los conceptos local, y desarrollo local son ahora frontera de reflexiones, debates, propuestas y políticas para una ges-

³⁵ Incluso yo mismo soy coautor de una propuesta llamada Desarrollo a Escala Humana publicada en 1986 y solo muy recientemente traducida al portugués y publicada en Brasil. *Desenvolvimento à escala humana*, (2012) Edifurb, Blumenau.

70 tión pública más descentralizada y participativa en el nivel local, para el buen gobierno local que facilita el desarrollo, creando el ambiente adecuado para liberar las energías de los agentes sociales con la preocupación central de la erradicación de la pobreza. Al mismo tiempo, que crecen los planteamientos de que el desarrollo humano va unido a la cultura como base de la identidad local, porque nos permite ser nosotros mismos en un mundo que se globaliza y mimetiza. En esa perspectiva, hay autores que nos sugieren atrincherarnos y resistir en la frontera de lo local como camino para enfrentar la inevitable globalización mientras que otros nos invitan a asumir una actitud proactiva en la cual se valoriza el lugar como el espacio desde el cual integrarnos en las dinámicas de la globalización, es una aproximación, que coincide con la propuesta hecha por Milton Santos para confrontar y transformar la que él llamó “globalización perversa”.

El lugar es la apropiación subjetiva, social y cultural del espacio/tiempo. Es ese territorio íntimo y cercano donde quien lo habita se siente cómodo, a sus anchas, donde ha construido certezas, donde desarrolla la mayor parte de las actividades rutinarias. Puede ser el asentamiento en que la persona nació y creció, donde se educó o trabajó, donde constituyó una familia, es ese sitio, punto o rincón con el cual la persona siente vínculos de pertenencia. Habitar un lugar implica una acción social, que se manifiesta de manera concreta en movimientos de construcción y destrucción de formas de vida, en formas específicas de apropiación de la naturaleza y de uso de los recursos intelectuales e institucionales creados por la humanidad. De allí es de donde surgen las operaciones y los conceptos con los que se delinean las fronteras y se construye la organización funcional de unidades territoriales delimitadas con base en intereses de

grupos sociales y en las realidades económicas, ambientales y sociales. El lugar es así, entonces, como una enunciación vivencial del habitar, del morar, del residir, en esa relación particular que el ser humano establece con el espacio. Como ha sido señalado por Francisco González:³⁶

El lugar es el espacio territorial íntimo y cercano donde se desenvuelven la mayor parte de las actividades del ser humano. Generalmente es el sitio donde las fases del nacer y crecer se plasma con mayor libertad dentro del lienzo llamado vida; es donde la educación y la configuración de la morfología personal se cristalizan con mejor nitidez. En el lugar se encuentran los familiares, las amistades cultivadas con un especial vínculo afectivo. En fin, es una comunidad definida en términos territoriales y de relaciones humanas, con la cual la persona siente vínculos de pertenencia. La primera característica: el lugar circunscribe todos los ámbitos vitales del ser humano. (CRUZ, 2012).

El lugar es el territorio, en términos ecológicos, de una persona. Es la zona donde se establece su comunidad y donde está su historia, sus referencias topográficas, sus definiciones culturales, sus afectos, donde se gana la vida y donde pasa la mayoría de su tiempo. Sin embargo, los lugares están siendo sustituidos por no-lugares en el proceso de occidentalización nos están llenando de no lugares, de espacios actuales de confluencia anónimos, donde personas en tránsito deben instalarse durante algún tiempo de espera, sea a la salida del avión, del tren o del metro que ha de llegar, y convierten así a los ciudadanos en meros elementos (consumidores y trabajadores) de conjuntos que se forman y deshacen al azar y son simbólicos

³⁶ CRUZ, Francisco González. *Lugarización*. Valera, Venezuela: Fondo Editorial Universidad Valle del Momboy, 2012.

de la condición humana actual y más aún del futuro. El usuario mantiene con estos **no-lugares** una relación contractual establecida por el billete de tren o de avión y no tiene en ellos más personalidad que la documentada en su tarjeta de identidad. No obstante, lo antes señalado, compartimos con Hassan Zaoual³⁷ su afirmación respecto a que:

la cultura del lugar está en el horizonte de los paradigmas del futuro. Es ella la que constituye el crisol de las modas de organización y de estimulación de los actores locales en torno a los cambios necesarios. El lugar funciona así como un experto cognitivo colectivo. Él da lugar a mecanismos de cooperación que estabilizan el desorden inherente a los organismos sociales. Las creencias compartidas llegan a ser motores simbólicos para la acción.

72

Hay un enorme potencial emancipatorio, una enorme capacidad de confrontar las formas de dominación que el sistema capitalista nos impone, que hemos sido hasta ahora incapaces de teorizar y de plasmar en propuestas de transformación posible. Muchas de ellas transitan en nuestras propias prácticas sociales, pero hemos sido incapaces de darles un nombre, de poder plasmar los conceptos que nos permitan reconocer su existencia en la realidad. Recuerdo como un libro de un antropólogo peruano José Matos Mar³⁸ a mí me permitió abrir las ventanas para sacudirme del episteme occidentalizante en el cual me había formado intelectualmente. Allí planteaba la tesis de que América Latina era una realidad social sin teoría. La nuestra ha sido una realidad a la cual se le ha puesto una camisa de

³⁷ ZAOUAL, Hassan. "El mosaico de culturas encara a un mundo uniforme". *Polis* [En línea], 2 | 2002, Puesto en línea el 26 noviembre 2012, consultado el 04 julio 2013. URL : <http://polis.revues.org/8059> ; DOI : 10.4000/polis.8059.

³⁸ MAR, José Matos. *Desborde popular y crisis del Estado*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1984.

fuerza para intentar interpretarla. Camisa de fuerza de la cual con dificultades aún seguimos intentando sacudirnos.

De allí entonces, que crea apropiado compartir algunas intuiciones, dado que no hay un camino definido y ya hollado para transitar, el camino a recorrer es un camino que se va haciendo al andar, como lo decía poéticamente Machado, y allí la intuición puede ser una brújula de gran utilidad.

Una primera intuición, que me parece absolutamente evidente, es recuperar el sentipensar³⁹, esa mezcla de emoción y razón, de inteligencia y corazón, propia del ser latinoamericano, que nos ha expropiado la racionalidad occidentalizante instalada hegemónicamente en el imaginario latinoamericano. Nuestro ser profundo anhela la fiesta, el carnaval, el ágape, el juntarse a celebrar la vida, la alegría del compartir con otros. Esos momentos en que la vida, la alegría se sentirnos vivos nos inunda. ¡Qué lejos está eso del cálculo racional del capital! El ser profundo de América Latina está en las antípodas de Occidente.

Un segundo sendero, es el aprovechamiento de los intersticios emancipatórios. Todo sistema incluso el más dictatorial, tiene filtraciones, rendijas, espacios por donde penetra y en los cuales se infiltra la utopía, la capacidad de soñar, la creatividad, la imaginación de otros mundos posibles, las ansias y ganas de libertad, de emancipación. Es allí donde el intelectual, el poeta, el militante tienen un espacio de actuación privilegiada. Una tercera vía, que nada tiene que ver con la propuesta por Giddens, es la de construir un espacio tiempo de ruptura autónoma. Es en los ensayos de otras formas de habitar lo humano donde se encuentra el mayor potencial emancipatório. Aquello que no está escrito en los textos o

³⁹ "Sentipensar" es una expresión de uso habitual entre los campesinos del la zona del Bolívar, en Colombia, la cual ha ido siendo progresivamente incorporada en la última década en el lenguaje no sólo poético o literario sino incluso académico, dada su coincidencia con los planteamientos teóricos desarrollados en el trabajo del biólogo y epistemólogo chileno Humberto Maturana, entre muchos otros.

manuales para la transformación social. Que magnífico ejemplo nos está dando al respecto el movimiento zapatista.⁴⁰

Es en la misma perspectiva que me atrevo a presentar algunos criterios o principios de actuación mediante los cuales creo posible introducir una mirada que nos hace posible discurrir, analizar, reflexionar e incluso divagar. Estos criterios o principios los sitúo en los márgenes del pensar, en el territorio del sentipensar, en ese espacio donde se integran ideas y sentimientos, emociones y argumentos, experiencias y sueños. Solo los enunciaré, ya que me requeriría mucho tiempo intentar plasmar por escrito, el profundo sentido que cada una de ellas envuelve.

El primero de todos, es el texto de un *graffiti* que fue un verdadero regalo, que pude leer escrito en una muralla en Bogotá, y que desde ese momento se ha transformado en mi horizonte de vida: **“Cada quien merece lo que sueña”**.

74

El segundo es una traducción muy personal de la primera ley de la Termodinámica o principio de conservación de la energía que sostiene que la energía materia en el Universo es constante, o dicho de otro modo que: “La energía ni se crea ni se destruye: solo se transforma”. Mi traducción al ámbito de lo humano dice: **“Nadie puede dar lo que no tiene.”** La democracia o se construye democráticamente o no se logra democracia. El afecto se vive y se comparte, se construye afectivamente. El socialismo si no se anticipa en la existencia humana, en las vidas de las personas no se realiza.

Un tercer criterio es tomar conciencia que el tránsito de la especie humana es un despliegue de una característica que

⁴⁰ Ver al respecto: Manuel Callahan, “In defense of conviviality and the collective subject”, *Polis* [En línea], n° 33/2012, Puesto en línea el 23 marzo 2013, consultado el 04 julio 2013. URL: <http://polis.revues.org/8432>; DOI: 10.4000/polis.8432; ESTEVA, Gustavo. *Celebración del Zapatismo*. edición ampliada y revisada, Ediciones ¡Basta!, Oaxaca, 2006a.

es compartida con otras especies vivas, pero que es genéticamente constitutiva de nuestra especificidad como seres vivos: nuestra condición empática, presente en lo que los neurofisiólogos dedicados a estudiarla han denominado las neuronas espejo.⁴¹ Mecanismos estos que nos han impulsado a un proceso civilizatorio que Jeremy Rifkin llama “Civilización empática”. El sentido de los procesos civilizatorios ha significado pasar desde el despliegue de la empatía con aquellos a quienes reconocíamos como iguales, lo que es la simpatía limitada propia de algunas especies vivas, hacia lo que Rorty ha llamado la ampliación de los círculos de lealtad que hacen posible la justicia, la ampliación de ese reconocimiento a otros, no considerados inicialmente iguales.

Para terminar quiero señalar que el aporte de América Latina al mundo en el plano de las ideas emancipatorias ha sido considerable, lamentablemente estas no han sido necesariamente reconocidas entre nuestra propia intelectualidad y en nuestra academia, que decir en nuestras universidades. Los aportes de la Teología de la Liberación (Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Jon Sobrino entre muchos otros), de la Educación Popular (Paulo Freire), de la Investigación Acción Participativa (Orlando Fals Borda), de la Biología del Conocimiento (Humberto Maturana y Francisco Varela), entre muchas otras aportaciones intelectuales, han enriquecido el pensar universal sobre la condición humana.

A ello se suman hoy fenómenos profundamente enraizados en nuestra identidad vernácula, constituyente, como

⁴¹ Ver al respecto: OLSON, Gary. “De las neuronas espejo a la neuropolítica moral”. *Polis* [En línea], n° 20/2008, Puesto en línea el 20 julio 2012. consultado el 04 julio 2013. URL: <http://polis.revues.org/3559>; DOI: 10.4000/polis.3559.

ha sido el reconocimiento de los Derechos de la Naturaleza, en el ámbito del derecho constitucional como lo ha hecho la Constitución del Ecuador, así como la recuperación de la cosmovisión del Buen Vivir (Sumak Kawsay, Sumak qmaña) propia del mundo andino, o la promisoriosa y rica Experiencia Zapatista. Es de este tipo de fenómenos de los cuales debemos aprender para producir la teoría integracionista que nos permita comprometer nuestro pensar y actuar con las seculares luchas que los sectores menos integrados de nuestros pueblos han venido realizando desde que Abya-Yala fue incorporada a los procesos de globalización.

Capítulo 2

O Papel das Empresas Transnacionais Brasileiras de Engenharia e Construção na Integração Sul-Americana

*Patrícia Mara Cabral Vasconcellos*⁴²

Atualmente, entre os investimentos brasileiros no exterior e, em especial, na América do Sul, destaca-se o realizado por intermédio das empresas de engenharia brasileiras devido a sua relação com o processo de integração regional. Desde 2000, quando a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi aprovada pelos doze países da região, os investimentos vinculados à iniciativa contribuíram para a consolidação das empresas de construção nos mercados vizinhos. Contudo, o processo de internacionalização das empresas brasileiras de engenharia e construção não é um processo novo e pode ser caracterizado por, pelo menos, duas fases. A fase inicial, na década de 1970 e a fase atual, a partir dos anos 2000.

As distinções visualizadas entre os dois períodos referem-se às motivações e razões que levam a empresa a buscar a internacionalização, à forma como ocorre o apoio governamental, à transformação no exercício da diplomacia, ao contexto interno e externo e, fundamentalmente, ao papel que as empresas passam a representar frente aos interesses

⁴² Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia e doutoranda em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Apoio: Capes. Email: pmcvasconcellos@gmail.com

de política externa do Estado brasileiro na América do Sul. De fato, na fase atual, mais do que agentes econômicos, as empresas transnacionais brasileiras de construção exercem uma diplomacia tríade⁴³ que busca consolidar os interesses e a liderança política do Brasil no processo de integração sul-americana. Desse modo, as empresas brasileiras tornam-se instrumentos políticos e agentes diplomáticos para consecução de objetivos que estão além da proposta de integração sul-americana.

Para melhor elucidar o papel das empresas transnacionais brasileiras de engenharia e construção como instrumento político do Brasil incorporado ao processo de integração sul-americana, apresentam-se, primeiramente, as fases e a forma como ocorre a internacionalização dessas empresas brasileiras. Compreender o contexto e as motivações das empreiteiras na busca pelo mercado externo, permitirá avaliar a relação entre o Estado e o mercado nesse processo.

Em segundo momento, apresenta-se a visão brasileira sobre a internacionalização das empresas dentro da proposta denominada de “novo desenvolvimentismo”, representando a política de internacionalização em sua segunda fase. Este paradigma propõe uma nova combinação entre Estado e mercado, em que ambos são caracterizados como fortes (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007). A proposta busca aliar a busca pelo desenvolvimento de forma autônoma e inclusiva, mas, ao mesmo tempo, consciente de um mercado interdependente

⁴³ Conceito apresentado por Strange (1988; 1992). Por diplomacia tríade entende-se a relação que se estabelece entre as três formas de diplomacia: a diplomacia governo-governo, a governo-empresa e a empresa-empresa. Na diplomacia Estados-empresa, as empresas são capazes de influenciar nas negociações e tomada de decisões em assuntos que antes eram vistos como um campo específico das relações entre Estados. A relação Estado-empresa torna-se, para ambos os lados, uma estratégia política para o desenvolvimento econômico global.

e global. Neste caso, a internacionalização torna-se necessária e a diplomacia responde as demandas do desenvolvimento nacional, não somente na ótica de seus agentes de Estado, mas também, na atuação de seus agentes de mercado, nacional e internacionalmente. A integração da infraestrutura e do mercado regional é condição indispensável para o alcance dos objetivos do novo desenvolvimentismo.

Nota-se que, em sua dimensão política e na busca pelos seus interesses nacionais, o Estado brasileiro recupera algumas das premissas da política externa do início da fase da internacionalização, ou seja, a política externa representada pelo pragmatismo responsável.

Posteriormente, apresentam-se os instrumentos utilizados pelo governo brasileiro para impulsionar a internacionalização das empresas de engenharia no processo de integração sul-americano. Em especial, visualiza-se o apoio fornecido através das embaixadas brasileiras na América do Sul, configurando-se a diplomacia tríade. Através, principalmente, de notas diplomáticas será possível perceber os interesses, os conflitos, a construção da imagem brasileira nos países vizinhos e o financiamento das obras de infraestrutura, evidenciando a importância econômica e política das empresas brasileiras.

Conclui-se, de modo geral, que as relações entre empresas transnacionais⁴⁴, Brasil e os países vizinhos, são compostas por questões e interesses que ultrapassam o discurso de bem-estar e desenvolvimento dos povos por meio da integração regional.

⁴⁴ Neste artigo, empresas ou corporações transnacionais ou multinacionais serão tratadas como sinônimos adotando a característica comum apresentada por Santos (2009), de que tais empresas pretendem obter maiores lucros através da internacionalização da produção.

A Internacionalização das Empresas Brasileiras de Engenharia na América do Sul

As empresas de engenharia brasileiras tiveram sua origem na década de 1940. A Camargo Correa em 1939, a Odobrecht em 1944, a Andrade Gutierrez em 1948 e, em 1953, a Mendes Júnior e a Queiroz Galvão. Obras realizadas no Nordeste, nas décadas de 1950 e 1960, relacionadas com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a construção de hidrelétricas na região impulsionaram o mercado para estas empresas. Ainda na década de 1960, o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, a construção de rodovias adotando-se o modelo rodoviarista para o Brasil e a construção de duas importantes hidrelétricas como Furnas e de Três Marias, fomentaram o mercado doméstico para as construtoras. Além disso, a necessidade de obras para a Petrobras, como refinarias, plataformas, estradas, prédios, fizeram com que a estatal se constituísse como um elemento importante para o mercado das construções (CAMPOS, 2008).

No que se refere ao processo de internacionalização, as empresas de engenharia brasileiras iniciaram suas atividades na década de 1970. A empresa Mendes Júnior, por exemplo, foi a primeira a exercer atividades no exterior, construindo a hidrelétrica de Santa Isabel, na Bolívia, em 1969, e uma rodovia na Maurítânia, África, em 1975. A Odobrecht inicia a sua internacionalização na América do Sul construindo, em 1979, a hidrelétrica de Charcani V, em Arequipa, Peru. A empresa Camargo Corrêa participa da construção e montagem, em 1978, da usina de Guri, na Venezuela. A empresa Queiroz Galvão constrói a barragem de Paso San Severino,

no Uruguai, em 1984. No mesmo ano, a empresa Andrade Gutierrez inicia sua atuação internacional construindo a rodovia Epena-Impfondo-Dongou, no Congo e a rodovia Cochabamba-Chimaré e Yapacani-Guabirá, na Bolívia.

As obras de infraestrutura, realizadas em território brasileiro nas décadas anteriores, permitiram que as empresas brasileiras adquirissem *know-how* em grandes obras estando, portanto, capacitadas a competir no mercado externo. No final do regime militar, na década de 1970, com o crescente endividamento do Estado, processo inflacionário e a incapacidade de continuar a financiar grandes obras públicas, as empresas percebem que o mercado doméstico torna-se não atrativo, ou seja, há uma desaceleração do mercado doméstico e as empresas veem-se pressionadas a buscar o mercado externo.

Assim, de acordo com Iglesias e Veigas (2002), a crise do mercado interno é um dos fatores que impulsionam o investimento externo brasileiro. Contudo, para autores como Zebiden; Oliva; Gaspa (2007), Viégas (2009), Ferraz Filho (1981), o argumento de retração da demanda interna como variável explicativa para a internacionalização dessas empresas brasileiras não se sustenta. Os autores preferem enfatizar a diminuição dos riscos de atuação no mercado externo e uma visão proativa da empresa com intuito de expansão de atividades e mercado, dado que a retração no mercado interno de construções começa a ocorrer na década de 1980, ou seja, posterior ao início da internacionalização das construtoras.

O contexto da internacionalização das empresas de construção e engenharia permanece controverso. A análise de Ricupero e Barreto (2007) aponta que a internacionalização das empresas brasileiras possui características distintas do

processo de internacionalização de empresas ocorrido em outros países justamente porque, em geral, as empresas, sejam de países desenvolvidos ou em desenvolvimento, se internacionalizam dada a dinâmica de crescimento econômico de seus países. No caso do Brasil, verifica-se o inverso. O início da internacionalização das empresas brasileiras ocorre em um contexto de baixo crescimento econômico interno. O caso das empresas de engenharia e construção ilustra a afirmativa. Para Ricupero e Barreto (2007), a decisão pela internacionalização, no final da década de 1970, das empresas privadas como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Mendes Júnior teve como principal motivação a sobrevivência, dado que os investimentos em obras no país estavam em declínio. Assim, outra especificidade do caso brasileiro reside no fato de a internacionalização se referir mais a empresas que exportam serviços que às empresas que produzem manufaturas.

Por outro lado, Campos (2010) considera que, no caso das empresas de engenharia e construção, não foi a baixa demanda no mercado interno que conduziu as empresas ao mercado externo. O autor afirma que, no período do milagre econômico, ou seja, década de 1970, ocorreu o auge dos serviços de infraestrutura no país. Considera que as empresas de engenharia buscaram o mercado externo porque havia a possibilidade de conseguir lucros maiores e porque o empresariado brasileiro havia conseguido se articular internamente para conseguir o apoio necessário à sua internacionalização. Desse modo, havia o apoio do Itamaraty e eram fomentadas políticas de apoio à internacionalização para esse setor, como o Decreto-Lei nº 141-8/75 que tratava do direito de as empresas reduzirem, de seu lucro tributável, os resultados com a venda de serviços no exterior (CAMPOS, 2010, p. 12). Nesse caso, o papel do Estado foi fundamental.

O Brasil fundamentou políticas externas favoráveis, participou de projetos internacionais e possibilitou o financiamento direto (CAMPOS, 2008).

De todo modo, destaca-se a ressalva de Ferraz Filho (1981) de que o mais provável é que a crise interna tenha afetado de modo diferenciado cada uma das empresas. Para melhor avaliação, seria necessário realizar estudos de casos, o que não compete ao objetivo deste artigo.

Aliando necessidades inerentes à dinâmica do mercado e articulando uma política interna de apoio ao início do processo de internacionalização, na década de 1980 e primeira metade da década de 1990, o setor de construção (individualmente) foi aquele com o maior número de instalações de unidades no exterior (IGLESIAS e VEIGA, 2002, p. 395).

A partir da segunda metade da década de 1990, o processo de integração regional, Mercosul, foi o fator que gerou oportunidades de investimento no exterior. Da mesma forma, a partir dos anos 2000, o processo de integração regional de infraestrutura, IIRSA, tornou-se um motivador para investimentos no mercado externo, em especial, para as empresas de engenharia. Em 2008, de acordo com a pesquisa da Fundação Dom Cabral, das vinte maiores multinacionais brasileiras em atividade no exterior, três eram do ramo de construção: Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez.

De acordo com Chudnovsky & Lopez *apud* Correa e Lima (2008), as empresas dos países em desenvolvimento tendem a iniciar o processo de internacionalização de suas atividades produtivas nos países com grau de desenvolvimento semelhante ou inferior. No caso das empresas de construção brasileiras, a América do Sul foi o início do processo de internacionalização e consolidou-se como principal mercado.

Correa e Lima (2008) afirmam que, em geral, somente com o amadurecimento das atividades é que as empresas buscam competir com outras, localizadas em países mais desenvolvidos. A busca por novos mercados gera incertezas e riscos quanto aos resultados que só serão minimizados com o conhecimento do processo de internacionalização e da cultura do país onde se investe.

Segundo Campos (2008), as empresas brasileiras têm expandido as suas atividades, mas os principais mercados ainda são países subdesenvolvidos, como África e Oriente Médio, encontrando dificuldades para competir em mercados como dos Estados Unidos, Europa e Japão. Na visão inversa, de acordo com Carvalho e Sennes (2009), as construtoras americanas e europeias possuem mais dificuldade de aceitar o risco político associado ao investimento nos países sul-americanos. Nessa perspectiva, um dos instrumentos de apoio à internacionalização de empresas adotado por países, como por exemplo, Coreia do Sul e Espanha, são os instrumentos de minimização de riscos, o que inclui o risco político, ou seja, “garantias de cobertura para casos de restrições à transferência de moedas e expropriações, frente às guerras civis e outras turbulências políticas.” (BRASIL, 2009).

De todo modo, Carvalho e Sennes (2009) afirmam que a América do Sul é o mercado importante para as construtoras brasileiras, sendo que, de modo geral, a região é responsável por 30% do faturamento global das empresas (CARVALHO e SENNES, 2009, p. 27).

Para afirmar a partir de qual momento a política externa e a internacionalização das empresas de construção e engenharia possuem seus interesses alinhados, é preciso apro-

fundar o debate. Assim, a análise deve atentar para as razões que motivam a empresa a decidir pela internacionalização em, pelo menos, dois pontos. Primeiro, de natureza econômica - refere-se aos objetivos da empresa como redução de custos, obtenção de tecnologia, acesso a recursos naturais e outros. Segundo, de natureza política - refere-se a fatores ou circunstâncias que facilitam o processo de internacionalização. Cita-se como exemplo, o apoio do governo e do componente diplomático. Dessa forma, frisam-se as oportunidades e os instrumentos visualizados pelas empresas no processo de decisão. Na medida em que os pontos relacionados à natureza econômica e à natureza política se aproximam é possível delinear os interesses dos Estados.

Dentro dessa perspectiva, encontram-se diferenças entre o processo de internacionalização da década de 1970 e dos anos 2000. No início da internacionalização, o apoio do governo brasileiro à internacionalização das construtoras ocorreu diante de um contexto específico e de curto prazo que gerou um interesse nacional em torno do tema da crise de energia. Diante dos choques do petróleo, o principal incentivo ao mercado externo foi destinado às empresas que pudessem atuar nos países produtores de petróleo, realizando a troca de serviços por esta matéria-prima. Nesse contexto, não se formulou uma política para a internacionalização das empresas brasileiras e sim uma política externa pragmática para a solução de uma demanda interna.

O empenho diplomático do Estado brasileiro na atuação da Mendes Jr no Iraque, nas décadas de 1970 e 1980⁴⁵ e da Odebrecht em Angola em 1975⁴⁶, configura-se em uma polí-

⁴⁵ Ver Ferraz Filho (1981); Viégas (2009); Fares (2007).

⁴⁶ Ver Fares (2007); Campos (2008).

tica de troca de serviços de engenharia por petróleo. Inclusive, os contratos eram firmados tendo como modo de pagamento o sistema *countertrade*.⁴⁷ Na América do Sul, houve a tentativa de negociação com a Venezuela. No entanto, esse país exigia o pagamento em dólar mantendo os Estados Unidos como seu principal parceiro comercial (FARES, 2007).

Assim, de modo geral, as demais iniciativas de conquista do mercado externo pelas construtoras brasileiras, nesse período, ocorreram desvinculadas de uma política de apoio governamental ou de política externa que tivesse como pauta o processo de internacionalização. O apoio diplomático teve por base o interesse nacional pelo recurso energético ou ocorreu de modo casuístico, estando presente somente em contratos considerados expressivos pelo governo brasileiro. Isto evidencia a ausência de mecanismos de apoio à internacionalização de suas empresas embasados em um planejamento de Estado sobre a relação entre empresas transacionais e sua política externa.

Um vínculo incipiente entre projeção do Estado brasileiro e internacionalização das empresas começa a se delinear a partir do processo de integração do Mercosul, década de 1990, através da abertura da economia e com o abandono de uma visão negativa sobre a atuação das empresas transnacionais. Contudo, somente a partir dos anos 2000 é que a internacionalização passa a ser incorporada aos interesses do Estado brasileiro. Com o intuito de aprofundar esta afirmativa, propõe-se uma análise da visão da política externa brasileira sobre as empresas transnacionais.

⁴⁷ No caso, o contrato funcionava da seguinte forma: o governo brasileiro pagava a empresa em moeda e o governo estrangeiro pagava o governo brasileiro fornecendo petróleo (VIÉGAS, 2009).

As Empresas Transnacionais e a Política Externa Brasileira

Na perspectiva da política externa brasileira frente ao objetivo de desenvolvimento do país, do início da internacionalização das empresas brasileiras na década de 1970 aos dias atuais, a visão sobre as empresas transnacionais transformou-se. Inicialmente marcada por uma visão teórica predominantemente negativa, passou-se para uma concepção de que uma inserção no mercado global, inclusive por meio das empresas transnacionais, é incontestável. Assim, a lógica de apoio e instrumentalização das empresas transnacionais para a promoção de interesses nacionais torna-se clara no paradigma da política externa brasileira.

De 1930 a 1990, predominou como paradigma da política exterior do Brasil a vertente denominada de nacional desenvolvimentista. Esta corrente teórica fundamenta-se, principalmente na visão dos estudiosos, da teoria do imperialismo e da teoria da dependência.⁴⁸ Por essa perspectiva, de modo geral, as empresas multinacionais são analisadas como prejudiciais ao desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. São instrumentos de acumulação de capital, contribuindo para perpetuar e polarizar cada vez mais as

⁴⁸ Uma obra de referência para compreender as diferentes vertentes da teoria é a obra de Theotônio dos Santos. Ver: SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Indica-se também as obras: CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editores Zahar, 1977. Marini, Ruy Mauro. *Dialética da dependência* (1973). In: Traspadini, Roberta; Stedile, João Pedro. Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. A vertente da teoria da dependência representada por Ruy Mauro Marini, fundamentada pela teoria marxista, diverge da formulação teórica de Cardoso e Falleto. Marini entende que a superação da relação de dependência não é possível dentro do sistema capitalista. O imperialismo é o empecilho para o desenvolvimento das nações e a resposta a essa situação estrutural é a revolução socialista

diferenças entre centro e periferia. Contudo, deve-se destacar que um aspecto central e positivo dessa corrente teórica era a valorização do componente nacional e a busca pela autonomia nas decisões.

No entanto, na prática, a presença das multinacionais estrangeiras se expressou de modo contraditório, pois estas tiveram um papel importante para a industrialização do Brasil nesse período. Curado e Cruz (2008) apresentam que, no período denominado de “industrialização pesada”,⁴⁹ o fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE)⁵⁰ foi o que viabilizou a industrialização pesada brasileira. Na década de 1960, os principais setores para os quais eram dirigidos os IDEs eram: setor automobilístico, petróleo, setor de produtos químicos, metalurgia, alimentos, farmacêuticos, aparelhos eletrônicos, siderurgia, atividades comerciais e autopeças (CURADO e CRUZ, 2008).

88

Na década de 1970, a vigência da política externa denominada de pragmatismo responsável, em oposição ao alinhamento automático da década anterior, foi fundamental para o processo de busca de novos parceiros comerciais possibilitando a expansão das multinacionais brasileiras, ou seja, a expansão do Investimento Direto Brasileiro (IDB).

O paradigma responsável se delineia de modo mais visível durante o governo Geisel e pode ser entendido como uma política autônoma que prima pelo interesse nacional e que busca novas parcerias. Este paradigma delineia-se em um contexto de crise do petróleo e de uma visão do sistema internacional na qual os Estados Unidos perdem

⁴⁹ Período compreendido entre 1955 a 1980.

⁵⁰ Em 1950, o estoque de IDE era aproximadamente de US\$ 334 milhões. Em 1960, eram de US\$ 1,1 bilhão. Em 1970, era de aproximadamente US\$2,48 bilhões (CURADO e CRUZ, 2008).

liderança. Incorpora-se a este paradigma o projeto de realizar o “Brasil-potência”. De modo geral, essa nova relação externa é um indicativo que favorece a internacionalização das empresas brasileiras.

Evans (1998) alerta que a discussão fundamentada na polarização entre aqueles que acreditavam que as empresas transnacionais eram benéficas à prosperidade dos países e entre aqueles que atribuíam às empresas transnacionais mecanismos negativos da exploração capitalista foram, especialmente, válidas para o período denominado de “Velha Internacionalização”. Durante os anos de 1950 a 1973, na velha internacionalização, o debate realizava-se em torno da relação entre as empresas transnacionais e os Estados do Terceiro Mundo (EVANS, 1998). O objeto principal de análise eram os investimentos dos Estados Unidos nos países da América Latina. A incorporação dessas empresas e investimentos externos compôs a base da política de substituição de importações nos países latino-americanos. Atualmente, a controvérsia maniqueísta em torno da visão das empresas transnacionais não se mostra plausível, uma vez que os próprios países menos desenvolvidos passam a utilizá-la como um instrumento da promoção de seu mercado e desenvolvimento.

A nova internacionalização possui um contexto diferente. Primeiramente, porque ocorre a efetivação dos mercados globais. Assim, passam a vigorar estratégias que são definidas por outros mercados e não partindo do mercado local. No mais, destaca-se que a internacionalização passa a ser uma estratégia que abrange todas as regiões do mundo (EVANS, 1998). O debate não se limita mais ao investimento dos Estados Unidos ou dos países desenvolvidos em países menos desenvolvidos, mas passa a incluir uma análise sobre o investimento externo

direto dos países em desenvolvimento. Neste caso, aponta-se para o processo de internacionalização das empresas dos países como China, Brasil e outros do Leste da Ásia.

O processo de internacionalização das empresas brasileiras de construção, aliada a mudanças internas, tende a acompanhar as premissas e o contexto da nova internacionalização, abandonando os componentes teóricos da velha internacionalização. Em termos de paradigma de política externa, a visão do nacional desenvolvimentismo começa a enfraquecer e, na década de 1990, configura-se o Estado neoliberal.

No Estado neoliberal ou Estado normal, a responsabilidade do Estado com relação ao desenvolvimento é mínima (CERVO, 2008). A premissa é o fortalecimento das funções do mercado e a redução do papel do Estado. Com esse intuito, participar da globalização, inclusive com a presença das empresas transnacionais, é reflexo de um fortalecimento do mercado interno. É o mercado que conduz o processo de crescimento e desenvolvimento do país. Na visão de Oliva (2010), as políticas neoliberais refletem uma nova concepção da ordem mundial, na qual a globalização seria capaz de promover uma inclusão simétrica, pacífica e democrática.

Desse modo, o Estado-nação teria a sua função modificada, tornando-se um elemento coadjuvante nos processos econômicos e de desenvolvimento. Pressupunha-se a ausência de alternativas à dinâmica do mercado, portanto, uma perda de função do Estado. Não se alinhar às forças do mercado poderia ser entendido como estagnação. Nesse caso, o objetivo do Estado é participar da globalização, sendo o processo de integração um instrumento para alcançar a competitividade internacional e aproveitar as oportunidades de um mercado essencialmente dinâmico.

As empresas transnacionais brasileiras e, em especial, as empresas de construção e engenharia compreendem a mudança de paradigma. Trata-se de uma conjuntura política que favorece os interesses do mercado.

A nova internacionalização, no sentido proposto por Evans, adentra a política externa brasileira. A partir de 2002, no entanto, os pontos negativos de uma política neoliberal são ressaltados e revigora-se a perspectiva do desenvolvimentismo através do novo desenvolvimentismo. Neste paradigma, entende-se que é preciso diversificar as exportações e atuar em novos mercados. No entanto, o modelo preceitua que um Estado forte e um mercado forte são necessários para o desenvolvimento. O Estado apoia a internacionalização de suas empresas, assumindo a responsabilidade de prestar o apoio necessário para que as empresas nacionais possam competir no mercado global. Esta é a diferença fundamental que torna o processo de internacionalização das empresas um componente da política externa brasileira.

Para Bresser Pereira (2011), a volta do desenvolvimentismo implica no fato de o Brasil voltar a se comportar como uma nação independente. Esta afirmação revela, política e economicamente, a relação que se traça entre a vertente do desenvolvimento e a política externa.

De forma geral, o “novo”, incorporado ao termo, implica em uma discussão sobre o modelo político-econômico, os princípios de gestão do Estado e o modo de inserção no cenário internacional. Com relação ao último ponto, a partir de 2002, destaca-se o processo de reformulação e implantação da Política Exterior do Brasil através de um discurso que enfatiza a cooperação Sul-Sul, o processo de integração regional e a exportação de um modelo de desenvolvimento

ambiental. Em todos estes objetivos, as empresas transnacionais brasileiras podem ser instrumentos do governo.

Mesmo com contradições, o novo desenvolvimentismo aponta para uma política externa na qual o Brasil busca exercer uma liderança no cenário internacional diversificando relações econômicas e comerciais, propagando uma ideologia de desenvolvimento vinculado a não hegemonia (democratização das relações), à primazia da defesa dos aspectos sociais (inclusão) e à preservação ambiental.

De acordo com Bresser Pereira (2011b), o novo desenvolvimentismo se coloca como uma alternativa ao Consenso de Washington e, embora o Brasil, em termos macroeconômicos, tenha tido avanços desde 2001, ainda não há um consenso na sociedade civil de que essa seja a melhor alternativa para a estratégia de desenvolvimento nacional. Em uma análise que explora as razões pelas quais o novo desenvolvimentismo não assumiu um caráter hegemônico na sociedade, o autor aponta para três fatos que podem ser assim resumidos: (1) as novas ideias ainda não são conhecidas por toda a sociedade; (2) em geral, uma política que estabilize os preços já é vista como essencialmente positiva e, neste ponto, a ortodoxia convencional mantém seus adeptos e (3) permanece sobre a sociedade brasileira a dificuldade de visualizar um projeto nacional sem as influências hegemônicas da ideologia neoliberal e globalista (BRESSER PEREIRA, 2011b, p. 83-84).

Oliva (2010) avalia que, assim como no nacionaldesenvolvimentismo, a política externa no “novo” desenvolvimentismo é orientada conforme a concepção e objetivos do desenvolvimento nacional. Contudo, o novo desenvolvimentismo possui como característica marcante o fato de o social ser um dos eixos estruturantes e, mesmo que possua elementos

nacionalistas, é mais internacionalista que a proposta desenvolvimentista anterior. Outra diferença importante é que a dinamização da economia e comércio pela política externa não ocorre via substituição de importações, mas sim, pela diversificação das exportações e atuação em novos mercados.

Cervo define o período do governo Lula (2002 a 2010) utilizando-se do conceito de Estado logístico, em detrimento da terminologia de Estado neodesenvolvimentista. Para Couto (2010), a diferença entre os termos expressa-se mais em função de *marketing* do que de substância. O primeiro livra-se dos resquícios negativos que a denominação desenvolvimentista acarreta, evitando-se considerações pejorativas vinculadas ao discurso “terceiro-mundista” ou “ideológico”. Assim, a denominação “logístico” evitaria debates desnecessários com setores conservadores da sociedade.

Na visão de Couto, o termo Estado logístico revela, de modo coerente, a forma como o governo conduz a nova estratégia, primando por um Estado que é mediador dos interesses dos diversos setores da sociedade e que incentiva e apoia a internacionalização das empresas brasileiras.

A origem do paradigma logístico, na definição de Cervo, é uma mescla entre o paradigma desenvolvimentista e o neoliberal. Trata-se da busca por um paradigma que atenuie os efeitos do neoliberalismo na sociedade e resgate pontos vinculados ao nacionalismo.

Uma das principais diferenças do paradigma desenvolvimentista para o logístico, apontada por Cervo (2008), refere-se à relação entre Estado e sociedade. A sociedade possui um papel importante, pois é corresponsável com o Estado pelas propostas e ações que atendam a seus interesses. O Estado não é absoluto, como apresenta a visão desenvolvi-

mentista e o mercado não é absoluto, como apresenta a visão neoliberal. Em tese, trata-se de uma harmonia entre Estado, mercado e sociedade.

Outra diferença refere-se à concepção de sociedade. No modelo desenvolvimentista, a sociedade era analisada em processo de transformação para uma sociedade complexa. No pós-desenvolvimentismo, visualiza-se uma sociedade avançada em que os interesses próprios podem ser alcançados mediante ações que equilibrem a interdependência real. Trata-se do abandono da ideologia da dependência estrutural para a crença na possibilidade autônoma de inserção internacional.

O entendimento de uma sociedade complexa, aliada à premissa de inserção internacional autônoma, incentivou o processo de internacionalização da economia brasileira. É desse modo que a defesa dos interesses nacionais é resgatada da ideologia desenvolvimentista, mas, ao mesmo tempo, é reconfigurada devido ao seu caráter de imersão no cenário econômico global. Assim, o Estado assume a responsabilidade de prestar o apoio necessário, em especial no que se refere ao apoio logístico e de infraestrutura, para que as empresas nacionais possam competir no mercado global.

Os fluxos de investimento direto externo (IDE) refletem a política governamental de apoio ao processo de internacionalização, uma vez que influenciam nas facilidades, diretrizes, capacidade de investimento e motivação para o investimento externo. Desse modo, o Estado logístico acredita construir mecanismos de poder baseados nas vantagens comparativas intangíveis como gerenciamento e avanços em ciência e tecnologia (CERVO, 2008).

Assim, desenvolvimento e política externa voltam a estar estritamente vinculados no “novo desenvolvimen-

tismo". Para Oliva (2010), a nova política externa projeta os interesses nacionais no plano externo, criando as condições necessárias para o novo ciclo de desenvolvimento. Dentre as contribuições promovidas pela política externa, aponta-se para a diminuição da vulnerabilidade econômica externa, o aumento do protagonismo internacional do Brasil e o fortalecimento de uma ordem mundial em que os interesses dos países em desenvolvimento possam ser considerados.

Dessa forma, no governo Lula, a partir de 2002 retoma-se o sentido estratégico de promoção do desenvolvimento nacional. Entende-se que a inserção na globalização deve ocorrer de forma planejada e vinculada aos interesses nacionais.

A política exterior altera-se para fomentar os objetivos do desenvolvimento do Estado. Alguns pontos podem ser destacados como diretrizes da política externa sob o prisma do Estado novo desenvolvimentista: (1) promoção do desenvolvimento nacional relativamente autônomo com ênfase no social; (2) superação da vulnerabilidade externa da economia; (3) prioridade das relações Sul-Sul sem abandonar as relações Norte-Sul; (4) princípio da não indiferença substituindo o princípio da não intervenção; (5) recuperação do sentido estratégico da integração regional, isto é, integrar econômica, política e fisicamente a América do Sul e recuperar o Mercosul; (6) consolidação dos novos espaços de discussão e negociação; (7) incentivo aos interesses dos países emergentes em diversos foros e instâncias internacionais e (8) contribuição para reformar instituições multilaterais, como por exemplo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Cervo (2008) analisa três pontos relacionados à política externa que refletem a mudança de paradigma no governo Lula. Primeiro, o projeto de integração da América do Sul

através da integração produtiva da infraestrutura, reforçando as relações com o entorno geográfico. Segundo, a internacionalização da economia, anteriormente mencionada, atribuindo ao Estado uma função estratégica ao direcionar e possibilitar oportunidades para consolidação e ampliação do comércio. Por último, a opção de enfatizar a relação com os países em desenvolvimento ou emergentes visando formar coalizões capazes de resistência aos impulsos hegemônicos.

Em suma, visualiza-se que, na década de 1970, o desenvolvimento proposto pela política externa brasileira possui um caráter nacionalista. A presença das multinacionais estrangeiras em território brasileiro é controversa, o que também geraria contradições se o governo incentivasse as suas empresas nacionais a se internacionalizar. Com isso, acredita-se que a política de Geisel, com o paradigma do pragmatismo responsável, não coloca a inserção das empresas brasileiras no mercado externo como objetivo. Os objetivos são novas parcerias econômicas, novas relações político-econômicas com o intuito de diminuir a dependência estrutural, em especial, de diminuir a dependência da relação do Brasil com os Estados Unidos.

Nesse caso, algumas construtoras e obras específicas foram beneficiadas com o apoio do governo, como a Mendes Júnior no Iraque e a Odebrecht, na Angola. No entanto, construtoras e obras realizadas no mesmo período, na América do Sul, por exemplo, não tiveram o respaldo de uma política governamental. A premissa era o mecanismo comercial de troca que o Brasil poderia ter com outro país através da construtora e não uma política para a internacionalização destas empresas.

Na década de 1990, a mudança de paradigma na política externa favorece a abertura do mercado, mas a internaciona-

lização ainda é uma decisão fortemente empresarial. A partir de 2002, o novo paradigma alia mercado e Estado e a internacionalização de empresas surge como um elemento-chave.

Atualmente, a consolidação do novo desenvolvimentismo como uma estratégia viável para o desenvolvimento e para inserção do Brasil no cenário internacional representa um desafio para a diplomacia brasileira que busca, por exemplo, intermediar e apoiar a relação das empresas transnacionais com os outros países. Esta relação entre as empresas transnacionais e a política externa brasileira apresenta desdobramentos econômicos e políticos que carecem de pesquisa aprofundada. A seguir, apontam-se alguns dos interesses e a forma de atuação do Estado brasileiro no processo de internacionalização das empresas de construção.

Interesses e o Apoio do Estado Brasileiro na Internacionalização das Empresas de Construção

97

Na tentativa de elucidar os interesses do Estado em apoiar a internacionalização de suas empresas, Gilpin (2002) elenca alguns pontos em que a política do Estado de origem e as corporações transnacionais podem confluir em interesses. Contudo, ressalta que nem sempre a convergência ocorre. Por vezes, a estratégia do governo em tornar as empresas um instrumento de seus interesses não encontra correspondência possível nos objetivos das corporações. No entanto, de modo geral, pode-se resumir a forma como a expansão das empresas serve aos interesses nacionais do Estado de origem, em cinco pontos.⁵¹

⁵¹ Vale lembrar que a análise do autor é baseada na expansão das empresas multinacionais norte-americanas. Ver Gilpin (2002).

Primeiro, as empresas possuem acesso a matérias-primas ou produtos básicos e o Estado, através delas, pode garantir o fornecimento desses bens ou ao menos restringir o seu aumento de preço em sua situação de crise ou conflito. No caso brasileiro, nota-se que em 2006, 67,2% dos ativos das vinte maiores multinacionais brasileiras correspondem a empresas vinculadas a insumos básicos e matérias-primas, como é o caso da CRVD e da Petrobras (FDC, 2007). As empresas de construção possuem atividades relacionadas com estas empresas, dada a própria construção de infraestrutura necessária para a operação das mesmas. Além disso, o acesso a recursos naturais também ocorre com a construção de grandes obras de infraestrutura como é o caso das hidrelétricas.

Segundo, em especial com relação às empresas industriais e de serviços e por meio do investimento direto externo, o Estado pode manter a sua posição relativa nos mercados mundiais. O Estado mantém a sua participação no mercado mundial mesmo com outras economias em expansão, o que permite manter a sua capacidade de competição. O autor relembra que, mesmo exportando capital e tecnologia, o Estado pode manter seu poder empresarial, o que é essencial para não perder a posição dominante. Em um contexto de globalização e de busca por inserção no mercado mundial, o Brasil busca garantir o seu espaço como uma economia emergente.

Terceiro, a expansão das corporações multinacionais é favorável aos interesses do balanço de pagamento do país, já que são produtoras de divisas. Estes recursos são fonte importante de manutenção de outras formas de poder e influência global. Em geral, aponta-se que, na perspectiva do Estado, ao menos no primeiro momento, a saída de capital pode ser considerada como negativa. Todavia, em um

segundo momento, entende-se que o investimento realizado pelas multinacionais deve gerar lucros que retornam ao Estado, aumentando ou restituindo o fluxo de capital.

Quarto, as empresas podem ser um instrumento do desenvolvimento econômico global e um mecanismo para difusão da ideologia da livre iniciativa. Neste ponto, o autor parte da análise que a expansão das empresas norte-americanas, na década de 1970, poderia ser um instrumento particularmente interessante contra o comunismo. De qualquer forma, incorpora-se a ideia de que as empresas podem ser fator de promoção de poder ideológico. No mais, na promoção do desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, os Estados desenvolvidos prefeririam a lógica do investimento privado a investir na atuação de organizações internacionais ou fornecer empréstimos aos governos estrangeiros.

Por fim, as empresas podem ser um instrumento diplomático. Os governos direcionam as atividades das empresas de forma que os governos estrangeiros sigam a orientação do Estado de origem. Assim, as empresas são implicitamente recrutadas para exercer a política externa do Estado.

No caso brasileiro das empresas transnacionais de construção e engenharia, estes interesses apontados por Gilpin consolidam-se por meio do apoio do Estado em pelos menos dois instrumentos: (1) com o aporte financeiro e a (2) atuação do corpo diplomático.

Principalmente com relação ao aporte financeiro, o setor em estudo aparece entrelaçado com uma política de Estado. O apoio à internacionalização das empresas brasileiras foi enfatizado, em 2002, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) aprovou uma linha de financiamento específica para incentivar a atuação das

empresas brasileiras no mercado internacional via exportação. Naquele ano, o Estatuto do BNDES foi alterado visando autorizar o financiamento de projetos de investimento direto no exterior. Em 2005, foram aprovadas as normas de financiamento de IDE. As empresas beneficiárias destas normas são aquelas de capital nacional que atuam em atividades industriais ou na área de engenharia com estratégia de internacionalização em longo prazo (FIOCCA, 2006).

O BNDES, através da viabilidade de financiamento e capitalização das empresas (BNDES Participações S/A - BNDES-Par), é o principal instrumento de apoio à internacionalização do governo brasileiro (HIRATUKA e SARTI, 2011). Com o objetivo de diversificar e facilitar as fontes de recursos para os financiamentos, o BNDES abriu um escritório em Montevideu, em agosto de 2009, com o intuito de reforçar as operações do Brasil com os países vizinhos e uma subsidiária em Londres inaugurada em novembro do mesmo ano. De acordo com Nóvoa (2009), essas iniciativas significam um processo em que se almeja compatibilizar política externa com política de integração regional por meio do processo de expansão de capitais (NÓVOA, 2009, p. 197).

O BNDES contribui para esse processo tendo uma linha de financiamento para projetos de infraestrutura no exterior. Em 2004, o desembolso do BNDES Exim para este setor foi de US\$ 227.990 e, em 2008, foi de US\$ 917.846, o que significa que o desembolso praticamente quadruplicou no período.

No mesmo sentido, para Ribeiro e Lima (2008), o BNDES incorporou a integração sul-americana como uma das prioridades de sua estratégia de atuação, em especial, quando instituiu um departamento vinculado à Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior com o objetivo de prio-

rizar e acompanhar as operações de financiamento com a região sul-americana.

Vale a pena destacar que, para as empresas de engenharia e construção, a possibilidade de financiamento pelo BNDES constitui-se em um diferencial. A viabilidade de financiamento pelo BNDES é um fator que tem sido preponderante para a consolidação das empresas brasileiras de construção na América do Sul. A empresa OAS, por exemplo, nas tentativas de ingressar no mercado do Paraguai foi questionada pelos interlocutores locais sobre as possibilidades de financiamento utilizadas pela empresa, a qual respondeu que as obras da empresa na região, em geral, contam com o apoio do BNDES (BRASEMB, 2011).⁵² Do mesmo modo, um informe da embaixada do Brasil em Buenos Aires atesta a importância do BNDES no financiamento de obras de infraestrutura na Argentina mediante a seguinte afirmativa:

Tendo em vista as restrições atualmente enfrentadas pela Argentina na obtenção de crédito, é evidente a importância dos financiamentos que vêm sendo concedidos pelo BNDES para a aquisição de bens e serviços de alto valor agregado. A atual carteira de projetos de infraestrutura, de aproximadamente US\$ 4.2 bilhões, cobre setores tão variados como o energético, o de saneamento e o de transporte. (BRASEMB BUENOS AIRES Recebido em: 13/12/2010).⁵³

⁵² Correspondência diplomática – Brasemb Assunção para Exteriores em 17/10/2011. Assunto: Brasil-Paraguai. Promoção comercial. Investimentos. Missão de representantes da OAS. Assunção, 04 e 05.10.2011.

⁵³ Correspondência diplomática – Brasemb Buenos Aires para Exteriores em 11/12/2010. Assunto: Embaixada em Buenos Aires. Relatório de Atividades de 2010. Financiamentos Brasileiros a Obras de Infraestrutura na Argentina.

O apoio do BNDES é particularmente importante para a internacionalização das empresas brasileiras no setor de construção pesada considerando-se que, de modo geral, o acesso a linhas de financiamento não é apontado como um entrave ou uma dificuldade na prestação de serviços por outras empresas brasileiras, como consta no relatório final produzido pela Funcex, em 2008.⁵⁴ Em geral, as empresas que já possuem uma estratégia de internacionalização consolidada também possuem acesso a fontes internacionais de crédito de baixo custo, por vezes, mais atrativas que as taxas e modalidades de financiamento disponibilizadas pelo BNDES. Neste caso, a maior facilidade de acesso a financiamento por meio do BNDES não se coloca como um fator relevante para determinar os investimentos na América do Sul (RIBEIRO e LIMA, 2008).

102

No início da internacionalização, na década de 1970, no caso do Brasil, não se verificou uma articulação entre as construtoras e o setor bancário. A engenharia brasileira não dispunha de autonomia financeira. Neste caso, ressalta-se a importância atual do Estado como financiador. Nos anos 1970 e 1980, dos países que o Brasil conseguiu adentrar no mercado e que dispunham de recursos para financiar suas obras, nota-se que a maioria deles era produtora de petróleo. Eram estes: Iraque, Argélia e Venezuela. Neste caso, a política externa brasileira pautada no pragmatismo responsável, conforme evidenciado anteriormente, foi importante aliado no processo de internacionalização.

⁵⁴ Na pesquisa, as empresas entrevistadas foram: Arteccla, Braskem, Coteminas, Cromos Tintas Gráficas, Duas Ridas, Embraco, Gerdau, Klabin, Marcopolo, Petrobras, Sadia, Santista têxtil, Tigre, Usiminas, Vale, Vicunha, Votorantim Metais, Vulcabrás, Weg. Ver RIBEIRO, Fernando J; LIMA, Raquel Casado. *Investimentos Brasileiros na América do Sul: Desempenho, Estratégias e Políticas – Relatório Final*. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2008/02012.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

Com relação ao apoio diplomático, segundo instrumento de apoio do Estado aos interesses das empresas transnacionais de construção e engenharia, a forma como a diplomacia tradicional brasileira atua, através de suas embaixadas e consulados, pode revelar o posicionamento do Brasil perante o tema.

Strange (1988; 1992) analisa a diplomacia triangular, em especial, na perspectiva dos Estados em desenvolvimento que recebem ou disputam os investimentos das empresas estrangeiras oriundas de países mais desenvolvidos. Nossa perspectiva neste trabalho é distinta, pois parte do incentivo dado pelos Estados em desenvolvimento, no caso o Brasil, para que as empresas de sua nacionalidade se aloquem nos territórios de outros países.

Pode-se afirmar que o contexto atual impõe que se pense a diplomacia de países em desenvolvimento e de suas empresas, no sentido de impulsionar esta dinâmica. Nesta dinâmica também gera um poder de produção estrutural e, nesse sentido, o poder deriva da capacidade de o Estado agir como um bom investidor. Quando o Estado fornece subsídios para que as empresas se internacionalizem e se aloquem em outros territórios, a competição fica em outro nível e é implícita. A ideia de prosperidade significa poder e implica na formação de aliança entre os Estados como se fossem países sócios. Como afirma Strange, o poder em economia política é percebido na forma como distribui seus custos e benefícios, bem como riscos e oportunidades para os grupos sociais e para as empresas.

De fato, a diplomacia brasileira apoia a expansão das suas empresas no exterior, distribuindo custos e benefícios. No caso das empreiteiras, as embaixadas executam o apoio com as iniciativas descritas a seguir.⁵⁵

⁵⁵ Essas iniciativas foram destacadas mediante análise de notas diplomáticas emitidas por embaixadas brasileiras no exterior.

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

1. Realiza contatos com o Setor de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores;
2. Acompanha o Investimento Externo Direto por setor;
3. Promove reuniões e eventos do Grupo Brasil;
4. Realiza eventos para promover a engenharia do Brasil e expor o âmbito de atuação do BNDES;
5. Facilita o acesso a informações sobre oportunidades de negócios e facilita contatos:
 - a. Divulgando, através da embaixada, os informes do governo estrangeiro para as empresas brasileiras;
 - b. Agendando audiências com autoridades do país anfitrião;
 - c. Transmitindo informes da empresa sobre entrada em determinado mercado.

104

De acordo com o vice-presidente de operações da Odebrecht, em entrevista a *Folha de São Paulo*⁵⁶, a diplomacia brasileira facilita o diálogo no exterior e toda a ação da empresa na arena internacional está consoante com a política externa brasileira.

As reuniões do Grupo Brasil, por exemplo, das embaixadas de Caracas (Venezuela) e de Lima (Peru) têm por objetivo criar um espaço institucionalizado para discutir as demandas e dificuldades das empresas brasileiras. Nos encontros, também é abordado o panorama da política local e das relações bilaterais.

⁵⁶ VALENTE, Rubens; ODILLA Fernanda. **Diplomacia brasileira ajudou empreiteiras: segredos do Itamaraty** – Folha Transparência. 18/09/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esp/mercado/me1809201107.htm>>. Acesso em: 15 set. 2012.

O sucesso no objetivo é determinado pelo sucesso das interações que ocorrem nas três dimensões (Estado-Estado, Estado-empresa e empresa-empresa). O Estado perde poder caso não se adapte ao jogo da negociação triangular. Em geral, a tendência é que as empresas sigam, por questões políticas, as orientações do Estado de origem, ainda que não haja nenhuma norma que a obrigue a proceder dessa forma. No entanto, não se descarta o fato de que, após as vantagens das negociações diplomáticas serem estabelecidas, o Estado de origem se desvincule das possíveis funções políticas da empresa, permitindo que esta aja conforme suas próprias políticas externas (KEOHANE e OOMS, 1982).

Assim, a diplomacia brasileira fornece o apoio necessário para concretizar a relação entre as construtoras brasileiras e os Estados estrangeiros. As empresas, por sua vez, constituem um elo político fundamental para os interesses brasileiros entre os quais o da liderança no processo de integração regional.

Considerações Finais

A relação entre as empresas brasileiras de construção, o Estado brasileiro e o governo anfitrião, no contexto da integração sul-americana, não se constrói sem que o lobby, interesses e contradições estejam presentes. O processo de integração regional é um fator de impulsão para que se realize a diplomacia brasileira por meio das construtoras. Esta relação é uma disputa por espaço político, no qual as empresas passam a influir nas relações de poder.

Diante das considerações apresentadas deve-se ressaltar que a relação entre desenvolvimento e política externa na história brasileira é muito mais complexa do que pode

aparentar. Ao se destacar os períodos selecionados, tem-se como parâmetro a utilização da metodologia de Max Weber dos tipos ideais, trazendo à superfície os aspectos mais marcantes de cada período, mas com a consciência de que, na realidade, o “tipo puro” se confronta com a diversidade de formas e conteúdo.

Aponta-se que no caso do setor de engenharia e construção, na fase inicial da internacionalização (1970 a 1994), o Estado teria agido como facilitador. A forma como o Estado vai sanar as dificuldades da internacionalização, promovendo políticas públicas que incentivem o processo depende do modelo político adotado pelo Estado. Dois modelos se destacam. Em um deles, o Estado é visto como indutor do processo, no outro, como facilitador. A diferença é que no primeiro há intervenção ativa do Estado no processo de internacionalização, elegendo setores estratégicos de atuação. No segundo caso, visa-se criar marcos regulatórios favoráveis à internacionalização sem definir qualquer setor como estratégico.

106

Na atualidade, acredita-se que o Estado brasileiro atue mais como indutor do que facilitador do processo. Com o apoio das políticas de financiamento do BNDES, com a aprovação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2003, a aprovação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008 e uma política diplomática atuante, o governo brasileiro demonstra que elegeu os seus setores estratégicos e atua para promovê-los. O setor de engenharia e construção está entre eles.

A relação com os paradigmas da política externa do Brasil se conciliam com o novo contexto. Na fase nacional desenvolvimentista, o Estado é agente único da política externa e, com isso, a diplomacia é feita através de seus agentes de

Estado de forma tradicional. Na lacuna do desenvolvimento, na fase neoliberal, a competitividade exige menor presença do Estado e, portanto, menor presença da diplomacia. Neste caso, a ênfase na diplomacia presidencial se revela. No período atual, no novo desenvolvimentismo, o conceito de desenvolvimento é retomado de forma ampliada e carrega consigo a premissa da junção do nacional com o processo de internacionalização. O Estado é o agente principal da política externa, mas incentiva outros atores a exercerem a diplomacia. Assim, destacam-se os agentes econômicos, em especial, as empresas multinacionais e os bancos públicos.

De modo geral, visualiza-se que, através da internacionalização de suas empresas, o Brasil objetiva expandir sua influência política e econômica na América do Sul consolidando a imagem de país potência regional. Dessa forma, as empresas assumem um papel importante na política externa brasileira, refletindo valores e imagens positivas e negativas do Estado.

O incentivo à internacionalização das empresas brasileiras na América do Sul revela a importância econômica e política da região para o Brasil. De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Dom Cabral (2008), a atuação das empresas brasileiras concentra-se em três mercados: América do Sul e Central, América do Norte e Europa, respectivamente. Para as construtoras brasileiras, a América do Sul é o principal mercado.

Nesse contexto, indica-se que a nova diplomacia exercida pelo Brasil, em especial, a partir de 2002, instrumentaliza as suas empresas multinacionais para alcançar seus objetivos nacionais. As empresas são agentes diplomáticos do Estado, pois o representam em suas ações, discursos e valores. A dinâmica da internacionalização é respaldada pelos bancos públicos, particularmente, o BNDES. As possibilidades

de financiamento e parcerias revelam os setores-chave de interesse estatal e evidenciam a perspectiva da integração regional e da liderança do Brasil no processo.

Desse modo, reconhece-se que, no caso brasileiro das construtoras civis, a partir de 2002, a diplomacia entre Estado e empresas adquire novo caráter. Neste período, o Estado brasileiro busca controlar as “regras do jogo” aliando o mercado à sua política externa, o que insere uma nova perspectiva na relação do Brasil com os países da América do Sul.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil no contexto da governança global. *Cadernos Adenauer*, IX 2008 n. 3, Governança Global, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, março 2009, p. 199-219.

BRASIL. *Internacionalização de empresas brasileiras*: termo de referência. Brasília (DF): [s.n.], 2009.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: Toledo, Caio Navarro de (Org). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan, 2005. p. 201-232.

_____. O Brasil e o novo desenvolvimentismo: interesse nacional. [s.l.: s.n.], 2011b.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 3, & ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 5, Brasília, 23 e 24 de setembro de 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA - ANPUH, 13, Apresentação no Simpósio Temático - Estado, Poder e Economia do Brasil dos séculos XIX e XX, Rio de Janeiro, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. Análise e memória (recordações de Enzo Faletto). *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007.

_____. FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CARVALHO, Carlos Eduardo; SENNES, Ricardo. Integração financeira e internacionalização de empresas brasileiras na América do Sul. *Revista Nueva Sociedad especial em português*, dez., 2009.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe - la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Livros da Cepal, nº 39, janeiro de 1994.

CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: EdUnB, 1994.

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Rev. Bras. Polít. Int*, v. 46, n. 2, p. 5-25 2003.

_____.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2011.

CORRÊA, Daniela; LIMA, Gilberto Tadeu. O comportamento recente do investimento direto brasileiro no exterior em perspectiva. *Revista de Economia Política*, v. 28, n. 2 e n. 110, p. 249-268, abr./jun., 2008.

COUTO, Leandro Freitas. *Neo-desenvolvimentismo X estado logístico*. Minha Circunstância (blog); 09/03/2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentistas.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2012.

CURADO, Marcelo and CRUZ, Marcio José Vargas da. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. *Rev. Econ. Contemp.* 2008, v. 12, n. 3, p. 399-431. (on-line).

EVANS, Peter. Transnational corporations and third world states: from the old internationalization to the new. In: KOZUL-WRIGHT, Richard y ROWTHORN, Robert (Eds). *Transnational corporations and the world economy*. Londres: MacMillan, 1998.

FARES, Seme Taleb. *O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque de 1973 a 2007*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais. Brasília, 2007.

FDC. *A decolagem das multinacionais brasileiras*. Fundação Dom Cabral, 2007. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/parcerias/upload/outros/a_decolagem_das_multinacionais_brasileiras.pdf>. Acesso em: 17 set. 2012.

_____. *Ranking das Transnacionais Brasileiras – Repensando as Estratégias Globais*. Fundação Dom Cabral (FDC), Desenvolvimento de Executivos e Empresas, 2010. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2012.

FIOCCA, Demian. O BNDES e a internacionalização das Empresas Brasileiras. In: SEMINÁRIO “AS NOVAS MULTINACIONAIS BRASILEIRAS”, FIRJAN, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/apresentacao_fiocca_firjan.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2012.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. *Investimento direto e Internacionalização das Empresas Brasileiras no Período Recente*. IPEA, 2011 (Texto para Discussão 1610).

IGLESIAS, Roberto Magno; VEIGA, Pedro da Motta. Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro. In: PINHEIRO, Armando Castelar; MARKWALD, Ricardo; e PEREIRA, Lia Valls (Orgs). *O desafio das exportações*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

JAGUARIBE, Hélio. Atual problema do desenvolvimento brasileiro. *Perspectiva*, São Paulo v. 20, n. 3, p. 38-46, jul./set. 2006

KEOHANE, Robert O; OOMS, Van Doorn. A Empresa Multinacional e a Política Econômica Mundial. In: CARVALHO, Getúlio (Coord.). *Multinacionais: os limites da soberania*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982.

NÓVOA, Luís Fernando. O Brasil e seu “desdobramento”: o papel do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: Instituto ROSA LUXEMBURG STIFFUNG ET (Org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 248p.

OLIVA, Aloizio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da UNICAMP para a obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas. Campinas-SP, 2010.

RIBEIRO, Fernando J; LIMA, Raquel Casado. *Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas – relatório final*. Julho de 2008. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2008/02012.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

RICUPERO, R.; BARRETO, F. M. A importância do investimento direto estrangeiro do Brasil no exterior para o desenvolvimento socioeconômico do país. In: ALMEIDA, André (Org.). *Internacionalização de empresas brasileiras – Perspectivas e riscos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SANTOS, Raquel Magalhães Neiva. *Petrobras en la política exterior del gobierno de Lula: una mirada desde la Economía política internacional*. Trabajo de disertación final. Maestría en relaciones y negociaciones internacionales, ciclo 2006/2007. Buenos Aires.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4 e n. 108, p. 507-524 out.-dez./2007.

STRANGE, Susan. *States and markets – an introduction to international political economy*. New York: B Blackwell, 1988. 263 p.

STRANGE, Susan. States, firms and diplomacy. *International Affairs*, v. 68, n. 1 1992, p. 1-15.

ZEBINDEN, W. S.; OLIVA, F. L.; GASPAR, M. A. A Internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht. *Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR*, Umuarama, v. 8, n. 1 e 2, p. 87-106, jan./dez. 2007.

Capítulo 3

Dificuldades da Integração Sul-Americana

*Sueld Lima*⁵⁷

Em agosto de 2012, tive a oportunidade de assistir a uma conferência do professor Adrian Bonilla, Diretor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), do Equador, durante o VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Estratégicos, realizado na capital paulista.

Especialista em relações políticas entre países da região andina e na construção do sistema de defesa latino-americano, sua exposição foi uma verdadeira ducha fria para aqueles que veem com grande otimismo o processo de integração dos países sul-americanos e seus principais instrumentos, o Mercosul, a Unasul e o CDS.

Para os menos familiarizados com essas siglas cabe informar, resumidamente, o papel de cada uma delas:

1. **Mercosul** (Mercado Comum do Sul) – foi criado em 1991, como um bloco econômico. É composto pela Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai (suspensão temporariamente) e Venezuela. Participam, ainda, como países associados o Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia.

⁵⁷ É Coronel-Aviador reformado da Força Aérea Brasileira. É graduado em Engenharia Civil pela Fundação Souza Marques, Rio de Janeiro. É membro fundador do “Observatório das Nacionalidades”, entidade de pesquisa vinculada à Universidade Estadual do Ceará e faz parte do Comitê Editorial da revista “Tensões Mundiais”, editada pelo Observatório.

2. **Unasul** (União de Nações Sul-Americanas) – foi criada em 2008. É formada pelos doze países da América do Sul e objetiva construir um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos.
3. **CDS** (Conselho de Defesa Sul-Americano) – também criado em 2008, opera como organismo destinado a fomentar o intercâmbio no campo da segurança entre os países que compõem a União de Nações Sul-Americanas e a elaboração de políticas de defesa conjunta entre as forças armadas de cada país.

Esta apresentação pretende dar ênfase aos aspectos relativos à Defesa, entendida aqui como as atividades de segurança militar desenvolvidas pelo Estado.

O primeiro conjunto de dificuldades que opera contra o processo de integração regional, facilmente identificável, se prende às profundas diferenças entre os Estados que formalmente se vincularam aos acordos geradores dos organismos acima mencionados, mas que estão longe de se empenhar objetivamente para atender aos seus dispositivos, ou por falta de maturidade política ou por desconfianças mútuas quanto às pretensões hegemônicas de um ou de outro parceiro.

Um primeiro exemplo a ser referido foi a decisão, em maio de 2006, do presidente Evo Morales de ocupar militarmente as instalações da Petrobras, na Bolívia. Em que pese o apoio que lhe foi dado por segmentos da esquerda brasileira, certamente não foi um comportamento a ser esperado de um parceiro que busca integração, menos pelo objetivo pretendido e mais pela forma empregada.

Segundo o professor Hector Saint-Pierre, da Universidade Estadual de São Paulo, a habilidade brasileira no trato da

questão foi grande: respeitou a intempestiva decisão boliviana e passou a investir mais em prospecção, chegando ao pré-sal. A Bolívia perdeu o cliente e hoje vende seu gás por preço inferior ao que era pago pela Petrobras.

Outro exemplo de conflito são as batalhas tarifárias entre Brasil e Argentina, que se repetem sistematicamente, chegando a provocar congestionamentos de veículos de carga retidos nos postos alfandegários fronteiriços.

Duas questões que deveriam ter envolvido mais intensamente a solidariedade regional, caso tivéssemos atingido um nível de integração mais efetivo, foram os incidentes recentes, ambos provocados pelo moribundo império britânico. No primeiro, ano passado, a resposta da Inglaterra à solicitação da Argentina de retornarem as negociações sobre a soberania das Ilhas Malvinas foi deslocar embarcações com armamento nuclear para a região. A segunda questão a ser referida é o impedimento arbitrário por parte do governo britânico de que o Equador retire o asilado Julian Assange de sua embaixada em Londres e o traga para o país, chegando a ameaçar invadir o prédio da representação diplomática equatoriana. Nos dois casos, a reação regional se resumiu a comunicados diplomáticos chochos, sem maiores efeitos práticos.

O ataque desfechado em 2008 pelo governo colombiano contra o grupo de guerrilheiros das FARC acantonado em território equatoriano, com toda certeza contando com apoio de sistemas de informação e localização eletrônicos dos Estados Unidos, sem que houvesse reação regional adequada é outra evidência da fragilidade da integração sul-americana. Diga-se de passagem que esse mesmo e decisivo tipo de apoio foi amplamente fornecido também pelos EUA à Inglaterra, quando da guerra das Malvinas, em 1982, fazendo

tábula rasa do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, TIAR, que em seu artigo 28 estabelecia que

toda agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania, ou a independência política de um Estado americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os demais Estados americanos.

Possivelmente, o Império entende que o Reino Unido é também um Estado americano, já que julga território seu um arquipélago de 12 mil km² a 14 mil km de distância.

Encerrando essa sequência de exemplos, não por falta de casos, vale lembrar o golpe branco no Paraguai, em junho do corrente ano, punido com a suspensão do país do Mercosul até a realização de novas eleições em abril de 2013, como se o pleito do ano que vem restaurasse a configuração democrática de um país dominado por uma aristocracia absurdamente retrógrada. Como resposta à sanção, os golpistas paraguaios ameaçaram repetir a Colômbia e abrir seu território à instalação de bases militares dos EUA.

Enfim, o processo de integração sul-americano é marcado mais por suas vulnerabilidades do que por sua força de coesão. Certamente as dificuldades enfrentadas pela integração decorrem da diversidade de culturas, das características específicas do Poder Estatal de cada país e das diferenças de seus modelos de desenvolvimento.

Mas, como já me referi, esta intervenção pretende privilegiar questões relacionadas à Defesa. Eu pertencço à geração de militares brasileiros que identificavam dois grandes inimigos da pátria e um aliado fraterno. O aliado eram os EUA. Os inimigos, pela ordem de importância, eram os comunistas, externos e internos, e os argentinos. Por conta

dessa visão estratégica, ao longo do século XX, concentrou-se grande número de unidades de combate, tanto do Exército como da Força Aérea, no Rio Grande do Sul, linha de frente na guerra que certamente viria contra os platinos.

Hoje, avalio que o quadro sofreu algumas alterações: os comunistas continuam com o mesmo *status* de primeiros inimigos, em que pese a autodesmoralização da esquerda brasileira em tempos recentes, os argentinos já não são temidos, enquanto os EUA são tidos como aliados pouco confiáveis.

Isso significa que o ambiente para a integração regional ficou bem mais favorável do que era há alguns anos, o que possibilitou o surgimento dos organismos já aqui citados.

Todavia, esse processo carece de um instrumento fundamental para a proteção dos interesses de qualquer natureza dessa parte do continente, que é a capacidade dissuasória, entendida como a possibilidade de um Estado em desestimular a agressão militar do inimigo ao demonstrar, de forma explícita, que a retaliação lhe trará inevitáveis e pesadas consequências. Observe-se que a conceituação se centra na capacidade de causar danos, não implicando necessariamente a destruição do inimigo nem tampouco a obtenção da vitória militar.

Centremo-nos na questão do petróleo.

Há um interessante texto sobre o assunto publicado na revista *Tensões Mundiais*, do Observatório das Nacionalidades. O artigo saiu na edição nº 9 e é de autoria do engenheiro Paulo Metri, diretor do Clube de Engenharia. Entre os vários dados sobre consumo de petróleo mundial, o autor aponta para o fato de que o esgotamento das reservas mundiais deverá ocorrer em cerca de três décadas. Mas a proximidade cronológica desse esgotamento já será capaz de antecipar tensões globais terríveis, entre outras razões pelo fato de que as grandes

potências estão longe de buscar eficientemente alternativas energéticas adequadas às suas necessidades econômicas.

Tais tensões já são óbvias hoje, a partir das seguidas guerras de rapina desfechadas pelas potências capitalistas no Oriente Médio.

Como já havia assinalado um senhor prussiano de nome Clausewitz, há cerca de dois séculos, o recurso natural para solucionar os impasses políticos é, quase invariavelmente, a guerra. Os tempos que vivemos confirmam sua asserção.

E onde o Brasil e o subcontinente sul-americano entram nisso?

Paulo Metri avalia que, com a descoberta do pré-sal, o Brasil entrou no campo de interesses vitais do império. As reservas brasileiras subiram para 104 bilhões de barris, colocando o nosso país na quarta colocação mundial, abaixo somente da Arábia, Irã, Iraque e Kuwait, e à frente da Venezuela e Rússia.

120

Documentos do Departamento de Defesa dos EUA pesquisados pela professora Ana Esther Ceceña, da Universidade Nacional do México, informam que a atividade militar estadunidense se desenvolve para evitar o surgimento de outras nações hegemônicas ou coalizões regionais que lhes possam ser hostis, além de assegurar o acesso ao fornecimento de energia, onde ela existir. Um relatório do Comando Sul das forças armadas dos EUA avalia que “o nacionalismo aplicado aos recursos naturais latino-americanos ameaça a segurança nacional dos EUA”.

Vejam que a disposição do império é de buscar petróleo onde houver, com ou sem o consentimento do país detentor dessa riqueza energética.

Durante anos, a América do Sul era dada como área de irrelevância estratégica pelas grandes potências. Nos debates sobre

política externa nas campanhas presidenciais norte-americanas, a região sequer era citada.

Todavia, a situação encontra-se em franca mutação. Apesar de todas as tentativas, Chaves continua na presidência da Venezuela, sexta maior reserva mundial de petróleo; o Brasil surge como grande produtor; a Argentina busca reaver sua soberania sobre as Malvinas, onde foram localizadas importantes reservas de petróleo; e gradualmente a China ganha crescente presença na região.

Assim, é interessante observarmos um movimento que se desenvolve em tempos recentes: o Secretário de Defesa dos EUA Leon Panetta vem percorrendo diversos países sul-americanos na busca de impor um acordo pautado na Política de Defesa para o Hemisfério Ocidental, elaborada pelo Pentágono. É como o assaltante querer ditar como devemos proteger nossa casa.

121

Enfim, a integração sul-americana é decisiva para a sobrevivência soberana dos Estados que compõem a região. Mas essa integração deve ser construída também sobre a capacidade de promovermos a defesa militar regional. Esse foi o caminho de países como a China, Índia e Irã.

Lamentavelmente, governo e sociedade brasileiros se mantêm imbecilizados em questões de defesa e proteção do nosso patrimônio energético. Agora mesmo, o honorável ministro das Minas e Energia Edison Lobão anuncia novas rodadas de leilões visando à exploração e à produção de petróleo, inclusive na área do pré-sal. Essa abertura promovida pela lei 9.478, de 1997, patrocinada por FHC, e mantida nas eras Lula e, agora, Dilma fere de morte o monopólio estatal tão arduamente conseguido na histórica campanha “O Petróleo é Nosso”, da década de 50 do século passado. É o Brasil na contramão da corrente que leva os países soberanos a protegerem da melhor

forma possível seu patrimônio estratégico. Ao mesmo tempo, mantém seus instrumentos de defesa sucateados.

Surpreendentemente, mas de certa forma coerente com o desleixo com que trata as FFAA brasileiras, o governo Dilma colocou um diplomata no Ministério da Defesa. Uma evidente contradição, entregar um órgão do Estado que deve se preparar para a guerra a um profissional das operações de paz.

Por casualidade, recebi hoje, por e-mail, uma mensagem da professora Marly Vianna, da UFSCAR, que dizia o seguinte:

Depois da quase absolvição dos pilotos americanos que provocaram a morte de 154 pessoas (refere-se ao acidente provocado pela colisão de uma aeronave da GOL e um jato executivo), com direito a continuar pilotando no Brasil; do dinheiro público pagando dívidas de senadores à Receita Federal; de mais mortes diárias em São Paulo do que na Síria; de auxiliares de enfermagem mandando para o sangue de paciente as mais esdrúxulas e letais substâncias; de crianças que ingeriram ácido ministrado por engano – e tudo isso considerado “normal” e sem protesto popular ou manifestação dos partidos políticos, só resta gritar “Viva a parada gay, o futebol e o carnaval”. A diferença de Roma antiga é que lá era pão e circo, aqui é só circo.

A mensagem da professora Marly me lembrou um sambinha que dizia algo parecido com:

“Dormia a nossa pátria mãe tão distraída

Sem perceber que é subtraída

Em tenebrosas transações” (Vai passar – Chico Buarque)

Parte 2

POSIÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: PARCERIA OU SUBIMPERIALISMO

Capítulo 4

Posição do Brasil no Contexto Latino-Americano: Dependência nas Tramas da Autonomia e do Subimperialismo

*Alba Maria Pinho de Carvalho*⁵⁸

Introduzindo a Temática: Delineando Vias Analíticas

O século XXI, em sua primeira década e limiar da segunda, marca a construção de um novo ordenamento geopolítico na América Latina⁵⁹, configurado em processos de busca da autonomia, encarnados em duas dimensões, dialeticamente interligadas:

125

⁵⁸ Professora da Universidade Federal do Ceará – UFC. Departamento de Ciências Sociais. Integra o corpo docente da Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Profissional de Avaliação em Políticas Públicas. Integrante da Rede Universitária de Pesquisadores Sobre América Latina - RUPAL.

⁵⁹ Inegavelmente, na história contemporânea da América Latina, circunscreve-se no século XXI uma nova geopolítica a desafiar o pensamento crítico, no sentido de gerar um corpo teórico que seja capaz de compreendê-la sem ilusões e sem misticismo. De fato, no limiar dos anos 2000, o continente latino-americano surpreendeu o mundo com seus movimentos sociais populares, a afirmar a democracia popular participativa, sustentando eleições de governos progressistas de diferentes matizes, com distintas conformações de Estados e projetos políticos diferenciados. É um novo ciclo de lutas emancipatórias na América Latina, afirmando expressões de contra-hegemonia que desencadeiam processos de ruptura, a propiciarem uma nova inserção geopolítica da América Latina, com projetos políticos e epistêmicos de produção do conhecimento próprios que lhe dão a configuração de uma região em busca de autonomia. Uma aproximação no desvendamento desta nova geopolítica da América Latina está consubstanciada no ensaio “Democracia na América Latina no século XXI: lições da História”, de minha autoria e apresentado na Mesa-Redonda “Política, Cidadania e Democracia na América Latina, no III CEPAL – Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina, realizado em Curitiba – Paraná - Brasil, em julho de 2012.

- a primeira refere-se a projetos políticos relativamente autônomos com relação às potências europeias e norte-americanas, com destaque para as experiências da Bolívia, da Venezuela e para o esforço de integração latino-americana, materializado na ALBA e em outras iniciativas. Indiscutivelmente, trata-se de projetos políticos em disputa, permeados de contradições, com potencialidades e limites, a estabelecer tensionamentos com a ordem imperialista;

- a segunda se expressa em projetos intelectuais autônomos, encarnados na construção do pensamento descolonial, que propugnam e afirmam novas epistemologias, pautadas no reconhecimento dos saberes indígena, mestiço, afrodescendente, rompendo com o colonialismo epistemológico, imposto nos processos de colonização, ao longo de séculos. Estes projetos de conhecimentos autônomos sustentam a diversidade epistemológica, na dialética igualdade-diferença. (CARVALHO, 2012 b).

Esta geopolítica da América Latina no século XXI precisa ser compreendida no âmbito de relações de forças, em permanente disputa de hegemonia. Na primeira década do século XXI, o continente latino-americano vivencia um período de ascensão de governos progressistas de diferentes matizes, sustentados em movimentos e organizações sociais de caráter emancipatório, permitindo referir-se, à época, a uma “virada à esquerda”. No período compreendido entre 2009 e 2013 (em curso), esta geopolítica em movimento acirra a disputa hegemônica, com rearticulação de forças conservadoras, expressas nos golpes de Honduras (2009) e do Paraguai (2012). Ao mesmo tempo, no âmbito dos próprios pro-

jetos progressistas revelam-se, com nitidez, contradições a apontar limites na construção de um projeto de hegemonia, de natureza emancipatória. Especificamente, o tempo presente – 2013 - desafia-nos a pensar as perspectivas do Chavismo em tempos “pós Chávez” e o que vem sendo apontado como o esgotamento do ciclo dos governos progressistas na América Latina (GALAZA, 2013).

Assim, no interior da disputa hegemônica, para onde apontam os ventos da história na América Latina? Eis uma agenda de debates e uma pauta de investigação a nos interpelar.

Coloca-se, então, uma questão central a nortear nossa análise: como o Brasil se coloca neste reordenamento geopolítico da América Latina no século XXI? A análise dessa questão exige discutir a inserção do Brasil nos processos mundiais de acumulação ou, mais precisamente, no capitalismo financeirizado, sim, o eixo condutor de nossa discussão é, justamente, pensar as configurações contemporâneas do Brasil no interior da nova temporalidade do capital, ou seja, circunscrever em suas peculiaridades, o padrão brasileiro de inserção nos processos mundiais de acumulação e, a partir daí, problematizar dimensões da inserção brasileira na atual geopolítica da América Latina. Nesses percursos reflexivos, faremos pontuações sobre as configurações do Estado brasileiro, em suas diferentes formas de ampliação e de restrição, numa dialética política a ser desvendada em seus movimentos ao longo da História. Enfim, nossa pretensão é contribuir para um balanço crítico da posição do Brasil no continente latino-americano, circunscrevendo questões e abrindo vias de investigação.

Na construção de nossas reflexões, aqui apresentadas, tomamos, como referência e inspiração, analistas do pensa-

mento crítico sobre o Brasil contemporâneo, com destaque para a economista Leda Maria Paulani, para o formulador da teoria política Carlos Nelson Coutinho, retomando, nas tessituras analíticas, a interlocução de duas décadas com nosso parceiro, pesquisador da sociologia política, Lucio Oliver Costilla.

Como dinâmica expositiva, partimos de uma contextualização problematizadora da posição do Brasil na América Latina, configurando referências sócio-históricas, no desafio de pensar o Brasil na civilização contemporânea do capital⁶⁰. Em verdade, a pretensão, neste primeiro momento, é delinear balizamentos de reflexão!...

A partir de então, adentramos no cerne da discussão, no esforço de configurar a posição do Brasil contemporâneo no capitalismo financeirizado para, finalmente, demarcar alguns elementos no debate da posição do Brasil no contexto latino-americano. Senão, vejamos!

Inserção Geopolítica do Brasil no Contexto da América Latina: Interpelações Reflexivas

Antes de tudo, como ponto de partida, cabe fazer algumas sinalizações básicas sobre a inserção geopolítica do Brasil no Continente, tendo em vista a sua situação físico-territo-

⁶⁰ Considero que, na contemporaneidade, o capitalismo mundializado, mais que um modo de produção, constitui um regime civilizacional, a estender a lógica do capital aos diferentes domínios da vida social, mesmo àqueles que, outrora, dificilmente seriam concebidos como capitalistas: religião, relações afetivas, concepção do tempo livre, avaliação do mérito científico e avaliação moral dos comportamentos. De fato, a revolução da informática e da comunicação, combinada com a tendência do capitalismo para ampliar a lei do valor a mais e mais dimensões da vida social, permite circunscrever a civilização contemporânea do capital, a encarar um padrão de dominação social abstrata, sutil, indefinida, polifacetada e profundamente penetrante que perpassa a economia, a política, a cultura, reconfigurando subjetividades.

rial, demográfica e sua posição estratégica de hegemonia na Região. Nesse sentido, cabe assinalar:

- Brasil, país continental, é o 5º maior do mundo em extensão territorial, o maior da América do Sul, com um território cerca de três vezes o da Argentina e quatro vezes e meia o território do México. Esta extraordinária extensão do território brasileiro implica uma gama diversificada de recursos minerais, bem como a possibilidade de ter uma produção agrícola maior e mais diversificada que a de seus vizinhos;
- No ranking das maiores economias mundiais, considerando o Produto Interno Bruto – PIB nominal, em 2011, o Brasil, depois de passar o Reino Unido, torna-se a sexta maior economia do mundo, voltando à sétima posição em 2012. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional – FMI, neste ano de 2012 o PIB do Brasil ficou em US\$ 2,396 trilhões, ou seja, US\$ 44,5 bilhões abaixo dos US\$ 2,44 trilhões do Reino Unido. O FMI prevê recuperação do Brasil em 2013, que, apesar do crescimento de 0,99%, deve voltar à 6ª posição entre as maiores economias mundiais, superando novamente o Reino Unido, cujo PIB cresceu apenas 0,2% (G1.globo.com). Esta posição de destaque no *ranking* das economias mundiais é alcançada em meio a uma iníqua distribuição de renda, sendo, reconhecidamente, o Brasil um dos países mais desiguais do mundo. No entanto, tal posição, dentre as economias mundiais, confere-lhe um lugar privilegiado no contexto da América Latina;
- A população brasileira, na ordem de 190.755.799, ou seja, mais de 190 milhões de habitantes, segundo o

censo oficial de 2010 é quase cinco vezes maior que a da Argentina (41 milhões) ou quatro vezes a da Colômbia, chegando a ser 60 vezes a do Uruguai, com seus 3,3 milhões de habitantes. Aproxima-se do dobro da população mexicana. Assim, o Brasil, no contexto latino-americano, tem a possibilidade de ter um Mercado Interno bem maior, de dimensão continental;

- O Brasil figura entre os primeiros do mundo em recursos como hidroeletricidade, hidrocarburetos, água doce, biodiversidade, agrocombustíveis, urânio, ferro e outros bens naturais. Tal condição de abundância em tempos de crise ambiental – como uma expressão particular da crise estrutural do capital – coloca o Brasil em situação privilegiada no cenário da mercantilização de recursos naturais nos processos de expansão ilimitada do capital;
- Nos marcos do desenvolvimento, no início dos anos 1980, o Brasil, em razão dos pesados investimentos nos setores de bens de capital e de insumos básicos constantes no Plano de Desenvolvimento, adotado pelo governo Geisel, em resposta à primeira crise do petróleo, mais precisamente, o II PND, foi o único país da América Latina a completar sua matriz tecnológica, ainda que extemporaneamente, logrando estruturar uma economia industrial e de serviços muito maior, mais sofisticada, baseada em financiamento externo, que produziu a pesada dívida externa brasileira, reforçando a dependência dos centros hegemônicos do capitalismo, ao invés da tão propalada autonomia (PAULANI, 2012).

Em verdade, o Brasil dispõe de um diferencial em relação a outros países e, particularmente, em relação a seus vizi-

nhos na América Latina, com destaque em meio às assimetrias e crises do Mercosul.

Na contemporaneidade, o Brasil tende a assumir uma posição hegemônica regional, a ser devidamente compreendida em suas contradições e dilemas. E pensar a inserção do Brasil no contexto latino-americano exige, antes de tudo, inseri-lo no âmbito mais restrito da América do Sul. Assim, a política externa brasileira ganha determinante importância pelo peso geoeconômico e demográfico do país, pela dimensão de seu mercado interno, pela avaliação dos indicadores econômicos e sociais, bem como pelos atributos tradicionais de poder, fazendo do Brasil um dos atores de maior relevância na região.

No limiar da segunda década do século XXI, o Brasil entrou definitivamente na *moda*, questionando-se, inclusive, se, finalmente, estaríamos deixando para trás a dependência e submissão que secularmente nos caracterizaram. É traçado, à época, um cenário otimista para o país e, particularmente, para a sua economia e para os indicadores sociais, com um discurso auspicioso, sublinhando dois elementos-chave:

- a performance da economia brasileira no pós- crise de 2008, a pairar altaneira em meio ao mundo em crise, falando-se mesmo de uma nova forma mais criativa de garantir sucesso econômico, com o discurso de uma “economia blindada” e de um suposto “desenvolvimentismo”;
- alterações no perfil distributivo do país, com a proclamada emergência da “nova classe média”, assim designando cerca de 30 milhões de pessoas que, nos últimos anos, teriam migrado dos segmentos miseráveis e empobrecidos para uma “classe média baixa”, tendo em vista o aumento de sua capacidade de consumo. De fato, trata-

se de uma camada social de trabalhadores empobrecidos que, mediante distintos mecanismos, no âmbito da chamada “política de enfrentamento da pobreza”, tem um aumento real de renda nos últimos dez anos, passando, conseqüentemente, a consumir: “o que entra no bolso sai em consumo”, constituindo, pois, um segmento social que emerge da pobreza para o mercado [...]

Nesta avaliação otimista expunha-se, então, índices de crescimento que, somente ganhavam sentido em comparação às duas décadas anteriores de estagnação e de crescimento pífio. De fato, é um crescimento relativo, que precisa ser devidamente qualificado, decifrando-se esta equação da economia brasileira em seus riscos e paradoxos que se explicitam, com maior visibilidade em 2013, em meio à queda nos índices deste relativo crescimento, às ameaças da volta da inflação e, sobremodo, no cenário das “jornadas populares” de junho/julho (BRAGA, 2013) que surpreendem o mundo, o governo e a sociedade brasileira.

132

Adentrando na problematização, a olhar para o Brasil da segunda década do século XXI, questiona-se como conciliar este discurso otimista e auspicioso com os processos de desindustrialização e desnacionalização como marcas da economia brasileira e, ainda, com os investimentos que insistem em não decolar e o retrocesso do Brasil a uma posição periférica clássica de país produtor de *commodities*, a vivenciar a reprimarização de sua pauta de exportações, particularmente, nas relações comerciais com a China (PAULANI, 2010). E mais ainda: como conciliar este discurso ufanista com este cenário de insegurança e turbulência do primeiro semestre de 2013 quando a crise, de fato, assume encarnações no Brasil do presente.

Ademais, a problematização da posição do Brasil complexifica-se quando se focaliza o país no contexto da América Latina, em relação aos países parceiros na construção da integração latino-americana, em busca de autonomia. Fala-se e discute-se o chamado “imperialismo à brasileira”, no sentido de indicar a importância estratégica do Brasil nos processos de regionalização, a exercer um “subimperialismo” na América Latina, a partir das ações geoeconômicas, engendradas por empresas brasileiras e pelo governo brasileiro.

Raul Zibechi (2012), na instigante obra *Brasil Potência – Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*⁶¹, afirma que o Brasil faz parte de um restrito grupo de nações que emergem da condição de periferias para a de potências globais. E declara: “[...] pienso que el ascenso de Brasil al rango de potencia es un proceso irreversible y conflictivo.” (ZIBECCHI, 2012, p.18). Avalia que tal ascensão é um processo permeado de riscos e oportunidades para os setores populares, a enfrentarem uma realidade em mudanças, no quadro de alianças que se estão modificando rapidamente, assim como a composição das classes dominantes (ZIBECCHI, 2012).

Como explicar este *Enigma Brasil*, em sua fase atual no interior do capitalismo contemporâneo? E, particularmente, como avaliar a posição do Brasil, na condição de potência emergente, dentro da América Latina, tendo em vista o processo estratégico de integração latino-americana, ampliado pela

⁶¹ Esta obra de Raúl Zibechi, produzida em edição no México, em 2012, resultante de sete anos de investigação, confere visibilidade a uma nova cartografia do poder ao sul do continente, analisando o caso paradigmático do Brasil que, nesta correlação histórica de forças, eleva-se ao lado de seus vizinhos, como potência emergente na periferia, capaz de acumulação de uma riqueza e um poder inaceitáveis. Na contracorrente do pensamento dominante, Zibechi, em sua análise, desvenda os processos de reestruturação do capitalismo no Brasil, desde a ditadura militar dos anos 1970 aos percursos da experiência de ajuste brasileiro aos circuitos da mundialização financeira, enfocando os governos de Lula e Dilma Rousseff.

via da política, na perspectiva da autonomia, fundada nos princípios da solidariedade e da cooperação? De fato, impõe-se como desafio do nosso tempo histórico, refletir sobre esta inserção brasileira, circunscrita entre a integração regional e o novo imperialismo, como propõe Raul Zibechi (2012), em seu balanço crítico da nova geopolítica no Continente.

Referências Sócio-Históricas no Desafio de Pensar o Brasil na Civilização Contemporânea do Capital

Em verdade, hoje, em tempos contemporâneos de liquidez, instabilidades e crises, em meio a um profundo processo de transformação do próprio capitalismo, impõe-se o desafio de pensar o Brasil como país, em suas configurações contemporâneas no capitalismo financeirizado, na melhor tradição dos explicadores do Brasil no século XX, com destaque para Florestan Fernandes, Rui Mauro Marini, Carlos Nelson Coutinho, no esforço analítico por eles empreendido para desvendar as especificidades e singularidades do capitalismo brasileiro.

Assim, o *fardo do nosso tempo histórico* – na bela metáfora de István Mészáros – é pensar o Brasil contemporâneo, no século XXI, em seu padrão de inserção no plano mais geral da acumulação mundial e em seu posicionamento nos percursos da disputa hegemônica na América Latina. A rigor, é esta uma empreitada coletiva e transdisciplinar a circunscrever uma agenda de investigações e debates.

Entendemos que, neste esforço analítico, a exigir múltiplas aproximações, nesta “nova temporalidade histórica do capital” no século XXI, mais precisamente na sua segunda década, é preciso circunscrever determinados fenômenos,

como referências, a balizar o campo das reflexões e das discussões da posição do Brasil no capitalismo financeirizado, em meio ao contexto da América Latina.

- **O contexto da crise estrutural do capital**⁶², a eclodir no final da primeira década do século XXI, atingindo a Europa e os EEUU, com deslocamentos e ritmos peculiares nas diferentes regiões. Constitui-se, assim, uma geopolítica da crise, com redefinições e alterações na disputa hegemônica mundial e colocando-se no horizonte dos diferentes países, a exigir condições estratégicas de enfrentamento (CARVALHO, 2012a);
- **A emergência da “Troika”, como entidade supranacional, no coração do Ocidente, em meio à ampla crise mundial.** De fato, a “Troika”, constituída pelo FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, é o único organismo ativo da chamada “governança mundial”, com receitas reconhecidamente incapazes de superar a crise, gerando injustiça, perda e grande dano social para países inteiros. Em verdade, a “política de austeridade”, propugnada pela “Troika”, como receita para enfrentar a crise em diferentes países, tem-se mostrado um grande fiasco, resultando em desemprego passivo e inédito na história destes países, exportação de capitais via pagamento de juros e

⁶² Impõe-se, como desafio de nosso tempo histórico, o desvendamento da natureza da crise do capital ora em curso. Como define István Mészáros (2009), trata-se de uma crise estrutural do sistema, uma crise profunda do sistema do capital em sua totalidade, de caráter sistêmico e de amplitude global que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais de sobrevivência humana. A rigor, essa crise estrutural do capital em tempos contemporâneos é a encarnação de *crise do valor*, gestada nos circuitos da lógica ilimitada e incontrolável do capital. Logo, as raízes de tal crise encontram-se fincadas no atual estágio de desenvolvimento da civilização do capital com novas formas de dominação a espalhar-se em toda a vida social (CARVALHO, 2010).

fuga de fortunas, crescimento negativo, desmonte dos sistemas de proteção social (TEIXEIRA, 2013);

- **O processo de construção de uma integração latino-americana, na perspectiva da autonomia e da soberania**, demarcando uma nova inserção geopolítica da América Latina que vem se gestando na confluência dos Movimentos Sociais e na atuação estratégica dos governos progressistas de diferentes matizes. É a construção de um modelo de integração latino-americana radical a constituir-se e ampliar-se pela via da política, consubstanciando-se em distintos espaços regionais, com destaque para a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA – e a Unidade de Nações Sul Americanas – UNASUL (CARVALHO, 2012b);
- **O ciclo de crescimento dos países latino-americanos no contexto da crise do capital**, tornando-os especialmente atraentes para os capitais estrangeiros efetivando-se um deslocamento do capital financeiro para as consideradas regiões periféricas. Especificamente, tem-se, na cena contemporânea, o crescente peso econômico do Brasil na América do Sul – mais de 50% do PIB regional – e no contexto mundial, além de intensa participação brasileira nas discussões sobre temas globais e no grupo dos chamados BRIC's (GUIMARÃES, 2012a).
- **A crescente presença comercial da China a afirmar-se como alternativa para a América Latina no enfrentamento da crise**. Em verdade, nesta nova temporalidade do capital, no século XXI, a China afirma-se como a maior exportadora e segunda maior importadora do

mundo, com extraordinária demanda por produtos primários agrícolas e minerais (PAULANI, 2010), a circunscrever um padrão de “acumulação por espoliação”;

- **A emergência em 2012/2013 das expressões da crise do capital na América Latina, com o esgotamento do ciclo de crescimento dos governos progressistas, efetivados nos marcos de uma acumulação rentista extrativista** (GALAZA, 2013). Especificamente no Brasil que, no início da segunda década do século XXI, proclamava o discurso oficial de “economia blindada”, as expressões da crise ganham visibilidade, evidenciando a instabilidade e risco dos arranjos do modelo brasileiro, nos circuitos híbridos do ajuste e do neo-desenvolvimentismo;
- **O Mercosul como bloco regional em suas assimetrias e potencialidades, a caminhar em meio a problemas e crises.** Instituído em 1990, no âmbito dos processos de ajuste da América Latina à nova ordem do capital, o Mercosul constitui-se na perspectiva de integração regional pelo mercado. Caracteriza-se por assimetrias, articulando Estados profundamente desiguais, a ressentir-se de uma efetiva integração entre economias e sociedades. No atual contexto de disputa hegemônica na América Latina, o Mercosul ganha importância estratégica no processo de construção política da integração (GUIMARÃES, 2012a). Nesse sentido, cabe sublinhar a questão da recente entrada da Venezuela no Mercosul, em meio à suspensão provisória do Paraguai, em decorrência do golpe de deposição de Fernando Lugo;
- **A política externa dos EUA para a América Latina e para o mundo.** É essa uma dimensão central para pen-

sar a disputa hegemônica na América Latina no século XXI. Em meio às reviravoltas da geopolítica da crise, os Estados Unidos, apesar do seu enfraquecimento, continua a ser uma potência política, militar e econômica, com peso decisivo no continente latino-americano.

- **A política externa brasileira e seu maior desafio nos anos 2000 em relação à América Latina e, precisamente, no tocante à América do Sul.** A rigor, as relações do Brasil com cada país da América do Sul são fundamentais, tanto bilateralmente como para a defesa do país na esfera multilateral. Cabe demarcar que estas relações são caracterizadas essencialmente pelas assimetrias de ordem econômica, política e militar.

Brasil Contemporâneo no Capitalismo Financeirizado: Percursos de uma “Dependência Redobrada”

138

Fundados em tais balizamentos, podemos delinear as configurações do Brasil no século XXI, tentando circunscrever o seu posicionamento no capitalismo global e buscando demarcar elementos de sua posição estratégica no contexto latino-americano. Delineamos, como marco histórico, *a fase contemporânea de inserção do Brasil no processo mundial de acumulação, a partir dos anos 1990*. De fato, na última década do século XX, o Brasil assume uma **inserção ativa no capitalismo financeirizado – inserção ativa e subordinada** - submetendo-se aos ditames das políticas de ajuste, estabelecidas pelos centros hegemônicos para a América Latina. Os governos brasileiros do ajuste – de Collor de Mello, de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso - adotam, de forma disciplinada, o discurso e a prática neoliberais. É a *experiência*

*brasileira de ajuste estrutural*⁶³, a empreender a *financeirização do processo de acumulação, com a intervenção decisiva do Estado Brasileiro: é a dominância de um Estado Ajustador – Estado que ajusta e ajusta-se às exigências de expansão do capital - a conviver com a institucionalização do Estado Democrático*, nos marcos de uma democracia formal, institucional, restrita, subordinada à lógica de expansão do capital, em meio a tensões de Movimentos Sociais, em luta pela ampliação democrática.⁶⁴

É preciso atentar que este *Estado Ajustador, na América Latina, e particularmente no Brasil*, assume um padrão peculiar com configurações específicas: nos circuitos das políticas do ciclo de ajuste latino-americano subordinado e periférico, esse Estado Ajustador configura-se como gerenciador do capital em sua liquidez e instabilidade, sem tirar contrapar-

⁶³ Esta inserção do Brasil no ciclo de ajuste ao capitalismo mundializado efetiva-se de forma tardia e intensiva, deflagrada nos anos 1990, em meio ao contexto da Democracia. É uma inserção subordinada, fragmentada e de risco, atada à agenda estratégica de Washington, assumida de forma irrestrita pelos governos brasileiros. Nesses processos de ajuste estrutural brasileiro, constitui-se o que denominamos de “Estado Ajustador” para designar um Estado que ajusta e ajusta-se ao padrão de acumulação e formas de valorização do capital nos movimentos dos seus circuitos de expansão. Este tempo peculiar da história econômica-política brasileira na última década do século XX, é, por nós, analiticamente circunscrito na tese de doutoramento “O Brasil Real em questão: um olhar crítico de cientistas sociais”, apresentada, em 1999, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

⁶⁴ Em investigações ao longo dos anos 2000, no esforço de desvendamento do Estado no Brasil Contemporâneo e suas formas de neointervencionismo, trabalhamos uma tese fundante, qual seja: como encarnação da unidade história/ política, este Estado constitui-se na confluência contraditória de duas configurações estatais, ou seja, *Estado Democrático de Direito*, ampliado na relação com a sociedade civil pela via da Política, a privilegiar a dimensão do público, na perspectiva de convergências e pactos, reconhecendo o conflito como via democrática por excelência; *Estado Ajustador* que se restringe, de forma seletiva, sob a égide do mercado, com a perspectiva de destituição e anulação da Política, ajustando-se, de forma ativa e intervencionista, aos ditames de expansão do capital. Nos percursos da sociedade brasileira por mais de duas décadas – última do século XX e anos 2000 – afirmase a dominância do Estado Ajustador, em meio às tensões da cultura política democrática. É o *Estado Ajustador no contexto da democratização* (CARVALHO, 2010). A rigor, é esta uma chave analítica, a demandar uma permanente investigação na análise do Estado, no cenário das relações de força.

tida do privilégio da rentabilidade do capital, constituindo-se, assim, como um *Estado gerencial a serviço da valorização do capital*, conforme a conceituação do pesquisador mexicano Lúcio Oliver Costilla. De fato, este Estado Ajustador brasileiro afirma a sua dominância em meio às tensões das lutas e da cultura política democrática em toda a década de 1990 e nos anos 2000.⁶⁵

No século XXI, em curso, *efetiva-se a consolidação da posição do Brasil no capitalismo financeirizado*. Hoje, *a economia brasileira insere-se no cenário mundial como emergente plataforma financeira*, mais precisamente, *plataforma internacional da valorização financeira*, a garantir ganhos inigualáveis, os maiores ganhos do mundo, mediante elevação das taxas de juro, no âmbito de uma política monetária e cambial de ajuste. Assim, com esta opção de financeirização da economia, seguindo as políticas de ajuste, o governo privilegia as finanças, os serviços, as *commodities*, comprometendo a indústria, com o desmonte da estrutura produtiva (PAULANI, 2010). De fato, cadeias produtivas inteiras foram esvaziadas, a começar pelo próprio setor automotivo, fazendo a indústria brasileira trabalhar atualmente mais ao estilo das maquiladoras mexicanas. Promove-se um grande retrocesso no perfil produtivo de nossa economia. Assim, a desindus-

⁶⁵ Cabe destacar o decisivo papel do Estado no Brasil, funcionando como locomotiva ao longo do processo de acumulação do capital (PAULANI, 2010). Nesta perspectiva, Carlos Nelson Coutinho (1988; 2008), em sua reflexão histórico-política, a movimentar categorias gramscianas, analisa a gênese e desenvolvimento da formação estatal brasileira, em diferentes situações históricas, enfocando a presença sempre muito forte do Estado na vida do país. Demarca que, nos percursos de um Estado forte e autoritário na constituição da modernidade capitalista, o Estado Brasileiro Contemporâneo amplia-se pela via da Política nos processos de democratização, no final dos anos 1970 e década de 1980, restringindo-se, a partir da década de 1990, nos percursos do ajuste brasileiro, sob a égide da lógica do capital. Indiscutivelmente, em diferentes contextos históricos e distintas configurações estatais, tem-se um Estado com decisiva atuação, a gestar padrões de neointervencionismo estatal.

trialização e a desnacionalização afirmam-se como marcos do Brasil no século XXI, com sérias consequências para a economia brasileira e para os processos de integração latino-americana na perspectiva da autonomia e da soberania (GUIMARÃES, 2012b).

Em verdade, nos deslocamentos do capital em sua expansão ilimitada, o Brasil, no contexto latino-americano, vivencia um “modelo rentista extrativista” (GALAZA, 2013), centrado na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas naturais, em uma reedição contemporânea do modelo extrativista primário-exportador. A Amazônia, na condição de maior território de diversidade planetária, constitui um polo de extrema atração, face à voracidade do capital pelos recursos naturais ainda não explorados, em tempos contemporâneos. A rigor, tem-se em curso uma dinâmica de expansão do capitalismo de caráter extrativista primário-exportador que chegou com força à Amazônia, atingindo, inclusive, territórios indígenas. Nesta perspectiva extrativista no contexto amazônico, configuram-se casos emblemáticos: a construção da usina de Belo Monte, no Xingu, das usinas no Madeira e do Complexo Tapajós; a flexibilização do Código Florestal; o asfaltamento da BR 319 e o crescimento da agropecuária na região, dentre outros. E mais: um novo megaprojeto ronda a Amazônia, qual seja, o bilionário projeto de um grupo canadense que quer explorar ouro no Xingu. Assim, o maior e mais ousado projeto de mineração de ouro pós-Serra Pelada em território brasileiro será instalado no mesmo lugar em que está sendo construída a usina hidrelétrica de Belo Monte. E, de fato, não se trata de causalidade, uma vez que o megaempreendimento necessitará de energia produzida pela usina!... (CEPAT-IHU, 2012).

No final da primeira década dos anos 2000 e limiar da segunda, mais precisamente, no segundo mandato do presidente Lula e no governo Dilma Rousseff, *efetiva-se uma inflexão da política econômica, ao manter o núcleo duro da política de ajuste, incorporando uma dimensão de desenvolvimento, chegando-se mesmo a falar em “neodesenvolvimentismo”*. Em verdade, tem-se uma disputa na condução da política econômica brasileira entre ortodoxos, filiados às políticas de ajuste e neodesenvolvimentistas. O *Plano de Aceleração do Crescimento – PAC* - constitui uma expressão emblemática desta inflexão desenvolvimentista que se depara com a questão da restrição dos investimentos estatais, dos investimentos públicos que não se efetivam. A presidente Dilma Rousseff recorre, estrategicamente, à iniciativa privada como alternativa para investimento, como bem revela o *Pacote de agosto de 2012* com 133 bilhões em concessões de rodovias e ferrovias, tentando trazer o setor privado para acelerar o crescimento. Cabe destacar que, não obstante todo este esforço realizado pelo governo para que o setor privado caminhe na direção da retomada de novos projetos de ampliação da capacidade produtiva do Brasil, vivencia-se o aparente *paradoxo da paralisia dos investimentos*. Explicar tal paradoxo exige ampliar o horizonte de análise para compreender as mudanças mais gerais que estão a ocorrer no modelo econômico e social brasileiro. Desse ponto de vista, o fato relevante é que tais medidas para alavancar o investimento, adotadas até o momento pela presidente Dilma Rousseff, encarnam a agenda dos representantes do grande capital, incorporada pelo Estado.

Com efeito, a pretexto de oferecer alternativas para retomada do crescimento do PIB e para buscar a superação da falta de musculatura da atividade econômica, corre-se o sério risco - como alerta o economista Paulo Kliass (2013) - de

que as medidas do governo para alavancar o investimento convertam-se em mais uma etapa no longo processo de desmonte do Estado brasileiro, através, agora, de estratégias mais sutis e sofisticadas de privatização.

Desse modo, os investimentos constituem um *nó górdio*, difícil de desatar na economia brasileira. É importante atentar que o dinamismo desta economia, neste início de século XXI, está focado no consumo do mercado interno e não no investimento, como deveria ser para que fosse algo sustentável. E mais, esse consumo está assentado na expansão do crédito, particularmente, para os segmentos mais empobrecidos em ascensão social. Assim, conforme avalia Leda Paulani “[...] ancorar a dinâmica macroeconômica no consumo e o consumo no crédito é tentar fazer a economia capitalista andar com o motor girando ao contrário.” (2012, p. 4).

Avançando na reflexão, impõe-se decifrar o arranjo brasileiro que sustenta este crescimento, como receita, de caráter conjuntural, para enfrentar a crise. Nessa perspectiva é necessário entender o papel que a chamada *política de redução de pobreza* desempenha nesse arranjo brasileiro de crescimento ancorado no consumo. Em verdade, esta política é resultante de uma simbiose de determinados elementos, a saber: *a elevação substancial do salário mínimo* constitui um fator decisivo nessa ascensão de considerados segmentos de brasileiros à chamada classe média, com repercussão sobre o *boom* do consumo. Com efeito, essa elevação do salário mínimo tem um impacto no sistema previdenciário em termos do pagamento dos benefícios. Pelo menos 60 milhões de pessoas das classes mais baixas de renda foram beneficiadas por um crescimento real de seus vencimentos da ordem de 50%, mediante o Benefício de Prestação Continu-

ada – BPC - da Política de Assistência Social e de aposentadorias rurais e urbanas. De fato, são 18 milhões de benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social no valor de 1(um) salário mínimo. Outro elemento de peso situa-se no âmbito do *trabalho*, com a retomada do emprego, por um lado, e, por outro, com a crescente ampliação da economia informal, em suas múltiplas capilaridades e na sua extrema diversidade, engendradas pelo próprio crescimento. Cabe um destaque à economia informal que, desde sempre presente no país, expande-se por meio de novas articulações entre a tradicional economia de sobrevivência, os mercados locais espalhados pelas regiões e os circuitos globais da economia, circunscrevendo novas conexões e uma escala de redefinições inteiramente em coerência com o mundo global, a incluir a população empobrecida em circuitos de precariedade urbana onde se misturam o informal, o ilegal e o ilícito (TELLES, 2007).

144

A essas alterações de renda das pessoas pobres via benefícios previdenciários e trabalho, somam-se dois outros fatores: o fenômeno da *bancarização da população de baixa renda*, com a política de acesso ao crédito, mediante débito, com destaque para os *empréstimos consignados*” os *programas de distribuição de renda*, particularmente o *Bolsa Família* em sua amplitude nacional com efetivas repercussões no tecido social brasileiro (PAULANI, 2010).

Assim, nessa articulação – aumento do salário mínimo/ retomada do emprego/expansão da informalidade/acesso ao crédito/ programas de distribuição de renda – tem-se uma redução da pobreza, o que não significa, em absoluto, redução da desigualdade. É incontestável a melhoria dos indicadores sociais neste contexto conjuntural de crescimento

da economia, permitindo a estratégia de ampliação do consumo interno. É importante considerar que, para além de seu impacto econômico, esses processos de redução da pobreza, na combinação de seus múltiplos elementos, têm uma repercussão ideológica forte que se traduz em legitimidade política dos governos liderados pelo PT, nas figuras de Lula e Dilma Rousseff. Tal legitimidade política efetiva uma ampliação peculiar do Estado pela via de políticas públicas, de caráter focalista, visando sobremodo os setores empobrecidos, a viabilizar uma inclusão instável e precária a depender dos próprios rumos da economia. Trata-se, sobretudo, de uma inclusão pela via do consumo. Evidente: tais processos de inclusão não reforçam a cultura dos direitos, despolitizam e esvaziam os processos de luta e comprometem a ampliação da democracia.⁶⁶

Na discussão, é importante salientar o que analistas denominam *o paradoxo brasileiro da redução da pobreza*: o próprio desenvolvimento do segundo mandato do governo Lula e do governo Dilma, em curso, impulsiona novos processos de produção e reprodução da miséria e da pobreza. Podemos mencionar a expropriação de setores da população – inclusive indígenas e populações tradicionais – atingidos pelo avanço da mineração e do agronegócio. Da mesma forma, elencamos os processos de deslocamento e desposseção,

⁶⁶ É importante atentar que, ao trabalhar com o pensamento gramsciano, em movimento, na unidade história/teoria, podemos configurar distintas formas de ampliação do Estado na civilização do capital. Dentre estas diferentes configurações, merece destaque a ampliação estatal pela via de políticas públicas, a garantir a adesão das massas, sem a necessária organização política na sociedade civil. É uma via “econômico-social burocrática”. É esta uma chave analítica trabalhada no Grupo de Investigação PAPITT da Universidade Autônoma de México, intitulado “Transformaciones recientes del Estado Ampliado em América Latina: una aproximación desde la sociología política de Gramsci”. Sobre esta discussão teórico-metodológica, consultar o livro *Gramsci: a outra Política*, de 2013, organizado por Lúcio Oliver Costilla.

decorrentes da especulação e dos grandes projetos de renovação urbana, relacionados com os megaeventos esportivos de 2014 e 2016. São processos de renovação na perspectiva de ajustes das cidades para se colocarem nos circuitos das “cidades eficazes”, com um panorama urbano extremamente contraditório e complexo, no interior dos fluxos de transformação do próprio sistema do capital, a acirrar desigualdades e assimetrias (GUERRA, 2013).

Desse modo, constitui-se, conjunturalmente, um arranjo a ancorar a economia brasileira: *plataforma de valorização financeira; dinâmica macroeconômica, centrada no consumo e na demanda externa, a privilegiar commodities*. Do ponto de vista da própria lógica do capital, trata-se um arranjo instável e perigoso, não garantindo autonomia. É um arranjo de risco que, visto de dentro, em seu conteúdo, bem revela que o suposto e aparente sucesso da economia brasileira é praticamente uma miragem. Em verdade, o modelo vigente bem expressa uma *dependência redobrada*, na instigante síntese de Paulani (2012).

146

Posição do Brasil no Contexto Latino-Americano: Algumas Pontuações a Abrir Vias de Investigação

Adentrando na reflexão sobre a inserção do Brasil no contexto contemporâneo da América Latina, impõe-se uma questão central:

Como o Brasil, no seu padrão contemporâneo de inserção no processo mundial de acumulação, nos marcos de sua experiência de ajuste, a vivenciar uma “dependência redobrada”, insere-se no processo de disputa hegemônica em curso na América Latina do século XXI? E, especificamente, como este Brasil se insere no pro-

cesso de integração latino-americana, na sua busca de autonomia e soberania?

Abre-se, assim, um campo investigativo com uma dupla via de reflexão:

A primeira via reflexiva nos remete a pensar a posição brasileira em suas ações geoeconômicas, a conformar um “subimperialismo brasileiro” na América Latina. Neste sentido, cabe examinar a IIRSA – *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana*. A IIRSA surgiu de um acordo firmado entre os governos sul-americanos, em 2000, em Brasília, “com o apoio técnico-financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)” (CARRION e PAIM, 2006, p.2). Entretanto, o BID se ateu a financiar apenas projetos, e os maiores encargos ficaram por conta da CAF e, logo, do BNDES, que entrou como braço de investimentos em 2003. Rapidamente, o BNDES se tornou um dos principais agentes de investimentos no continente latino-americano, tendo destinado, desde 2003, mais de US\$ 10 bilhões em financiamento a obras de infraestrutura na região. Os investimentos do BNDES em 2010 superaram em 100 bilhões de dólares os aportes da CAF, do BID e do Banco Mundial, juntos.

Os projetos levantados pela IIRSA se baseiam no seguinte tripé: transportes, energia e comunicações. Ao que tudo indica, os investimentos em infraestrutura realizados pelo Brasil, através da IIRSA, configuram uma efetiva política, na tentativa de estabelecer um espaço fluido, que poderá ocasionar a ampliação do comércio entre o Brasil e os países sul-americanos. Não resta dúvida sobre a força do Brasil e do BNDES na América do Sul que, em razão dos interesses de

certos grupos econômicos, submetem à lógica do mercado natureza, povos e Estados.

Uma segunda via de reflexão aponta para a inserção brasileira na articulação política de integração latino-americana autônoma nos diferentes espaços de integração. Podemos circunscrever duas tendências neste campo: a posição moderada de acordo políticos e sociais, como o Mercosul, a UNASUL; a posição radical a circunscrever a “Geopolítica do SUL”, com destaque para a ALBA.

Nesta perspectiva de refletir sobre a inserção do Brasil no contexto de disputa hegemônica na América Latina, cabe demarcar determinados elementos no esforço de circunscrever a política externa brasileira ora em curso. Francisco Carlos Teixeira, em artigo de fevereiro de 2013, assim avalia:

A política externa do Brasil manteve-se, nas suas grandes linhas, na direção traçada desde muito tempo: votou pela Palestina na ONU (decisão tomada desde o discurso de FHC na ONU em 2001) e que Dilma Rousseff reafirmou, no seu discurso, em 2011. Da mesma forma, o Brasil recusou a intervenção estrangeira na guerra civil da Síria e assumiu uma postura mais crítica e militante, contra a violação dos direitos humanos, nas reuniões multilaterais, em especial na Comissão de Direitos Humanos da ONU – onde votou pela condenação do Irã. Tal posicionamento nos afastou – ao contrário dos dois Governos Lula da Silva – do Irã, chegando mesmo a discreta recusa de Dilma em receber o presidente iraniano em visita pela América do Sul, em junho de 2012 [...]. No entanto, perdemos também, neste período de dois anos de Governo Dilma e de gestão do embaixador Antonio Patriota, um importante relacionamento com a Turquia. Trata-se, neste caso, de um regime representativo e

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

laico, país com 80 milhões de habitantes e mais de um trilhão de dólares de PIB. Com a crise contínua do novo governo egípcio, o afastamento do Irã, o natural seria uma maior atenção do Brasil ao mais estável, próspero e democrata país muçulmano do Oriente Médio. Mas, isto não foi feito, com perda do papel do país na região. (TEIXEIRA, 2013, p. 3).

Segundo a avaliação de Teixeira, no âmbito do nosso continente, a América do Sul,

tivemos também um amplo retrocesso na projeção e papel do Brasil. O primeiro, e bastante grave, foi a exclusão do Brasil das negociações de Paz entre as FARC e o governo da Colômbia (TEIXEIRA, 2013).

Tomando especificamente o Mercosul, cabe ressaltar um avanço na direção dos interesses brasileiros, ao ampliar o Mercosul e fortalecer a UNASUL, com destaque para a admissão da Bolívia, na Cimeira de Brasília em 07/12/2012, abrindo-se caminho para a adesão do Equador e da Guiana, em meio aos protestos do governo paraguaio, a ecoar profundamente nas argumentações daqueles que detestam a ideia de uma integração regional autônoma (TEIXEIRA, 2013).

Enfim, delineia-se um campo de debates sobre os rumos do Brasil nesta temporalidade do capital na segunda década do século XXI e, especialmente, acerca de sua inserção no contexto da América Latina. Muitos são os cenários delineados por analistas de diferentes tendências, considerando os desdobramentos da crise do capital e os processos de disputa hegemônica, na correlação de forças políticas no continente latino-americano. Questiona-se a sustentabilidade do arranjo da economia brasileira e as possibilidades

de redefinições. Coloca-se em questão as reais possibilidades de continuidade das políticas de redução da pobreza. Discute-se os rumos da inserção do Brasil na nova geopolítica da América Latina.

Inegavelmente, o Brasil tem virtualidades que o posicionam favoravelmente em relação a outros países, tendo em vista a magnitude do seu mercado interno, as perspectivas quanto aos investimentos em infraestrutura e uma forte demanda por recursos naturais brasileiros (PAULANI, 2010). No entanto, para aproveitar tais virtualidades, numa alternativa de autonomia e de cooperação, no sentido da integração latino-americana soberana, impõem-se redefinições do Estado, viabilizando a sua ampliação pela força dos Movimentos Sociais, a exercerem tensionamentos com a lógica de expansão ilimitada do sistema do capital. São transformações que se tornam viáveis pela via da Política, a “Grande Política” - como propugna Antonio Gramsci - a encarnar novas formas do “fazer político”, neste momento contemporâneo do sistema do capital, no século XXI.

150

Referências Bibliográficas

BRAGA NETO, Ruy Gomes. Conferência de Encerramento “A práxis emancipatória contra as formas de cominação, exploração e humilhação”. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – JOINPP, 6, São Luís-MA: [s.n.], 2013.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Políticas Públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: SOUSA, Fernando José Pires de (Org.). *Poder e políticas públicas na América Latina*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

_____. Civilização do capital em crise: interpelações do tempo presente. In: HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de (Org.). *Nuestra América no século XXI as disputas de hegemonia nos circuitos da crise*. Fortaleza: Edições UFC, 2012a.

_____. *Democracia na América Latina no século XXI: lições da História*. Mesa-Redonda “Política, Cidadania e Democracia na América Latina”. III CEPIAL. Curitiba: [s.n.], 2012b.

CARRION, M.C.; PAIM, E. S. *IIRSA: desvendando os interesses*. Porto Alegre: NAT/Brasil, 2006.

CENTRO DE PESQUISA E APOIO AOS TRABALHADORES – CEPAT E INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. *Conjuntura da semana*. O modelo extrativista primário-exportador e a sangria da Amazônia. Setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepat-conjuntura/513922conjuntur...>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

COSTILLA, Lúcio Oliver. Transformações do Estado e da sociedade civil na América Latina In: BRAGA, Elza Maria Franco (Org.). *América Latina: transformações económicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

_____. *et. al. Gramsci la otra política*. México: Universidad Autónoma do México. 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2. ed. Revista e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

GALAZA, Napoléon Saltos. Exposição na Mesa-Redonda “Natureza da crise capitalista, processo de desmonte das políticas e construção de alternativas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – JOINPP, 6, São Luis: [s.l.], 2013.

GUERRA, Eliana Costa. *A questão urbana no Brasil no novo ciclo de acumulação do capital: gestão das urgências e acirramento das desigualdades sócio-espaciais*, Colóquio Brasil: ¿Revolución pasiva o modernización conservadora? Proyecto PAPIIT. México, 2013.

G1 – *Brasil deve recuperar posto de 6º maior economia em 2013, mostra FMI*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/brasil-deve-recuperar-posto-de-6-maior-economia-em-2013-mostra-fmi.html>. Acesso em: 30 jun. 2013

152

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *MERCOSUL Relatório ao Conselho de Ministros*, 2012a.

_____. *O desafio sul-americano*. Carta Maior, 30 de agosto de 2012b. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materialimprimir.cfm?>. Acesso em: 12 out. 2012.

KLIASS, Paulo. *Dilma e o risco do desmonte do Estado*. Carta Maior 11/04/2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/coluna>. Acesso em: 14 abr. 2013

LUIGI, Ricardo. *O avanço da hegemonia brasileira na América do Sul: os impactos provocados pelo IIRSA na relação entre o Brasil e os países predominantemente indígenas na América Andina*. Rio de Janeiro: UERJ-CENEGRI, 2012.

PAULANI, Leda Maria. *A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da História* Boletim de economia e política internacio-

nal/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais*, n. 1, Brasília, IPEA. Dinte, 2010.

_____. A dependência redobrada. *Le Monde Diplomatique*. Edição Brasileira. [s.l:s.n.], 2012.

SOUZA, Israel. *IIRSA e o subimperialismo brasileiro*. Disponível em: <<http://insurgente coletivo. blogspot. com. br/2012/02irsa-e-osubimperialismo>>. Acesso em: 12 out. 2012.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. *A crise mundial e o papel do Brasil*. Agência Carta Maior, 8 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna...>>. Acesso em: 10 fev. 2013

TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: [s.n.], 2007.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potencia – entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. México: Bajo Tierra Ediciones, 2012.

Capítulo 5

A Dinâmica Recente do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil e Impactos Sobre a Conta de Transações Correntes⁶⁷

Carlos Américo Leite Moreira⁶⁸

Agamenon Tavares de Almeida⁶⁹

Face à forte crise financeira mundial que se intensificou no final de 2008, os bancos centrais e os governos das principais economias desenvolvidas colocaram em prática operações bilionárias de socorro ao sistema financeiro, em especial aos bancos. O argumento era de que essas operações eram cruciais para evitar o colapso dos sistemas monetário e financeiro, o que poderia paralisar a economia mundial. Diante da real possibilidade de risco sistêmico, as intervenções do Estado tornaram-se imperativas, principalmente injetando liquidez no sistema com o intuito de reduzir o risco de iliquidez, sobretudo no mercado interbancário, decorrente da falta de confiança entre os agentes.

As medidas excepcionais tomadas no âmbito fiscal e monetário com o objetivo de enfrentar a crise da economia

⁶⁷ Artigo aceito originalmente para publicação na *Revista Indicadores Econômicos FEE*, n. 1, v.1, 2013.

⁶⁸ Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII, com pós-doutorado em Economia Política Internacional pela Universidade de Montreal. Professor e Pesquisador do Departamento de Teoria Econômica e do Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará.

⁶⁹ Especialista em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Vanderbilt. Professor e Pesquisador do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará.

internacional, engendraram custos significativos para as economias avançadas. A dívida pública cresceu substancialmente na tentativa de compensar o declínio do endividamento privado que se manifestara desde o início da crise. Ademais, a política monetária, baseada em taxas de juros extremamente baixas e numa forte injeção de liquidez nas economias, atingiu seu limite no que se refere à capacidade de enfrentar os efeitos negativos da redução do crédito.

A instabilidade dos mercados financeiros, decorrente, principalmente, da real possibilidade de *default* de algumas economias desenvolvidas com elevados volumes de dívida pública e baixa taxa de crescimento passou a impactar fortemente o desempenho da economia real. Nesse sentido, as medidas fiscais de austeridade se generalizaram visando restabelecer a confiança dos mercados financeiros. Essa exposição do setor financeiro ao risco soberano contribui para a legitimação do uso de políticas restritivas no âmbito fiscal e monetário.

Se, por um lado, a implementação de políticas fiscais contractionistas legitima essas economias perante os mercados financeiros, por outro, a redução dos gastos públicos compromete a frágil retomada do crescimento econômico, com impactos negativos sobre as políticas sociais e de renda.

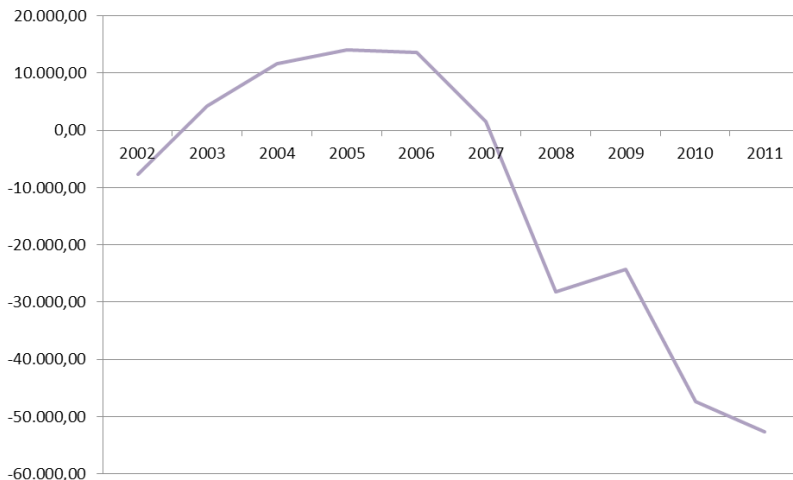
Diante desse cenário de lenta recuperação dos países avançados, economias emergentes, como a brasileira, continuavam registrando crescimento superior à média mundial. A existência de uma demanda doméstica “sólida” e crescente tem sido o seu grande trunfo em um contexto de forte instabilidade financeira com repercussões negativas na demanda externa. Vale destacar que o dinamismo da demanda interna se beneficiou, em grande parte, das políticas expansionis-

tas no âmbito fiscal e monetário. No caso brasileiro, isso se evidenciou tanto pela expansão e facilitação do crédito ao consumidor, como pela ampliação dos prazos de financiamento, em especial para mercadorias de consumo durável, atuando como uma espécie de mecanismo “compensatório” das altas taxas de juros de mercado.

Entretanto, o crescimento econômico, paradoxalmente, parece intensificar o processo de fragilidade financeira da economia brasileira, acentuando seus desequilíbrios macroeconômicos através de dois processos. O primeiro está associado à continuidade da expansão da dívida interna pública brasileira em função da manutenção de taxas de juros reais em níveis extremamente elevados.

O segundo está relacionado com o aumento da vulnerabilidade externa. A sobrevalorização da moeda nacional resultante, em parte, das políticas de juros reais elevados, tem gerado um influxo externo de capital especulativo, alimentador da oferta interna de dólares. Tal situação vem prejudicando o desempenho das contas de transações correntes, desencadeando, em alguns segmentos, um processo de substituição da produção local por importações. Adicionalmente, as estratégias das empresas multinacionais sediadas no país nas duas últimas décadas também contribuíram para a deterioração do déficit em conta-corrente, conforme será descrito na terceira seção deste artigo. Em 2011, o déficit em transações correntes registrou significativa deterioração, totalizando US\$ 52,6 bilhões, o mais elevado desde 1998. Portanto, o crescimento econômico da economia brasileira intensificou as pressões negativas sobre a conta de transações correntes, engendrando a necessidade de financiamento externo.

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração



Gráficos 1 – Brasil: Saldo em Transações Correntes (US\$ Milhões) 2002-2011

Fonte: Banco Central do Brasil.

Este artigo analisa a dinâmica recente do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) com o objetivo de mostrar que essa forma de financiamento contribui cada vez mais para a fragilidade financeira externa do país, em função das estratégias de produção e das modalidades de implantação das empresas estrangeiras, continuamente comandadas pela dimensão financeira e comercial da mundialização. Essa forma de financiamento está associada, crescentemente, a passivos externos com vencimentos no curto prazo, contribuindo para a ocorrência de crise cambial ou crise de liquidez externa.

Nessa perspectiva, busca-se na segunda seção verificar o desempenho da conta-corrente para em seguida estabelecer uma relação entre investimento direto e fragilidade financeira externa na seção seguinte. A terceira seção será consagrada à análise do padrão de integração das firmas estrangeiras

implantadas no Brasil nas duas últimas décadas e sua contribuição para o agravamento do déficit em conta-corrente.

As Pressões Negativas Sobre a Conta-Corrente: Deterioração do Saldo Comercial e Expansão da Remessa de Lucros

Os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) revelam uma deterioração do saldo da balança comercial brasileira nos últimos quatro anos. Vale mencionar que o menor excedente comercial ocorre em um contexto de crescimento substancial das exportações. Entretanto, o dinamismo das vendas internacionais resulta, sobretudo, da demanda excepcional de *commodities* metálicas e agrícolas. Esse fato tem elevado a participação de produtos básicos nas exportações totais do país. O peso desse segmento saltou de 22,6% em 2000 para 47,8% em 2011.

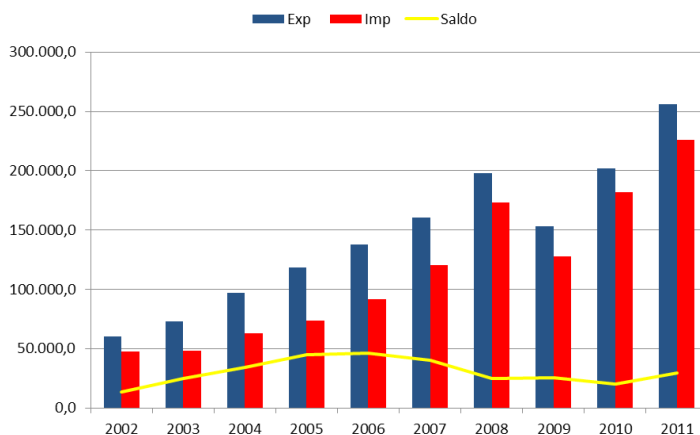


Gráfico 2 – Brasil: Balança Comercial. Exportação, Importação, Saldo – 2002-2011

Fonte: MDIC/Aliceweb.

Vale ressaltar que o perfil do comércio bilateral entre Brasil e China nos últimos anos foi crucial para esse movimento de primarização da pauta exportadora.⁷⁰ De fato, observa-se uma concentração das vendas internacionais brasileiras para aquele país em poucos produtos básicos. Apenas sete segmentos respondiam por 90% das vendas do país para a China em 2011, com destaque para minérios, escórias e cinzas que concentrou 45% da pauta, com 20,1 milhões de dólares. Desse total, US\$ 179 milhões foram de apenas um produto: minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados.

Tal fato indica que a boa *performance* das exportações do Brasil para a China reflete o dinamismo dos produtos nos quais o Brasil é competitivo em escala global. Ou seja,

os ganhos brasileiros não parecem refletir uma estratégia ativa de diversificação e geração de novos mercados e oportunidades comerciais na China, mas o aproveitamento de oportunidades produzidas pelo crescimento das importações chinesas, mediante a elevação da oferta de commodities produzidas no país. (MELO, MOREIRA & WEBER, 2010, p. 46).

Isto não é um fato isolado do comércio com o Brasil, já que, em geral a China vem importando bens agrícolas e minerais de países em desenvolvimento.⁷¹

Em contrapartida, a participação das manufaturas na pauta exportadora caiu de 59,7% em 2000 para 36% em 2010.

⁷⁰ As exportações brasileiras direcionadas para a China registraram um crescimento substancial nos últimos anos. Somente em 2011, o incremento foi de 45,8% comparativamente a 2010.

⁷¹ Estudo recentemente publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) revelou que a China se constitui na principal fonte de crescimento das exportações da América Latina e Caribe, inclusive no contexto da forte desaceleração observada nessa região em 2009. Ademais, observou-se um padrão eminentemente interindustrial do comércio entre as duas regiões, com a China exportando principalmente manufaturas e importando matérias-primas Cepal (2010).

A menor parcela reflete os seguidos déficits comerciais da indústria manufatureira. Entre 2008 e 2011, o déficit na exportação de produtos industriais registrou um incremento de US\$ 41,6 bilhões, passando de US\$ 7,1 bilhões para US\$ 48,7 bilhões. Vale ressaltar o predomínio do déficit nos segmentos de alta e média alta tecnologia (IEDI, 2011).

Essa configuração resulta não somente de um processo continuado de apreciação da moeda nacional, mas também da inoperância da política industrial nacional, combinada com um rápido e amplo processo de abertura comercial nas últimas décadas (CARNEIRO, 2009).⁷² Portanto, embora ainda diversificada, constata-se uma tendência crescente de concentração da pauta exportadora brasileira em poucos produtos primários, configurando um avanço no processo de primarização da pauta exportadora brasileira.

A substituição da produção local por importações é resultante, tanto do processo de apreciação da moeda nacional, quanto do aquecimento da demanda interna. Em 2011, as importações também assinalaram recorde histórico, alcançando US\$ 226,2 bilhões, incremento de 24,5% em relação a 2010. Todas as categorias de uso registraram incremento importante das compras internacionais, com ênfase para combustíveis e lubrificantes (42,8%) e bens de consumo (27,5%), seguidos por matérias-primas e intermediários (21,5%) e bens de capital (16,8%) (MDIC, 2011).

Essa dinâmica compromete o peso do setor industrial no produto interno bruto assim como o grau de sofisticação tecnológica dos bens industriais fabricados, podendo levar a um

⁷² Sobre essa questão, Faucher (1994) já chamava atenção para o processo de desengajamento do estado brasileiro no início dos anos 1990 em termos de política industrial e de comércio exterior. O processo de abertura comercial indiscriminada era uma manifestação do esgotamento da capacidade de intervenção do Estado. Principalmente, considerando as disparidades produtivas e tecnológicas da estrutura industrial brasileira em relação às melhores práticas mundiais.

processo de desindustrialização. Na avaliação de Salama (2011), o processo de abertura comercial indiscriminado, não acompanhado de uma política cambial adequada e de uma política industrial apropriada está na origem do processo de “desindustrialização precoce” que conhece a economia brasileira.

Estudo recente, elaborado para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), revela que as importações provenientes da China contribuem substancialmente para esse desempenho do setor importador. De acordo com a pesquisa,

diferentes países observaram suas vantagens comparativas serem reduzidas em produtos que enfrentam competição com mercadorias chinesas. Consequentemente, o crescente deslocamento da indústria chinesa para produção de bens mais elaborados provocou a perda de importância desses setores em certos países. (PUGA e NASCIMENTO, 2010, p. 1).

No caso do Brasil, verifica-se uma forte ampliação das compras internacionais originadas desse país em vários produtos. De fato, a China respondeu por 19,4% do incremento das compras internacionais brasileiras entre 2005 e 2010, transformando-se a partir de 2010, no maior parceiro internacional do Brasil, em substituição ao parceiro tradicional, os Estados Unidos.

Referida pesquisa procurou também analisar os coeficientes de importação de distintos segmentos da indústria, com o objetivo de verificar em que medida as importações chinesas estão substituindo a produção doméstica. Entre 2005 e 2010, o coeficiente total passou de 14,2% para 19,8%. Nesse mesmo período, o coeficiente de importação de produtos chineses cresceu de 1,1% para 2,9%, correspondendo a um terço da variação do coeficiente total. Setorialmente, observa-se uma forte participa-

ção das compras de produtos chineses intensivos em trabalho e intensivos em tecnologia no aumento do coeficiente total.

A expansão das remessas de lucros e dividendos pelas filiais de empresas multinacionais e das remessas de dividendos decorrentes de investimentos de *portfólio* em ações, também contribui substancialmente para o crescimento do déficit em conta-corrente. As filiais de empresas multinacionais tendem a aumentar suas remessas de lucros para as suas matrizes e a acelerar a amortização dos empréstimos intercompanhia diante das restrições de crédito e liquidez existentes em suas economias de origem.

O contexto recente da economia brasileira indica que pressões negativas sobre as contas de transações correntes continuarão alimentando as necessidades de financiamento externo. Portanto, diante do desequilíbrio estrutural da conta brasileira de transações correntes, torna-se crucial uma análise da sustentabilidade e liquidez do financiamento externo na perspectiva de verificar os limites de um processo de crescimento econômico incorrendo em déficits de conta-corrente. Nesse sentido, vale mencionar que o elevado estoque de passivo externo da economia brasileira, reflexo de políticas econômicas supostamente estabilizadoras mantidas há mais de uma década, poderá ser considerado como possível semente de uma crise interna.

Medeiros e Serrano (2001, p. 119) afirmam que

a relação central para a questão da sustentabilidade de uma trajetória de crescimento com déficits em conta corrente é determinada pela evolução da relação entre passivo externo líquido e exportações, que afinal são a fonte última de fluxo de caixa em divisas que permite o pagamento dos serviços financeiros desse passivo.

Nesse processo, os autores pontuam que, na questão da sustentabilidade do financiamento do passivo externo,

a diferença relevante entre investimento direto estrangeiro e dívidas, seja de curto prazo ou de longo prazo, diz respeito única e exclusivamente a seus custos relativos enquanto componentes de pagamentos de divisas efetuados (p. 120).

Ademais, acrescentam que uma trajetória insustentável de acumulação de passivos externos não necessariamente tem que terminar em crise financeira e cambial.

Na verdade, a ocorrência de uma crise cambial ou crise de liquidez externa “dependem da magnitude dos passivos externos que estão para vencer, em relação às reservas externas do país.” (p. 120-121). Nesse sentido, as diferenças entre fluxos de capitais de curto, longo prazo e investimento direto estrangeiro tornam-se cruciais. Ou seja, os autores defendem que a fragilidade financeira externa e o risco de uma crise de liquidez estão associados à maior proporção das aplicações de curto prazo nos passivos externos. Em contrapartida, os déficits financiados por investimento direto ou por empréstimos de prazos mais longos diminuem os compromissos externos que vencem num determinado período.

Em contraposição, achamos que a crise de liquidez externa e a crise cambial propriamente dita não ocorrem “apenas quando subitamente os credores externos recusam-se a refinarciar os compromissos externos que vencem em determinados períodos.” (MEDEIROS e SERRANO, 2001, p. 120). Na verdade, os déficits financiados por investimento direto podem igualmente levar a exaustão das reservas do país e a detonação de uma crise à medida que contribuem substancialmente para um processo crescente de transferência de excedente para o exterior.

A intensificação das remessas de lucros e juros, assim como a aceleração da amortização dos empréstimos inter-

companhias das multinacionais não financeiras, por exemplo, são compromissos externos que se apresentam cada vez mais com uma natureza temporal de curto prazo.

Portanto, entende-se que as formas de financiamento ditas de “longo prazo”, sobretudo o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), podem contribuir para acentuar a fragilidade financeira externa e o risco de uma crise de liquidez, já que essa modalidade assume cada vez mais uma natureza especulativa. Isto significa que as estratégias das firmas estrangeiras implicam em fluxo bruto crescente de “saída” de capital. Portanto, a diferença entre fluxo de capital de curto prazo e IDE já não é tão relevante em determinados contextos. Principalmente quando o processo de internacionalização produtiva se traduz no aprofundamento de movimentos de natureza patrimonial e de valorização fictícia, implicando na redução do horizonte temporal de valorização da empresa. Nesse caso, seria redundante afirmar que uma crise de liquidez está associada à maior proporção de aplicações de “curto prazo” nos passivos externos.

Nessa perspectiva, um exame da relação entre finança e indústria no contexto do regime de acumulação de dominância financeira torna-se essencial no sentido de entender as transformações ocorridas no processo de internacionalização produtiva nas duas últimas décadas no Brasil.

Regime de Acumulação, Investimento Direto Estrangeiro e Fragilidade Financeira Externa

As consequências macroeconômicas do Regime de Acumulação de Dominância Financeira sobre as relações entre finança e indústria são marcantes. A convenção financeira

de avaliação das empresas tem como objetivo a criação de excedente para os acionistas, implicando numa arbitragem permanente entre distribuição de dividendos e reinvestimento. Com a submissão da produção aos princípios de liquidez financeira, constata-se o predomínio da distribuição de dividendos em relação a reinvestimentos voltados para o crescimento da empresa e conseqüentemente um desvio de objetivos do processo de acumulação convencional, baseado na perspectiva da expansão continuada da economia real (ORLÉAN, 1999; AGLIETTA e BEREDEBI, 2007).

Um dos impactos da restauração do poder da finança está relacionado com o forte movimento de centralização do capital, compreendida como processo nacional e internacional que resulta das fusões e aquisições orquestradas pelos investidores financeiros e seus *conselhos* de administração. Essa modalidade de investimento é típica do regime de acumulação de dominância financeira. A centralização do capital permite, assim, aos grupos industriais, aumentarem suas participações no mercado mundial, mesmo em conjunturas de baixo crescimento (CHESNAIS, 2004).

Os investimentos efetuados nesse contexto deflacionista e de baixo crescimento não engendram ampliação da capacidade de produção, direcionando-se mais para operações de reestruturação produtiva, que significam notadamente a especialização em atividades mais competitivas e a terceirização de atividades secundárias. Isto implica numa focalização em torno da atividade principal, fechamento de unidades de produção e redução de efetivo laboral. Em síntese, passa-se de uma lógica de longo prazo de criação ou de ampliação da capacidade produtiva, observada durante o período fordista, a uma lógica de centralização do capital

e reestruturação produtiva. A ruptura dos compromissos fordistas sobre a divisão do valor agregado é a resposta os novos critérios de *performance* (AGLIETTA, 1998, AGLIETTA e BERECCI, 2007).

A nova lógica traz consequências importantes ao processo de internacionalização produtiva. Do ponto de vista do financiamento, a natureza estável e de longo prazo do IDE não se confirma. Chang (2007), por exemplo, chama atenção para o fato de que em países com mercados de capitais abertos, os investimentos diretos de empresas estrangeiras podem se tornar “líquidos” e embarcados de volta rapidamente. Ademais, o autor identifica algumas estratégias utilizadas pelas firmas estrangeiras que pouco acrescentam às reservas cambiais do país receptor. As multinacionais, por exemplo, dependendo das taxas de juros internas, podem tomar empréstimos de bancos domésticos, fazer o câmbio em moeda estrangeira e enviar o dinheiro para fora do país.

Por sua vez, a contribuição do IDE para o incremento do investimento “real” não parece ser significativa. Analisando o caso brasileiro, Sarti e Laplane (2003) e Moreira e Sherer (2002) ressaltam a pequena contribuição do IDE para o aumento da taxa de investimento. Isso decorre da participação crescente tanto no Brasil como em outros países da América Latina das operações de fusão/aquisição (investimento *brownfield*) em detrimento de inversões visando a criação de nova capacidade de produção (investimento *greenfield*). Ou seja, o chamado investimento *brownfield*, em alguns casos, não está associado à expansão da capacidade produtiva da empresa adquirida.

Na verdade, o investidor estrangeiro compra uma empresa subvalorizada pelo mercado, sobretudo em períodos de crise financeira, e a opera sem realizar grandes inver-

sões até encontrar outro comprador. É possível, inclusive, a ocorrência de destruição da capacidade produtiva em função da divisão de seus “ativos produtivos” (CHANG, 2007).

Nesse sentido, o IDE não engendraria uma transformação importante na estrutura produtiva com a especialização das economias emergentes em setores estratégicos que permitissem aumentos sistêmicos de produtividade. Na verdade, a entrada de IDE, no contexto de abertura comercial e financeira, implicaria, em muitos casos, no fechamento de empresas pertencentes a setores intensivos em tecnologia e/ou na supressão de atividades geradoras de forte valor agregado. Os incrementos nos níveis de produtividade em decorrência da introdução de novas tecnologias de produto e processo podem ficar praticamente restritos às próprias atividades sem grandes efeitos secundários sobre a produção e tecnologia.

168

Portanto, o desenvolvimento do investimento *brownfield* se insere na lógica de financeirização das grandes corporações, levando à redefinição de suas estratégias globais. A performance do grupo econômico passa a ser analisada segundo critérios financeiros. O objetivo é maximizar seu rendimento financeiro, desfazendo-se dos ativos menos rentáveis ou redundantes e conservando apenas os ativos mais valorizados e que podem ter sua rentabilidade elevada pelas economias de escala resultantes das operações de fusão/aquisição. Ou seja, constata-se uma subordinação das estratégias produtivas dos grandes grupos industriais aos parâmetros de valorização do capital rentista (MICHALET, 1999; 2007, MAMPAEY e SERFATI, 2004).

No caso brasileiro, o resultado do influxo considerável de IDE na fase anterior à crise representou inversões, no sentido próprio da criação de capacidade produtiva, de fraco dina-

mismo que se revela incapaz de exercer um papel significativo no crescimento econômico de longo prazo. A forte presença do investimento *brownfield*, confirmando a relevância do investimento de natureza patrimonial no Brasil, contribui para essa baixa *performance*.

Adaptado às especificidades do mercado emergente brasileiro, esse processo de subordinação da produção aos princípios de liquidez financeira no novo contexto de liberalização/desregulamentação engendrou transformações importantes no modo de organização e nas estratégias das filiais de empresas estrangeiras no país. Essas transformações se fazem sentir particularmente em três domínios (CARNEIRO, 2007; FORTI SHERER, 2005; GONÇALVES, 1999; MOREIRA, 2000; MOREIRA e FORTI SHERER, 2002; SALAMA, 1999; SALAMA e CAMAR, 2004; SARTI e LAPLANE, 2003):

1. as exigências de competitividade forçaram as firmas estrangeiras a adotar programas de reestruturação produtiva, caracterizados por movimentos de desverticalização/especialização, acarretando uma redução substancial do tamanho das suas filiais. As atividades realizadas no país obedecem à lógica de otimização da localização, levando em conta, também, a possibilidade de importação de insumos e bens de consumo. Nesse sentido, as filiais se especializam em atividades, como as de montagens, que pouco contribuem na reconstituição dos elementos que compõem a cadeia produtiva.
2. constata-se uma predominância das operações de fusão, aquisição e de participação minoritária (investimentos *brownfield*) em detrimento dos investimentos visando a criação de capacidade produtiva (investimentos *greenfield*).

3. as empresas estrangeiras procuram cada vez mais a valorização puramente financeira ou mesmo a utilização para fins especulativos de uma parcela significativa dos lucros não investidos. O princípio da liquidez e da segurança na obtenção de rendimentos, que dominam as estratégias das empresas, estimula fortes atividades especulativas, explicando a participação crescente dos ativos financeiros como fonte alternativa de renda. O crescimento dessas operações nas atividades das empresas revela uma racionalidade nada favorável aos investimentos produtivos.

Portanto, por trás dos resultados positivos recentes em termos de entrada de IDE no Brasil, o processo de internacionalização produtiva nas duas últimas décadas obedece a uma lógica de valorização financeira do capital no curto prazo, aproximando o investimento direto do investimento de *portfólio*. As operações de fusão e aquisição nada mais são do que o resultado da racionalização do novo *portfólio* de atividades manufatureiras resultantes da centralização do capital.

Nesse sentido, torna-se crucial analisar como o processo recente de internacionalização produtiva se traduziu no aprofundamento dos movimentos de natureza patrimonial e de valorização fictícia iniciados na década de 1990, implicando na redução do horizonte temporal de valorização da empresa. E de que forma esse movimento das firmas estrangeiras implica no aumento da fragilidade financeira externa.

O Padrão Recente de Integração das Firms Estrangeiras no Brasil

De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2011), os fluxos de

IDE no mundo registraram um pequeno incremento de 4,9% em 2010 comparativamente a 2009, atingindo o valor de US\$ 1,2 trilhão. O aumento dos fluxos de IDE está associado, principalmente, a um processo de desconcentração espacial em favor das economias emergentes e em desenvolvimento. Esse grupo recebeu pela primeira vez mais de 50% dos fluxos globais.

Vale destacar que dez dos vinte principais receptores de IDE em 2010 eram países emergentes ou em desenvolvimento, comparativamente a nove em 2009. Ademais, três economias emergentes (Brasil, China e Hong Kong - China) estão entre os cinco maiores receptores de IDE.

Na avaliação da Unctad, a rápida retomada do crescimento econômico nessas economias após a intensificação da crise econômica mundial em setembro de 2008, o dinamismo da demanda doméstica e o aumento considerável dos fluxos sul-sul de IDE contribuíram para esse resultado. As empresas transnacionais investem nesses países com o objetivo de se manterem competitivas nas redes globais de produção. Ademais, a expansão da demanda doméstica estimula cada vez mais as estratégias *market-seeking*.

Entretanto, a expansão de 12% dos investimentos nas regiões em desenvolvimento em 2010 ocorreu de maneira assimétrica. Somente a região da Ásia do Sul, Leste e Sudeste registrou um forte incremento de 24%, chegando a US\$ 300 bilhões, mais da metade dos investimentos destinados ao mundo em desenvolvimento. O grande destaque nesse grupo foi a China.

Na América Latina, o crescimento expressivo de alguns países, impulsionado pela robustez da demanda doméstica e externa e pelos bons fundamentos macroeconômicos, explica o influxo significativo de IDE. Nessa região, o Brasil se destaca com a maior parte dos ingressos de IDE em 2011. De fato,

observa-se que a entrada de investimento direto estrangeiro se acelerou nos últimos anos. Em 2011, o país ocupou a segunda colocação entre os receptores de investimentos diretos dos países emergentes e em desenvolvimento, atrás apenas da China.

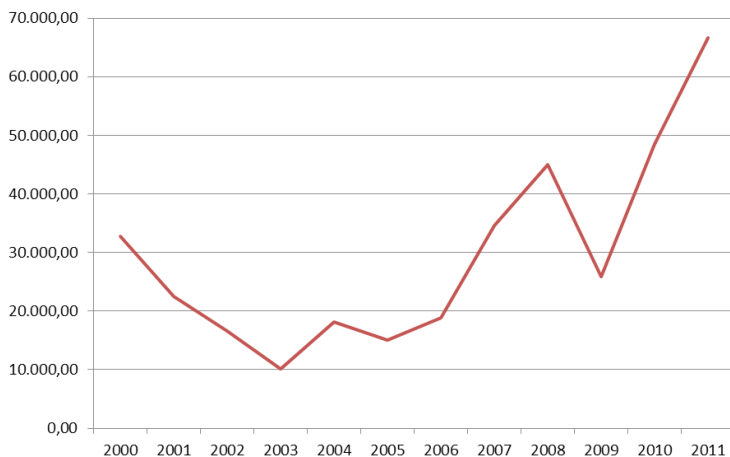


Gráfico 3 – Brasil: Investimento Direto Estrangeiro – IDE (líquido) US\$ Milhões. 2000-2011

Fonte: Banco Central do Brasil.

Dois grandes fatores explicam as inversões estrangeiras na economia brasileira no contexto atual. Em primeiro lugar, diante da forte desaceleração observada nas economias avançadas, constata-se que os investidores procuraram opções rentáveis em economias emergentes com mercados internos dinâmicos e estabilidade monetária. Em 2010, as inversões direcionadas para o setor industrial (37% do total de IDE) e de serviços (22%), por exemplo, visavam, sobretudo, o dinamismo do mercado interno brasileiro. Entre os setores mais dinâmicos em 2010, destaque para os ramos mais intensivos em recursos naturais como alimentos (9%), metalurgia (9%), produtos químicos (7%) e derivados de petróleo (3%).

Ademais, os investimentos em busca de recursos naturais (39% do total do IDE) são cada vez mais significativos, motivados pela tendência altista dos últimos anos dos preços das *commodities* agrícolas e metálicas no mercado mundial. A consolidação do Brasil enquanto grande produtor e fornecedor mundial de produtos básicos, contribui para esse forte influxo de IDE. Nesse setor, os segmentos de petróleo e gás (22%) e de extração de minerais metálicos (14%) receberam o maior aporte dos investimentos estrangeiros (CEPALC, 2011).

Apesar dos resultados positivos, essa dinâmica acentua a fragilidade financeira externa do país em função do perfil financeirizado das estratégias das empresas multinacionais e da lógica de política econômica que ancora o padrão de inserção. Nessas condições, o fluxo de investimento direto implica no agravamento e não na redução da restrição de divisas.

Com relação ao setor industrial, por exemplo, a nova conjuntura de crescimento não implicou em transformações importantes no que se refere às suas escolhas de gestão. Ou seja, as filiais continuam a suprimir certas atividades consideradas não competitivas. A intensificação da concorrência internacional explica o abandono dessas atividades e sua substituição pelas importações. As filiais de “produção” assumem cada vez mais a função de filiais de “comercialização”. Elas se engajam numa lógica de produção mínima e de importação.

A valorização do capital produtivo das firmas estrangeiras se traduz em movimentos de reestruturação produtiva, implicando em redução das atividades industriais (*downsizing*) combinado a um aumento das operações puramente comerciais. Adicionalmente, essas empresas direcionam sua produção para o mercado interno em detrimento das exportações, diante da expansão da demanda doméstica e da apreciação cambial.

Com relação às modalidades de implantação, as operações de aquisição e de participação minoritária continuam relevantes. De fato, observa-se uma evolução importante do número de fusões e aquisições nos últimos quatro anos, revelando um movimento significativo de consolidação patrimonial no país. Em 2010, por exemplo, foram 787 operações, aumento de 22% em relação a 2009. Esse resultado representa um recorde histórico de transações anunciadas em um determinado ano. As fusões e aquisições nos ramos de mineração, química e petroquímica, financeiro e alimentos e bebidas registraram os maiores valores médios por transação.

Vale destacar que 40% das compras de participação (controladora ou não) envolveram investidores estrangeiros, a maior participação já registrada no volume de transações (PRICE WATERHOUSE, 2010). Por outro lado, os grupos nacionais estão presentes em 60% das compras de participação. Contribui para esse dinamismo o crescimento do investimento direto estrangeiro oriundo do Brasil, que tem como principal modalidade a aquisição de empresas no exterior⁷³.

Deve-se salientar que essas operações não representam necessariamente criação de nova capacidade produtiva, mas estão vinculadas essencialmente a mecanismos de racionalização produtiva que engendram, em muitos casos, perdas de

⁷³ Sarti e Hiratuka (2010) consideram que a conjuntura nacional e a situação internacional foram determinantes para o incremento dos investimentos brasileiros no exterior. A desvalorização do dólar, por exemplo, tornou os ativos localizados no estrangeiro mais atrativos quando denominados em real. Adicionalmente, a melhoria substancial da condição financeira das empresas nacionais foi determinante para esse processo de internacionalização. Os bons resultados operacionais decorreram, sobretudo, do dinamismo da demanda doméstica. Já os resultados não operacionais foram beneficiados pela remuneração do mercado de títulos públicos, reforçando o caixa das empresas. Os autores destacam também o acesso ao crédito de longo prazo no mercado de capitais internacionais e o financiamento por meio de emissão primária de ações com cruciais no crescimento das inversões brasileiras no exterior.

emprego e incrementos das importações com o objetivo de modernizar as empresas adquiridas.

A dinâmica de fusões e aquisições no Brasil é caracterizada também pela forte progressão das operações de *private equity*. Sua parcela no número de transações saltou de 11% em 2006 para 42% em 2010, com crescente participação do capital estrangeiro. Nessa modalidade, as empresas, em sua maioria, não são cotadas em bolsa e passam a ser controladas por investidores focados na criação de valor. Os investidores não são obrigados a prestar contas aos acionistas.

Em contrapartida, como destaca Grun (2004), os novos administradores que trabalham nessa modalidade são especializados no ramo de “salvamento de empresas”, desconhecendo as especificidades da empresa que está sendo reorganizada. Ou seja, observa-se uma nova articulação entre a finança e o setor produtivo em que prevalecem os princípios da racionalização das empresas: redução do quadro de empregados, achatamento salarial, aumento dos ritmos e deslocalizações (RAMONET, 2007).⁷⁴

Diferentemente de fases anteriores, observa-se também um incremento importante dos investimentos na criação de capacidade produtiva. Embaladas pela conjuntura de crescimento da economia brasileira, as firmas estrangeiras inves-

⁷⁴ De acordo com Trouvelot e Eliakim (2007), a lógica dos Fundos de Private Equity é a seguinte: para adquirir uma empresa que vale 100, o fundo investe 30 com recursos próprios (trata-se de uma porcentagem média) e toma 70 emprestados junto aos bancos, beneficiando-se de condições favoráveis associadas ao custo do crédito. Nos primeiros três ou quatro anos, os investidores vão reorganizar a empresa com o *management* da casa, implicando em forte racionalização da produção. Os lucros obtidos são utilizados, no todo ou em parte, para pagar os juros da dívida. Em seguida, a empresa é revendida por 200, frequentemente para outro fundo que realizará a mesma operação. Uma vez pagos os 70 junto aos bancos, os investidores ficarão com 130, por um investimento inicial de 30, ou seja, 300% de taxa de retorno sobre um investimento em quatro anos.

tem em novos projetos. Entretanto, é importante chamar a atenção para o fato de que as firmas estrangeiras já são integradas a uma lógica global na qual se beneficiam das diferenças existentes em cada país. Nesse sentido, os investimentos *greenfield* no Brasil se concentram em atividades que pouco contribuem para o adensamento da cadeia produtiva. Ademais, parte significativa das inversões está sendo financiada por instituições públicas de financiamento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Adicionalmente, as firmas estrangeiras buscam formas de valorização puramente financeiras. A apropriação de lucros financeiros a partir de operações diversas (câmbio, juros) confirma a tendência das filiais de não ficarem restritas às atividades produtivas. As empresas estrangeiras, por exemplo, procuram maximizar os resultados financeiros no mercado local, valendo-se de eventuais elevações de juros ou, em sentido contrário, antecipam remessas em ciclos de queda dos juros domésticos.

Na conjuntura atual, grande parte da entrada de investimento direto estrangeiro está, na verdade, sendo utilizada em operações financeiras de curto prazo. Com a tributação das operações no mercado de capitais, os ingressos de investimentos diretos estão alimentando operações de arbitragem de taxas de juros no mercado financeiro. O crescimento nos últimos quatro anos dos empréstimos intercompanhias da matriz no exterior a filial no Brasil assim como das amortizações e remessas de juros relativas a esses empréstimos são indícios importantes do engajamento das firmas estrangeiras em atividades financeiras de curto prazo.

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

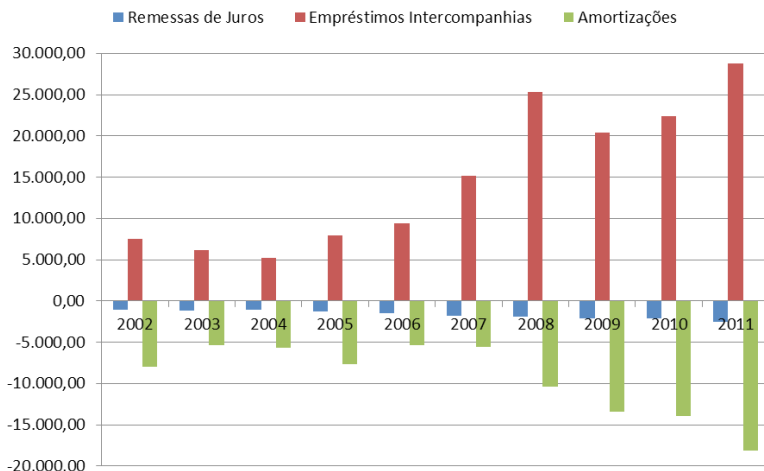


Gráfico 4 – Brasil: Empréstimos Intercompanhias, Amortizações e Remessas de Juros – 2002/2011

Fonte: Banco Central do Brasil.

O posicionamento estratégico das firmas estrangeiras engendra impactos importantes na conta de transações correntes. O primeiro impacto está relacionado com a balança comercial.

Um estudo recente, realizado por De Negri (2005) na fase anterior à crise, constatou que as empresas estrangeiras são fortemente deficitárias nos segmentos de alta intensidade tecnológica. Essa configuração está associada, sobretudo, ao elevado conteúdo importado (peças e componentes) na produção das empresas exportadoras de produtos de alta intensidade tecnológica. Ademais, as firmas estrangeiras importam bens finais complementares às linhas de produtos fabricados nacionalmente por essas empresas, particularmente produtos de forte valor agregado e forte conteúdo em qualificação.

Para os produtos de média intensidade tecnológica, o estudo observou que as exportações das firmas estrangeiras estavam concentradas principalmente nesse segmento, em que se destaca o setor automotivo. A América Latina é o mercado de destino principal das vendas internacionais desse setor, revelando a importância do mercado regional para as estratégias das transnacionais instaladas no país. Entretanto, seu desempenho comercial já apresentava um pequeno déficit, em função do forte dinamismo das importações.

O excedente comercial mais significativo estava relacionado ao setor de *commodities*, muito embora suas exportações fossem inferiores às observadas na faixa de média intensidade tecnológica. A abundância de recursos naturais ainda não era o fator decisivo na atração das empresas estrangeiras no Brasil.

178

Uma análise do período recente mostra algumas mudanças no padrão do comércio exterior das empresas estrangeiras. A julgar pelas informações do IEDI (2011), os déficits nas faixas de alta e média alta intensidade tecnológica com forte participação do capital estrangeiro cresceram substancialmente no período pós-2008. O déficit do primeiro chegou a US\$ 30,0 bilhões em 2011, após registrar US\$ 26,2 bilhões em 2010. Na faixa de média alta tecnologia, o déficit atingiu US\$ 52,4 bilhões.

A queda na participação desses segmentos nas exportações totais foi determinante para esse resultado, recuando de 12,2% em 2000 para 3,8% em 2011 na “alta intensidade tecnológica” e de 23,2% para 16,6% na “média alta tecnologia”. Em contrapartida, as importações dos dois segmentos se mantiveram em patamar elevado, atingindo 60% do total em 2011.

No que se refere às empresas estrangeiras presentes nesses segmentos, o processo de apreciação cambial e a expansão da demanda interna estimula a consolidação das estratégias *market seeking*, porém, nas condições em que as importações passam a ser a opção preferida e a produção local a *second best choice*. Chama a atenção o aumento substancial do déficit na “média alta tecnologia” comparativamente à fase anterior à crise mundial, em decorrência, sobretudo, das compras internacionais do setor automotivo.

Diante desse cenário, o governo brasileiro vem aumentando o número de restrições comerciais nos últimos meses. No caso da indústria automobilística, por exemplo, o governo aumentou até dezembro de 2012 o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os veículos que tiverem menos de 65% de peças nacionais. O objetivo é que essa medida faça parte do novo regime automotivo que será anunciado antes do final de 2012, estimulando o setor a realizar investimentos com foco na produção de componentes nacionais visando o adensamento da cadeia produtiva.

Por outro lado, a progressão dos investimentos estrangeiros direcionados para o setor primário vem estimulando o crescimento das exportações de *commodities*. Nessa perspectiva, vale destacar que a China foi o principal investidor em 2010, com 15% do montante total de IDE. As inversões chinesas foram direcionadas, sobretudo, para a extração de recursos naturais. Considerando que as exportações brasileiras para esse país são majoritariamente de produtos básicos, observa-se uma articulação entre as inversões chinesas e o processo de primarização da pauta exportadora brasileira.⁷⁵

⁷⁵ Vale destacar também que os investidores chineses se interessam cada vez mais por segmentos que se beneficiam do dinamismo do mercado interno, como o setor manufatureiro e a logística,

Vale mencionar que as filiais que adotam essa estratégia *resource seeking* caracterizam-se pela exploração de vantagens de localização associada à disponibilidade e custo de matérias-primas, direcionando as vendas prioritariamente para o mercado externo. Ademais, envolvem setores produtores vinculados à extração de recursos naturais e de bens intermediários, cujos processos de produção apresentam baixa agregação de valor na região. Nos últimos anos, essas empresas vêm se beneficiando da tendência altista dos preços das *commodities* metálicas e agrícolas.

O segundo impacto está associado à conta serviços e rendas. Os fluxos de investimento direto estrangeiro se acompanham de um forte movimento em sentido contrário. Constatou-se uma progressão importante das remessas líquidas de lucros e dividendos das multinacionais instaladas no país nos últimos anos⁷⁶, chegando a US\$ 38,1 bilhões em 2011, o maior volume registrado na série histórica iniciada em 1947.

A evolução do estoque de IDE assim como a taxa de retorno desse capital foi fundamental para esse resultado. Entretanto, o pouco engajamento produtivo das filiais também contribuiu para o aumento das remessas. Ou seja, as firmas estrangeiras priorizam remunerar seus acionistas do que reinvestir seus lucros em projetos de longo prazo.

⁷⁶ De acordo com o Banco Central (2008), em 2006, as remessas líquidas de juros foram superadas pelas relativas a lucros e dividendos, a primeira vez nos últimos cinquenta anos.

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

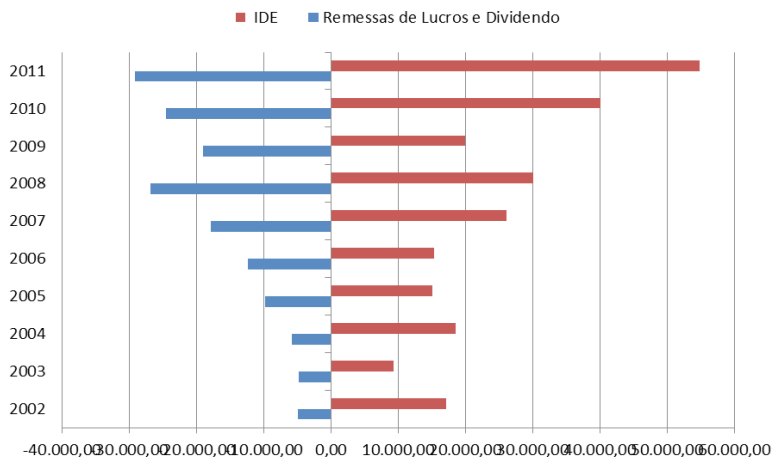


Gráfico 5 – Brasil: Relação entre Remessas de Lucros e Dividendos e IDE (inclui reinvestimento) – 2002/2011

Fonte: Banco Central do Brasil.

De fato, a relação entre as remessas de lucros e dividendos e os IDE (incluindo o reinvestimento) mostra um avanço importante nos últimos quatro anos, confirmando o desenajamento produtivo das transnacionais no país. Ademais, vale mencionar que, desde 2007, as remessas líquidas de lucros e dividendos vêm superando as relativas a juros.

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

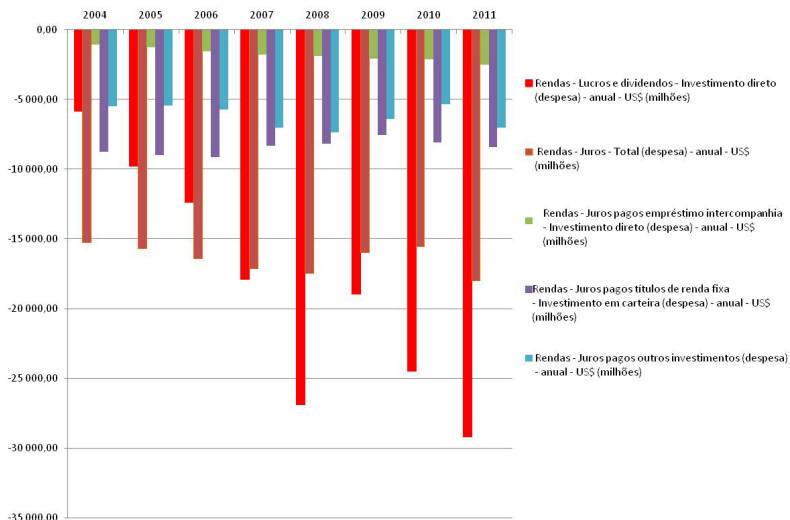


Gráfico 6 – Brasil: Remessa de Lucros e Dividendos e de Juros – 2004/2011

Fonte: Banco Central do Brasil.

Conclusão

A trajetória de crescimento da economia brasileira vem engendrando pressões negativas importantes sobre a conta de transações correntes. Em janeiro de 2012, o déficit de transações correntes atingiu US\$ 7,06 bilhões, o maior de toda a série histórica mensal iniciada em 1947. O financiamento desses déficits implica no aumento substancial do passivo externo brasileiro.

Nesse contexto, as formas de financiamento consideradas de “longo prazo”, como o investimento direto estrangeiro, contribuem cada vez mais para acentuar a fragilidade externa do país. Isso porque as estratégias de produção assim como as modalidades de implantação das empresas

estrangeiras implicam no desengajamento produtivo e na expansão do déficit em conta-corrente. Esse comportamento amplia as saídas brutas de capital no curto prazo.

As filiais vinculadas ao setor industrial se engajam numa lógica de produção mínima e de importação. Em contrapartida, privilegiam o mercado interno em detrimento das exportações, diante da expansão da demanda doméstica e da apreciação da moeda nacional, contribuindo, assim, para um desequilíbrio no setor externo da economia.

As fusões e aquisições, por sua vez, permanecem relevantes como modalidade de implantação. No contexto da crise, os investimentos *brownfield* se revelam de fraco dinamismo e incapazes de exercer um papel relevante na expansão de longo prazo. Adicionalmente, as operações de fusões e aquisições recentes são majoritariamente concentradas em setores produtores de *commodities* metálicas e agrícolas de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, cujo processo de produção apresenta reduzidos efeitos de encadeamentos produtivos e tecnológicos.

Portanto, os déficits financiados por investimento direto não necessariamente diminuem a fragilidade externa do país. Principalmente quando esses investimentos estão vinculados a uma lógica de internacionalização produtiva que prioriza o curto prazo em detrimento do longo prazo. Isto significa a adoção de estratégias de produção e de modalidades de implantação subordinadas a dimensão financeira e comercial da mundialização. Como decorrência, constata-se uma associação entre o IDE e a ocorrência de passivos externos com vencimentos no curto prazo.

Referências Bibliográficas

AGLIETTA, Michel. Le salarié participe de plus en plus à l'insécurité du capitalisme. *Alternatives Économiques*, Paris, n. 162, 1998.

AGLIETTA, Michel; BEREBBI, Laurent. *Désordre dans le capitalisme mondial*. Paris: Odile Jacob, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Balança comercial 2011*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

CARNEIRO, Ricardo. *Globalização produtiva e estratégias empresariais*. Texto para Discussão nº132, IE/UNICAMP, Campinas, ago.2007.

184 _____ . *O Brasil frente à crise global*. São Paulo: Interesse Nacional, 2009.

CEPALC. *La Republica Popular China y América Latina y El Caribe: Hacia una Relación Estratégica*. Santiago de Chile, Mayo de 2010.

_____. *La inversión extranjera directa en América Latina e el Caribe 2010*. Santiago de Chile, 2011.

CHANG, Ha-Joon. *Bad Samaritans: The myth of free trade and the secret history of capitalism*. Great Britain: Random House Business Books, 2007.

CHESNAIS, François (Org.). *La finance mondialisée*. Paris: La Découverte, 2004.

DE NEGRI, Fernanda. *O conteúdo tecnológico do comércio exterior brasileiro: o papel das empresas estrangeiras*. Texto para Discussão nº 1074, 2005.

FAUCHER, Philippe. Politiques d'ajustement ou érosion de l'état au Brésil. *Revue Canadienne d'Études du Développement*, Montréal, v. XV, n. 2, 1994.

FORTI SCHERER, André Luis. Investimento direto estrangeiro, fusões e aquisições e desnacionalização da economia brasileira. In: FERREIRA, Carla.; FORTI SCHERER, André Luis. (Org.). *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro*. Lajeado: UNIVATES, 2005.

FORTI SCHERER, André Luis; MOREIRA, Carlos Américo Leite; CASTILHOS, Clarisse. A concorrência pela localização de Investimentos Estrangeiros no Brasil: as razões da escolha da Ford pela Bahia. In: REIS Carlos, Nelson. (Org.). *América Latina: crescimento no comércio mundial e exclusão social*. Porto Alegre: Dacasa Editora /Palmarinca, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRUN, Roberto. A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.16, n. 2, 2004.

IEDI. O Déficit nos Bens da Indústria de Transformação. *Carta IEDI*, São Paulo, n. 503, 2011.

MAMPAEY, Luc; SERFATI, Claude. Les groupes de l'armement et les marchés financiers : vers une convention 'guerre sans limites?'. In: CHESNAIS, François (Org.). *La finance mondialisée*. Paris: La Découverte, 2004.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *Polarização mundial e crescimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MELO, Maria Cristina Pereira de; MOREIRA, Carlos Américo; WEBER, Alexandre. *O Nordeste do Brasil na expansão do comércio chinês*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

MELO, Maria Cristina Pereira; MOREIRA, Carlos Américo Leite. China X Região Nordeste do Brasil: uma qualificação das transações comerciais bilaterais recentes. *Revista Econômica do Nordeste*, São Paulo, v. 40, n. 04, Out./Dez. 2009.

MICHALET, Charles-Albert. Dynamiques des formes de délocalisation et gouvernance des firmes et des Etats. *Revue Française de Gestion*, Paris, n. 177, 2007.

_____. *La séduction des nations ou comment attirer les investissements*. Paris: Economica, 1999.

186

MOREIRA, Carlos Américo Leite. *Les transformations de l'investissement direct étranger et leurs conséquences sur le secteur manufacturier au Brésil*. Tese (Doutorado), Paris, Université de Paris XIII, 2000.

_____.; TAVARES, Agamenon. "Financialization" of capitalism and its recent effects on Latin America Emergent Economies. *London: World Review of Political Economy*, v.1. n. 3. 2010.

_____.; FORTI SHERER, André Luis. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 30, n. 1, 2002.

ORLÉAN, André. *Le pouvoir de la finance*. Paris: Odile Jacob, 1999.

PRICE WATERHOUSE. *Fusões e aquisições no Brasil*. 2010. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012

PUGA, Fernando; NASCIMENTO, Marcelo. *O efeito China sobre as importações brasileiras*. Rio de Janeiro: BNDES, Visão de Desenvolvimento, Dezembro de 2010.

RAMONET, Ignacio. *O novo capitalismo*. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SALAMA, Pierre. *Industrialisation et "desindustrialisation precoce"*. Paris: Seminaire BRICS, 17 octobre 2011.

_____. *Du productif au financier et du financier au productif en Asie et en Amérique latine*. Paris: Convergence des systèmes financiers et dynamique finance-industrie, 1999.

_____.; CAMARA, Mamadou. *L'insertion différencié aux effets paradoxaux des pays en développement dans la mondialisation financière*. In: CHESNAIS, François. *La finance mondialisée*. Paris: La Découverte, 2004.

SARTI, Fernando e HIRATUKA, Célio. *Notas sobre a internacionalização produtiva brasileira no período recente e impactos sobre a integração regional*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15, São Luís, jun. 2010.

_____. e LAPLANE, Mariano. *O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90*. In: LAPLANE, Mariano; COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Célio (Org.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria brasileira*. São Paulo: Unesp, 2003.

TROUVELOT, Sandrine; e ELIAKIM, Philippe. *Les fonds d'investissement, nouveaux maîtres du capitalisme mondial*. Paris: Capital, 2007.

UNCTAD. World Investment Report 2011. Disponível em: <<http://www.unctad.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Capítulo 6

O *Subimperialismo* Brasileiro no Contexto da “Integração” Regional pela Unasul e Seu Papel no Conflito Social e Armado Colombiano

*José Alves de Sousa*⁷⁷

Introdução

Antes de tudo é preciso esclarecer que, segundo o historiador português Miguel Urbano Rodrigues, não há mais o imperialismo como no início do século XX e a definição leninista do imperialismo como fase superior do capitalismo tem que ser adaptada, se quisermos ser marxistas não dogmáticos, à realidade do nosso tempo. Há atualmente, segundo o mesmo autor, ao citar a definição do economista marxista argentino Claudio Katz⁷⁸, o imperialismo coletivo dos países capitalistas desenvolvidos europeus em associação com o norte-americano e as contradições de interesses entre esses países, por enquanto, não são antagônicas, como na primeira metade do século XX, fato que levou às duas guerras mundiais.

Podemos comprovar estas assertivas de Miguel Urbano na atual crise capitalista global quando os países da OTAN,

⁷⁷ Licenciado em Letras pela UFC, membro da Rede Universitária de Pesquisadores sobre América Latina (RUPAL). Tradutor e organizador das obras *Páginas Escolhidas* de Simón Bolívar e *Ferramentas para a Participação: Construindo o Socialismo do Século XX*.

⁷⁸ El imperialismo del siglo XXI. Disponível em <[http://www.lahaine.org/katz/b2-img/El Imperialismo del Siglo XXI.doc](http://www.lahaine.org/katz/b2-img/El%20Imperialismo%20del%20Siglo%20XXI.doc)>

particularmente EUA, Alemanha, Inglaterra e França estão unificados em torno das guerras de conquista por recursos naturais do Oriente Médio e da África como estratégia de saída para a crise energética e comercial e para fazer frente ao avanço econômico da China no médio prazo. O que não significa que o imperialismo norte-americano não continue sendo, por enquanto, hegemônico, pois, embora seja uma economia que consome mais do que produz, ainda conta com o poder de imposição do dólar como moeda de troca e de reserva mundial, uma poderosa indústria de contracultura alienante (“entretenimento”), monopoliza os principais meios de comunicação corporativos privados, o idioma inglês como língua diplomática e comercial e possui, sobretudo, o maior complexo militar-industrial do mundo com as forças armadas mais poderosas e perigosas da atualidade, constituindo-se, portanto, como a principal ameaça à paz e à estabilidade mundiais, logo é o principal inimigo da humanidade.

A questão do *subimperialismo*, Luce (2007)⁷⁹, é discutida pelo brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997) em duas obras: *Subimperialismo y Revolución* cuja primeira edição brasileira é recente⁸⁰, e o texto *Acumulação Capitalista Mundial e o Subimperialismo*. Segundo Luce, a dificuldade de captar essa formação teórica de Marini sobre o *subimperialismo* reside no fato de que suas reflexões se tornaram dispersas em um conjunto de obras e artigos sem que ele definisse ou desse a última palavra sobre o que ele considerava ser o conceito de

⁷⁹ A categoria subimperialismo e o Brasil no novo padrão exportador de especialização produtiva. Mathias Seibel Luce (Departamento de História da UFRGS/HEDLA). Seminário: A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E O CAPITALISMO LATINO-AMERICANO NO SÉCULO XXI (entre 13 e 22 de agosto de 2012). Disponível em: <http://youtu.be/gRUoTr_TzWo>

⁸⁰ Ruy Mauro Marini: Subdesenvolvimento e revolução. Coleção Pátria Grande, Vol. 1. Biblioteca do pensamento crítico latino-americano. Editora Insular, 2012.

subimperialismo. Portanto, trata-se de um trabalho de resgate e sistematização coletiva dessas obras, ainda em andamento, no sentido de atualizá-la para refletir como se comporta o *subimperialismo* do Brasil em nossos dias e que consequências isso tem para a luta dos trabalhadores e para dinâmica de transformações na América Latina.

Nesse sentido, Luce resgata a formulação de Marini e Osorio⁸¹, com sua categoria de *Padrão de Reprodução do Capital*, considerando-a fundamental para pensar a categoria do *subimperialismo* em seu processo histórico nos dias atuais. Marini vai considerar, de acordo com Luce, o *subimperialismo*, em primeiro lugar, como um elo da corrente imperialista, ou seja, ao refletir sobre a divisão internacional do trabalho na pós-Segunda Guerra, quando se dá um processo de investimento direto externo na indústria manufatureira, conduzindo à construção do que ele chama de pontos intermediários da *composição orgânica do capital*, com o conseqüente surgimento de subcentros econômicos e políticos.

Como bem assinala Marini: O *subimperialismo* corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia [...] a relação existente entre *meios de produção e força de trabalho*, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de *relativa autonomia*, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros imperialistas. (MARINI, 1992).

⁸¹ Jaime Osorio (UAM-X e UNAM, México). Teórico marxista responsável pela abordagem do padrão de reprodução do capital e um dos principais discípulos de Ruy Mauro Marini.

Trata-se, o Brasil, de um Estado com um peso diferenciado em relação aos demais estados da região, onde vai se dar um processo de surgimento de trustes nacionais com o reforço da capacidade de competição da burguesia interna através do Estado. A ideia de que esses países subimperialistas como o Brasil, dependentes, mas diferenciados em relação aos demais, vão não apenas transferir *valor*, mas também, eles mesmos, vão se apropriar de uma massa de *valor* através desse papel na divisão internacional do trabalho e de uma série de mecanismos ou formas com as quais opera o *subimperialismo*, que também estão presentes no imperialismo clássico, é que vai permitir uma *autonomia apenas relativa* da burguesia dependente, mas com a participação do Estado.

Marini, de acordo com Luce, chamava esse fenômeno em alguns textos de *política expansionista relativamente autônoma*. Embora essa formulação de Marini possa parecer empobrecedora se tomada isoladamente, fora de contexto, em outros textos nos quais ele discutiu a questão do *subimperialismo*, pode-se encontrar uma série de outros processos cujo amálgama pode ser sintetizado na ideia de que o país dependente cuja economia se transforma em subimperialista, não apenas transfere *valor*, mas também se apropria de *valor*.

Ao se referir ao caso do Brasil, Luce questiona: Por que Brasil e não México? Por que Brasil e não Argentina? Por que Brasil e não Chile? Ele mesmo responde: “por que na América Latina apenas o Brasil reuniu as condições de se tornar potência subimperialista”. O *subimperialismo*, como elo da corrente imperialista, é uma fase do capitalismo dependente, que entra, de acordo com Luce, em uma nova etapa, não transitória, de amadurecimento de um processo histórico e econômico desse capitalismo *sui generis* em sua etapa

superior, ou seja, o desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro.

Nas últimas décadas, sobretudo a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso e, mais precisamente, no de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil vem consolidando seu *status* de potência “emergente” global juntamente com os demais países do grupo BRICS (Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul) e de líder hegemônico reconhecido e aceito na América do Sul.

Nesse contexto, o papel do Brasil como *semiperiferia ativa* na América Latina é primordial para a manutenção desta ascensão e posição (PRECIADO, 2008). Extensão territorial, poder econômico (PIB da ordem US\$ 1, 840 trilhão em 2007) e militar, além da posição geográfica, são três fatores a serem considerados para qualificar um país como potência e compreender sua posição e poder na hierarquia entre Estados. Nesse sentido, o Estado brasileiro assume grande relevância estratégica também por fazer fronteira com todos os países da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador e por possuir a maior população da América Latina (cerca de 200 milhões de habitantes), além de contar com um imenso litoral atlântico, com zonas preferenciais *chaves* no comércio e na exploração de recursos *off-shore*. Poder, pura e simplesmente, é a habilidade de um ator de prevalecer em um conflito e superar os obstáculos, ao usar com vantagem seus recursos materiais e humanos.

Grande parte do papel estratégico do Brasil na América Latina se concentra na quantidade de recursos naturais de que dispõe em seu território e de sua enorme capacidade de explorá-los dentro e fora de suas fronteiras, principalmente no setor energético (PRECIADO, 2008). Embora sua produção petroleira

seja bem menor do que a do México e da Venezuela, ela vem aumentando desde 1995 e tem adquirido grande relevância e cobiça com a descoberta de novas jazidas (fala-se, aqui, da camada do pré-sal) pela Petrobras, em 2007, e pode conduzir o país ao mesmo nível de produção dos países do golfo arábico pérsico e da Venezuela. Destaque-se que o Estado brasileiro possui a sexta maior reserva mundial de urânio e conta com tecnologia capaz de enriquecê-lo para utilizá-lo como combustível nuclear em seus projetos de submarino e outros em andamento.

Do ponto de vista da política externa brasileira, as empresas capitalistas nacionais crescem, internacionalizam-se e ganham mais importância no cenário mundial, o que torna constantes os conflitos entre os Estados-nação. Empresas transnacionais têm um papel central na exploração e na transferência das riquezas do Sul para o Norte e para o desenvolvimento capitalista. Conceber um Estado hegemônico é afirmar uma parceria entre o Estado e as grandes empresas – de um lado o Estado financia e estrutura o campo jurídico e político para que a empresa atue dentro e fora do país, enquanto a marca da empresa cria sua imagem junto à imagem do país potência. “Esta mescla entre capital e Estado é característica da hegemonia capitalista, onde os interesses das classes dominantes são apresentados como interesses universais.” (GARCIA, 2009, p. 12).

Portanto, é necessário considerarmos que o Brasil, para manter a sua posição de potência média na região latino-americana, precisa dialogar com os EUA, ao mesmo tempo em que atua como mediador de conflitos entre o imperialismo norte-americano e os países periféricos, além de garantir a derrota da Argentina nas relações comerciais e diplomáticas dentro do Mercosul.

A América do Sul na política exterior do Brasil

Em seu ensaio “O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior”⁸², Moniz Bandeira cita a obra *Quinhentos anos de periferia*, do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ao se referir à sua assertiva de que a América do Sul é a “circunstância inevitável, histórica e geográfica do Estado e da sociedade brasileira”⁸³. Segundo Bandeira, as relações do Brasil com as repúblicas do Pacífico, separadas por extensas florestas tropicais e pela Cordilheira dos Andes, só adquiriram peso e densidade a partir da primeira metade do século XX. Até então, o Estado procurou assegurar sua soberania sobre a Amazônia, antes de abrir o rio à navegação internacional, e evitar que as repúblicas do Pacífico fossem induzidas pelos Estados Unidos a atacá-lo pelo norte, aproveitando seu envolvimento na guerra contra o Paraguai (1864-1870).⁸⁴

Segundo Bandeira, quando ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores (1903-1912), José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, ao tratar de consolidar as fronteiras do país com todos os seus vizinhos, com uma política exterior pautada por diretrizes similares às da época da monarquia imperial (1822-1889), considerava o continente como uma espécie de condomínio no qual o Estado brasileiro exercia livremente sua influência sobre a América do Sul, enquanto as Américas do Norte, Central e Caribe estariam sob a área de influência dos Estados Unidos. Já nos anos da chamada Repú-

⁸² Texto para o seminário sobre “A política exterior do Brasil em sua própria visão e na dos parceiros”. Consulado-Geral do Brasil em Munique, 7 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>>

⁸³ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1999, p. 146.

⁸⁴ Teixeira Soares, 1971. p. 17-21.

blica Velha, quando o Panamá se separou da Colômbia (1903) com o apoio dos Estados Unidos, o Barão do Rio Branco reagiu ao lamentar o fato, embora não tivesse protestado, reconhecendo a república do Panamá juntamente com a Argentina e o Chile. Já em 1927, no entanto, o diplomata Ronald de Carvalho, em “Relatório Reservado sobre a Política Exterior do Brasil e a dos Países da América do Sul” explicitava as pretensões do Brasil ao destacar que, após definir vários objetivos, “voltaremos a ocupar, em virtude do crescimento natural de nossa população e do desenvolvimento das nossas riquezas, o lugar que nos cabe na América do Sul”, ou seja, a preeminência que tivera durante o século XIX⁸⁵.

Quando embaixador do Brasil em Washington, Oswaldo Aranha assume, em 1935, atitude parecida à do Barão do Rio Branco devido à intromissão do governo norte-americano nos assuntos dos países vizinhos, advertindo o Secretário de Estado, Summer Wells, no sentido de que “nada explicava o nosso (brasileiro) apoio aos Estados Unidos em suas questões na América Central, sem atitude recíproca de apoio ao Brasil na América do Sul.”⁸⁶

Quando após a Segunda Guerra Mundial as organizações multilaterais passaram a utilizar o conceito de América Latina para se referir aos países da região abaixo do Rio Grande, na compreensão desse conceito no Brasil estava subjacente a ideia de América do Sul, da qual o Estado assumiu abertamente o papel de liderança quando Juscelino Kubitschek lançou, em 1958, a Operação Pan-Americana com a

⁸⁵ Relatório Reservado sobre a Política Exterior do Brasil e dos países da América do Sul. Organizado por ordem de Sua Excia. o senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo 1º oficial da Secretaria de Estados, Ronald de Carvalho (Do Gabinete do Ministro). Rio de Janeiro, 1927. Arquivo do Autor.

⁸⁶ Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, Washington, 9.4.1935. AGV – doc. 18, v..18.

intenção de reformular os termos das relações bilaterais com os Estados Unidos. Esse papel assumiu maior importância em meados dos anos 1960 quando, ao defender os princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos, concorria decisivamente para impedir que os Estados Unidos conseguissem o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) para intervir militarmente em Cuba com o propósito de derrubar o regime instituído por Fidel Castro.

Aqueles eram os anos do auge da Guerra Fria entre o chamado campo socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o ocidente liderado pelos Estados Unidos. A Revolução Cubana, a primeira revolução de libertação nacional vitoriosa, até então, ao assumir seu caráter socialista, punha em prática o princípio leninista do Internacionalismo Proletário e apoiava com financiamento, treinamento militar e armamentos, os movimentos e organizações revolucionárias em todo o continente onde a luta de classes o exigisse, sobretudo depois que a OEA expulsou o país de seu seio em 1962. Em 1965, porém, a ditadura que se iniciou um ano antes com o golpe liderado pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco, apoiado pelo presidente norte-americano, Lyndon Johnson, e seu embaixador em Brasília, que não só encorajou como conspirou junto com os golpistas para destituir o governo legítimo do presidente João Goulart, oferecendo, inclusive, ajuda em armas e combustível, o Brasil rompeu a tradição brasileira de não intervir diretamente em questões da América Central e do Caribe e, ao atender à solicitação de Washington, enviou um contingente militar na condição de “força interamericana de paz” para apoiar a invasão e ocupação da República Dominicana pelos Estados Unidos.

Com a intensificação de seu desenvolvimento industrial, o Brasil volta-se cada vez mais para os países da região amazônica: Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, Colômbia, Suriname e Guiana os quais, conjuntamente, representavam na primeira metade dos anos 80 do século XX um mercado de cerca de 87 milhões de habitantes, algo equivalente a 61% da população brasileira, estendendo-se até o Oceano Pacífico e o Caribe. Tornava-se necessário abrir mercados para seus produtos manufaturados e o comércio da região amazônica com as repúblicas do Pacífico atingiu US\$ 2,3 bilhões em 1982. Somente de janeiro a abril de 2012, o Brasil exportou para a Colômbia US\$ 857,5 milhões, valor 16,4% superior ao das exportações no mesmo período do ano passado (US\$ 736,5 milhões), enquanto representantes de 42 empresas do Brasil fizeram transações comerciais com 154 companhias colombianas. Os principais produtos brasileiros exportados para a Colômbia, no primeiro quadrimestre do ano, foram açúcar refinado e produtos laminados de ferro ou aço.⁸⁷

198

O desenvolvimento da Amazônia dependia, portanto, da cooperação com os países vizinhos, uma vez que sete das dez fronteiras internacionais do Brasil localizavam-se quase integralmente naquela região, somando 12.114 km, o que representava cerca de 80% do total de sua fronteira terrestre. Desse modo, com o propósito de incrementar o desenvolvimento transfronteiriço, o Itamaraty, durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), no contexto da crise mundial do petróleo, das divergências do regime com o governo Carter nas questões das violações dos direitos humanos, no contexto da queda da ditadura salazarista em Portugal com a consequente crise nas colônias

⁸⁷ Agência Brasil: Brasil fecha US\$ 24 milhões em acordos comerciais com a Colômbia. Disponível em: <<http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-05-09/brasil-fecha-us-24-milhoes-em-acordos-comerciais-com-colombia>>

portuguesas da África, foi obrigado a iniciar uma abertura política com sua “transição lenta, gradual e segura” e, para tentar superar a crise, empreendeu as negociações para a celebração, em 3 de julho de 1978, do Tratado de Cooperação Amazônica. O que inspirou a negociação desse Tratado, com características similares ao Tratado da Bacia do Prata, foi possibilitar sua ocupação de forma racional e evitar que potências estranhas à região (leia-se Estados Unidos) se intrometessem na Amazônia, sob qualquer pretexto, inclusive ambiental. Essa preocupação levou o presidente João Batista Figueiredo, sucessor de Geisel e o último governante da ditadura até seu fim em 1985, a evitar que os Estados Unidos, em 1981, intervissem no Suriname, conforme o presidente Ronald Reagan pretendia, para depor o governo de Desiré Delano (Desi) Bouterse, sob a alegação de que ele estava sob a influência política de Cuba.⁸⁸

A criação da Unasul, do Conselho de Defesa da América do Sul e o papel do Brasil na solução da crise diplomática entre Equador, Colômbia, Venezuela na questão das FARC-Exército do Povo (FARC-EP)

Com a constituição formal da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) a partir da assinatura de seu tratado constitutivo por 10 dos 12 países do subcontinente durante a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília, em 2008, a visão oficial do bloco hegemônico pelo Brasil descreve que

“A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural,

⁸⁸ Moniz Bandeira, 2003, 2ª. Edição, p. 458. Moniz Bandeira, 2004, pp. 164-165.

social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.”⁸⁹

Segundo o analista internacional, Newton Carlos, esta foi criada com o objetivo de “sufocar, entre outras coisas, o que resta de mecanismos tidos como herança da Guerra Fria”⁹⁰. Segundo o analista, um de seus conselhos, o de Defesa, ignora o Tiar (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), usado pelos EUA para justificar o golpe de 1954 na Guatemala com o pretexto de riscos de “ameaça comunista”. Embora ainda esteja vigente, encontra-se deslegitimado e enfraquecido, tendo sido ignorado pelos próprios EUA na Guerra das Malvinas, quando os norte-americanos apoiaram os britânicos contra a Argentina, sob a cobertura da abrangência do tratado. Agora, os próprios norte-americanos estariam optando por alianças militares regionais, como deixou claro seu secretário de Defesa, Leon Panetta. Por outro lado, a Junta Interamericana de Defesa, criada em 1942 para planejar a defesa do continente, teve a autonomia cassada. Ficou subordinada à OEA (Organização dos Estados Americanos), que perde substância e legitimidade com o surgimento de organismos no âmbito da América Latina, como a própria Unasul. O Tiar e a Junta, ou mesmo a OEA, foram criados sob a hegemonia dos EUA, que as moldaram

⁸⁹ Tratado Constitutivo da UNASUL. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>>

⁹⁰ Análise: Unasul mostra tentativa de superar instituições criadas pelos EUA. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1194370-analise-unasul-mostra-tentativa-de-superar-instituicoes-criadas-pelos-eua.shtml>>

de acordo com seus interesses no pós-Segunda Guerra. Outra herança da Guerra Fria no continente é a famigerada Escola das Américas, rebatizada como Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança (WHINSEC, por sua sigla em inglês), conhecida como a “escola de ditadores” e que teve como um de seus alunos o general chileno Augusto Pinochet. Com a entrega da zona do canal do Panamá aos panamenhos, a escola foi transferida para uma base militar no estado da Geórgia. Em seus 57 anos de existência, treinou cerca de 60 mil soldados latino-americanos em técnicas de contrainsurgência. Um ex-presidente do Panamá condenou a Escola das Américas como “base maior para a desestabilização da América Latina”.

O surgimento de sérios conflitos fronteiriços entre o Equador, a Colômbia e a Venezuela devido à violação da soberania territorial do primeiro pelo ataque militar colombiano ilegal a um acampamento improvisado da guerrilha das FARC-Exército do Povo (FARC-EP) em 1º de março de 2008, que resultou na morte do comandante Raúl Reyes, de vários guerrilheiros e também de alguns estudantes mexicanos que se encontravam nesse acampamento (crime de guerra que continua impune), levou ao rompimento pelo presidente do Equador, Rafael Correa, das relações diplomáticas com a Colômbia, rompimento que contou com a solidariedade da Venezuela, que retirou seu embaixador em Bogotá, levando a OEA a enviar uma comissão de verificação ao local do ataque⁹¹. Finalmente e graças ao papel mediador decisivo da diplomacia brasileira, o conflito é resolvido na reunião do Grupo do Rio, em Santo Domingo, República Dominicana⁹² com o consequente isolamento diplomático do governo colombiano.

⁹¹ Informe de la Comisión de la OEA que visitó Ecuador y Colombia. Disponível em: <<http://www.oas.org/council/sp/docs/RC00089S01.DOC>>

⁹² Texto de la Declaración del Grupo de Río con que se da por superada crisis con Colombia. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/internacionales/n110419.html>>

Ao analisar as transições de governo na Colômbia e no Brasil, Monteiro (2010) descreve que, durante os governos de Lula e Álvaro Uribe (2003-2010), houve uma breve “guerra de palavras” entre os dois mandatários, que ofuscou uma relação discretamente amistosa e cooperativa entre os dois países que, por conveniência, foi omitida pela grande mídia, alinhada com o regime colombiano, e que não é lembrada nem pela oposição brasileira, que se apegava ao argumento falacioso de associação entre um partido burguês governante como PT e as FARC-Exército do Povo (FARC-EP), nem por alguns partidários do presidente Lula, que viam no governo brasileiro uma alternativa real ao projeto hegemônico norte-americano na América do Sul. Foi preciso que o próprio Lula reafirmasse na reunião de chefes de Estado do Mercosul, em agosto de 2010, as afinidades mútuas entre ele e Uribe.⁹³

202

A movimentação política regional do atual presidente colombiano, Juan Manuel Santos⁹⁴ se diferencia substancialmente da de seu antecessor, embora existisse uma expectativa geral anterior às eleições – devido ao caráter belicista e unilateral demonstrado por Santos enquanto era ministro da Defesa de Álvaro Uribe – e a abertura de diálogo com os vizinhos iniciada após a posse. Para exemplificar a relação conflituosa que Equador e Venezuela tinham com o então ministro da Defesa, basta lembrar que este recebeu mandado de prisão no Equador por causa da violação do território

⁹³ NBR TV, 3 de agosto de 2012. A “vingança” de Lula para Uribe. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=P3UKx89E9Ic>>

⁹⁴ Um balanço sobre os candidatos à presidência da Colômbia realizado antes das eleições pode ser encontrado em DA SILVA, Francisco Carlos T. et al. “Geopolítica da Colômbia: análise das eleições presidenciais de 2010, possibilidades de desempenho e inserção global da Colômbia nos próximos anos”. Revista Eletrônica Boletim do Tempo. Ano 5, n. 13, 2010. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=538>

equatoriano⁹⁵, além de ter sido qualificado por Hugo Chávez como uma ameaça aos países vizinhos, em abril de 2010.⁹⁶

Desde que assumiu a presidência, Juan Manuel Santos tem buscado se reaproximar de seus vizinhos ao retomar com a Venezuela as relações diplomáticas e comerciais e também a cooperação em defesa e segurança, interrompidas desde 2009 por ocasião da assinatura dos acordos militares entre Colômbia e EUA. Essa nova cooperação em matéria de defesa e segurança na fronteira binacional⁹⁷, tem resultado em capturas, prisões e deportações pela Venezuela de guerrilheiros colombianos refugiados em território venezuelano. O caso mais emblemático do retorno dessa cooperação foi a entrega ilegal à Colômbia do diretor da Agência de Notícias Nova Colômbia⁹⁸, Joaquín Pérez Becerra⁹⁹ e a prisão do cantor e compositor das FARC-Exército do Povo, Julián Conrado.¹⁰⁰

O governo do presidente Chávez, que em 2008 pedia aos países da Europa e do subcontinente que retirassem as FARC-Exército do Povo¹⁰¹ e o Exército de Libertação Nacional-ELN¹⁰² de suas listas de organizações terroristas¹⁰³ e as

⁹⁵ Folha Online, 30 ago 2010. “Juiz do Equador revoga mandado de prisão contra presidente da Colômbia”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/791189-juiz-do-equador-revoga-mandado-de-prisao-contrapresidente-da-colombia.shtml>>

⁹⁶ El Tiempo, 20 abril 2010. “Chávez: Juan Manuel Santos es una amenaza para Venezuela. Disponível em: <<http://edicionesanteriores.eltiempo.com/ve/noticias/default.asp?id=328587>>

⁹⁷ Destaca ministro logros en cooperación Colombia-Venezuela. Disponível em Disponível em: <<http://youtu.be/OsrYk8gCgpE>>

⁹⁸ Agencia de Noticias Nueva Colombia (ANNCOL). Disponível em: <<http://www.anncol.info/>>

⁹⁹ Condenado Joaquín Pérez Becerra a 8 años de cárcel. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/colombia/doc/becerra.html>>

¹⁰⁰ Video y transcripción: Testimonio de Julián Conrado desde la prisión en Caracas. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=144693>>

¹⁰¹ Página Oficial das FARC-Exército do Povo. Disponível em: <<http://www.farc-ep.co/>>

¹⁰² Página Oficial do ELN. Disponível em: <<http://www.eln-voces.com/index.php/en/>>

¹⁰³ Intervenção de Chávez no Parlamento. Disponível em: <<http://youtu.be/V64liB2Kbc4>>

reconhecessem como forças beligerantes e legítimas, renega dessa posição em junho de 2008¹⁰⁴ quando, ao se dirigir ao novo comandante da guerrilha, Alfonso Cano¹⁰⁵, pede a libertação de forma incondicional e unilateralmente de todos os prisioneiros de guerra em poder do grupo armado, argumentando que “a guerra de guerrilhas passou para a história” e que a situação vivida pela América Latina e a crise financeira nos EUA “pareceria criar condições favoráveis” para um processo de paz na Colômbia. Tendo sido autorizado por Uribe a mediar a entrega unilateral pelas FARC-EP de prisioneiros de guerra, é desautorizado pelo mesmo em novembro de 2007. Caberia ao Brasil, a partir de então, o papel de mediador entre a guerrilha e o governo de Santos na questão dos prisioneiros de guerra. Com o Equador também houve uma reaproximação e normalização das relações bilaterais, levando os juízes equatorianos a suspenderam o mandado de prisão contra Santos – o que evita maiores constrangimentos entre as partes.

A postura de Juan Manuel Santos em relação ao Brasil deve ser também destacada. O Brasil foi o primeiro país a ser visitado por Santos como presidente. Foram firmados acordos bilaterais entre os dois países em temas como agricultura, borracha natural, formação profissional, migração e defesa. Em relação ao tema da defesa, Lula e Santos acertaram a participação colombiana no Programa KC-390, para o desenvolvimento e a produção de aeronaves militares e reiteraram as iniciativas de cooperação entre a Marinha e a Polícia dos dois países em temas como o combate às drogas.

¹⁰⁴ Chávez se dirige ao novo comandante das FARC-Ep. Disponível em: <<http://youtu.be/c96qugmfv30>>

¹⁰⁵ El significado del asesinato de Alfonso Cano. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=138815>>

Lula confirmou o apoio brasileiro à eleição da Colômbia para o Conselho de Segurança da ONU.

A Cooperação bilateral Brasil-Colômbia nos anos Lula-Uribe (2003-2010)¹⁰⁶

Ao fazermos um balanço dos oito anos dos governos de Lula e de Uribe, chegaremos à conclusão de que houve muito mais pontos de convergência do que diferenças entre os dois no que se refere a questões de segurança e defesa. Isso foi reconhecido pelo próprio chanceler colombiano, Jaime Bermúdez, em sua visita ao Brasil no mês de julho de 2010, ao classificar a atuação do governo brasileiro como “discreta e eficiente”¹⁰⁷ na cooperação bilateral com a Colômbia.

A cooperação entre Brasil e Colômbia foi de fato intensificada nos anos Lula-Uribe (2003-2010), apesar das desconfianças iniciais.¹⁰⁸ Em relação aos acordos de cooperação em matéria de segurança e defesa, a Colômbia permaneceu como o principal parceiro do Brasil entre os países amazônicos, com o Decreto 5.815 (acordo bilateral para o combate ao tráfico de aeronaves ilícitas), em 2006, e a formação do Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo, em 2003.¹⁰⁹

¹⁰⁶ As informações sobre esse tópico estão aprofundadas em MONTEIRO, Licio C. do R. Políticas territoriais do Estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais. Dissertação de Mestrado/PPGG/UFRJ, 2009.

¹⁰⁷ Declaração do então Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Jaime Bermúdez, na palestra “Colômbia e política regional” proferida no CEBRI, em 7 de julho de 2010.

¹⁰⁸ RAMIREZ, Socorro. Colombia-Brasil: distante vecindad se fortalece en la seguridad y el comercio. Análisis Político (IEPRI). Septiembre-Diciembre 2006. N. 58.

¹⁰⁹ Ministério das Relações Exteriores. Acordos binacionais. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/colombia/pdf>

O autor deste artigo (SOUSA, 2010) vem denunciando publicamente desde 2006 os perigos que essas parcerias militares e policiais representam para os movimentos sociais e populares da esquerda anticapitalista no Brasil, uma vez que as políticas de defesa e de segurança adotadas pela Colômbia e “vendidas” na grande imprensa burguesa nacional pelo marqueteiro J.J. Rendón¹¹⁰ como modelos a serem seguidos no Brasil e em toda a América Latina, é a famigerada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ou doutrina Bush/Obama de “guerra ao narco-terrorismo”, rebatizada com o eufemismo de “segurança democrática” ou “segurança cidadã”. Nesse sentido apresentei, em dezembro de 2010, no Seminário Internacional “Violência e Conflitos Sociais – Práticas de Extermínio”, realizado na Universidade Federal do Ceará – UFC, comunicação intitulada “Colômbia: Segurança Democrática ou Terrorismo de Estado?” em que denunciei o Terrorismo de Estado praticado pelos esquadrões da morte de extrema-direita a serviço da “manutenção da lei e da ordem pública” contra a população civil colombiana. Esclareça-se que é no estado do Rio de Janeiro onde a “importação” dessa doutrina tem sua maior expressão através da militarização das favelas cariocas pelas chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). É, sobretudo a partir de 2006, que autoridades de segurança pública de vários estados brasileiros, “convencidas” pelo *marketing* de J.J. Rendón na mídia e por emissários enviados com esse propósito ao Brasil, como o assessor da Polícia Nacional da Colômbia, Hugo Acero Velásquez e o ex-prefeito de Bogotá, Antanas Mockus, passaram a visitar as cidades de Medelém e Bogotá para

¹¹⁰ Sitio Web J.J. Rendón & Asociados Creatividad Estratégica. Disponível em: <<http://www.jjrendon.com/>> Sobre a atuação deste personagem, ir a <http://www.wradio.com.co/noticias/judicial/jj-rendon-recibio-de-gobierno-millones-de-dolares-dice-eln/20100515/nota/1298946.aspx>

conhecerem *in loco* as ações da polícia colombiana. Desde então, membros das polícias federal, civil e militar passaram a fazer cursos e treinamentos na Escola de Suboficiais Gonzalo Jiménez de Quesada, em Sibaté, Colômbia.

No mesmo sentido, ao analisar o papel constitucional das Forças Armadas brasileiras, Prestes (2012), ao descrever as posições de seu pai, o líder comunista revolucionário Luiz Carlos Prestes (1898-1990) sobre o artigo 142 da Constituição de 1988, defende a tese da existência de um *poder militar* no Brasil:

Em nome da salvaguarda da lei e da ordem pública, ou de sua “garantia”, estarão as Forças Armadas colocadas acima dos três Poderes do Estado. Com a nova Constituição, prosseguirá, assim, o *predomínio das Forças Armadas na direção política da Nação*, podendo, constitucionalmente, tanto depor o presidente da República quanto os três Poderes do Estado, como também intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes, ou intervindo abertamente em qualquer movimento grevista, como vem se fazendo desde os decretos de Getúlio Vargas, de 1931, ou mesmo, voltando aos tempos anteriores, em que a questão social era considerada uma questão de polícia, segundo o senhor Washington Luís (id.: grifos meus).

Essas posições são reafirmadas por Anita Leocádia Prestes em artigo publicado originalmente na edição impressa 452 do jornal *Brasil de Fato*¹¹¹:

Da mesma maneira a tutela do poder militar é revelada pelo fato de a Comissão da Verdade,

¹¹¹ Alerta! O poder militar prevalece. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/content/alerta-o-poder-militar-prevalece>>

aprovada na Câmara, não passar de uma Comissão “para inglês ver”, ou seja, para dar uma satisfação à opinião pública mundial, expressa através das exigências apresentadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Como diz a deputada Luiza Erundina, “o objetivo expresso do texto do projeto é resgatar a memória para ver a verdade histórica e fazer a reconciliação nacional. Sem tocar em justiça. É incrível, pois todos os países que sofreram ditaduras tiveram comissões da verdade com perspectiva de fazer justiça: Argentina, Uruguai, África do Sul, Alemanha”. Na realidade, o poder militar continua impedindo a apuração dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura e a punição dos torturadores.

208

O monitoramento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que entrou em operação em 2002, foi oferecido pelo governo brasileiro à Colômbia e aos demais países amazônicos entre 2003 e 2004 para o combate às atividades ilícitas e à guerrilha. Nesse período, o Brasil se beneficiou com a venda de aviões de combate *Super Tucano* para a Colômbia, enquanto sua venda à Venezuela foi vetada pelos EUA, pois seus componentes eletrônicos são de origem norte-americana.

As operações combinadas realizadas pelas Forças Armadas brasileiras na Amazônia entre 2002 e 2008 tiveram como foco justamente o segmento de fronteira Brasil-Colômbia, incluído em sete ocasiões. Nessas operações foram simuladas situações de combate contra guerrilheiros colombianos. As verbas do Programa Calha Norte¹¹², ampliadas de forma acelerada desde

¹¹² Programa Calha Norte. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/livro/pcn_livro.pdf>

2003, também deram destaque para municípios como Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, na fronteira com a Colômbia.

No que se refere propriamente ao conflito social e armado na Colômbia, o Estado brasileiro adota a qualificação da ONU sobre organizações terroristas, que não inclui nenhuma organização guerrilheira colombiana em sua lista. A expectativa de Uribe de que o Brasil qualificasse as guerrilhas colombianas como terroristas – tal como fizeram os Estados Unidos a partir de 2002 – nunca foi concretizada, apesar das presões midiáticas para um engajamento do Brasil às posições Colombo-sionista-norte-americanas a partir de 2002.

No entanto, foi o acordo de cooperação militar entre Colômbia e Estados Unidos, que concedia a este país o uso de sete bases militares pelos norte-americanos, em 2009, o fato político que expôs mais claramente uma divergência entre as opções políticas do Brasil e as da Colômbia no âmbito regional sul-americano, divergência ampliada pela resistência inicial de adesão da Colômbia ao Conselho de Defesa Sul-Americano, que se desenvolvia no mesmo período sob a liderança do Brasil. Mas, diferentemente da Venezuela, que radicalizou o discurso de denúncia contra a posição colombiana, o Brasil optou por não insistir num recuo colombiano logo após os esclarecimentos colombianos na reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano, em 2009. Finalmente, em sentença ditada em 17 de agosto de 2010, a Corte Constitucional da Colômbia desautoriza e considera inconstitucional o “Acordo Complementar para a Cooperação e Assistência Técnica em matéria de defesa e segurança entre os governos da República da Colômbia e o dos Estados Unidos da América”, assinado em Bogotá em 20 de outubro de 2009.¹¹³

¹¹³ COMUNICADO No. 40. Agosto 17 de 2010. Acuerdo Complementario para la Cooperación y asistencia técnica en defensa y Seguridad entre los gobiernos de la República de Colombia y de los Estados Unidos. Disponível em: <http://www.inredh.org/archivos/boletines/bases_colombia_inconstitucional.pdf>

A continuidade da cooperação Brasil-Colômbia no governo Dilma em matéria de segurança e defesa pode ser exemplificada pelo recente acordo para a participação colombiana no Programa KC-390 para o desenvolvimento de aviões militares¹¹⁴, com a previsão de vendas para a Colômbia.¹¹⁵

Algumas hipóteses em relação ao comércio exterior e política externa: o losango Brasil, EUA, Colômbia e Venezuela

Algumas opções políticas assumem caminhos distintos em questões importantes da política externa, segundo Monteiro (2010). Por exemplo, enquanto o Brasil busca reforçar a Unasul e o Conselho de Defesa da América do Sul¹¹⁶ como fórum principal para a discussão e a solução de conflitos no subcontinente, a Colômbia não abre mão de manter a Organização dos Estados Americanos como referência institucional supranacional para tais problemas, devido à correlação de forças mais favorável a seu país no âmbito da OEA. De fato, o governo de Santos parece se sentir menos à vontade dentro dos arranjos políticos regionais sul-americanos hegemonzados pelo Brasil, como a Unasul e o Conselho de Defesa da América do Sul¹¹⁷ e continua mantendo uma posição pró-norte-americana e de submissão à política exterior do imperialismo, já que não possui muita margem

¹¹⁴ Brasil aumentará cooperação com a Colômbia na área de Defesa. Disponível em: <<http://youtu.be/uwpc1YC6rtw>>

¹¹⁵ Reunião de Ministros da Defesa Brasil-Colômbia. Declaração conjunta. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes01/declaracao_conjunta.pdf>

¹¹⁶ Plano de ação para 2013 mostra evolução do Conselho de Defesa Sul-Americano. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/8536-04-12-2012-defesa-plano-de-acao-para-2013-mostra-evolucao-do-conselho-de-defesa-sul-americano-diz-amorim>>

¹¹⁷ Liderança do Brasil na Unasul através do Conselho de Defesa Sul-Americano. Disponível em: <<http://www.holdenrh.com.br/resources/uploads/artigos/84f8e004252c54c821a99b4f1a61f643.pdf>>

de manobra devido à total dependência militar e comercial com o país nortenho. A assinatura do tratado de livre comércio com os EUA torna, irremediavelmente, sua economia à mercê da norte-americana.

Por outro lado, a percepção de que o governo brasileiro assume uma posição favorável à Venezuela é acentuada pela expectativa de que o Brasil seja o maior beneficiário da instabilidade de relações comerciais entre Colômbia e Venezuela, sobretudo após os venezuelanos saírem da CAN e do G3 (que desde 1988 reunia Colômbia, Venezuela e México) e entrarem no Mercosul¹¹⁸, mas principalmente após Chávez cortar relações com a Colômbia posteriormente aos acordos Colômbia-EUA para implantação de bases militares.

Na última década, Brasil e Colômbia ampliaram as exportações para a Venezuela, passando de 16% para 26% do total das exportações, entre 2002 e 2008 (ver Gráficos 1 e 2), mas o Brasil só exportou mais do que a Colômbia entre 2005 e 2006.

¹¹⁸ “Entrada da Venezuela no MERCOSUL tem significado histórico”, afirma presidente Dilma. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/entrada-da-venezuela-no-mercosul-tem-significado-historico-afirma-dilma/>>

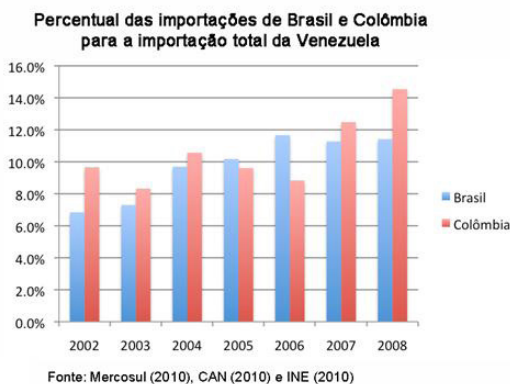


Gráfico 1 – Valor das exportações de Brasil e Colômbia para Venezuela (2002-2008) 119

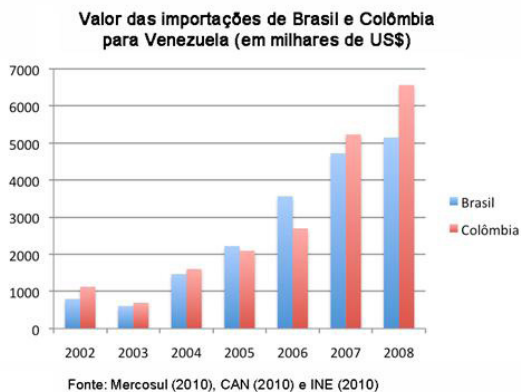


Gráfico 2 – Percentual de importações de Brasil e Colômbia comparado à importação total da Venezuela (2002-2008)

¹¹⁹ Organização: Lício Monteiro; Fontes: MERCOSUL. “Dados básicos e principais indicadores econômicos e comerciais – Venezuela”, Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercado-dados-basicos-e-principais-indicadores-economicos-comerciais/venezuela>>; CAN. Sistema Integrado de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/estadisticas/series/rubro11.htm>>; INE. Comércio exterior. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ve/comercio/comercioindice.asp>>

Ao cortar relações com a Colômbia em 2009, Chávez levou à diminuição drástica das exportações colombianas para a Venezuela: a queda foi de 72,5% entre 2009 e 2010, a maior entre os principais exportadores, num momento em que as importações totais da Venezuela caíram apenas 35%. Já o Brasil teve a menor queda entre os principais exportadores (-19,6%, entre 2009 e 2010, ver Tabela 1). Considerando que as pautas de exportações de Brasil e Colômbia para a Venezuela são concorrentes (principalmente no setor de carnes e automóveis), um raciocínio simples pode indicar que o Brasil estaria sendo beneficiado economicamente pela crise entre Colômbia e Venezuela.

Tabela 1 – Valor das importações venezuelanas, por país de origem (abril/2009-abril/2010) ¹²⁰

Valor das importações da Venezuela em milhões US\$			
Abril – Abril 2009-2010	2009	2000	Variação %
TOTAL	13.795	8.715	-36,80
Estados Unidos	3.612	2.473	-31,50
China	1.561	971	-37,80
Brasil	1.113	895	-19,60
Colombia	2.023	556	-72,50

O Gráfico 3 chama a atenção devido às tendências divergentes entre as exportações totais colombianas destinadas à Venezuela e aos Estados Unidos a partir de 2008. Esse dado pode demonstrar que as decisões políticas de interrupção do comércio bilateral entre Colômbia e Venezuela possam estar sendo contrabalançadas pela intensificação do comércio bilateral entre Colômbia e Estados Unidos, de forma induzida ou não.

¹²⁰ INE. Comércio exterior. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ve/comercioindice.asp>>

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

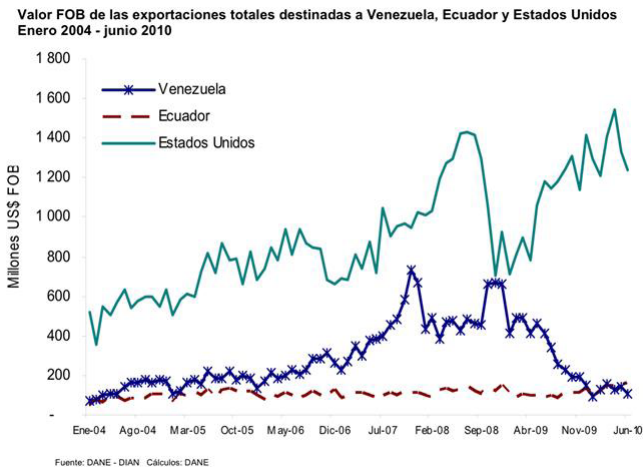


Gráfico 3 – Valor total das exportações colombianas para Venezuela, Equador e Estados Unidos (2004-2010) ¹²¹

214

A exportação para os Estados Unidos compensa o impacto das restrições venezuelanas sobre os volumes totais da exportação nacional colombiana, que se mantiveram constantes, mas o mesmo não se pode dizer do impacto regional dessas restrições. Departamentos (estados) colombianos fronteiriços a estados venezuelanos, como Norte de Santander e Cesar, cujo peso da Venezuela no destino das exportações chegou a 96% e 94%, respectivamente, em 2009¹²², sofreram uma redução acentuada no volume total de exportações – no caso de Norte de Santander, o total das exportações caiu de US\$ 72,8 milhões (FOB) entre janeiro e agosto de 2009 para US\$ 13 milhões (FOB) no mesmo perí-

¹²¹ DANE. Boletín Especial de la dinámica del comercio exterior. Bogotá D. C., 5 ago 2010. Disponível em: <http://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/exportaciones/bolesp_exp_2005-2010_jun.pdf>

¹²² DANE/Banco de la República. Informe de Coyuntura Económica Regional – 2009 (Norte de Santander e Cesar). Disponível em: <http://www.dane.gov.co/daneweb/V09/index.php?option=com_content&view=article&id=99&Itemid=74>

odo de 2010; em Cesar, a variação foi de US\$ 42 milhões (FOB) para US\$ 7 milhões (FOB) entre 2009 e 2010¹⁹.

Em outros momentos de tensão, como em 2005, após a captura ilegal do guerrilheiro das FARC-EP, Rodrigo Granda¹²³, em território venezuelano e, em 2008, após o ataque colombiano em território do Equador, as pressões de agentes econômicos e da própria população fronteiriça que vive das interações comerciais entre os dois países favoreceram os entendimentos políticos entre Chávez e Uribe. A perspectiva de que a complementaridade econômica historicamente consolidada entre a Colômbia e Venezuela esteja diminuindo pode ser um mau sinal para quem aposta na redução das tensões políticas entre os dois países. Outro fator de instabilidade é o vínculo entre as redes de contrabando entre Colômbia e Venezuela e o mercado negro resultante das sucessivas crises de abastecimento interno venezuelano.¹²⁴

Considerando os dados do presente, poderíamos levantar a hipótese de que o Brasil, com o ingresso da Venezuela ao Mercosul e os EUA, com o ingresso da Colômbia ao TLC, poderiam estar atuando como “retaguardas comerciais” que aliviam os impactos imediatos da crise entre os dois países andinos, seja por indução política deliberada ou por interesse de grupos comerciais que se aproveitam ocasionalmente das oportunidades abertas. Se for este o caso, poder-se-ia afirmar que a reorientação do comércio exterior e a divergência entre as opções políticas regionais de cada um dos dois países deveriam ser vistas como dois lados de uma mesma moeda.

¹²³ El caso Granda – Observatorio Global de Medios de Venezuela. Disponível em: <<http://www.observatoriodemedios.org.ve/.../granda.do...>>

¹²⁴ Algumas informações sobre esses vínculos foram levantadas em trabalho de campo do Grupo RETIS na fronteira Colômbia-Venezuela, realizado em dezembro de 2008. In: NOVAES, André e MONTEIRO, Licio. *Relatório de campo sobre a zona de fronteira Colômbia-Venezuela*. UFRJ, 2008.

No entanto, pode-se perguntar: por que razões o Brasil, em suas relações com a Colômbia, se afastou de alguns acordos internacionais como os da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) e não foi partícipe do Plano de Paris? E quais as implicações de tal posicionamento para a participação do Brasil nos acordos de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD) com a Colômbia? Afinal, que questionamentos surgem do Primeiro Fórum de Investimentos Brasil-Colômbia? Muitos afirmam que um dos obstáculos a serem revolvidos para o desenvolvimento do comércio entre os dois países é a precária infraestrutura de transporte radcada na difícil geografia da selva amazônica, sua baixa densidade populacional e a precariedade econômica de fronteira. Como se conciliam os diferentes interesses envolvidos? E, o desenvolvimento seria para que setores sociais? Esclareça-se que no que se refere à crucial temática da justiça social, Brasil e Colômbia estão em terceiro e quarto lugares respectivamente no índice de Gini, portanto, entre os países de maiores índices de desigualdade na América Latina.¹²⁵

216

Com uma postura assumidamente mediadora, o governo brasileiro busca, com uma reengenharia diplomática ao mesmo tempo pragmática e oportunista, colocar-se, ora na estrutura da própria ALBA¹²⁶, ora utilizando seu poder de manobra tanto no Mercosul quanto na Unasur para construir uma agenda política branda e harmônica com a Venezuela, principal adversário norte-americano na região e, em muitos casos, com Cuba.

¹²⁵ Este índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita.

¹²⁶ Definido nos documentos oficiais e na apresentação do sitio web da ALBA. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080>>

Recentemente, o governo de Dilma Roussef assinou um acordo com o presidente cubano, Raúl Castro, tendo como objetivo a construção do Porto de Mariel, próximo à capital de Cuba, Havana. A transnacional brasileira, Norberto Odebrecht, é a responsável pela realização da obra, que fora iniciada no primeiro trimestre de 2010. De acordo com Raymundo Costa:

o projeto prevê a construção de 18 Km de rodovias e quase 13 Km de vias ferroviárias. Será realizada também a reabilitação de mais de 30 Km de estradas, além da dragagem do canal de estrada e da bacia de manobras do futuro terminal. Também serão construídos 700 metros de cais para o terminal de contêineres, um centro de carga e pátios, redes de abastecimento de água e tratamento de resíduos, além de toda infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica¹²⁷.

Aprofundando a penetração do subimperialismo brasileiro na economia cubana, a transnacional Odebrecht, em acordo com o governo de Raúl Castro, passará a administrar a central açucareira “5 de Setembro” por um período de 13 anos, marcando a abertura do setor agrícola da ilha a investimentos estrangeiros. Outras três empresas estrangeiras estariam negociando acordos similares, mesmo diante do bloqueio econômico norte-americano, que prevê sanções a quem investir nas propriedades norte-americanas nacionalizadas pela Revolução.¹²⁸

¹²⁷ COSTA, Raymundo. Empreiteira brasileira constrói novo porto em Cuba e gera 8 mil empregos. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2511296/empreiteira-brasileira-constroi-novo-porto-em-cuba-e-gera-8-mil-empregos>>

¹²⁸ Parceria com Odebrecht marca abertura da agricultura de Cuba ao exterior. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2012/11/10/parceria-com-odebrecht-marca-abertura-da-agricultura-de-cuba-ao-exterior.htm>>.

A margem de aceitação das posições brasileiras na América Latina é, portanto, garantida a partir desses acordos entre os Estados nacionais latino-americanos e as transnacionais brasileiras. O governo Dilma vem apoiando, ainda que indiretamente, os propósitos dos países-membros da ALBA e esta política poderia conduzir a algumas consequências imediatas: o leve fortalecimento dos governos que possuem um discurso anti-imperialista; a crescente perda de influência dos EUA em relação a estes países e o fortalecimento diplomático, político e econômico do Brasil na Unasur (PRECIADO, 2008).

O caso de Cuba, que ainda sofre com o desumano bloqueio econômico imposto pelos EUA desde os anos 1960, é tratado hoje pelo governo brasileiro como um impulso político e econômico importante e que, portanto, merece ser tratado com mais cuidado¹²⁹. Daí, a presidente Dilma Rousseff dialogar com Obama, em diversas ocasiões, com o propósito de romper o bloqueio¹³⁰. Fato importante no sentido de ser mais uma oportunidade do Brasil fortalecer a sua posição de potência regional, de acordo com a argumentação de Garcia (2009, p. 11):

Por trás de uma grande empresa há sempre um Estado forte, que a financia e estrutura o campo jurídico e político para que ela atue. E por trás de um Estado hegemônico há sempre empresas transnacionais que atuam dentro e fora do país, levando sua marca e criando sua imagem junto à imagem do país potência.

¹²⁹ Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais de Cuba. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDCuba.pdf>>

¹³⁰ Acordo entre Brasil e Cuba tenta driblar embargo. Disponível em: <<http://outroladodanoticia.com.br/inicial/42143-relacoes-do-brasil-com-cuba-pode-abrir-portas-fechadas-pelo-bloqueio.html>>

No entanto, ainda que os propósitos brasileiros tenham sido um fator de fortalecimento dos discursos mais fracos dos países periféricos, o governo ainda se atém às estratégias norte-americanas no continente sul-americano, como no caso da Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) que, desde 2004, tem recebido contingentes brasileiros para compor as tropas da ONU no país.¹³¹

O Haiti tornou-se, portanto, a moeda de troca entre os EUA e o Brasil. De um lado, o Brasil pleiteando uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, mesmo não dispondo oficialmente de armas nucleares, mas com o objetivo de deixar a condição de membro rotativo para tornar-se membro permanente. De outro, os EUA buscando extrair os recursos naturais do Haiti sob a condição de mantê-lo em sua área de controle.

Conclusões

219

Ao procurarmos analisar como se chegou ao atual processo de diálogos de paz entre as FARC-EP¹³² e o governo da Colômbia em Havana, Cuba¹³³ e o papel que o Estado brasileiro tem exercido no conflito social e armado na Colômbia a partir do governo do ex-presidente Lula, bem como as circunstâncias e condições em que vem se dando essa atuação, poder-se-ia chegar a algumas hipóteses bastante prováveis.

¹³¹ "Segundo o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO), 107 Estados participavam como contribuintes, no final de 2005, nas operações de paz das Nações Unidas. Mais de 70 mil homens em missão estavam envolvidos nestas operações. A grande maioria (94%) do pessoal civil, militar e policial é oriunda dos países em desenvolvimento, sendo que o Brasil ocupava a 14ª posição entre os Estados contribuintes às missões de paz" (SEITENFUS, 2008, p. 1).

¹³² Blog da Delegação de Paz das FARC-EP. Disponível em: <<http://www.pazfarc-ep.blogspot.com.br/>>

¹³³ Sítio web oficial da mesa de conversações para o término do conflito e para a construção de uma paz estável e duradoura na Colômbia. Disponível em: <<https://www.mesadeconversaciones.com.co/>>

Em primeiro lugar, parece-nos que a diplomacia brasileira pode sim, ter exercido pressões para a mudança na posição do presidente Chávez em relação ao seu reconhecimento público do caráter de forças beligerantes para as FARC-EP e o ELN, sobretudo a partir das chantagens do ex-presidente Álvaro Uribe¹³⁴ com a divulgação de documentos confiscados ilegalmente dos computadores do comandante Raúl Reyes. A entrega dessas correspondências por Uribe, primeiro à Interpol e depois ao Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres (IISS por sua sigla em inglês)¹³⁵ teve a intenção de legitimá-las junto aos governos e à opinião pública mundial. Elas supostamente revelariam as relações entre o porta-voz da guerrilha assassinado e membros do governo venezuelano e equatoriano, bem como a atuação de porta-vozes diplomáticos das FARC-EP no Brasil. Embora tenham sido desautorizadas como provas pela Corte Suprema da Colômbia¹³⁶ essas revelações e suas consequências político-diplomáticas podem ter incidido nas relações de “cooperação antagônica” do Brasil com os EUA e devem ter preocupado gravemente a diplomacia brasileira, que pode ter sofrido pressões do Departamento de Estado norte-americano, obrigando o governo de Lula a assumir uma postura mais dura em relação ao governo de

¹³⁴ Documento Desclassificado da Agência de Inteligência do Departamento de Defesa dos EUA (DIA por sua sigla em inglês) de 1991 que evidencia a conexão entre Álvaro Uribe Vélez e o narcotráfico na Colômbia. “Nro. 82. Álvaro Uribe Vélez. Um político e um senador dedicado a colaborar com o Cartel de Medellín e governadores em altos níveis. Uribe estava vinculado a um negócio de narcóticos nos EUA. Seu pai foi assassinado na Colômbia devido a sua conexão com narcotraficantes. Trabalhou para o Cartel de Medellín, e é um amigo de Pablo Escobar Gaviria. Seu Secretário de Governo, José Obdulio Gaviria, é primo legítimo do capo morto em dezembro de 1993”.

¹³⁵ 21 September 2011 - IISS Lanzamiento Dossier Estratégico - Los Documentos de las Farc. Disponível em: <<http://www.iiss.org/publications/strategic-dossiers/the-farc-files-venezuela-ecuador-and-the-secret-archive-of-ral-reyes/iiss-lanzamiento-dossier-estratgico-los-documentos-de-las-farc/>>

¹³⁶ Sentença da Corte Suprema da Colômbia invalida os arquivos do laptop de Raúl Reyes. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55851388/CSJ-Sentencia-de-la-Corte-Suprema-de-Justicia-Colombia-de-invalidar-los-archivos-del-laptop-de-Raul-Reyes>>

Chavez e indiretamente ao de Cuba. A Venezuela, por sua vez, sob pressão indireta do Brasil e direta da Colômbia e dos EUA, pendente de seu ingresso estratégico no Mercosul, vê-se obrigada a renegar de sua posição anterior e passa a colaborar com o regime de Juan Manuel Santos, inclusive em matéria de segurança e defesa.

“Quando me perguntam o que quero ser quando crescer, respondo: eu quero ser como Lula.” (Juan Manuel Santos).

Segundo, a frase não foi pronunciada por um governante progressista da região, mas pelo mais conservador de todos: Juan Manuel Santos. O presidente da Colômbia abriu, assim, o Primeiro Fórum de Investimentos Colômbia-Brasil¹³⁷, em Bogotá, em 4 de agosto de 2011, organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no qual a figura em destaque foi a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Hoje não necessitamos da espada de Bolívar, mas de bancos de investimento e crédito. Não devemos ter medo de emprestar aos pobres, porque além de pagarem, tornam-se compradores do que as empresas produzem” (Lula)

O ex-presidente brasileiro não deixou por menos: “Chegou o momento de pensarmos em nós mesmos. Onde está nosso potencial de crescimento? Entre nós.” – afirmou para mostrar que a região deve abandonar as ilusões com os mercados dos países capitalistas desenvolvidos.

¹³⁷ “Empezó el Primer Foro de Inversión Colombia-Brasil en Bogotá”, 3 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.portafolio.co>>

Ao citar Moniz Bandeira¹³⁸, (ZIBECHI, 2012) afirma que este assegura que a criação da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americano desarticulam o sistema interamericano criado por Washington como a OEA, o Tiar (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e a Junta Interamericana de Defesa. Sendo a América do Sul o maior exportador mundial de alimentos, um dos maiores de petróleo e com vastas reservas minerais e de água, “não se pode descartar a hipótese de guerra com uma potência tecnologicamente superior”, ou conflitos que afetem a Venezuela e a Bolívia, portanto, a segurança nacional brasileira.

A Colômbia, que continua sendo o melhor aliado de Washington na região, procura se aproximar do Brasil e aprofundar com o país uma sólida rede de relações comerciais, financeiras e políticas, deixando a Casa Branca sem aliados, devido à reengenharia geopolítica regional em curso, operada pela diplomacia brasileira.

O Fórum Colômbia-Brasil, segundo Zibechi, mostra que se está formando um novo eixo entre dois países que até recentemente desconfiavam um do outro. Enquanto o ex-presidente Álvaro Uribe mantém uma visão ideologizada do mundo e acredita que Lula era um aliado das FARC, o regime brasileiro desconfiava de sua postura submissa diante do imperialismo norte-americano. Durante esse fórum, Santos assegurou que nunca antes havia chegado a Bogotá uma delegação tão numerosa de empresários brasileiros. Para o Brasil, é importante o vínculo com a Colômbia. E vice-versa. Cada um tem interesses particulares, mas não contraditórios. Ainda que se tenha falado muito de economia, investimentos

¹³⁸ Luiz Alberto Moniz Bandeira, “A importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos”, *Revista da Escola Superior de Guerra*, Nº 50, Rio de Janeiro, julho-dezembro, 2008, p.12.

e finanças, a política também esteve presente, embora não se fale em público sobre questões internas, como o conflito social e armado da Colômbia.

Pertencente a uma antiga família oligárquica tradicional cuja fortuna e poder remontam ao período das guerras de independência, Santos teve dois antepassados presidentes da Colômbia.

Durante os oito anos em que governou junto com Álvaro Uribe (2002-2010), não mostrou em público maiores diferenças. Foi seu ministro da Defesa entre 2006 e 2010 e esteve vinculado ao escândalo dos “falsos positivos” em 2008 – o assassinato pelo Exército e polícia de milhares de civis inocentes, fazendo-os passar como guerrilheiros mortos em combate. Desde a eleição de Barack Obama, Santos começou a se afastar de Uribe e entrar em sintonia com o novo contexto geopolítico regional hegemônico por governos nacionalistas. Seu vice-presidente, Angelino Garzón, é um ex-sindicalista, como Lula. Por outro lado, a crise pela qual atravessam os EUA e a Europa, dificulta a inserção da Colômbia nesses mercados.

223

Já a vitória de Ollanta Humala no Peru significou uma derrota para a iniciativa norte-americana da Aliança do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia e México assinaram tratados de “livre comércio” TLCs com os EUA) e que representava uma alternativa ao Mercosul e à ALBA, sendo uma estratégia imperialista contra a Unasul. Mas com a crise mundial e o avanço das forças progressistas e de esquerda, sua influência e poder na América do Sul têm diminuído e o grande vencedor, que consolida a saída pelo Pacífico de sua enorme produção de soja para a Ásia, é o Brasil.

Do ponto de vista estratégico-militar interno, Santos vem tomando a iniciativa no conflito social e armado ao aceitar

dialogar com as FARC-EP, não sem a anuência do Departamento de Estado norte-americano. Acredita que pode neutralizar e isolar as guerrilhas não apenas com a aprovação de leis como a chamada “Lei de Vítimas e Restituição de Terras” ou do chamado “Marco Jurídico para a Paz”, mas também tratando de cooptar e neutralizar os movimentos sociais, como fez Lula no Brasil. Confia, da mesma forma, que Brasil, Venezuela e Cuba, como peças cruciais no contexto do atual xadrez diplomático no continente, possam continuar isolando politicamente a insurreição guerrilheira.

O certo é que parece que essa reengenharia político-diplomática tem dado resultados, uma vez que a Colômbia normalizou e mantém boas relações com seus vizinhos, especialmente Venezuela e o Equador, sobretudo depois que seus governos passaram a pressionar as guerrilhas para que abandonem as armas e passem a atuar na institucionalidade burguesa colombiana.

Esse relativo processo de autonomia da Colômbia em relação à política norte-americana e a aceitação em participar dos diálogos de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) em Havana, Cuba, obedece também à necessidade do Estado colombiano de se inserir com mais determinação no atual contexto regional e é vista pela diplomacia brasileira como uma oportunidade que deve ser aproveitada no plano econômico, com investimentos e presença empresarial e, no plano geopolítico, porque pode ganhar um aliado e construir outra saída para o Pacífico e o Caribe.

O governo de Santos, por sua vez, definiu cinco locomotivas da economia: o investimento em infraestrutura, a terra e a agricultura, habitação, mineração e energia e a inovação científica e tecnológica. De todos esses, os mais dinâmicos

são a mineração e os hidrocarbonetos, que estão crescendo a uma taxa de aproximadamente 9% ao ano.¹³⁹ No caso do petróleo, a produção diária passou de uma média de 788 mil barris em agosto de 2010 a 930 mil em julho de 2011. A Colômbia necessita do Brasil, como sinaliza o informe do BID ¹⁴⁰, porque sua sobre-exposição ao comércio com os Estados Unidos a coloca em péssima posição no curto prazo. Uma vantagem adicional é que o comércio binacional é majoritariamente de manufaturas, enquanto o comércio Sul-Norte segue sendo de matérias-primas.

A Colômbia é muito mais que geopolítica e obras de infraestrutura, segundo Zibechi. É um dos países mais dinâmicos da região. Aproxima-se dos 50 milhões de habitantes, possui o terceiro PIB da região, superado somente pelo Brasil e Argentina, sua produção de hidrocarbonetos pode crescer consideravelmente e tem uma indústria importante quando se compara com os países andinos. Capta mais investimento estrangeiro direto do que a Argentina e seus investimentos diretos no exterior são os que mais cresceram nesta década: de US\$ 16 milhões em 2001 para US\$ 6,5 bilhões em 2010.¹⁴¹

Santos, portanto, tem tudo a ganhar. Sem romper os laços com Washington, continuando com a política de “segurança democrática”, rebatizada agora de “segurança cidadã” e com o Plano Colômbia/Patriota, consegue estabelecer laços sólidos com o novo hegemonismo regional. Os movimentos indígenas, afrodescendentes e sociais têm tudo para perder porque a repressão e a usurpação de seus territórios pelas multinacionais continuam sendo o eixo da política do governo de Santos.

¹³⁹ “Sector minas e hidrocarburos lidera crecimiento económico”, 5 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.portafolio.co>>

¹⁴⁰ Estudio: Tumbando la pared Comercio e integración entre Brasil y Colombia. Disponível em: <<http://www.mintic.gov.co/index.php/mn-news/239-20110803bid>>

¹⁴¹ CEPAL, “La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe”, 2009.

Finalmente, Cuba, por sua vez, depois das mortes de Manuel Marulanda, Raúl Reyes e Iván Ríos, membros do Secretariado, passa a criticar publicamente não só a concepção estratégica das FARC-EP (CASTRO, 2008) de “guerra excessivamente prolongada”, mas “sua concepção de criar primeiro um exército de mais de 30 mil homens” e também suas táticas e métodos de “capturas e retenção de civis alheios à guerra”. Essas posições públicas de Cuba contra processos revolucionários armados foram finalmente explicitadas por Fidel em entrevista à Telesul¹⁴² e também por Alejandro Castro, filho de Raúl Castro, em entrevista à Russia Today¹⁴³. Nessa primeira entrevista do pesquisador cubano a um meio de comunicação estrangeiro, ele faz uma análise oficial do governo cubano sobre a situação internacional e o papel de Cuba no atual processo de diálogos de Havana e confirma que, para Cuba, a luta armada revolucionária nos atuais momentos “é anacrônica”. Não é objetivo deste artigo analisar estas posições de Cuba e suas razões.

226

Por fim, este é o contexto em que se dão os atuais diálogos de paz de Havana.

Referências Bibliográficas

LUCE, M.S. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**, 136 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UFRGS, 2007.

¹⁴² Fidel Castro entrevistado por reconhecidos comunicadores da Venezuelana de Televisão (VTV) e Telesul. Disponível em: <<http://youtu.be/ItjCcw1ZL70>>

¹⁴³ Entrevista com Alejandro Castro Espín, investigador social cubano e filho de Raúl Castro. Disponível em: <<http://youtu.be/ra3RbZXpdPI>>

PRECIADO, J. A América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, p. 253-268, 2008.

GARCIA, A. S. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. (Org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 10-26.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. Transições de governo na Colômbia e no Brasil: tendências e hipóteses sobre política externa e segurança regional na América do Sul. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, ano 5, n. 31, Rio, 2010. ISSN 1981-3384

SOUSA, José Alves de. Colômbia: Segurança Democrática ou Terrorismo de Estado? Comunicação apresentada no grupo de trabalho Extermínio e Organizações Criminosas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL VIOLÊNCIA E CONFLITOS SOCIAIS: Práticas de Extermínio, 2, 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010 - Fortaleza – Ceará – Brasil.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: O combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012; p. 314.

CASTRO, Fidel. *La Paz en Colombia*. Editora Política, 2008, pp. 264-265. [ISBN 978-959-01-0850-1]. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/reflexiones-fidel/2008/11/13/la-paz-en-colombia/>>

ZIBECHI, Raúl. *Brasil Potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Ediciones desde abajo, Bogotá, D.C. – Colombia, marzo de 2012, p. 263. ISBN: 978-958-8454-29-0. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/103145795/ZIBECHI-Raul-Brasil-Potencia>>

Parte 3

LUTAS E RESISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI

Capítulo 7

As Lutas Contra o Atual Padrão de Poder Mundial

A Resistência em Honduras e no Brasil no Século XXI

Francisco Uribam Xavier de Holanda¹⁴⁴

Falar dos processos de resistência na América Latina não é apenas narrar ou se ater a uma etnografia das relações de seus povos ou nações contra a multiplicidade de agressões, violências, exploração e dominação a que estão constantemente submetidos. Trata-se, como esclarece e sugere Boaventura de Souza Santos (2006, p. 216), de se “perguntar se em Nuestra América tem, de fato, condições para continuar a simbolizar uma vontade utópica de emancipação e de globalização contra-hegemônica”. E o que podemos constatar é que a América Latina é portadora de uma vontade utópica emancipatória que se manifesta em diversos formatos e alternativas.

A vontade utópica emancipatória na América Latina se expressa nas lutas contra o atual padrão mundial de poder. O poder, segundo Quijano (2002) é um tipo de relação social constituído pela coexistência de três elementos: dominação, exploração e conflito. Ninguém explora ninguém se não domina. Assim, o objetivo do poder é controle ou domínio das quatro estruturas básicas da existência social, a saber: I – o trabalho, seus recursos e seus produtos; II – o sexo, seus

¹⁴⁴ Uribam Xavier – Licenciado em Filosofia Política (UECE) e doutor em Sociologia (UFC), professor da área de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da UFC, membro da Rede Universitária de Pesquisadores sobre América Latina – Rupal. Contatos: uribam@ufc.br. Fortaleza – Ceará – Brasil, outubro de 2012.

recursos e seus produtos; III - a autoridade pública (coletiva), seus recursos e produtos; IV – a subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos.

Cada uma dessas estruturas está, na sociedade capitalista, sob a hegemonia de uma instituição. O trabalho sob o controle da empresa capitalista, o sexo sob o controle da família patriarcal burguesa, a autoridade pública sob o controle do Estado-Nação e a subjetividade sob o controle da epistemologia eurocêntrica. Como corolário dessa estrutura, para Quijano (2002, p.4), o atual padrão de poder mundial consiste na articulação da dominação por meio da ação conjunta e articulada:

- I – Da **colonialidade de poder**, isto é, a ideia de raça como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social;
- II – Do **capitalismo**, como padrão universal de exploração social do trabalho;
- III – Do **Estado**, como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-Nação como sua variante hegemônica;
- IV – Do **eurocentrismo**, como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento.

O atual padrão de dominação mundial ou de dominação globalizada é exercido pelo Bloco Imperial de Poder, formado: i – pelos Estados-Nação mundialmente hegemônicos [G-8]; ii – por entidades intergovernamentais de controle e exercício da violência, como a OTAN; iii – por entidades intergovernamentais e privadas de controle do fluxo de capitais, como FMI, BM, BID, Clube de Paris; iv – e por grandes

corporações transnacionais. Para Aníbal Quijano, esse bloco se constitui, virtualmente, em uma autoridade pública mundial, e, ainda que não seja um efetivo Estado mundial, trata-se de um governo mundial invisível que impõe uma redução crescente na autonomia dos demais países.

Primeiro, porque suas decisões são impostas ao conjunto dos demais países e aos centros nevrálgicos das relações econômicas, políticas e culturais do mundo. Segundo, porque o fazem sem ter sido eleitos ou sequer designados, pelos demais Estados do mundo, dos quais não são, portanto, representantes, nem, em consequência, têm que consultá-los para suas decisões. (QUIJANO, 2002, p. 11).

Assim, para Aníbal Quijano (2002, p. 12), em nossa epocalidade, para manter o atual padrão de dominação mundial o bloco imperial mundial

necessita dos Estados locais para impor suas políticas em cada país. Desse modo, esses Estados locais estão sendo, uns, convertidos em estruturas institucionais de administração local de tais interesses mundiais e, os outros, tornando mais visível do que já vinham exercendo essas funções. Esse processo implica uma reprivatização local e global de tais estados, a fim de responder cada vez menos à representação política do conjunto dos setores sociais da cada país.

Na América Latina, a sociedade não assiste passivamente à iniciativa de construção da dominação, seja militar, econômica, política ou cultural, operada pelo atual padrão de poder mundial. A região é o nascedouro de redes de

resistências que a caracterizam como um dos espaços mais fecundos em termos de lutas emancipatórias no mundo. A novidade, que vem se tornando cada vez mais visível, é a chamada virada descolonial ou luta emancipatória contra a colonialidade do poder.

A virada descolonial é fruto da insurgência de movimentos articulados por povos originários, negros, camponeses, mulheres, trabalhadores e intelectuais que se colocam numa perspectiva de construção de uma nova sociedade, de um novo saber, cuja ação política vem provocando fissuras no padrão de poder dominante ao defender uma nova institucionalidade: o Estado Plurinacional e um novo padrão civilizatório baseado no valor de uso e na racionalidade do bem viver.

O uso de categorias como colonialidade do poder e descolonialidade são úteis no processo de interpelação das afirmações políticas e acadêmicas que sustentam que a divisão internacional do trabalho e a hierarquização étnico-racial das populações que, construídas durante vários séculos de expansão colonial capitalista, se transformaram significativamente com o fim do colonialismo na segunda metade do século XX.

Como é do conhecimento comum, a América Latina foi colônia espanhola até o seu longo processo de independência jurídica e política, quando passou a ser tutelada pelos interesses econômicos da Inglaterra até o fim do século XIX e, em seguida, pelos Estados Unidos até o período de democratização durante a década de 1980. Nesse processo de dominação tutelada, cabe diferenciar colonialismo de colonialidade do poder. Colonialismo é o processo de domínio jurídico e político de um território pelo poder militar de um país que lhe nega o reconhecimento como nação independente. Refere-se à dominação político-econômica de alguns povos sobre

outros. Já colonialidade do poder, segundo Aníbal Quijano, consiste na colonização do imaginário dos dominados pelos dominantes que, a partir da classificação social e universal da população do planeta em torno da ideia de raça, reprime os modos de aprender e reproduzir conhecimento dos povos colonizados, desvalorizando seus símbolos, seus recursos naturais, suas técnicas, sua cultura e incorporando a imagem do dominador como superior, civilizado e como modelo a ser imitado e seguido. A prática do colonialismo existe há milhares de anos; a colonialidade do poder ganhou existência a partir do processo de colonização da modernidade.

A colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder mundial, pois refere-se a uma dominação por meios não exclusivamente coercitivos ou de repressão física, e, embora tenha sido construída em concomitância com o processo de colonização, não foi neutralizada ou barrada com o processo de emancipação política dos territórios periféricos em relação à metrópole e sua visão de mundo. Nesse sentido, a luta contra a colonialidade do poder é uma contenda pela descolonialidade.

O conceito de descolonialidade parte do pressuposto de que o capitalismo global contemporâneo, inclusive a sua versão pós-moderna ou celebratória como classifica Boaventura de Souza Santos, ressignifica as exclusões provocadas pelas hierarquias epistêmicas, espirituais, raciais, étnicas e de gênero empregadas pela modernidade ocidental. Para Santiago Castro-Gómez (2007), no final do século XX iniciou-se uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade do poder global. Assim, na realidade que inaugura o século XXI, parte significativa dos movimentos sociais latino-americanos se insurgem a favor de uma virada ou giro descolonial

que se dirige contra as hierarquias das múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistemológicas e de gênero que a modernidade deixou intactas. O processo de resistência, que aqui chamamos de descolonialidade do poder, é um processo de longo prazo que não pode ser reduzido a um acontecimento jurídico-político. É uma luta pela emancipação em relação ao sistema mundo euro-norte-americano capitalista/patriarcal moderno/colonial.

Para Walter D. Mignolo (2008), toda virada descolonial é inerente a uma ação de desobediência política e epistêmica. Uma desobediência política ou civil [não racista, não homofóbica e não patriarcal] desvinculada de uma desobediência epistêmica continuará presa aos paradigmas determinados pela teoria política e econômica do eurocentrismo moderno. Para ele, duas são as teses que compõem o pilar da opção descolonial: I – identidade na política [não política de identidade] é um movimento necessário de pensamento e ação com o objetivo de romper as amarras da teoria política moderna que, desde Maquiavel, é racista e patriarcal, pois nega o protagonismo político às pessoas classificadas como inferiores em termos de gênero, raça, sexualidade e posses de riquezas; II – a opção descolonial é epistêmica, pois se desvincula dos fundamentos que permitiram a acumulação de conhecimento da racionalidade instrumental ocidental moderna. A opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender. Trata-se de uma desobediência epistemológica, pois aos inferiores também foram negados o agenciamento e o protagonismo epistêmico.

Até o momento, nosso esforço reflexivo foi no sentido de explicitar nossas categorias conceituais de interpretação sobre a conjuntura política latino-americana e de tornar claro que

nos colocamos no campo de conhecimento que se posiciona como práxis¹⁴⁵ numa perspectiva de um processo emancipatório que passa pela descolonialidade do poder rumo à construção de uma sociedade pós-capitalista. A partir de agora, passaremos para o campo da factibilidade, onde acontecem, verdadeiramente, as chamadas lutas emancipatórias.

O Foco Atual das Resistências Latino-Americanas

A resistência política, econômica e cultural na América Latina é algo mais que uma avalanche de conflitos locais desconexos. Os conflitos que se expressam em territórios locais e regionais se repetem numa dimensão continental em resposta às redes de interesses de empresas nacionais e transacionais que ambicionam a exploração dos seus bens comuns [água, terra e o seu subsolo, a biodiversidade].

237

A biodiversidade que é considerada um bem comum pelos povos originários é enxergada pela lógica capitalista como uma fonte de reprodução e expansão do capital. A biodiversidade é tratada, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, uma das instituições que compõem o bloco imperial que mantém o atual padrão de poder mundial, como um potencial econômico, capital natural para o desenvolvimento de uma economia verde¹⁴⁶,

¹⁴⁵ Para Mignolo (2008, p. 290-291), o “pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais; quando você entra no campo do Quichu e Quechua, Aymara e Tojolobal, Árabe e Bengali, etc. Categorias de pensamento confrontadas, claro, com a expansão implacável dos fundamentos do conhecimento do ocidente (ou seja, latim, grego, etc.), digamos, epistemologia. Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores [raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero], e de expeli-los para fora da esfera normativa do real”.

¹⁴⁶ Victor Wallis (2012, p. 23) nos alerta que a chamada economia verde é uma tentativa de unir duas noções antagônicas: “ser verde significa priorizar a saúde

e recomenda aos governos da região que adotem políticas de privatização das águas; que revisem as leis que garantem as áreas preservadas e sob o controle de povos originários para que elas possam receber investimentos do capital; que revoquem ou reformulem as leis que demarcam as terras indígenas e de afrodescendentes; e que façam investimentos para que a iniciativa privada possa produzir tecnologias, produtos e mercados baseados na biodiversidade e nos serviços de ecossistemas. Para o PNUD, usando a biodiversidade como capital natural, a América Latina pode superar o modelo tradicional de desenvolvimento e se tornar uma superpotência estribada na exploração de sua biodiversidade.

O relatório do PNUD¹⁴⁷ apresenta estudos que demonstram que a América Latina abriga seis dos países com maior diversidade do mundo [Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela]. A floresta amazônica é a maior área individual do mundo em biodiversidade. A América do Sul possui 40% da biodiversidade da terra e mais de 1/4 (um quarto) de suas florestas. Segundo o relatório do PNUD (2010, p. 3):

Na última década, a América Latina e o Caribe alcançaram taxas de crescimento e de redução da pobreza bastante satisfatórias. A região também demonstrou uma grande capacidade de resistência e recuperação frente à recente crise financeira. O futuro econômico parece promissor para a região. Políticas macroeconômicas prudentes, reformas estruturais e um ciclo

do ecossistema, com tudo o que isto acarreta em termos de redução de emissões de gases de efeito estufa e preservação da biodiversidade. Promover o capitalismo, em compensação, significa alimentar o crescimento e a acumulação, tratando tanto a força de trabalho quanto o meio ambiente natural como meros insumos.”

¹⁴⁷ Trata-se do relatório “América Latina e o Caribe: uma superpotência de biodiversidade”, apresentado pelo PNUD no dia 2 de dezembro de 2010, em Mar Del Plata, Argentina, durante a Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governos.

favorável nos preços das commodities são fatores que contribuem para este otimismo. Mas o papel da biodiversidade continua subvalorizado. A biodiversidade é de importância central para a provisão de serviços ecossistêmicos no longo prazo, e cumpre um papel chave na manutenção da resiliência (capacidade de resistência e recuperação) dos ecossistemas. Em uma perspectiva antropocêntrica, resiliência é a capacidade de um sistema sustentar-se diante de perturbações e ainda reter sua capacidade básica de oferecer Serviços Ecossistêmicos. Dessa maneira, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos são essenciais para o bem-estar e para a sobrevivência humana, e sua conservação é condição necessária para a saúde da economia em longo prazo.

Atualmente, vivemos um processo de reconcentração de terras e de recursos naturais nas mãos de empresas transacionais, e o instrumento utilizado pela lógica capitalista para efetivar esse objetivo consiste na prática de se apossar, por meios fraudulentos e violentos, de vastas áreas de terras pertencentes a povos indígenas, camponeses e afrodescendentes na América Latina, África e Ásia. Para ter a propriedade, posse ou controle de grandes extensões de terras, com objetivo de explorar o solo, o subsolo e seus recursos naturais, são realizados acordos entre os Estados, por meio de seus governos, de investidores nacionais e estrangeiros.

Para a Rede de Ação e Informação pelo direito de se alimentar – FIAN¹⁴⁸, o processo de reconcentração de terras viola o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais

¹⁴⁸ A FIAN é uma organização internacional de direitos humanos que trabalha em escala mundial pelo direito à alimentação. Fundada em 1986, tem atuação também no Brasil Disponível em: <<http://www.fianbrasil.org.br>>.

e Culturais [PIDESC], no seu artigo 1º, que diz: “em caso algum poderá um povo ser privado de seus próprios meios de subsistência”. A FIAN constata, por meio de seus estudos, que a falta de acesso adequado e seguro à terra e aos recursos naturais por parte da população pobre das zonas rurais e urbanas é uma das principais causas da fome e da pobreza na África, América Latina e Ásia. Assim, garantir a posse da terra e dos recursos naturais é uma das formas de assegurar os meios de vida das populações rurais e urbanas.

O processo de reconcentração de terras, fazendo retroceder até as antigas legislações ou conquistas constitucionais que garantem o acesso de pequenos agricultores mediante tímidas políticas de reformas agrárias já obtidas, vem sendo estimulado em função da combinação de cinco processos: I – pela pressão para que se produza agrocombustíveis como alternativa às energias fósseis, que já sinalizaram estar em um processo de esgotamento; II – pela resposta à crise alimentar, que vem fazendo com que países desenvolvidos passem a externalizar sua produção agrícola adquirindo terras cultiváveis em outros países; III – pelo incentivo à produção extensiva de monoculturas [soja, camarão em cativeiro, gado, minérios etc.] em resposta às demandas de *commodities*, principalmente para o mercado americano e chinês; IV – pela implantação de grandes aglomerados para a indústria do turismo; V – pela descoberta da biodiversidade como fonte segura para obtenção de lucros e expansão do capital.

Como, para o capitalismo, os produtos e os serviços relacionados à biodiversidade são de suma importância para sua reprodução e expansão, a ponto de defender o seu uso como capital natural estratégico, capaz de tornar a América

Latina uma liderança nos mercados de serviços¹⁴⁹ relacionados à biodiversidade. Paradoxalmente, devido a esse ativo ou capital natural, que são bens comuns [água potável, minérios diversos, petróleo, paisagem, flora e fauna], estarem, na sua maior parte, em territórios pertencentes aos povos indígenas, camponeses e afrodescendentes, a situação na região é de conflitos envolvendo os legítimos donos desses bens comuns e as empresas capitalistas nacionais e transnacionais que querem se apropriar deles como mercadoria extremamente lucrativa, por meio da violência, da segregação das culturas e dos povos originários. Os processos de ameaças e violências contra as nações indígenas, os camponeses e os afrodescendentes partem de ações que objetivam a estruturação de grandes investimentos cujo primeiro passo para se efetivar é a usurpação das terras. As ameaças mais comuns em todos os territórios da América Latina e Caribe são: i – a imposição de projetos para exploração de minérios; ii – estruturação dos chamados projetos de economia verde [vendidos como iniciativas limpas e sustentáveis]; iii – exploração do subsolo e da biodiversidade nas terras indígenas; iv – revisão e afrouxamento das leis que compõem o código florestal, o que permite devastar as matas, inundar áreas agricultáveis e contaminar as águas dos rios; v – ampliação de projetos para construção de hidroelétricas e atividades extrativistas que acarretam a privatização dos rios, das águas e de diversos bens naturais; vi – difusão de uma racionalidade cínica que populariza a ideia de que o que se destrói é nada diante do

¹⁴⁹ A maioria dos turistas que chegam à América Latina, entre 66% a 75%, visitam uma área protegida. As empresas de turismo do Caribe dependem do meio ambiente para sobreviver. Já as áreas protegidas do México, como os parques nacionais, contribuem com U\$ 3,5 bilhões de dólares por ano para a economia nacional. As exportações agrícolas, em 2007, corresponderam a 44% das exportações da região. Fonte: relatório PNUD – 2010.

progresso e dos benefícios que os projetos dos capitalistas vão gerar para o país e para as gerações futuras.

A seguir, destacaremos dois focos de conflitos e resistência descolonial que se desenvolvem em torno das disputas pelo controle e pela definição das finalidades de uso dos bens comuns, o primeiro caso é em Honduras e o segundo, no Brasil.

A Resistência em Honduras

Na década de 1970, entre os anos de 1973 e 1978, foi implantada uma política de reforma agrária que distribuiu cerca de 120 mil hectares de terras em Honduras, e, juntamente com a política de reforma agrária, foi instituído um programa de migração induzida com o objetivo de transferir camponeses para região do Baixo Aguán, zona despovoada do Atlântico hondurenho.

242

Em 1992, dentro do marco dos acordos de reformas estruturais neoliberais, foi promulgada a Lei de Modernização e Desenvolvimento do Setor Agrícola. A partir desse momento, Honduras entrou no processo de reconcentração das melhores terras¹⁵⁰ do país. Tal lei permitiu que empresários e grandes produtores expandissem suas propriedades além do limite máximo de propriedade que estabelecia a Lei de Reforma Agrária dos anos 1970.

Numa reação ao processo de reconcentração de terras promovido pelo ajuste estrutural neoliberal, em 2001, os

¹⁵⁰ Honduras possui mais de um terço de seu território composto por terras cultiváveis e áreas de pasto. O setor agropecuário representa 28% de seu Produto Interno Bruto – PIB. Todavia, uma grande quantidade de famílias continuam sem ter acesso à terra; milhares de famílias rurais possuem apenas entre 1 e 3,5 hectares de terra para sobreviverem; e existe grande concentração de terra nas mãos de poucos particulares, o que contribui para a existência de um índice elevado de pobreza em um país rico em recursos naturais.

camponeses iniciaram um processo de recuperação de terras, reivindicando como suas as áreas com plantação de dendê.

O golpe e o avanço neoliberal

Com o golpe de Estado de 28 de junho de 2009, que depôs o presidente Manuel Zelaya, multiplicaram-se as violações contra os direitos humanos. A pressão mais intensa foi na região do Baixo Aguán, onde a luta pelo acesso à terra é forte entre o final de 2009 e abril de 2011.

No final de 2009 [no dia 9 de dezembro], trabalhadore(a)s do Movimento Unificado Camponês do Aguán [MUCA], num total de 2.500 famílias, tentaram recuperar 20 mil hectares que consideravam seus por direito. A resposta foi o desencadeamento de atos de violência: despejos de famílias, detenções ilegais, mandado de prisão, assassinatos e ataques armados praticados pela polícia, pelos seguranças privados dos empresários e pelo exército. Os conflitos resultaram na morte de 23 camponeses, um jornalista e sua esposa, num total de 25 assassinatos. Diante da repercussão e da militarização do conflito, o governo e o MUCA assinaram um acordo em 13 de abril de 2010. Todavia, o Movimento Autêntico Renovador dos Camponeses de Aguán [MARCA] não assinou o acordo estabelecido entre o MUCA e o governo alegando não confiar em acordos políticos.

Após o golpe de Estado, o Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras – COPINH denunciou que é na Secretaria de Recursos Naturais e Ambiente – SERNA onde são planejadas e executadas as irregularidades que permitem às empresas transnacionais explorar as terras

dos povos indígenas [Tulapanes, Pech, Miskitos, Maya-Chortis, Lencas, Garífunas].

Os povos Lencas e os Garífunas estão entre os povos indígenas mais afetados pela exploração e militarização de seus territórios. As ameaças partem de ações que visam a expulsão de suas terras. Atualmente, os povos Lencas são vítimas de 15 projetos hidrelétricos e extrativistas em curso no seu território que ameaçam destruir a cultura local, o modo de vida das populações originárias e a biodiversidade. Já os Garífunas sofrem pela ameaça de serem desabrigados de seu território para construção de uma cidade modelo privatizada.

A privatização das águas e de seus recursos

244

Existem em Honduras 35 bacias hidrográficas principais. Só as bacias dos Rios Patuca [25 mil/km²] e Ulúa [22 mil/km²] cobrem uma área de 47 mil/km². Em agosto de 2009, em plena crise institucional instalada depois do golpe de Estado, o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral de Águas, que prevê a possibilidade de conceder às empresas privadas os recursos hídricos do país. Rapidamente, em setembro, a Empresa Nacional de Energia Elétrica – ENEE anunciou uma licitação internacional [licitação de número 100-1293-2009] para contratação de 250 mw de energia renovável. Logo em seguida, em abril de 2010, o governo de Porfírio Lobo, por intermédio do Ministério de Recursos Naturais, concedeu aprovação para licitação de 47 contratos de produção de energia; os contratos foram realizados com a ENEE e aprovados pelo Congresso Nacional em outubro. A Associação Hondurenha de Pequenos Produtores de Energia Renovável – AHPPER abocanhou 70% do total licitado e já controlava quase a totalidade da geração de energia térmica do país.

Manifestando-se contra esse projeto, que não passou por uma discussão com a sociedade e nem com os povos diretamente afetados, a presidenta da Coalizão Patriótica Nacional – CPN, Juliette Handal, adverte que não houve uma verdadeira licitação, mas acordo entre governo e empresários para garantir a privatização dos rios, ganhos milionários aos grupos econômicos e a falência financeira da ENEE. Já Romy Hernández, membro do Colégio de Engenheiros Civis de Honduras, afirma que todo o processo foi fraudulento. Entre as mudanças nos termos de referência apresentadas em relação ao edital de licitação, ele aponta o aumento do prazo de contrato de 20 para 30 anos, a concessão dos rios por até 50 anos e o aumento médio do kw/h contratado. Na proposta inicial de licitação, previa-se a concessão de 250 mw, mas foram concedidos 709 mw, o que garante para as empresas um ganho líquido de 712% sobre o investimento realizado.

A aprovação dos 47 contratos para produção de energia renovável pelo governo de Honduras provocou a indignação e o rechaço dos povos indígenas, dos afro-hondurenhos e das organizações sociais que consideram a medida “um atentado à soberania de seus territórios e dos recursos naturais”. O Movimento Amplo pela Dignidade e Justiça – MADJ denunciou que nenhum dos projetos em curso apresentou estudos de impactos ambientais. Além disso, diz Juan Antonio Mejía, membro do MADJ, “há até uma cláusula que exime as empresas de responsabilidade por qualquer tipo de desastre ambiental ou acidente que venha ocorrer no futuro”.

O Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras – COPINH iniciou um processo de resistência por meio da articulação de mobilizações em defesa da água, dos rios e dos territórios dos povos indígenas e afro-hondu-

renhos. Diante das campanhas midiáticas que dizem que as organizações sociais são contra o desenvolvimento, a resposta do COIPINH é a de que

apontamos para um desenvolvimento baseado na dignidade humana, no respeito à mãe terra, no equilíbrio frágil entre os seres humanos e nosso planeta. Apontamos para uma geração de energia que respeite os ecossistemas, os direitos humanos, territórios e culturas dos povos indígenas e que não estejam baseados na lógica extrativista do capitalismo.

A criação de cidades privatizadas [región especial de desarrollo – RED]

246

O presidente Porfírio Lobo assinou [no dia 6.9.2012] um memorando no qual aprova a criação de três Regiões Especiais de Desenvolvimento – REDs ou cidades modelo privatizadas, ilhas de independência dentro do país. Para o presidente, trata-se do “mais importante projeto do país em meio século”. As REDs foram idealizadas pelo economista da Universidade de Nova York, Paul Romer, e parte da ideia de que um país pode transferir autonomia de parte de seu território para que empresas internacionais de países desenvolvidos gerem empregos e desencadeiem um processo de desenvolvimento por um tempo indefinido. Submetidas a esse tipo de contrato, as cidades modelo teriam um tipo diferente de administração baseadas em regras de mercado praticadas por países desenvolvidos, por novas leis e por um sistema diferente de impostos.

As cidades modelo [Chater City] foram concebidas por Romer como uma concessão de territórios desabitados para que, por meio de investimentos estrangeiros, pudessem

alcançar níveis ótimos de desenvolvimento. O projeto foi instituído pelo Decreto n. 283-2010, e com o projeto foi criada a Comissão de Transparência presidida por Paul Romer e quatro de seus assessores. A Comissão nunca assumiu de direito, pois o presidente Porfírio Lobo nunca publicou a nomeação de seus membros no Diário Oficial.

As cidades modelo não foram aprovadas com local definido para serem construídas, pois a proposta prevê sua implantação por meio de investimentos privados e gerenciamento de forma autônoma pelos investidores. Trata-se de um projeto de privatização de parte do território nacional hondurenho em que será dado aos investidores o direito de estabelecerem em cada cidade privada poderes executivos, legislativos e judiciários desvinculados do governo nacional. Cada cidade terá, ainda, agente de segurança, sistema tributário, legislação própria e poder para ratificar tratados internacionais, firmar parcerias bilaterais e estabelecer sua própria política migratória. É uma cidade privada que tem estrutura e poder de nação dentro de uma nação, um Estado artificial como imaginou Hobbes.

Para implantação das REDs, o governo de Porfírio Lobo criou a Comissão para Promoção da Parceria Público Privada, cujo presidente é Carlos Pineda. O argumento do governo é de que as REDs são uma forma de fortalecer a infraestrutura nacional, combater as desigualdades sociais, combater a corrupção e o tráfico de drogas. Segundo Carlos Pineda, o projeto de criação de cidades privatizadas “tem o potencial de transformar Honduras em uma máquina de dinheiro, é um instrumento de desenvolvimento típico de países do primeiro mundo”.

O governo chegou a anunciar que o grupo de investimentos norte-americanos MGK havia se comprometido em investir 15 milhões de dólares para a construção da infraestrutura básica da primeira cidade modelo a ser localizada em Puerto Castilha, na costa caribenha. O presidente do Congresso hondurenho, Juan Hernandez, tem a expectativa de que a cidade modelo a ser instalada em Puerto Castilha gere cinco mil postos de trabalho imediatos e vinte mil a longo prazo. Porém, durante o mês de setembro de 2012, os jornais publicaram que tal grupo não existe. Essa informação contribuiu para que Paul Romer e sua equipe, por meio de carta, pedissem o afastamento do projeto e da Comissão de Transparência, alegando justamente falta de transparência por parte do governo na condução do projeto. Contudo, sabe-se que devido às pressões dos movimentos sociais, indígenas e afro-hondurenhos, o Congresso Nacional vem promovendo alterações na concepção do projeto apresentadas por Romer, motivo maior que justificou o seu desvinculamento do projeto.

O gerente administrativo do Congresso Nacional de Honduras, Ebal Díaz, em uma entrevista ao diário *El Heraldo* (edição de 12.09.2012), afirmou que não se pode, como defende Paul Romer, criar cidades modelo onde um país estrangeiro tome posse de parte do território de outro e o administre. Não se pode permitir que uma companhia privada estrangeira administre parte do território nacional. Diante disso, o Congresso criou um modelo institucional de RED subordinado à Constituição de Honduras. Segundo Ebal Díaz, “a proposta de Paul Romer viola a Constituição e a soberania nacional e a adequamos às nossas leis, tropicalizamos a ideia”. Para ele, as mudanças efetivadas em relação a proposta original de Romer são claramente identificadas no primeiro artigo do Estatuto das REDs, que diz o seguinte: “as regiões especiais de desenvolvimento são partes inalienáveis do Estado de Honduras e estão sujeitas ao mesmo

em todos os temas relacionados a soberania, defesa nacional, relações exteriores, temas eleitorais, emissão de documentos de identidade e passaporte”.

Depois das mudanças promovidas na proposta, quatro zonas foram apontadas como potenciais para instalação das cidades modelo: I – na Barra do Rio Motagua, no Vale de Cuyamel; II – próximo ao Puerto Cortés, na zona de Bajama; III – ao sul de Honduras, na zona que compreende o Vale de Goascorán, Alianza e a Isla de Amapala; IV – na zona do Vale de Sico e Paulaya, região próxima de Puerto Castillo. Alguns deputados criticam a escolha desses locais argumentando que eles são polos já desenvolvidos, com uma grande infraestrutura pronta, portanto, o que vão construir são parques industriais privados e não cidades modelo.

Mesmo diante das mudanças no projeto, Ramon Custodio, do Comissariado de Direitos Humanos, expressou publicamente seu desacordo com a ideia de que se ocupem mais fronteiras ou que se divida o território nacional para a instalação de cidades modelo.

Na área de Puerto Castilla, local anunciado para ser construída a primeira REDs, vive uma grande comunidade indígena Garífuna que nem sequer foi consultada sobre o projeto. Movimentos Sociais e organizações indígenas classificam o projeto como sendo uma “catástrofe”. Para Miriam Miranda, presidente da Organização Fraternal dos Negros de Honduras – OFRANEH, os territórios de Puerto Castilla “pertencem ao povo Garífuna e não podem ser entregues ao capital estrangeiro em um gesto de puro colonialismo, idêntico àquele que prevalecia em Honduras na época em que o país era chamado de república das bananas”.

No dia 12 de setembro de 2012, o presidente Porfirio Lobo, Juan Orlando Hernandez e outros deputados foram denun-

ciados à Corte Suprema de Justiça [CSJ] devido à aprovação da proposta de privatização do território hondurenho, usando como justificativa combater as desigualdades sociais. O argumento central que fundamenta a moção junto à Corte Suprema de Justiça [CSJ], é o de que a iniciativa representa uma “traição à pátria”, o mesmo argumento utilizado para tirar o ex-presidente Manuel Zelaya do poder, em junho de 2009. Oscar Cruz, ex-promotor constitucional e um dos signatários da moção, alertou para a inconstitucionalidade do projeto argumentando que “essas cidades pressupõem a criação de Estados dentro do Estado, uma entidade comercial com poderes de Estado fora da jurisdição do governo”. Já Sandra Marybel Sanchez, outra signatária da moção, afirmou que o projeto das REDs “violará os direitos de cada cidadão porque significa a concessão de parte de nosso território a uma cidade que terá sua polícia, seu próprio poder judiciário e seu próprio sistema tributário”. Até o mês de outubro de 2012, mais de 50 recursos de inconstitucionalidade já haviam sido interpostos perante a Corte Suprema de Justiça.

250

No dia 8 de outubro de 2012, a Organização de Desenvolvimento Étnico e Comunitário – ODECO, realizou uma conferência nacional: “Cidades Modelo, Terras Garífunas, Viabilidade e Consequências para o Desenvolvimento Nacional”, de onde saiu o seguinte manifesto:

La ODECO considera que el país necesita propiciar las condiciones necesarias para la generación de oportunidades de inversión que a su vez faciliten a las y los hondureños su inserción dentro del concierto de las naciones como un país donde se puede impulsar el crecimiento económico y desarrollo humano; sin necesidad de comprometer la soberanía nacional ni los

sagrados intereses del pueblo hondureño y de manera particular los intereses directos de la población Indígena y Afrohondureña. Deben observarse y tomarse en cuenta las Leyes nacionales y convenios internacionales, el respeto a los derechos humanos, como condición indispensable para impulsar un **Gran Proyecto de Desarrollo Nacional**, que se implemente el derecho a la consulta previa al pueblo hondureño y de manera particular a los pueblos Indígenas y Afrohondureños, razón por la cual nos pronunciamos en contra de las Regiones Especiales de Desarrollo (RED), por errores, limitaciones y excesos jurídicos identificados en su Decreto de creación (Decreto Legislativo nº 283-2010, Gaceta n. 32,443 del 15 de febrero de 2011).

El Gobierno de la República debe esforzarse por crear mecanismos que transformen a Honduras en un País Modelo, mejorando sus niveles de lucha contra la corrupción, los mecanismos de transparencia y auditoría social sobre los recursos provenientes de la recaudación fiscal y los negocios del estado para que puedan financiarse los planes programas y proyectos que viabilicen el derecho al desarrollo humano, a la educación, salud, vivienda, medio ambiente, empleo, acceso a recursos económicos, el respeto a la cultura y costumbres de los pueblos Indígenas, Afrohondureños y del pueblo hondureño en general. Es imperativo para el Estado de Honduras, la implementación de mecanismos que permitan a la población su plena realización humana.

Se deben observar las distintas propuestas que en materia de desarrollo socioeconómico presenten los diferentes sectores que puedan ser convocados para tales efectos por el Gobierno, mediante sus entidades

para propiciar un clima de cohesión social y consenso nacional sobre la forma y estilo de desarrollo que los pueblos y comunidades deseen poner en práctica.

Consideramos que se deben tomar en cuenta las propuestas innovadoras para impulsar el desarrollo nacional basado en las potencialidades marinas costeras y otras iniciativas, una de ellas sería la construcción de un Ferrocarril Interoceánico desde Trujillo – Puerto Castilla, hacia el sur del país. Con este proyecto “Honduras pasaría a ser centro del mundo, por su importancia geoestratégica. Esto ayudaría a modernizar la nación, en todos sus aspectos. Con él, ahorraríamos aproximadamente 8 días- barco-viaje hacia y desde el sudeste asiático- Este Estados Unidos- Europa. Es Viable en todos los sentidos. Honduras pasaría a ser autofinanciable y generaría un cuasi pleno empleo”.

Finalmente manifestamos, que en caso de no observarse las recomendaciones sobre las Regiones Especiales de Desarrollo, ejerceremos el derecho a la movilización ante la posible violación de los derechos humanos del pueblo hondureño a través de la creación y funcionamiento de las Ciudades Modelos, porque los argumentos que sustentan su creación, lesionan los intereses de la colectividad nacional, en ese sentido invitamos a la Corte Suprema de Justicia a ratificar lo resuelto por la Sala de lo Constitucional, respecto a la inconstitucionalidad del Decreto Legislativo No. 283-2010. Dado en el Centro Cultural Satuye, ciudad de La Ceiba, a los ocho días del mes de octubre del año dos mil doce.

Os movimentos sociais, os povos indígenas e os afro-hondurenhos estão em campanha contra o projeto de instalação das cidades modelo, o lema da campanha é: “soberania popular sin ciudades modelos”. As críticas às REDs podem ser assim sistematizadas: I – é uma maneira de entrega do Estado ao poder do capital internacional; II – as grandes corporações exercerão o papel de Estado e de mercado dentro dos novos territórios enfraquecendo o exercício da cidadania; III – a privatização da elaboração das leis, da aplicação da justiça e do recolhimento de impostos pode gerar novos modelos de exploração e de dominação; IV – nada garante que se houver crescimento econômico haverá crescimento social, distribuição de renda e combate à pobreza; V – as REDs são uma forma de violação da soberania nacional e de violência sobre as populações originárias que são donas das terras onde elas são implantadas.

Finalmente, depois de 65 recursos, impetrados por diferentes setores da sociedade, junto a CSJ, arguindo a inconstitucionalidade das REDs e acusando de traição a pátria 126 deputados, o presidente do Congresso Nacional Juan Orlando Hernández e o presidente do país Porfirio Lobo de Sosa, a CSJ pronunciou-se pela inconstitucionalidade do projeto. A declaração de inconstitucionalidade foi obtida como resultado da luta das organizações políticas e sociais, de milhões de pessoas que se integraram ao movimento popular, e pela crise gerada a partir do choque de interesses políticos e econômicos entre os grupos que ocupam o poder em Honduras. Em um manifesto, publicado no dia 21 de outubro de 2012, comemorando a declaração de inconstitucionalidade, o Espaço Refundacional da Frente Nacional de Resistência Popular de Honduras – FNRP afirma o seguinte:

Manifestamos que las ciudades modelo son parte de un plan del capitalismo salvaje expresado en el modelo neoliberal que somete a nuestros pueblos y por lo tanto alertamos desde ya a toda la población hondureña a mantenernos en lucha permanente y llevar a cabo acciones concretas en contra de las más de 370 concesiones mineras que entregan más de 35 000 kilómetros cuadrados de nuestro territorio al capital extranjero en su mayoría canadiense, los proyectos hidroeléctricos que benefician a grupos económicos y políticos confabulados desde el Congreso Nacional, donde se continúan privatizando los servicios públicos, se violentan los derechos laborales y los derechos humanos en general.

Reiterar que la declaratoria de inconstitucionalidad de las ciudades modelo no es producto de la benevolencia de una Corte Suprema de Justicia golpista y corrupta sino una victoria del pueblo en resistencia que una vez más ha dejado de manifiesto que la soberanía no está en venta, que no es objeto de negociación, que la soberanía se protege y se defiende.

Aqui fica claro que sem um processo de resistência não haverá vitória contra o atual padrão mundial de poder, que essa vitória dos povos hondurenhos é um bom exemplo para o resto do continente, pois as empresas transnacionais que querem usurpar nossos bens naturais são sempre as mesmas, como as canadenses, que exploram os minérios em Honduras, e estão explorando os minérios na região do Xingu, no Brasil.

Brasil: A Resistência Que o Governo Tenta Abafar

No que pese o Brasil ter conseguido durante o governo Lula uma projeção positiva na mídia internacional como um país emergente, a ponto de o presidente estadunidense [Barack Obama] ter dito que Lula era “o cara”; no que pese, ainda, o fato de o governo gozar de prestígio político por explorar de forma competente o fato de ter oportunizado mecanismos que permitiram que milhões de pessoas saíssem da condição de miséria para pobreza, com acesso a certo grau de consumo, e, embora isso seja um grande feito, o governo manipula a realidade dizendo que esses miseráveis se tornaram classe média por estarem na faixa de renda mensal entre 291 a 1.019 reais. Não obstante esses dois fenômenos, paradoxalmente, o governo petista de Lula e Dilma permite facilitar a criação de condições para que o capital nacional e transnacional possa explorar nossos recursos naturais [hídricos, terras, litoral, minérios e toda biodiversidade] impondo um processo de reconcentração de terras e a destruição do modo de vida e de ser dos nossos povos originários, camponeses, pescadores e quilombolas.

Em nossa epocalidade, ou seja, no Brasil do século XXI, as ameaças aos nossos bens naturais são praticadas pelos aliados do governo que se articulam em torno da Frente Parlamentar Agropecuária, mais conhecida por “bancada ruralista”. Essa frente é formada por representantes de latifundiários, usineiros, plantadores de soja, mineradores, criadores de gado, donos de madeiras e de indústrias extrativistas, e são eleitos por vários partidos (PMDB, PP, DEM, PSD, PR, PTB, PDT, PPS, PSDB). A aliança do governo petista com a bancada ruralista, embora crie paradoxos, não

é uma contradição em essência, mas uma complementação necessária, pois as ações da bancada ruralista dão sustentação econômica ao projeto neodesenvolvimentista implantado pelo governo Lula. O governo petista fez opção por um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, na reprimarização da economia e na exportação de *commodities*. A bancada ruralista, como aliada estruturante desse projeto, controla dois ministérios importantes, cujas políticas implantadas rivalizam com os interesses de camponeses, povos indígenas e quilombolas: o Ministério da Agricultura e o de Minas e Energia.

É reconhecido por toda sociedade que, durante o governo Lula, setores pobres da sociedade ampliaram sua capacidade de consumo e obtiveram alguns avanços nas políticas de assistência social, mas o PT não vai além de uma política de negação das políticas neoliberais, pois não tem mostrado disposição para sinalizar com políticas anticapitalistas, seu projeto neodesenvolvimentista é um projeto de conciliação de classes. Segundo o editorial do jornal *Brasil de Fato* (edição de 18 a 24 de outubro de 2012), o neodesenvolvimentismo petista:

não é uma alternativa de natureza popular e não dissemina valores e posições históricas da esquerda, como a defesa da soberania nacional e a necessidade de efetivarmos mudanças estruturais na sociedade como a reforma agrária, tributária, urbana e outras. Portanto, o neodesenvolvimentismo não educa politicamente as massas para um projeto pautado nesse conjunto de reformas de natureza nacional, democrática e popular que dão conteúdo à esquerda

As Ameaças do Projeto de Neodesenvolvimento do Governo Petista

Entre as vitórias alcançadas pela Frente Parlamentar Agropecuária contra os camponeses, povos originários e quilombolas, durante o governo petista, podemos citar os mais importantes em termos estruturais e de impactos negativos para o meio ambiente e para os direitos humanos.

- I – A aprovação da Lei de Biossegurança ou Lei dos Transgênicos, aprovada em 2005, permitiu que o país produzisse sementes e comercializasse produtos transgênicos. Antes da sua aprovação, o governo já havia liberado, por meio de Medidas Provisórias (de números 113, 131 e 223) autorização para que fazendeiros plantassem soja transgênica no país. A soja é o principal produto de exportação do Brasil e, por falta de uma política industrial, contribui para o equilíbrio da balança comercial, e um dos maiores produtores é a multinacional Monsanto. Priorizar o equilíbrio da balança comercial com produção de monoculturas [produtos primários que não agregam valor] é um dos elementos que integram o projeto desenvolvimentista e de governabilidade, uma vez que o governo petista tem os ruralistas como aliados. Um aliado que tem mais iniciativa e agressividade na defesa de seus interesses do que o próprio governo. Uma lembrança importante é a de que, quando não era governo, o PT apoiava e participava da campanha da sociedade civil contra os transgênicos, uma campanha cujo slogan era “por um Brasil livre de transgênicos”.

- II – A aprovação do novo Código Florestal publicado no Diário Oficial em 18.10.2012, com nove vetos por parte da presidenta Dilma. A presidenta não cedeu às pressões da sociedade civil, de ambientalistas e artistas que, em campanha pelo veto total, suplicavam “veta Dilma”. Todavia, os vetos parciais deixaram os ruralistas inconformados e ameaçando recorrer através de algumas medidas para reverter os vetos. Tudo isso demonstra que esses aliados do governo não têm medo de enfrentar o governo, e que a aliança só serve para o governo ter o apoio deles naquilo que não os afeta diretamente em seus interesses, mas quando seus interesses são ameaçados, eles derrotam o governo. O governo petista, ao abandonar os movimentos indígenas, sem-terra e quilombolas, ao cooptar o movimento sindicalista (urbanos e os rurais ligados à Contag) e partes de ONGs, para se aliar com os ruralistas, acabou ficando refém de uma agenda que vem levando o governo para uma política de desenvolvimento conservadora.
- III – Aprovação da proposta de Emenda Constitucional – PEC - 215/2000, de autoria do deputado Almir Sá [PPB-RR], na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Federal no dia 21.3.2012. A PEC altera os artigos 49, 225 e 231 da Constituição Federal permitindo colocar, como competência exclusiva do Congresso, a aprovação da demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e quilombolas; na Constituição atual, a competência é do poder Executivo. Assim, abre-se o caminho para a ampliação e o acesso de usineiros, mineradores, latifundiários, empresas nacionais e transnacionais para acumularem terras indígenas e

quilombolas no país. A PEC 215, se aprovada pelo Congresso, acelerará o processo de reconcentração de terras em curso no país. A Articulação dos Povos indígenas do Brasil – APIB é radicalmente contrária à aprovação da PEC-215 e vem se movimentando contra sua continuidade de tramitação no Congresso.

Em uma entrevista¹⁵¹ concedida por Cleber Buzatto, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, ao Instituto Humanas Unisinos, que é informado das 1.046 áreas de terras indígenas no país, apenas 363 estão regulamentadas, 335 encontram-se em alguma fase do processo de demarcação e 348 são reivindicadas por povos indígenas do país. A aprovação final da PEC-215 no Congresso paralisará o processo moroso de demarcação dessas terras. A PEC- 215, como se pode analisar, é uma medida que se soma a opção de desenvolvimento petista que tem uma clara opção pelo agronegócio - que controla toda cadeia de produção, comercialização e exploração - em detrimento de um modelo focado na agricultura familiar e na proteção de nossa biodiversidade e dos povos que dela tiram sua sobrevivência.

259

IV – Resgate e encaminhamento acelerado do Projeto de Lei 1610/96, que tramita no Congresso Nacional e tem como objetivo regulamentar a exploração de recursos minerais em terras indígenas. O PL 1610 reforça o desenvolvimentismo agroextrativista exportador através da concentração de terras e de capital em poucas mãos. Se for aprovado, qualquer empresa poderá requerer ao Departamento Nacional de Pro-

¹⁵¹ Entrevista realizada em 10.04.2012, Disponível em: <http://www.ihu.br/entrevistas>, Acesso em 20.12.2012.

duto Mineral [DNPM] o direito de minerar em qualquer terra indígena do país.

As Ameaças Que Vêm do PAC

Além das ameaças e violações sob diversas modalidades contra os direitos culturais, econômicos, patrimoniais e sociais dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, num descarado processo de desconfiguração da Constituição Cidadã de 1988, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC¹⁵², iniciado no governo Lula e continuado no governo Dilma, tem como maior obra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, no estado do Pará. Dimensionada para ser a terceira maior do mundo [a primeira é a de Garganta Profunda, em construção na China; a segunda é a binacional Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai], tem previsão para entrar em operação em 2015 e motorização total até 2019.

Argumenta o governo que a construção da usina contribuirá para: i – geração de energia para garantir o ciclo de desenvolvimento do país; ii – criação de empregos e geração de renda; iii – melhora da qualidade de vida da região. Em um comunicado do Ministério do Planejamento [de 7.10.2011, publicado no Portal Brasil], a ministra do Planejamento, Mirian Belchior, afirmou que a hidrelétrica de Belo Monte irá seguir um novo modelo de implantação: vai garantir os direitos da população afetada, diminuir os impactos socio-

¹⁵² O PAC tem em vista a implantação de obras de infraestrutura em setores estratégicos de desenvolvimento: transporte [estradas, ferrovias, portos, aeroportos], geração de energia [elétrica, eólica, bicombustível]. O programa financia e apoia empresas da agroindústria, do agronegócio, empreiteiras da construção civil [como a Delta, envolvida no esquema de corrupção que objetivou a CPI de Carlos Cachoeira], empresas que constroem hidrelétricas e barragens, mineradoras, entre outras.

ambientais e construir uma perspectiva de desenvolvimento regional sustentável.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte está sendo realizada através do sistema de parceria público-privada. O Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM é formado por dez empresas de construção pesada do país (Andrade Gutierrez, Camargo Correia, Odebrechet, Queiroz Galvão, OAS, Contern, Galvão, Serveng, J. Malucell e Cetenco), venceu o leilão de abril de 2010 e foi contratado pela Empresa Norte Energia S.A. (NESSA). Por meio deste empreendimento, o governo pretende acrescentar cerca de 11 mil megawatts (mw) de capacidade instalada na matriz energética nacional; a de usina Itaipu binacional tem 14 mw de potência. Segundo o Ministério das Minas e Energia (2011), o Brasil precisa construir Belo Monte

para alcançar as metas de crescimento anual de 5% do PIB nos próximos 10 anos, bem como de erradicação da pobreza e melhor distribuição de renda, o país precisa instalar, a cada ano, cerca de 5.000 MW de capacidade adicional.

Movimentos sociais e lideranças indígenas da região do Xingu afirmam que os impactos socioambientais não foram satisfatoriamente esclarecidos e suficientemente dimensionados. No Estudo de Impacto Ambiental – EIA e no Relatório de Impacto Ambiental – RIMA de Belo Monte [AHE, 2009], na parte que trata dos direitos minerários na região de Volta Grande do Xingu, consta que já existem dezoito requerimentos de empresas mineradoras solicitando autorização para fazerem pesquisas¹⁵³, além de existirem sete empresas com autorização de pesquisa e uma empresa com concessão para extração de

¹⁵³ Pesquisa mineral é a fase que visa descobrir e estudar em detalhes as jazidas.

estanho. As terras indígenas¹⁵⁴ têm 773.000 hectares delimitados, desse total, 63%, ou seja, 496,373 hectares são alvo de interesses das empresas mineradoras [Companhia Vale do Rio Doce, Samaúna Exploração e Importação, Joel de Souza Pinho, Mineração Capoeira, Mineração Guariba, Mineração Mayara e outras]. Nos últimos anos, foram descobertas na região do Xingu jazidas de bauxita, caulim, manganês, ouro, urânio, diamante, fósforo, fosfato, cassiterita, cobre, níquel e nóbio. Daí o grande interesse na aprovação do PL-1610/96. Para ambientalistas e povos da região, a construção da usina é uma forma de acelerar a mineração nas terras indígenas e em áreas que a circundam, principalmente em Volta Grande, trecho de mais de 100 km que vai secar com o desvio das águas do Rio Xingu.

A empresa transnacional canadense Belo Sun Mining Corporate, cuja subsidiária brasileira é a Belo Sun Mineração Limitada, pertencentes ao grupo Forbes & Manhattan Inc, um banco mercantil de capital privado voltado para projetos de mineração em todo mundo, apresentou um projeto de exploração mineral em Volta Grande onde pretende investir US\$ 1.076.724,000,00 em mineração de ouro. Os impactos ambientais desse projeto sobre a biodiversidade vão desde o assoreamento dos cursos das águas e poluição das águas superficiais e subterrâneas até a destruição do modo de vida das comunidades indígenas da região. A empresa Belo Sun já conseguiu, não se sabe por que meios, o direito de mineração e exploração de 130.541 hectares, ou seja, 1.305 km² (MONTEIRO, 2002, p. 5).

No Plano Nacional de Mineração [2030] PNM do Ministério das Minas e Energia, a mineração é colocada como um setor estratégico do modelo de desenvolvimento econômico

¹⁵⁴ Somente na área de aproveitamento hidrelétrico da usina, sem contar com o entorno, serão atingidos os seguintes povos indígenas: Juruna, Xikrin do Bacasa, Arara, Asurini do Xingu, Kararaô, Arawetè, Pararanã.

do Brasil. O PNM afirma que a demanda de bens minerais deverá crescer nos países emergentes, provocando uma pressão cada vez maior para o uso e ocupação dos solos, e cabe ao país diminuir os entraves [as unidades de conservação, as terras indígenas, as terras de quilombolas e áreas de reforma agrária] e as restrições legais à expansão da atividade mineral. Esse tipo de pensamento, que é uma ameaça a nossa soberania e a segurança de nossos bens comuns [água, terra e a biodiversidade], já foi expresso pelo ex-presidente Lula, quando da inauguração de uma usina de biodiesel no Mato Grosso, em 21.11.2006, ao comentar a necessidade de crescimento econômico no país, classificou de entraves ao desenvolvimento algumas das questões sociais, Lula foi claro:

entraves que eu tenho com o meio ambiente, todos os entraves com o Ministério Público, todos os entraves com a questão dos Quilombolas, com a questão dos índios brasileiros.

263

Para eliminar os entraves, o próprio governo reconhece que enfrentará conflitos, mas o PNM-2030, na página 78, destaca:

os conflitos diminuem, sobretudo após a progressiva eliminação, pelo próprio mercado, de empresas que não se adaptam aos novos padrões de sustentabilidade exigidos pelas leis nacionais e pactuados internacionalmente, por convenções e tratados.

Apostar no mercado como regulador de conflitos entre os interesses dos povos indígenas do Xingu e grandes transnacionais, além de covardia, esclarece e escancara a visão neoliberal do governo. Diante dos interesses do grande capital em jogo na região do Xingu, não é sem motivo que as resistências são abafadas e tratadas como entraves ao desenvolvimento, mas desenvolvimento para quem? Desenvolvimento a que preço?

Conclusões

Quando interpelamos a história recente da América Latina, constatamos que é permeada por diferentes processos que provocaram profundas mudanças, mas que, ao mesmo tempo, ainda conserva e renova parte das velhas estruturas e práticas políticas fazendo com que tenhamos múltiplos cenários cujos conteúdos revelam novas formas de dominação e novos atores políticos. A insurgência dos povos originários contra as tentativas renovadas do capitalismo em ampliar o seu eterno movimento de acumulação só comprova que, na América Latina, existem múltiplas forças produtivas, cuja cegueira dos que embarcaram numa visão neodesenvolvimentista, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil, que abdicou de sua origem socialista para se tornar um partido administrador dos interesses capitalistas, não percebem.

264

Em nossa epocalidade, estamos vivendo a conjunção de uma crise estrutural do capitalismo e uma crise de civilização, e, na América Latina, o processo de interação conflituoso de interesses alimenta a resistência dos povos, fenômeno que classificamos como giro ou virada descolonial. Trata-se de um movimento de resistência contra as crises que não foram criadas pelos povos, mas que fazem deles as vítimas da dominação, exploração e das consequências nefastas produzidas pelas relações sociais e culturais que são formatadas à imagem do mercado, fazendo com que os povos indígenas, afrodescendentes e camponeses se tornem coisas sem valor de uso e de troca, ou seja, lixo descartável que não pode ser reciclado. Povos que já haviam sido condenados a viver no precariado, em virtude de um longo processo de empobrecimento imposto pelo interesse do capital, agora enfrentam

a ameaça de se tornarem desvinculados de suas terras e de seus bens, de se tornarem nômades, de verem seu modo de vida ser tratado como entrave ao desenvolvimento ou de terem como opção de desespero o suicídio coletivo, como a comunidade indígena Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul [Brasil], que depois de perder suas terras para fazendeiros e ser obrigada por ordem da Justiça Federal a deixar as terras onde se abrigava, mesmo passando fome e privações, no dia 11 de outubro de 2012, lançou uma carta às autoridades e ao público cujo final é o seguinte:

sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção, esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai - MS.

A resistência dos povos originários, movimentos sociais e afrodescendentes, esse giro descolonial que compõe a realidade de enfrentamento do padrão de poder mundial tanto em Honduras como no Brasil, e que é comum em toda América Latina e Caribe, faz parte da luta contra a reconfiguração do processo permanente de reprodução do capital. O referencial teórico que utilizamos permite entender que o atual bloco imperial tem, como um de seus sustentáculos de exploração, as riquezas naturais [água, terra, minérios e toda a biodiversidade] em posse de coletividades que vêm enfrentando um processo secular de colo-

nização, colonialidade do poder, empobrecimento material e desrespeito aos seus direitos.

Nas informações qualificadas que articulamos, no mundo da facticidade dos conflitos em Honduras e no Brasil, podemos visualizar o agir instrumental do atual padrão de poder mundial que impera pelo rótulo da globalização celebratória, um agir de forma perversa com a ajuda da estrutura do Estado e dos governos locais. Podemos, ainda, perceber de forma nítida que, sem a ajuda do Estado na promoção da desregulamentação dos mercados, na desconfiguração constitucional, no uso da violência física e simbólica, o padrão mundial de poder, que atende aos interesses do bloco imperial globalizado, não se efetivaria. Daí a tristeza com o governo petista que virou um agente da administração da ordem capitalista que, mesmo que continue com uma forte blindagem de partido compromissado com os trabalhadores em função da implantação de uma política de valorização salarial, do programa Bolsa Família e do acesso a crédito para consumo, que dinamiza o setor do capital comercial e de serviços, cria uma demanda de consumo que mascara a política de desmonte e de entrega das nossas riquezas naturais ao capital nacional e ao transacional.

Bem, se o tempo é o senhor da história, como diz Francis Bacon, o tempo da América Latina é de resistência ao padrão de poder mundial, que chega como colonialidade de poder até nas nossas relações mais íntimas. E é na resistência, é não se rendendo ao discurso mais fácil e ao simulacro da política, que afirmamos a construção da liberdade e de um outro mundo em nosso tempo presente.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Plano Nacional de Mineração 2030 [PNM -2030]: Geologia, Mineração e Transformação Mineral*. Brasília, 2010.

_____. Ministério das Minas e Energia, *Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: fatos e dados*. Brasília, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). *El Giro Descolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Gogotá: Siglo Del Hombre Editores, 2007.

DIARIO EL HERALDO, *Tropicalizamos la ideia de las ciudades modelo*. Tegucigalpa, 12 de setembro de 2012.

APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO BELO MONTE-AHE. *Estudos de Impacto Ambiental [EIA] e Relatório de Impacto Ambiental [RIMA]*, p. 103 a 113. Componente Indígena, Processo IBAMA n.º 02001.001848/2006-75, abril de 2009.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Leituras da UFF – Dossiê Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro: n. 34, p. 287-324, 2008.

MONTEIRO, Telma. *Por trás de Belo Monte, o oro?* [s.l.: s.n.]. (postado in: Outras Mídias).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

VALLIS, Victor. Para além do capitalismo verde.
In:_____. *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo:
Outras Expressões, 2012.

Capítulo 8

MOVIMENTOS SOCIAIS: ESPAÇOS DE DISPUTAS POLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA

Adelita Neto Carleial¹⁵⁵

O que move este estudo é a necessidade de discutir as dificuldades analíticas do conceito de *movimentos sociais*, para interpretar a agitação política na América Latina, e propor saídas epistemológicas para o uso contextualizado desse conceito. Trata-se de um texto crítico ao pensamento sociológico dominante que afirma e reforça o conceito de *movimentos sociais* como categoria totalizadora.

Inicia-se com uma discussão sobre sociedade civil apoiando-se em Giner (1996), Acanda (2006), Dagino *et al* (2006), para situar os *movimentos sociais* no campo de sua atuação e confronto com seus opositores.

Ao longo do texto aparecem os argumentos sobre pontos em que o conceito de *movimentos sociais* é questionável sob a ótica de sua capacidade analítica acerca da complexidade social e das novidades históricas.

O fio que conduz a análise consolida a ideia de sociedade civil como espaço da produção e reprodução dos *movimentos sociais* e de suas relações com o Estado.

Incursiona-se pela América Latina em seus traços políticos para evidenciar geograficamente o interesse em analisar esse

¹⁵⁵ Adelita Neto Carleial – Mestra em Sociologia pela Universidade Autônoma do México, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, professora do curso de Ciências Sociais da UECE e membro da Rede de Pesquisadores Universitários sobre a América Latina – Rupal.

fenômeno circunscrito e explicável pela região. Faz-se uma contextualização sobre a situação política latino-americana, evidenciando as razões pelas quais se impulsionam as ações coletivas de protesto em defesa de interesses e no combate ao Estado ausente e conservador. Daí, se começa a questionar as interpretações acerca dos *movimentos sociais* predominantes nas Ciências Sociais, antes vigorosas e atualmente limitadas, diante da diversidade social contemporânea.

O texto avança na perspectiva de apontar as inquietações de sua autora sobre usos e desusos do conceito de *movimentos sociais* tendo em vista os limites epistemológicos observados. A análise caminha para apresentar propostas metodológicas de interpretação dos *movimentos sociais* e termina por propor alternativas analíticas que ampliem as possibilidades de interpretação do que ocorre no confronto entre a sociedade civil e o Estado na América Latina.

Sociedade Civil, Hegemonia e *Movimentos Sociais*

O percurso teórico para entender e interpretar os *movimentos sociais* passa pela noção de sociedade civil, porque é o *locus* da atuação dos movimentos, espaço onde ocorrem organicamente as relações sociais entre esfera pública e esfera privada da vida social.

Giner (1996) situa o conceito de sociedade civil dentro de quatro concepções clássicas resultantes de amplo caminho que vem desde os escritos antigos de Aristóteles, S. Tomás de Aquino e Santo Agostinho, que já trataram sobre o tema.

A primeira, concepção teórica liberal pioneira entendia a sociedade civil como a comunhão dos cidadãos unidos por seus interesses em uma conjugação de forças pacíficas para a

obtenção de seus objetivos, tendo a instituição Estado como guardião desses indivíduos. Noção não claramente definida nem aceita universalmente, sociedade civil foi uma ideia que constou das atenções de Locke, no século XVII, de Rousseau e Ferguson, no século XVIII. Simplificando, a sociedade civil era caracterizada como situação civilizada em oposição à natureza, como, também, contraste entre estado bruto e estado racional.

Esse pensamento liberal originário dos primórdios do conceito de sociedade civil defendia uma condição de civismo relativo. Os herdeiros dessa corrente filosófica seguiram a mesma linha, ampliando suas preocupações para o confronto entre as obrigações sociais e os interesses pessoais e particulares, numa ordem competitiva e plural.

A segunda concepção apresentada por Giner seria a hegeliana, no século XIX, herdeira da corrente liberal primogênita, que teorizou sobre a relação entre essas duas entidades, sociedade civil e Estado, numa perspectiva que conciliava individualismo liberal e civilização burguesa. O indivíduo, para Hegel, tinha direito à privacidade dentro de uma ordem social harmônica, cujo centro era o Estado. Os indivíduos seriam formadores da sociedade civil, instância da subjetividade, das necessidades e da cidadania. O Estado coordenaria objetiva e universalmente a sociedade civil, identificado com a nação ou pátria. O Estado seria a virtude da vida política, a razão absoluta e inquestionável.

A terceira via analítica, a teoria marxista, no século XIX, entenderia a sociedade como burguesa e formada por classes sociais. Classes antagônicas baseadas na exploração de uma classe por outra. A classe dominante, burguesa, manteria seu poder pelo Estado que a representava e que sustentava a reprodução do modo de produção capitalista que mantinha

essa estrutura classista. Para Marx, o Estado e todas as manifestações da superestrutura eram determinados pela vida material, pela base econômica, pela produção e reprodução do Capital. Assim, não haveria uma separação entre Estado e sociedade porque o Estado era uma esfera superestrutural, uma instância classista inseparável da sociedade civil que, por sua vez, seria o âmbito da concorrência, universo da exploração e da miséria moral. A sociedade civil seria a base da vida material determinante do Estado, administrador político moderno, porém incapaz e impotente para controlar a primazia do econômico.

A quarta interpretação teórica mencionada por Giner, a gramsciana, no século XX, revigorou essa discussão marxista sobre a sociedade civil incluindo a dimensão da hegemonia, como dominação doutrinadora, educadora e ideologicamente fomentada para que houvesse consenso e aceitação das desigualdades sociais pelas classes subalternas. Sem romper com a concepção de classes sociais de Marx, Gramsci entendia hegemonia como dominação indireta, exercida pelas instituições que dão direção intelectual e moral ao conjunto da sociedade, precisando ou não de violência direta. Essa interpretação tomaria vulto com o fortalecimento da participação política, da ação coletiva de protesto, das influências de partidos, universidades, interferências religiosas no seio da sociedade civil em oposição ou pela manutenção política do domínio das classes hegemônicas.

Essa síntese das contribuições teóricas feita por Giner serviu para que ele afirmasse que o conceito de sociedade civil é divergente entre as diferentes acepções teóricas, além de ser impreciso e borrado, evidenciando a dificuldade em identificar as distinções entre o público e o privado, que

deperderiam da natureza da sociedade que se analisa. Apresenta, então, uma interpretação weberiana de tipo ideal de sociedade civil cujas características estariam assentadas em: individualismo, privacidade, mercado, pluralismo e classe. Então, conceitua:

[...] a sociedade civil pode definir-se como aquela esfera historicamente constituída de direitos individuais, liberdades e associações voluntárias, cuja autonomia e competição mútua na perseguição de seus interesses e intenções privadas ficam garantidas por uma instituição pública, chamada Estado, a qual se abstém de intervir politicamente na vida interna de tal âmbito de atividades humanas. (p.130-131).

Tal conceito de sociedade civil defendido por Giner não satisfaz a opção teórica e metodológica deste trabalho porque reforça a ideia de separação e de superioridade do Estado sobre a sociedade civil, não prevê contradições de classe nem desigualdades sociais, e isso, efetivamente, não corresponde ao pensamento da autora.

Acanda (2006) propõe conceito mais substancial em relação ao conhecimento sobre a realidade social. Este autor reconhece, na teoria marxista, que o conceito de sociedade civil tem fundamento na economia política, que supera a noção que o vincula apenas à ética e a política e o situa nas relações intersociais, no campo da organização da divisão do trabalho, das necessidades e subjetividades humanas. Nessa concepção, a sociedade civil relaciona-se com o Estado de forma orgânica e interdependente. Nessa relação, o Estado não poderia emancipar os indivíduos porque ele seria a própria expressão da alienação. Marx discutiu essa alienação

que o Estado representa e mistifica, daí a proposta que faz de extinção gradual e progressiva do Estado como possibilidade de emancipação da sociedade.

Acanda, ao adotar a teoria marxista sobre a sociedade civil em sua relação dialética com o Estado, reforça Gramsci concordando com a adoção do conceito de hegemonia, essencial no pensamento gramsciano. Hegemonia que funciona nos mecanismos da Cultura, no plano dos reforços ideológicos, nas transmissões educacionais de formação cidadã.

Essa discussão sobre sociedade civil é pertinente aos objetivos deste texto, no sentido de situar o campo de atuação dos movimentos que são gestados na sociedade civil e disputam espaços e perspectivas políticas com o Estado, representado na sociedade política.

274

Aceitando esse viés gramsciano, pode-se dizer que os *movimentos sociais* agem na esfera das individualidades, sem desprezar o ser social, no campo dos interesses, fundamentados na economia política. Os *movimentos sociais* seriam formas de contestação da divisão do trabalho e da organização da sociedade, maneiras de expressar insatisfações e subjetividades desses sujeitos desgostosos do modo como as classes hegemônicas mantêm sua dominação. São protestos contra-hegemônicos, com propostas para inovar a organização social, sob novo formato de sistema de regras e normas.

Portanto, o conceito de *movimentos sociais* é re-significado aqui na perspectiva de ações coletivas populares, contemporâneas, vinculadas ao campo do trabalho em oposição ao Capital, gestadas na sociedade civil de natureza contra-hegemônica. Esta definição situa esse conceito em um campo específico, preciso, que evita as ambiguidades e a atual generalidade mascaradora do conceito que domina o pensamento

social da academia brasileira. Trata-se, assim, de um conceito de forte teor e significado político, pois lida com o poder.

Disputas Entre *Movimentos Sociais* e o Estado na América Latina Contemporânea

É comum encontrar em pesquisas recentes a ideia de que, na América Latina, as lutas e resistências do campo do trabalho em oposição ao Capital vão encontrar no Estado seu maior opositor (CARLEIAL, 2006, 2012; CARLEIAL, ESPINOSA, 2009, 2010).

Esse Estado contra o qual combatem os *movimentos sociais* latino-americanos, diz Lúcio Oliver Costilla (2009) é o Estado ampliado que, no Brasil e México, logrou no século XX consolidar e administrar um capitalismo moderno com instituições públicas e relações políticas legitimadas na sociedade.

Essa sociedade moderna contemporânea, entretanto, no que se refere ao contexto sociopolítico na América Latina caracteriza-se pela exacerbação das contradições, do fetiche, do espetáculo, da virtualidade da vida o mesmo tempo em que a vida real aumenta a demanda por cidadania.

A luta por cidadania implica em demanda por direitos circunscrita à sociedade civil. Ao mesmo tempo em que parte da população tem acesso ao mundo tecnológico e informatizado que incorpora novas formas de convivência e de perspectivas futuras, persistem grandes desigualdades que beiram ao atraso histórico das classes trabalhadoras ainda empobrecidas.

Entende-se cidadania como uma condição social, gestada coletivamente para ser exercida em grupo em situação de igualdade de convivência, portanto, colide com a ideia de desigualdades sociais e se aproxima da ideia de democracia.

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) apresentam uma nova possibilidade de interpretar a conjuntura latino-americana. Argumentam que o pensamento social deve se adaptar aos novos ares da região caracterizados por: “consolidação da democracia eleitoral em toda a América Latina.” (p.13), acompanhada pela “magnitude da decepção cidadã em relação ao rendimento das democracias realmente existentes”, isto é, “profunda insatisfação com os resultados dessas democracias em termos de justiça social, eficácia governamental e inclusão política.” (p.13), ao mesmo tempo em que se desenvolvem experiências de projetos democráticos participativos paralelos a execução de políticas neoliberais de privatizações de setores públicos, justificadas pelo Estado pelo discurso de revalorização da sociedade civil (p.14).

276

Esses autores corroboram a tendência teórica que nega a separação da sociedade civil da sociedade política, o que corresponde com a vertente deste texto. Nem concordam com o peso da bondade de ações sociais aprisionadas na esfera da sociedade civil e da ruindade absoluta atribuída ao Estado. Propõem uma articulação entre essas duas esferas da vida social que dialogam e trocam projetos políticos que confirmam a dinâmica da região.

Nessa mesma linha de pensamento, que percebe que as disputas implicam em transformações em ambos os lados da relação, este texto mira os *movimentos sociais* como sendo essa corrente que transmite energia que transforma a sociedade política com suas ações afirmativas e de protesto. No caso dos autores recém-mencionados, o viés é outro, seriam os projetos políticos, que circulam na sociedade como um todo, a força motriz transformadora.

Por outra ótica, Cotler (1996) fala que entender os *movimientos sociales* no final do século XX na América Latina deveria passar pelo entendimento das transformações do Estado na região e das formas de integração desses Estados que multiplicam ações contra a pobreza dentro do marco do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se solidifica o poder dominante. Entretanto, esse autor chega a conclusão discordante com a autora deste texto ao afirmar que as reeleições governamentais provariam que

este debilitamiento y desprestigio de los actores sociales arrastró también a la política en general constituyendo o configurando esse cuadro que conocemos y que es casi mundial de la anti-política. (p. 17).

Para esse autor

[...] lo que se observa cada vez más es la simultaneidad, de un lado, del debilitamiento de los actores sociales, de eso que llamamos sociedad civil, y por el outro lado la formulación de nuevas avenidas, de nuevas manifestaciones que nos llaman la atención, y que son cercanas a manifestaciones muy efectivas de desintegración social. (p. 17).

277

Contrariando Cotler, não se parte da premissa da desintegração social, mas da compreensão que a dinâmica social é contraditória, por isso, percebe-se tanto fragilidades como ocorrências revigoradas de ações coletivas de protesto agindo como fator inibidor do conservadorismo do Estado na região.

O caleidoscópio político latino-americano, no século XXI, mostra mudanças no perfil da sociedade política, com a ocorrência de diferentes governos, tais como: aqueles de esquerda adaptada e acomodada ao crescimento econômico; outros nitidamente populares de enfrentamento da ordem

capitalista; e, ainda, alguns que se reorganizam ao modelo tipicamente conservador da acumulação capitalista.

Esses tipos de governo vão se explicar, na região, pelas características da produção e reprodução do Capital. Por isso, economias se relacionam de forma subordinada umas às outras com poucos países com força possível de dirigir a economia regional, daí os conflitos e contradições intrarregionais, com intervenções dominantes e outras dependentes nessa rede econômica de mercado.

O século XXI na América Latina está sendo de certas oportunidades e avanços políticos associados ao aumento da acumulação capitalista, promovida pela mão administrativa do Estado.

Corsi (2009) vai instrumentalizar a análise com a crítica sobre a crise estrutural que irrompeu no ano 2007 conhecida como estouro da bolha especulativa de títulos imobiliários estadunidenses, que colocou em dúvida a permanência da dominação hegemônica daquele país sobre o resto do mundo. O desdobramento da crise financeira e econômica no centro mais dinâmico do capitalismo global desencadeou ondas de desemprego, quedas produtivas e de investimentos, tendendo a ampliar o mercado latino-americano para o eixo da expansão capitalista asiática.

Lander (2012) amplia essa perspectiva analítica ao falar sobre crise planetária, decadência da civilização democrática global no século XXI. Analisa o poderio militar estadunidense como vetor de guerras permanentes mantendo os EUA, ainda, no topo do poder mundial, em tempos de crise estrutural. Trata-se, segundo ele, de uma crise civilizatória, caracterizada pelo divórcio entre capitalismo e democracia, daí a dominação que se conhece, capitalista e ocidental, estar

numa progressiva perda de plena hegemonia, pois outros países assumem ou tendem a assumir a liderança como a China, Índia e Rússia.

As lutas e resistências populares, no campo do trabalho em oposição ao Capital, encontram esse contexto social para se opor, incluindo em sua história grupos até então imobilizados. Fica reforçado o lado da luta com a incorporação dos Indignados, dos Sem-Teto, e dos inúmeros grupos sociais desprotegidos pelo Estado e pela economia.

Nesse sentido, Corral (2006) fundamenta seu pensamento na ideia de que, no ato de se opor, lutar contra, portanto, de resistir, está a contradição, barro da natureza humana. Esse autor discute que o termo resistência tem aplicações múltiplas, na geografia, psicologia, filosofia, em âmbito socio-político, antropológico etc. O importante é que, ao resistir o indivíduo em relação social, vai se constituindo como ser social. A essência da resistência não é de governar e lutar contra mudanças no *status quo*, mas lutar pelo poder e, portanto, contra a dominação.

A resistência como processo histórico na América Latina tem mais de 500 anos de oposição aos invasores, golpes militares, desmandos, exemplificados nos casos das lutas dos povos originários, indígenas, e de democratas no Chile, Guatemala, México, Brasil, para citar alguns países onde isso ocorreu e ocorre. É nesse sentido que Corral (2006) entra em sintonia com o pensamento da autora deste texto, que defende os *movimentos sociais* como ações coletivas latino-americanas de resistência.

O resultado dessa resistência contra a dominação hegemônica tem interpretações diversas. Por exemplo, Ogarrío (2006) sustenta que, nos anos 2000, ocorreu na América Latina a assimilação da democracia por forças sociais mais

autoritárias e conservadoras. Esse autor dialoga com Lander quando afirma que se está configurando uma nova era em que a democracia se adapta a um horizonte de dominação, exploração e organização política autoritária. Seriam, então, Estados latino-americanos e “sistemas políticos autoritários com traços de democracia restringida.” (p.18).

As transformações verificadas na região se limitaram a democracia eleitoral, a direitos políticos básicos, a organização política e ao voto. As eleições, então, seriam o foco dos partidos políticos, como se fora sistema único de democratização. Assim, a centralidade da ação partidária estaria nos partidos políticos, havendo manipulações da participação cidadã e integração à institucionalidade política. O receio de Ogarrio estaria em que poderia haver legítimos governos conservadores, sendo o Estado o principal gestor da globalização econômica, que imporia certa democracia sob o imperialismo estadunidense. Enfim, argumenta que a região passa por um período de democracia conservadora porque tem dimensão puramente eleitoral, estando ainda vinculada ao fenômeno do imperialismo estadunidense contemporâneo e a uma governabilidade repressiva.

Desse ponto de vista da democracia restringida, contraditoriamente, tem-se certas conquistas do exercício da cidadania, no Brasil, Argentina e Uruguai, como a recuperação de memórias sobre regimes militares e seus opositores, e a luta pela anistia. Recentemente, há exemplos nesses países de julgamento de torturadores e ditadores, desculpas do Estado aos ex-presos políticos, abertura de arquivos das ditaduras, julgamentos de corrupção dos representantes do Estado, participação em planejamento e orçamentos participativos, conselhos populares de gestão, defesa de alguns interesses

nacionais pelos governos no enfrentamento a outros governos, e outros inúmeros exemplos poderiam se seguir nessa linha de uma gestão pública de acordo com os ares do século XXI de mais abertura política e democrática.

Convém discutir os limites dessa democratização na região, onde os avanços políticos entendidos como participação em partidos políticos e a universalização do voto compõem o que se considera como liberdades políticas, estando excluída do processo de democratização a economia e seus benefícios para a maioria da população.

Entretanto, a ligação entre democracia e cidadania é visceral. Argumenta Vásquez (2006) que a cidadania é o eixo central da democracia, portanto, o processo democrático implica em garantias (produção e distribuição) de direitos sociais e o exercício de direitos políticos. O que se observa na América Latina seria a incompleta democratização, mesmo com certos avanços na esfera política, pois ainda são mantidos traços do século passado em suas práticas.

No plano dos processos eleitorais quando haveria possibilidade democrática de alternância de poder, o que ocorre é a manipulação da mídia em jogo ideológico parcial e interesseiro, uso das máquinas administrativas para beneficiar candidatos da situação, manipulação da vontade popular, pelo jogo de troca de favores por votos, que impossibilitam pequenos partidos de reunir forças suficientemente poderosas para competir nesse jogo de poucas possibilidades de transformação política.

Por outro lado, do ponto de vista da acumulação descompromissada com os interesses populares, se tem outro leque de exemplos de intervenções públicas que promovem o Capital em detrimento das causas populares: gastos públi-

cos exorbitantes com propagandas, prioridade para atividade turística; remodelamento de cidades em função dos interesses privados, enquanto que a população sofre com o escasso atendimento médico, educacional, saneamento básico, segurança, para citar os mais reivindicados pelas populações.

Diante desse quadro, as ações coletivas de protesto tendem a se opor, organizar-se e demandar direitos e participação cidadã, fenômeno que ocorre em toda a América Latina, em menor ou maior grau.

Para entender e interpretar essa disputa entre grupos sociais organizados em movimentos de protesto e o Estado, o pensamento sociológico mantém aceso o conceito de *movimentos sociais*. Entretanto, enfrentaram dificuldades epistemológicas ao tratarem de fenômenos de naturezas diferentes que envolviam o protesto social de característica complexa, porque as ações populares de protesto eram e são heterogêneas, difusas e não institucionalizadas, transitórias, múltiplas e diversificadas em tipos e formas, relacionadas com as especificidades históricas e culturais das sociedades onde ocorrem.

282

Inquietações Epistemológicas acerca da Interpretação Conceitual de *Movimentos Sociais*

As experiências de luta e resistência tiveram e têm diversos opositores, desde inimigo visível até a complexa situação social, política e econômica.

Ao longo da história, as lutas e resistências tiveram diferentes formatos. Elas foram ou são locais, pontuais, restritas ou nacionais, massificadoras, abrangentes, globais, internacionais, transnacionais, planetárias; planejadas, organizadas, politizadas, institucionais, ou espontâneas, transitórias, efê-

meras ou anárquicas. Elas envolveram ou envolvem populares ou elites em ações coletivas de curta, média ou longa duração. Sua abrangência pode ser sistêmica ou estrutural. Seu conteúdo político pode ser reformista ou revolucionário. Sua importância pode ser histórica ou esquecida e não registrada. Envolvem pequeno ou grande número de pessoas. Sua articulação com outros fenômenos pode acontecer ou não, caracterizando o movimento como isolado ou de grandes alianças. Seu foco pode ser específico, setorial, de classe ou multiclassista. Sua espacialização pode ser de âmbito rural, urbano ou ambos. Sua natureza pode ter cunho religioso, político ou econômico, ou uma mescla de convicções. Dirigem-se por base econômica ou por direitos sociais. Seus componentes podem ser agrupados por uma diversidade de características: etárias (juvenis e\ou de adultos); de gênero (feministas e\ou de mulheres); étnicos e de raças, (indígenas e\ou negros); em defesa de opção sexual (homoafetivos); voltados para a proteção ao planeta e da natureza; contra crises contemporâneas (antiglobalização); pela mudança de culturas, pela ampliação da civilização; por soberania nacional, autonomia e autodeterminação, dentre outros.

Para explicar essa diversidade de formatos das ações coletivas de protesto, os estudiosos desenvolveram correntes de pensamentos que poderiam, segundo Gohn (1997), ser identificadas em três importantes paradigmas interpretativos dos *movimentos sociais*: o estadunidense, o europeu (com duas vertentes) e o latino-americano (sem identidade própria, mas apoiado nos outros dois modelos).

O estadunidense, em suas diferentes versões, teria suas explicações centradas nas estruturas das organizações dos sistemas sociopolíticos e econômicos, fazendo uso de conceitos-

chave como privação social, escolas racionais, mobilização de recursos, institucionalização de conflitos, ciclos de protestos, micromobilizações, *frames* e oportunidades políticas.

O segundo paradigma, o europeu, na corrente marxista, centra-se no estudo dos processos históricos globais, nas contradições e lutas de classes. Trabalha com as categorias de classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, Estado.

Ainda no paradigma europeu, há uma segunda corrente, a teoria dos *novos movimentos sociais* com explicações de âmbitos conjunturais, cotidianos, políticos e microprocessuais. Suas categorias analíticas são cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política, tratando de identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas.

O terceiro paradigma, o latino-americano, tem uma ala baseada em teóricos marxistas europeus, dos anos 1970, que interpreta as condições estruturais, as causas e as influências dos movimentos, enfocando as desigualdades sociais, ressaltando as ideologias, as possibilidades de conscientização política e de transformação social, e as questões de hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais.

Há uma segunda ala latino-americana baseada em teóricos europeus dos *novos movimentos sociais*, dos anos 1980, que enfatiza o processo político das mobilizações e as bases culturais, pela análise da autonomia e identidade desses movimentos; os novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, redes de solidariedade, resistência cultural etc.

Há uma terceira ala latino-americana baseada em teóricos estadunidenses, em que os movimentos sociais são vistos com o objetivo de construir estratégias de mobilização, tendo como eixo a estrutura das oportunidades políticas, e sua atenção está voltada para a estrutura das oportunidades políticas; relações de poder; papel das lideranças; alianças; função das ações estratégicas.

A importância dessa revisão de paradigmas é demonstrar a vinculação entre o olhar do pesquisador e sua posição teórica e política. Quando está clara a filiação política e teórica do pesquisador, seu método e conceitos ficam evidentes e contextualizados.

Sabe-se que a filiação teórica é fundamental ao método, e a capacidade interpretativa desse método está associada, por sua vez, à concepção e apreensão da realidade, portanto, o processo de produção do conhecimento é associado e inseparável das formulações teóricas e metodológicas.

Deve-se ter cuidado com a abrangência totalizante do conceito que abarca todo tipo de ação, deixando descobertas as particularidades e diferenças entre os fatos sociais. Daí que, alguns objetos de análise de pensadores sobre os *movimentos sociais* tratam de coisas distintas denominadas como iguais. Por exemplo, passariam por mesma coisa movimentos reformistas, as ações coletivas revolucionárias, fenômenos religiosos e emancipatórios.

Essas diversas e conflituosas interpretações apoiadas nesse conceito sociológico são, relativamente, incapazes de definir com clareza e objetividade todos os fenômenos das lutas e resistências populares.

Outra questão que tem influenciado na delimitação conceitual dos *movimentos sociais* tem sido a espacialização das

lutas e resistências populares. Ocorrendo nas cidades ou no campo os movimentos tinham vinculações com o modo como a economia se expandia e influenciava a política, acirrando as contradições específicas dos espaços.

No caso específico dos movimentos envolvendo associações de bairro em ações de protesto contra as péssimas condições de vida na cidade, o conceito de *movimento social urbano* cabia e dava conta de explicar a realidade social, aos olhos dos intelectuais. Barreira e Braga (1991, p. 33) compreendem como

[...] movimentos sociais urbanos os processos de organização e contestação efetivados por moradores que agregam um conjunto amplo de lutas sociais, cujo objetivo básico é a posse mediata e imediata de bens de consumo individual e coletivo, conceitos compatíveis com a inserção no “habitat” urbano e com os padrões culturais e coletivos de reprodução da força de trabalho.

Porém, quando se mirava em outros fatos como sindicalismo, linchamentos, ações de massa espontâneas e efêmeras, as dificuldades metodológicas tornavam a se apresentar.

As novidades históricas são questões que desafiam o conceito de *movimentos sociais*. Segundo Maria da Glória Gohn (1997), o novo, nos anos 1990, foi o aparecimento, no cenário político, das organizações não governamentais e a volta dos movimentos de massa político e internacional. Para dar conta de interpretar essas novidades, a autora dizia que os *movimentos sociais* seriam processos sociopolíticos e culturais da sociedade, num universo de forças sociais em conflito.

Portanto, não seriam grupos constituídos nem uma ação de classe. Tratavam-se de ações transformadoras de homens

na história, isto é, formas de luta social e de atores sociais, expressões de poder da sociedade civil, que politizam e inserem as demandas por bens, serviços e direitos sociais na esfera pública da luta política (p. 252).

Mesmo incluindo a noção de sociedade civil em sua conceituação, esse tipo de interpretação da realidade social nega a luta de classes como relação fundamental na constituição social. Esse tipo de conceituação passeia na compreensão generalizante encerrada em outros conceitos igualmente abstratos: ação de atores sociais, poder da sociedade civil e esfera pública.

Incluindo outros traços contraditórios, Barreira (1991) caracteriza a dinâmica dos *movimentos sociais* como fenômenos relacionados com o Estado pelas políticas públicas. Eles demandariam bens de consumo coletivo, praticariam a contestação ao oponente, expressariam uma nova forma de fazer e conceber a política, formariam sujeitos políticos, criariam campo de expressão do conflito, elaborariam uma cultura política, afirmariam valores, constituiriam identidades, redefiniriam a Política com discursos e práticas, construiriam o cotidiano político, experimentariam o espaço vivido, resistiriam e recriariam a ordem e a desordem social, construiriam formas de sociabilidade e regras de convivência solidárias, comportariam lideranças, seguidores e interlocutores políticos, mediadores, tornariam públicas suas experiências de organização e de contestação pela ação dos interlocutores, trariam contradições e diferenças entre seus componentes, transitariam entre a autonomia e o atrelamento às lideranças, aos assessores e aos políticos, e oscilariam entre a construção da democracia interna e o corporativismo elitista.

Recentemente, nos anos 2000, aparecem os movimentos internacionais, interligados pela comunicação em redes

virtuais como a marca do início do século XXI. Nessas conexões, movimentos de naturezas distintas se unem em uma só força visando atingir seus objetivos. É o caso da articulação entre diferentes movimentos entre si, e do sindicalismo com outros movimentos. Articulações de movimentos, desse tipo, são encontradas no Fórum Social Mundial e nas manifestações contra a globalização em Seattle e Gênova, por exemplo.

Entender o sindicalismo como *movimento social* é outra questão problemática do ponto de vista epistemológico predominante. Há uma separação artificial entre lutas populares ocorridas no local de moradia ou no local de trabalho. Efetivamente, o pensamento social vigente e oficial separa essas duas dimensões da luta social. A lógica dessa separação estaria nas inúmeras diferenças entre essas lutas, como o tipo de opositor, a natureza das reivindicações e os formatos das manifestações, mas algo de essencial poderia unir essas duas dimensões da luta social, pois ambas são ações de oposição entre o Capital e o trabalho, ocorridas na sociedade civil, resistências ao *status quo* encontradas na América Latina.

Enfim, esses estudos deram certas respostas a esses fenômenos quando contextualizados, porém parciais e restritas quando explicaram o conceito por ele mesmo, satisfazendo-se com os seus limites epistemológicos.

Difícilmente o conceito de *movimentos sociais* esteve alheio aos desejos do intelectual favorável aos povos dominados, possuídos de vontade humanitária voltada para que moradores empobrecidos em luta pudessem tomar em suas próprias mãos as rédeas da história, que tivessem uma identidade em oposição aos outros, e que lideranças e liderados possuíssem emponderamento e força política transformadoras.

Nesse caso, observa-se uma percepção seletiva acerca de certos aspectos dos *movimentos sociais*, que reforçam esse lado combativo, consciente de direitos que se encontra em muitos *movimentos sociais*, um viés que se pode chamar de “oportunismo da inteligência”, parafraseando Gramsci em sua afirmação “pessimismo da inteligência e otimismo da vontade” quando falava do dilema do cientista entre sua percepção crítica sobre a dureza da realidade em conflito com o homem político que não a desejava.

Esse conceito *movimentos sociais*, portanto, pode trazer esse condicionamento, quando expresse a vontade do cientista social diante da realidade social, ou certa opção religiosa pelo pobre e oprimido, desvalido e desprotegido.

Por isso, em geral, evita-se no âmbito desse conceito *movimento social*, incluir ação coletiva fora da lei ou atitudes armadas e violentas contra o poder, como por exemplo, linchamentos e saques. O conceito pode, portanto, fechar-se no abrigo das ações de pobres e trabalhadores, camuflado pela cientificidade abstrata.

Entretanto, no âmbito da sociedade civil, os *movimentos sociais* podem ser protagonizados por cidadãos de diferentes características econômicas ou ideológicas, além dos trabalhadores pobres. Movimentos de mulheres, de negros, de pais de vítimas de violência seriam exemplos de lutas sociais de grupos heterogêneos com pluralidade de individualidades e subjetividades, mas unidos por um interesse específico. Inclusive, os mesmos ativistas podem fazer parte de outros movimentos ou situações de protesto, ao mesmo tempo ou em distintas fases.

Daí porque é chegada a hora de re-significar o conceito de *movimentos sociais* para uma compreensão contemporânea

alterada pelas redes sociais apoiadas por novas tecnologias da informação, que ligam no tempo e no espaço virtual, fenômenos que ocorrem no mesmo momento, mas em lugares distintos. Um conceito amplo que possa dar conta de incluir o grande leque de ações de protesto populares, no campo do trabalho contra o Capital, mas ao mesmo tempo concreto, que abranja aspectos da vida cotidiana, do formato da sociedade analisada e do modo de fazer política, nesse espaço social.

É preciso que o pesquisador esclareça ao leitor sua posição política como delimitadora do objeto, para deixar evidente o que se analisa e porque o faz, explicitando suas escolhas.

Além da posição política e relativa assumida pelo pesquisador, condicionadora do viés analítico, é preciso esclarecer ao leitor que o discurso leva em conta a questão geográfica, o território onde o fenômeno é construído, traço marcante para a especificidade do *movimento social* e sua diferenciação aos outros movimentos e, portanto, a precisão e cientificidade do conceito. Então, estando clara a posição política do pesquisador e, por conseguinte, de seu discurso analítico, e definida a situação geográfica do movimento, que explicita o território onde se produz o fenômeno, pode-se ter clareza sobre as condições históricas e culturais que marcam os sujeitos produtores das lutas sociais e de resistência que constituem a natureza dos *movimentos sociais* na esfera da sociedade civil.

Então, a perspectiva adotada pela autora do texto além de situar os *movimentos sociais* no campo da sociedade civil em relação de disputa com o Estado, em luta contra-hegemônica, portanto, pela emancipação humana, afirma o campo das lutas populares na esfera do trabalho em oposição ao Capital, localizada na América Latina, território histórica e culturalmente marcado pelas lutas de resistência contra a

colonização, a dependência e pela preservação revigorada da Cultura popular.

Novidades na América Latina que se Impõem à Definição de *Movimentos Sociais*

Mirando esses fenômenos contemporâneos, observa-se mudança histórica no formato das lutas e resistências. Há uma tendência de sair do movimento focado e limitado para a ação ampliada e politizada. Outra inovação é a abertura para a luta de grupos antes acomodados que, então, incorporam-se à força social, como: Os sem-teto, Os descontentes, Os ocupantes de praça, Mães e parentes de vítimas da violência, dentre outros.

Tudo isso ampliando e diversificando o campo da luta e da resistência com fortes implicações na constituição dos governos e poderes constituídos, vendo-se antigos líderes populares alçando o poder executivo, como são exemplos Evo Morales na Bolívia, Hugo Chavez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, para exemplificar os casos mais notórios na América Latina.

As características das lutas e das resistências contemporâneas, no século XXI, na América Latina são provas da singularidade da região, celeiro da agitação social sistemática e permanente. As lutas e as resistências passaram a fazer parte permanente do cenário político, do cotidiano das cidades, das preocupações dos governantes, da fiscalização e do controle social.

Aonde acontecerem fórum de governos, aí estarão essas experiências e as organizações representantes das lutas e das resistências, denunciando, chamando a atenção dos acomodados sobre os perigos dos problemas

sociais, políticos e econômicos. Cumprem, assim, o papel de controle social que formalmente deveria ser exercido pelo Poder Legislativo.

Os Parlamentos na América Latina, em geral, sofrem um processo de descrédito decorrente de casos de atrelamentos aos poderes executivos, jogos de intrigas e acordos pragmáticos e interesseiros por benefícios partidários. De fato, impunidade e corrupção ainda fazem parte do poder institucional na região.

No mundo inteiro há lutas e resistências de acordo com as condições objetivas e opositoras ao poder dominante principal: na Ásia, tomam características nitidamente de oposição política por expressão cidadã; no Oriente Médio, a marca da movimentação política é por liberdades culturais, religiosas e democráticas; na Europa e EUA, contra a crise econômica e pela manutenção do padrão de consumo.

292

Na América Latina, detendo-se na complexidade do fenômeno, tem-se uma redefinição da luta e da resistência na direção de uma ampliação das demandas, aperfeiçoamento da organização e incorporação de maiores setores sociais.

Isso por causa do avanço da consciência política dos movimentos, do acúmulo de experiência e incipiente satisfação de carências básicas.

Além disso, a conformação de governos oriundos de bases populares permite um novo formato do enfrentamento entre massa e governo.

Mas a fonte da insatisfação é a mesma: a dominação capitalista degradada. Por isso, permanece o questionamento ao modo de vida capitalista mesmo com certa ruptura administrativa contra a perspectiva tradicional do Capital promovida

pelos recentes governos à esquerda, na região. Esse modo de governar ameniza os embates entre Capital e trabalho, ao mesmo tempo em que impõe mais dificuldades na mobilização social, pela natural identidade entre *movimentos sociais* e antigos líderes populares. Atualmente, no confronto social, os movimentos se converteram em opositores momentâneos e não antagônicos aos governos à esquerda.

Nessa conjugação de fatores, é possível observar a complexidade social. Vir do mais simples para o mais complexo é possível com o auxílio da história. Analisar os fenômenos em suas relações com seus opostos é outra característica do método adotado aqui.

Sem perder o fio da meada histórica, observar como o fenômeno vai se modificando em relação às condições objetivas, ao contexto político e ao desenvolvimento da economia é uma perspectiva metodologia profícua.

Outros passos metodológicos são necessários:

Perceber que, no desenrolar das práticas sociais contraditórias e opositoras há uma síntese em que os contrários se re-significam, se refazem em novos formatos, acumulando forças e conhecimentos sobre si mesmos e sobre o contexto geral. Permitir-se compreender como se faz a história e as inovações constituindo o que se chama de nível de desenvolvimento em vigência.

Estudar os *movimentos sociais*, segundo o método da economia política de Karl Marx, é ir além da descrição dos diferentes exemplos concretos, reais, de manifestações populares, ocorrendo na cidade ou no campo, divulgados pelos meios de comunicação, portanto, que são visíveis e fazem parte da vida política local.

É descobrir que, nessa descrição dessas manifestações, estão as classes sociais envolvidas, suas diferenças e o que elas buscam em suas pautas de reivindicações.

Propõe-se, então:

Localizar esses sujeitos produtivos envolvidos no campo do trabalho e na vida cotidiana. Procurar ver onde eles se situam na esfera da produção, da distribuição e do consumo.

Situar essas esferas no modo de produção capitalista local e sua inserção no mundo globalizado.

Contextualizar essas lutas e resistências na esfera política, suas relações contraditórias com os Parlamentos, partidos políticos e governos.

Buscar suas gêneses, origem do fenômeno e dos produtores envolvidos. De onde vieram, que experiências detinham, e como encontraram um campo propício para a luta social.

Identificar em que momento histórico determinado e quais as condições objetivas foram propícias para a formação dessas lutas e resistências e de seus líderes e componentes.

Relatar, desde sua origem até agora, as transformações sofridas, as mudanças quantitativas, ampliações de demandas, envolvimento com outras manifestações coletivas, definições de estratégias.

Observar os valores e ideias que movem esses produtores da riqueza, da vida e da Cultura, seus pressupostos, suas crenças e suas bases de reivindicações.

Identificar as relações entre essas lutas e outras resistências, as redes de intercâmbio, as trocas de experiência e as influências facilitadas nessa era globalizada de comunicação fluida e de mudança na relação tempo e espaço, que tem acelerado o desenvolvimento social.

Descrever as transformações experimentadas ao longo da história, a natureza delas, o que mudou e como mudou e por que mudou. Como foram as contradições vivenciadas, os conflitos enfrentados e os resultados dessas tensões.

Observar e descrever as práticas adquiridas pelos participantes das lutas e resistências no campo do trabalho em oposição ao Capital, como se relacionam entre si, quais as instâncias de poder internas, quais os mecanismos de poder existentes, como se dá a relação de gênero nesses processos sociais.

A investigação deve chegar às determinações internas e externas, nas práticas vivenciadas e experimentadas, nos ritos e nas místicas, que culminam no modo particular de ser de cada luta social e que a torna coletiva, ampla, independente de seus indivíduos e determinada pela vida material.

É preciso encontrar o ponto central da resistência, aquilo que a faz mover-se, distinguindo-a do que aparenta, mostrando o que está submerso nas atividades desenvolvidas.

Situar as lutas e resistências como parte do desenvolvimento do processo produtivo da reprodução da vida material da sociedade e da formação decorrente em formas de consciência.

Perceber as lutas e resistências dos *movimentos sociais* como agentes das transformações produzidas, como formuladoras de Políticas que modificam o jogo de forças e as possibilidades políticas, inclusive que elaboram discursos e formas de pensar e sentir.

Conclusões

O conceito de *movimentos sociais* foi aqui re-significado para dar conta de explicar as transformações que ocorreram na sociedade civil na América Latina em suas disputas com o Estado. A realidade mudou e as teorias se refizeram para interpretar os novos tempos.

Daí porque foi adotada a perspectiva que trata com as lutas e resistências populares, dos *movimentos sociais*, no campo do trabalho em oposição ao Capital, gestado na sociedade civil em disputa com a sociedade política, localizados territorialmente para apreender a história e a cultura desses indivíduos desejosos e insatisfeitos, produtores da política enquanto ser social, coletivo.

296

Acredita-se que essa perspectiva teórica sintetiza e aprende com o acúmulo dos esforços interpretativos existentes e localizados temporalmente. Nessa alternativa interpretativa, o cientista se solta das amarras conceituais fechadas e se abre para a incorporação de inúmeras possibilidades de apreensão das manifestações da ação humana. Pode adotar sua perspectiva teórica e ser fiel ao método correspondente e aos conceitos respectivos, não seguindo o padrão vigente imposto pelas grandes academias nem se submetendo ao pensamento colonizado, tão recorrente em nosso meio.

É um caminho difícil e de prováveis dificuldades e incompreensões, o que instiga a criatividade e desafia as mentes ávidas por descobertas e surpresas científicas.

Bibliografia Consultada

ACANDA, J. L. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BARREIRA, I. A. Movimentos urbanos, Estado e política social: dinâmica da reprodução e do conflito. In: BRAGA, E. M., BARREIRA, I. A. (Coord.). *A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1991.

BRAGA, E. M., BARREIRA, I. A. (Coord.). *A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1991.

CARLEIAL, A. N. Sindicalismo e movimentos sociais contemporâneos na construção democrática da América Latina In: CARLEIAL, A. N. (Org.). *Projetos nacionais e conflitos na América Latina*. Fortaleza: UFC, 2006.

_____. Espaços de conflitos entre os movimentos sociais e o Estado: o caso do TLCAN no México. In: PIRES, F. J. (Org.). *Poder e políticas públicas na América Latina*. Fortaleza: UFC, 2010.

_____. Resistências dos movimentos sociais na América Latina em tempos de crise. In: HOLANDA, F. U. X. (Org.). *Nuestra América no Século XXI: as disputas de hegemonia nos circuitos da crise*. Fortaleza: UFC, 2012.

_____; ESPINOSA, J. S. Políticas públicas como tensões entre sociedade política e sociedade civil no México e no Brasil. In: FROTA, H., PARENTE, F. J. C. (Org.). *Dos andes aos pampas: integração e cenários na América Latina*. Fortaleza: EDUECE, 2009.

CORRAL C., M. de J. La Resistencia: génesis conceptual y social. In: GULDBERG, H. C., GONZÁLEZ, C. M. (Coord.). *Resistencia popular y ciudadanía restringida: política, economía y sociedad en América Latina y el Caribe*. México, DF: UNAM, 2006.

CORSI, F. L. A Crise Estrutural e Reconfiguração do Capitalismo Global. In: FIGARI, C., ALVES, G. (Org.). *La precarización del trabajo en América Latina: perspectivas del capitalismo Global*. Londrina: Praxis, 2009.

COSTILLA, L. O. *El Estado ampliado en Brasil y México: radiografía del poder, las luchas ciudadanas y los movimientos sociales*. México D.F. UNAM, 2009.

298

COTLER, J. Nuevos desafíos para la consolidación de la democracia en América Latina. In: PINTO, C. R., GUERRERO, H. (Org.). *América Latina: desafío da democracia nos anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

DAGNINO, E., OLVERA, A. J., PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E., OLVERA, A. J., PANFICHI, A. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GINER, S. Sociedade civil. Filosofia política II: teoría del estado. In: DÍAZ, E., MIGUEL, A. R. (Ed.). *Enciclopedia Iberoamericana de Filosofía*. v.10. Madrid: Trotta, 1996.

GOHN, M. da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

LANDER, E. Um nuevo periodo histórico? Crisis civilizatoria, límites del planeta, desigualdad, asaltos a la democracia, estado de guerra permanente y pueblos en resistencia. Porto Alegre: Foro Social Temático, 2012. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=144967> . Acesso em: 30 set. 2011.

OGARRIO, G. Crítica de la Razón Democrática. Configuraciones de la Democratización Conservadora en América Latina. In: GULDBERG, H. C., GONZÁLEZ, C. M. (Coord.). *Resistencia popular y ciudadanía restringida: política, economía y sociedad en América Latina y el Caribe*. México, DF: UNAM, 2006.

VÁZQUEZ, F. Espacio público, política y ciudadanía: las paradojas de las democratizaciones. In: GULDBERG, H. C., GONZÁLEZ, C. M. (Coord.). *Resistencia popular y ciudadanía restringida. política, economía y sociedad en América Latina y el Caribe*. México, DF: UNAM, 2006.

Capítulo 9

Da América Latina a Wall Street: Conexões Norte-Sul na Rede Transnacional do Movimento Occupy¹⁵⁶

Ricardo Silva Kaminski ¹⁵⁷

A “Primavera do Indignados” e a Emergência dos Movimentos Transnacionais de Ocupação

A intensificação dos processos de globalização neoliberal no mundo contemporâneo, a partir das últimas duas décadas do século XX, produziu tensões sociais e políticas em um cenário no qual eclodiram movimentos sociais de natureza e abrangência bastante diversas, cuja crítica formulada recai sobre a democracia representativa, o mundo do trabalho e sobre as relações sociais características da civilização do capital. As constelações heterogêneas de novos atores sociais a emergir no cenário global do século XXI, o que inclui as lutas e mobilizações na América Latina, podem assumir configurações que assumem caráter desde insurgências indignadas de multidões contra novas e seculares formas de injustiça social, desigualdade e exclusão até mobilizações em demandas por transformações radicais da democracia e da cultura política predominante no ocidente, a partir de fundamentos teóricos, ideários e práticas ciberculturais

301

¹⁵⁶ Artigo produzido para apresentação no *Seminário Internacional RUPAL 2012: Brasil e América Latina: Percursos e Dilemas de uma Integração - Mesa 3: Lutas e Resistências na América Latina do Século XXI*.

¹⁵⁷ Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

revolucionárias, características de novos atores sociais que se articulam em redes transnacionais.

Em muitos aspectos, os movimentos sociais forjados nas contradições do capitalismo contemporâneo mostram-se inovadores e diferem daqueles que surgiram em cenários históricos anteriores. Desde a década de 1990, uma nova categoria de movimentos sociais, característicos do mundo globalizado e da cibercultura, surge no cenário internacional, constituindo grupos organizados em redes transnacionais a desenvolver novas abordagens críticas ao capitalismo e aos modelos ocidentais predominantes da democracia representativa. Edgar Morin (1999) defende que o século XXI começa com os protestos ocorridos em Seattle¹⁵⁸, os quais demarcaram o início dos movimentos antiglobalização e de um novo ciclo de protestos que mobiliza, desde então, atores a desenvolverem sua crítica aos efeitos socioeconômicos, ambientais, culturais e sociopolíticos do sistema capitalista, em sua fase atual de expansão sem limites em meio a uma crise estrutural. Os movimentos sociais mais significativos que demarcaram esse período de transição histórica de expansão do capitalismo global e das lutas antissistêmicas transnacionais foram: a marcha Zapatista de Chiapas para a capital do México (2001), as manifestações da sociedade civil global em Gênova (2001), na Itália, na reunião do G8 e o caso das redes de mobilizações contra os governos e as corporações nos Estados Unidos, que ficaram conhecidas como J18¹⁵⁹, N30¹⁶⁰ e A16.¹⁶¹

¹⁵⁸ Ocorridos em dezembro de 1999.

¹⁵⁹ O Carnaval Global Contra o Capital, 18 de junho (J18) de 1999. Foi um dia internacional de protesto para coincidir com a Cúpula do G8 em Colônia, Alemanha.

¹⁶⁰ Protestos em torno da Conferência Ministerial da OMC de 1999. Ocorreu em 30 de novembro de 1999 (apelidado de "N30"), em Seattle nos Estados Unidos.

¹⁶¹ A16 foi uma série de protestos em Washington contra o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que ocorreu em 16 de abril de 2000.

O fenômeno socioeconômico que aparece com força na década de 1990 no cenário mundial, em especial na América Latina, consubstancia-se no projeto neoliberal e nas suas consequências que ainda perduram nos povos e nações latino-americanas no campo do desenvolvimento socioeconômico e das políticas sociais à medida que afetam outras formas de viver, de saber e de produzir, muitas vezes antagônicas ao projeto de expansão do capital – sejam experiências em desenvolvimento ou idealizadas como formas alternativas ao projeto neoliberal –, as tensões políticas e sociais que resultam das resistências e tensões produzidas pelos movimentos sociais, conseqüentemente, tornam-se antagônicas aos projetos historicamente consolidados nos processos de expansão sem limites do capital.

Diferentes perspectivas de lutas antissistêmicas assumem formas agonísticas de resistência na produção de diferentes visões de mundo, demarcando novas linhas de resistência e fronteiras da crítica, consubstanciadas nas mobilizações, nas formulações teóricas e na prática de movimentos sociais que se caracterizam pela abrangência de atuação em redes transnacionais. Nos processos históricos de lutas sociais para fazer frente e criar resistências às redes e dimensões transnacionais e globalizadas da expansão do capital – cujos mecanismos de produção e dominação consubstanciam cada vez mais a precariedade como forma de vida predominante a partir de novos dispositivos de poder, sujeição e controle –, é que se desenvolveram novos atores sociais, também organizados globalmente em redes de movimentos sociais. Conectados, eletrônica, virtual ou fisicamente, em redes transnacionais, tais movimentos atuam em várias frentes, articulam diferentes lutas, ações e demandas específicas, desenvolvendo estratégias de resistência locais e globais no intuito de des-

truturar progressivamente as formas de opressão e injustiças produzidas pelo processo de expansão do capital, seja nos países periféricos ou semiperiféricos e, mais recentemente, nos próprios países centrais do capitalismo contemporâneo.

Um marco referencial dos movimentos sociais, que emergem no mundo globalizado do século XXI, desenvolve-se historicamente na América Latina, a partir de 2001, com os zapatistas, que fizeram uso inovador da internet e de outros meios de comunicação com o objetivo de criar e desenvolver redes amplas de solidariedade e de articulação política, não somente para promover os direitos dos grupos indígenas e a democratização no México, mas também para organizar um movimento mundial contra o neoliberalismo (YÚDICE, 2000). O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) surgiu em 1994 e formou-se inicialmente da mobilização de camponeses indígenas, com o intuito de colocar em pauta a urgência por transformações que atingissem diretamente as populações empobrecidas do México e promovessem a reforma agrária no país.

O EZLN criou, em 1995, a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) como uma organização não violenta, independente e democrática, que luta pela democracia, liberdade e justiça no México e constitui um chamamento por uma “nação de muitos mundos”. A estratégia da *ocupação* já figurava nas ações políticas do Movimento Zapatista, que chegou a ocupar seis cidades da região sul do México; momento no qual os revolucionários declararam guerra ao governo e contra as políticas conservadoras e subservientes aos interesses internacionais. Três anos depois, em 1997, os integrantes do movimento ocuparam a Cidade do México, reforçando sua luta e reiterando suas demandas. Como resposta a estas ocupações

o governo investiu, em represália, contra os revolucionários zapatistas. As características que definiram o Movimento Zapatista aparecem também como características do Movimento dos Indignados na rede de movimentos da Europa e, observadas as especificidades sociais e históricas, do Movimento Occupy Wall Street na rede da América do Norte.

O passado se conecta ao presente das lutas e o princípio da não violência, a busca por autonomia e a crítica contundente aos fundamentos da democracia representativa constitui, assim como apresentado pelo movimento zapatista, uma espécie de “chamamento para nações de muitos mundos”, cosmopolita e heterogênea em sua natureza política, social e cultural. Os movimentos sociais e ciclos de protestos que ocorreram a partir de maio de 2011, questionam veementemente as relações e concepções dominantes de poder e colocam em xeque as formas e relações do sistema político-partidário vigente nas democracias representativas ocidentais, predominantemente a serviço dos interesses do capital que delega ao segundo plano o bem-estar social. Com um programa abertamente utópico, os zapatistas, já na década de 1990, tomam a decisão de ficar de fora da política eleitoral e exercer influência na sociedade através de um fórum nacional no qual a diversidade fosse reconhecida. Essa abordagem constitui uma forma diferenciada de conceber o poder, cuja potência emana do social e não exclusivamente da coerção estatal ou de determinada virtualidade de dominação e influência, e que, posteriormente, também será desenvolvida pelos grupos sociais que compõem os movimentos transnacionais de ocupação, no século XXI.

Os zapatistas conseguiram apoio de muitos setores da sociedade mexicana na frente contra o neoliberalismo, transbordando sua ação para a esfera transnacional, já

que as políticas governamentais tiveram efeitos desastrosos sobre a maioria da população global. Assim, o movimento também levantou sua bandeira na arena internacional ao propor a criação de um “Fórum Internacional contra o Neoliberalismo”. Neste sentido, por sua abrangência e forma de articulação global em rede, a agenda proposta buscava instituir uma cultura internacional de ampla base para contrapor-se à cultura do neoliberalismo. Na “Primeira Declaração da Realidade” os zapatistas definem quais grupos sociais tal cultura deverá incluir:

Todos os indivíduos, grupos, coletivos, movimentos, organizações sociais, políticas e de cidadãos, associações de bairro, cooperativas, todos os grupos de esquerda, organizações não-governamentais em solidariedade com as lutas dos povos do mundo, bandos, tribos, intelectuais, músicos, trabalhadores, artistas, professores, camponeses, grupos culturais, movimentos jovens, meios de comunicação alternativos, ecologistas, invasores sem-teto, lésbicas, homossexuais, feministas, pacifistas. (La Jornada, 1996).

Com esse programa, o Movimento Zapatista antecipa com sua formulação no campo do poder, no âmbito das lutas sociais nas sociedades democráticas, o que viria a ser a ampla gama de movimentos atuando em redes transnacionais contra os efeitos da expansão sem limites do capital que emergem a partir de 2011. A abordagem crítica sobre as formas de poder constituintes que caracterizam as relações sociais entre Estado e sociedade no capitalismo e, consequentemente, entre os interesses da classe política em conflito com os interesses dos movimentos sociais e dos trabalhadores em geral consta já na “Primeira Declaração da Realidade”

(1996) do Movimento Zapatista, que inclui os indivíduos, além de uma gama heterogênea de grupos sociais, incluindo “bandos”, “tribos”, os movimentos LGBT, movimentos com base em territórios, movimentos comunitários, de comunicação, ONGs etc. Essa heterogeneidade é justamente o que Negri e Hardt (2005) denominaram de “multidão”, em sua heterogeneidade de atores, temas e lutas, que caracterizam as redes de movimentos transnacionais dos “occupies” e indignados do século XXI.

Neste cenário de tensões e incertezas, a partir de 2011, o mundo do capital globalizado experimentou um ciclo de revoltas populares e ocupações sem precedentes na história. Multidões tomaram as ruas e praças dos grandes centros urbanos no hemisfério norte, principalmente nos países centrais de sistema do capital, mais atingidos pela crise do sistema financeiro, agravada a partir de 2008. Alguns anos depois, o cenário internacional, que demonstra sinais de uma possível crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), presencia a emergência de novos atores sociais nas grandes cidades: os movimentos sociais de ocupação, que proclamam a reinvenção da política e a instituição de uma nova ordem social radicalmente democrática. Constituindo uma teia global com diferentes expressões em diversos países da Europa, e nas Américas, os movimentos de ocupação desenvolvem modos de insurgência contra os sistemas políticos dominantes, mobilizando multidões a ocupar ruas e praças públicas nas grandes cidades, a produzir tensões com o modelo hegemônico neoliberal, com a democracia representativa a partir da formulação de uma crítica contumaz ao aparelhamento político-econômico e ideológico do Estado pelo capital.

Em 2011, na Europa, logo após o *EuroMayDay*¹⁶², multidões se insurgiram nas ruas da Grécia, em profunda recessão econômica. Na Espanha, os Indignados protestaram, ocupando a *Praça del Sol*, em Madri, Barcelona e Valência. Em Bruxelas, sede do parlamento europeu, a “Marcha Popular Indignada” reuniu multidões que caminharam e mobilizaram-se em rotas vindas de Portugal, Itália, Grécia, Suíça, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Irlanda. Em setembro do mesmo ano, expressões do movimento eclodiram em Israel, onde cerca de meio milhão de manifestantes tomaram as ruas, ocupando o Boulevard de Rottschild, em Tel Aviv.

Nas Américas, em maio de 2011, estudantes ocupam as ruas do Chile, em defesa de uma educação pública e gratuita. Os protestos estudantis, que haviam perdido o fôlego das mobilizações em 2010, retomaram as mobilizações e uniram-se aos trabalhadores, em greve geral, descontentes após trinta anos de supremacia do neoliberalismo chileno. Entre 15 e 17 de setembro de 2011, eclode nos Estados Unidos o Movimento Occupy Wall Street (OWS), que ocupou o centro financeiro do capital onde a crise se intensificava desde 2008, com a crise do mercado imobiliário e do crédito *subprime*.

Os protestos em massa, encarnados pelos movimentos de ocupação, questionam (com maior ou menor radicalidade) as instituições políticas modernas circunscritas no campo da democracia. De fato, no núcleo da crítica dos “indignados” está o modelo liberal de democracia representativa, a luta

¹⁶² *EuroMayday* é um processo pelo qual as ações e as demandas dos trabalhadores são apresentadas para combater a precarização generalizada das juventudes e a discriminação dos imigrantes na Europa. Uma expressão política transnacional de trabalhadores em situação laboral precária e de migrantes, que demarca o dia do trabalhador em mais de uma dúzia de cidades europeias. A primeira parada foi realizada em Milão, em 2001 e, a partir de 2004, o processo se espalhou por toda a Europa.

veemente contra a corrupção da classe política, o capitalismo especulativo e a relação orgânica dominante do mercado neoliberal com o Estado e os governos, cujos interesses favorecem o capital em detrimento dos direitos trabalhistas, dos direitos humanos, do meio ambiente, das políticas públicas e de demandas sociais básicas da população. Assim, a crise estrutural do capital expressa, portanto, uma crise política das instituições democráticas, que os movimentos de ocupação denunciam, em meio a distintas proposições.

O questionamento dos fundamentos e da própria experiência da democracia liberal representativa no Ocidente constitui um elemento central na crítica contundente dos movimentos de ocupação à ordem estabelecida. Os atores sociais que constituem a “rede dos indignados” ou a “rede Occupy”, articulados nas redes virtuais em direção às ruas e praças, materializam o sentimento de indignação ante um sistema do capital que amplia seus antagonismos e assimetrias, nos marcos de uma democracia impotente face aos processos sem limites de expansão do capital. A configuração social dos indignados que ocupam as cidades em uma rede global constitui, conforme Alves (2012), um novo tipo de proletariado que se alarga, denominado de “precariado”, encarnando o crescimento da precariedade laboral, caracterizada pelo desemprego estrutural e múltiplos processos de precarização do trabalho. Adentrando na base social de tais movimentos, vê-se que estas mobilizações contemporâneas são resultantes de contradições do sistema do capital, revelando um fenômeno sociopolítico de amplitude, ao dar visibilidade a uma “nova camada social do proletariado”, o “precariado”, na abordagem teórica de Alves (2012), ou a uma “nova classe social perigosa”, conforme defende Standing (2011).

Os movimentos de ocupação, desde 2011, continuam a ampliar e organizar sua luta, de um modo geral, com horizontes políticos plurais, entre os quais se destacam três grandes vertentes políticas: determinados grupos desejam inclusão socioeconômica, ampliação e garantia de direitos historicamente conquistados, visando maior equidade e justiça social; outros pretendem a reinvenção da política e da própria democracia, visando instituir uma nova ordem social; já grupos de tendência neoanarquista, que atuam fortemente no movimento OWS e nos indignados europeus, propugnam como a solução possível a extinção do próprio Estado ou o desenvolvimento de formas de vida social e práticas políticas nos “interstícios” da tessitura do poder governamental. Tais movimentos sociais transitam entre o eminentemente contemporâneo e formas históricas de mobilização política. De fato, os movimentos de ocupação apresentam semelhanças com as revoltas populares ocorridas em maio de 1968 e com os movimentos antiglobalização da década de 1990. Entretanto, é preciso levar em conta as especificidades de sua formulação política, das estratégias adotadas e do repertório de categorias e conceitos formulados, além do próprio cenário histórico contemporâneo de crise e as novas formas de domínio e repressão do capital diante de novos e persistentes ciclos de protestos articulados em redes transnacionais.

Em meio aos conflitos e movimentos da “multidão contra o império” (NEGRI e HARDT, 2005), a classe política precisa convencer a população nacional indignada, - que está a pagar o alto preço social e econômico da crise -, de que a ordem mundial, em sua configuração atual, constitui a melhor saída, não apenas para as elites ou para determinados grupos sociais privilegiados, mas convencê-la de que

é a melhor e “a única” saída para todos (HARVEY, 2011). Como uma tragédia do nosso tempo, a crise estrutural que se agrava, encarna uma das mais perversas expressões da desigualdade, gestando uma “coletividade de despojados”, expropriada da sua própria humanidade, a vivenciar os horrores da miséria, da indignidade e da desproteção social. A produção constante de uma população sobrante, “supérflua”, e estruturalmente desprotegida que o sistema não é capaz de integrar plenamente na equidade na justiça social, constitui uma das fortes expressões da crise estrutural do capital a “regular” a oferta e a demanda de trabalho e a produção de valor, visando continuar sua expansão sem limites.

O momento de crise estrutural, na compreensão de Alves (2012), pressupõe o desenvolvimento avançado das forças produtivas de onde emergem os indivíduos histórico-mundiais - o sujeito histórico mundial em Marx - como uma multidão social (des)organizada, como uma nova camada do proletariado que, por consequência, passa a configurar uma classe híbrida de trabalhadores, não trabalhadores proletarizados no cenário mundial, denominado de “precariado”. Numa primeira aproximação, é possível identificar uma parcela substancial dos indignados com os jovens adultos altamente qualificados do precariado, como os principais grupos constituintes da base social dos movimentos de ocupação, que se espalham e permanecem nas grandes metrópoles nos países centrais e semiperiféricos do mundo contemporâneo, a despertar novas perspectivas políticas e visões de mundo. Pode-se relacionar o precariado, circunscrito por Giovanni Alves, ao conceito de multidão de Negri e Hardt. Alves chega a afirmar que “o precariado é a ‘multidão’ da era do capitalismo pós-moderno que incomoda as classes dominantes do Primeiro Mundo.” (ALVES, 2012).

Os movimentos transnacionais de ocupação, assim como determinados movimentos sociais latino-americanos que influenciaram, ou foram por aqueles influenciados, concebem a luta no sentido da redefinição do que conta como político, do próprio sistema político, das práticas econômicas, sociais e culturais, no sentido de possibilitar a ampliação e a dessedimentação de novas fronteiras do político, através da produção de conhecimento e de práticas discursivas e ações diretas, visando a ressignificações simbólicas de relações sociais típicas do capitalismo contemporâneo. As formas de luta por liberdade antisistêmica da “multidão” (conforme expresso na metáfora dos 99%) contra o “império” (simbolicamente representada como 1% da população nos protestos) do capital questionam modelos neoliberais de democracia. Ao buscar o alargamento do campo do político, profanando (AGAMBEN, 2009) o fetiche sagrado do capital e a “ditadura” cultural do mercado sobre a ordem social, procuram restituir o que fora apartado do universo do político pela sedimentação da política institucional, redefinindo o que na cultura hegemônica se defende como sendo a esfera “autônoma” e “natural” do econômico. Assim, a cultura política hegemônica determina o que está ou não na esfera do político, definindo conseqüentemente o que está ou não, no domínio do econômico ou do social.

Daí resulta a relevância das práticas culturais e das redes interpessoais da vida cotidiana que sustentam os movimentos transnacionais de ocupação, as práticas e discursos e das diferentes tendências que compõem o OWS e dos “indignados” europeus. Os fluxos de mobilização infundem novos significados culturais nas práticas políticas e na ação coletiva também no âmbito da América Latina. Tais movimentos configuram vínculos interpessoais, a consolidar novas formas de consciência; teias interorganizacionais e diferentes valores

político-culturais são criados e fortalecidos com outros movimentos em uma multiplicidade de atores e espaços culturais e institucionais, dentro e fora das fronteiras nacionais.

O neoliberalismo é um concorrente poderoso na disputa contemporânea pelo significado da cidadania e pelo projeto de democracia liberal. Tal projeto lança mão de novos discursos individualizantes e atomizados, desenvolve novos dispositivos de ajuste e controle social, visando introduzir novas formas de subjetivação, autossubjetivação e disciplinamento dos corpos. A onda de revoltas, protestos e ocupações tomou forma de um movimento global antissistêmico, articulando as potencialidades do ciberespaço e as tradições emancipatórias dos movimentos nos espaços urbanos. O movimento transnacional de ocupação dos indignados coloca na pauta política contemporânea a discussão de alternativas aos regimes econômicos desiguais e a experimentação do igualitarismo democrático radical (PESCHANSKI, 2012).

O que se está questionando em tais movimentos é a qualidade do regime democrático no capitalismo, a validade e a legitimidade da representação e da classe política, o modelo clássico de democracia liberal representativa e a prevalência dos interesses do capital sobre as demandas sociais da população. No núcleo da crítica dos *occupies* indignados está o modelo liberal de democracia representativa, a corrupção da classe política, o capitalismo especulativo e a relação orgânica dominante do mercado neoliberal com o Estado e os governos, cujos interesses favorecem o capital em detrimento dos direitos humanos, do meio ambiente, das políticas e demandas sociais.

As ocupações que se espalharam nas grandes cidades, em 2011 e 2012, constituem um acontecimento fundador de um novo tipo de movimento social global e esboçam novas características de um “novo transnacionalismo” para a ação coletiva na

cibercultura. As suas pautas reivindicatórias interpelam sobre as possibilidades da reinvenção da democracia, a partir de uma nova gramática social. Com seu ciberativismo, produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta territorial

num cenário de crise social ampliada [...] eles nos ensinam que, hoje, a luta contra o capital global que des-territorializa é a luta pela territorialização ampliada, difusa, descentrada. (ALVES, 2012).

A questão posta, qual esfinge de Gizé, é compreender os elementos constitutivos, a natureza e as perspectivas desses movimentos, que articulam potencialidades do espaço virtual às tradições emancipatórias de lutas nos espaços urbanos. Assim, os movimentos retomam a tecnologia e mobilizam a tomada das praças e ruas redefinindo sua função dos espaços públicos no tempo e no espaço (HARVEY, 2012), propondo a reinvenção do político, tensionam com o capital ao questionar o modelo hegemônico de democracia na contemporaneidade. Assim, o que parece ser um desafio do tempo presente, impõe às ciências sociais a necessidade de interpretar a nova figura que a democracia assume, a nova figura do capitalismo e a nova figura do poder; ou, dito de outra forma, os limites da democracia, os limites do desenvolvimento capitalista e os limites da definição do poder moderno. Neste contexto, tanto os movimentos que emergem no Sul, quanto os do Norte, dialogam tradições e inovações teóricas e renovam a práxis e os limites da cultura política dominante. A América Latina está repleta de movimentos sociais, de formulações teóricas e de práticas emancipatórias que inspiraram e se articulam com os “novos” movimentos sociais que emergiram da “primavera dos indignados”, constituindo uma rede transnacional entre o Norte e o Sul.

Conexões Latino-Americanas da Rede Global do Movimento “Occupy”: a “Multidão” Contra o “Império” do “Sul” ao Norte

O ciclo de protestos que se inicia em 2011, na Europa e na América do Norte é herdeiro e tributário dos movimentos antiglobalização que se iniciaram no final do século XX. Enquanto estes assumiam caráter eventual e ações pontuais de protestos e manifestações coletivas, quase sempre vinculadas a algum evento internacional como o Fórum Econômico Mundial ou reuniões do G8, aqueles assumem características organizativas mais duradouras e adotam a ocupação e ressignificação dos espaços públicos, do político e da democracia como a principal estratégia de luta e mobilização. Mas, não somente no Norte emergem os indignados europeus ou os “occupies” norte-americanos. Na América Latina, movimentos que já existiam antes da “primavera dos indignados” e ocupações de 2011, passam a reforçar sua luta e mobilizar militantes e ativistas, articulando multidões por meios eletrônicos a ocuparem as ruas e praças nos grandes centros urbanos latino-americanos. Dessa forma, a rede transnacional de movimentos de ocupação passa a articular-se com os “nós” locais do Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, México, Colômbia, Bolívia e Peru, principalmente a partir do dia do protesto mundial que ficou conhecido como 15-O World Revolution, Global Change: “Unidos por uma mudança global”.

No dia 15 de outubro de 2011, o dia da mobilização global conhecido como 15-O, ganha força em várias cidades da América Latina. A ação denominada “Revolução Global”, foi articulada pela rede transnacional de movimentos de ocupação. O dia mundial de protestos fez parte de uma série

de ações articuladas, inspiradas pela “primavera árabe”, a “geração à rasca” portuguesa, os “indignados” espanhóis, os protestos gregos e pelo Movimento Occupy Wall Street. Manifestações globais foram realizadas neste dia, em mais de 950 cidades em 82 países. A data foi escolhida para coincidir com o aniversário de cinco meses do primeiro protesto na Espanha, iniciado em 15 de maio, que conferiu o nome de 15M ao movimento dos indignados espanhóis. Assembleias gerais, as redes sociais e listas de discussão foram usadas para coordenar os eventos. Em alguns protestos compareceram apenas algumas centenas em número, enquanto outros chegavam às centenas de milhares de pessoas, sendo a maior em Madrid, que atingiu meio milhão de manifestantes e o segundo maior da cidade de Barcelona, com 400 mil.

316

Articulados à rede global de protestos, milhares de “indignados” saíram às ruas em várias cidades do Chile e em diversos países latino-americanos e nos demais continentes. Em Santiago, onde 100.000 pessoas estavam concentradas de acordo com os organizadores, exigiu-se a elaboração de uma nova Constituição que iria substituir a atual, produzida em 1980, durante a ditadura de Augusto Pinochet. Os manifestantes também gritaram *slogans* e mostraram sinais de apoio ao movimento estudantil e contra os projetos de energia que ameaçam o meio ambiente; as duas questões que pautavam a agenda política e social no Chile. Sem dúvidas, o país latino-americano que teve um maior número de militantes que aderiram à rede global do “Occupy” foi o Chile, especialmente pelo histórico e trajetória do movimento estudantil, que passou a retomar as manifestações mais fortemente depois da emergência do indignados europeus. Após algumas manifestações do movimento estudantil, no último ano do governo de Ricardo Lagos, em abril de

2006, uma multidão de alunos do ensino médio ocupou as ruas para protestar no início do governo de Michelle Bachelet, inaugurando uma longa sequência de marchas e protestos pelo transporte escolar gratuito e pela diminuição do valor de inscrição da Prova de Seleção Universitária (PSU). As manifestações realizadas durante esse período ficaram conhecidas como o a “Rebelião dois Pinguins”.

Os conflitos sociais enfrentados pelo governo de Michelle Bachelet, gerados pelo movimento estudantil secundário foram, sem dúvida, os mais significativos dos últimos anos. A emergência de protestos dos jovens tem origem no período de transição democrática iniciada em 1990. Durante esse período, o movimento estudantil secundarista dedicou-se principalmente à tarefa de reconstrução de seus centros de estabelecimentos de ensino. Este fenômeno ocorre após o controle exercido pelas autoridades educacionais em crianças em idade escolar durante praticamente todo o período do regime militar. Apesar do controle, restrições e repressão aos jovens naqueles anos, o movimento secundário mostrou bastante vitalidade e capacidade de organização, acumulando experiências de participação no processo de luta pela restauração da democracia no país (DE LA QUADRA, 2012). No decurso do ano de 2008, os alunos retomaram as mobilizações, mas estas já não tinham a força dos protestos de 2006.

Após a “Primavera Árabe” ocorrida em dezembro de 2010, e com o início dos protestos na Europa, naquele momento mais fortemente na Grécia e na Espanha, em 12 de maio de 2011, o movimento de estudantes chilenos retoma as mobilizações nas ruas e, conseqüentemente, a força da ocupação em massa, após cerca de cinco anos do início do movimento. Nesta data, ocorre a primeira manifestação nacional dos

estudantes universitários filiados à Confederação de Estudantes do Chile (CONFECH). Este momento constitui um marco referencial a retomada das manifestações, em que estudantes invadiram os noticiários com uma voz poderosa e renovada contra o projeto neoliberal para a política de educação. Milhares de estudantes marcharam pelo centro de Santiago e pelas ruas das principais cidades do país, praticamente durante todo ano de 2011, contra a privatização e a mercantilização da educação no Chile; os “nós” da rede transnacional do movimento “occupy” se articularam, desde então, aos “nós” da rede do movimento estudantil chileno, que passou a assumir cada vez mais um caráter mundial.

A proposta do movimento estudantil chileno, que possibilitou a criação de uma plataforma global de mobilização, após 2011, também convoca para construir uma transversalidade das lutas sociais empreendidas por diversos atores, bem como a eliminação de todos os vestígios de desigualdade e inequidade no país (DE LA QUADRA, 2012). Um trecho do manifesto do movimento estudantil no Chile revela a conexão com as lutas transnacionais que eclodem a partir de maio de 2011 e vêm articulando atores sociais distintos em uma rede de movimentos sociais. Pelos desenvolvimentos posteriores fica evidente que, mesmo preservando sua origem nas lutas nacionais pela educação, o movimento está sintonizado com as demandas e com a cultura política transnacional dos indignados e dos demais “nós” da rede global do “occupy”. Esta rede de manifestações globais, no Chile, também desencadeou manifestações de protesto do “Movimento Patagônia sem Represas” contra o projeto HidroAysén, que desenvolve a construção de cinco barragens nos rios Baker e Pascua, localizado na região sul país. Nas cidades de Aysén, Pelequén e Freirina, no decorrer de 2011, foram os

habitantes de Punta Arenas que realizaram o “puntarenazo”. Somaram-se ao 15-O manifestações setoriais feitas por diferentes categorias de trabalhadores da mineração, pesca, florestal, funcionários de imposto e os agentes de saúde.

A luta mundial do movimento estudantil contra a crescente mercantilização da educação e para a educação emancipatória livre ganha força em junho de 2012, ao destacar a natureza global da luta contra os sintomas do sistema econômico dominante, que desencadeia suas forças em todos os continentes. Respondendo à necessidade de se articular à rede de movimentos ao redor do mundo para lutar por uma educação diferente grupos e ativistas coordenaram a primeira greve mundial de estudantes da história em 18 de outubro, e que teve continuidade de 14 a 21 de novembro de 2012. Instituiu-se, desde então, uma Plataforma Internacional do Movimento Estudantil vinculada à rede transnacional do “occupy”. Entre as principais reivindicações feitas pelos alunos consta a mobilização por uma educação pública gratuita e de qualidade, assim como a demanda pelo fim do lucro nos estabelecimentos de ensino, o fim da educação municipalizada, melhorias na infraestrutura na escola básica, no ensino médio e superior, além do passe escolar gratuito durante todo o ano.

Na Argentina, também a partir do dia da mobilização global “15-O”, ocorreram protestos nas seguintes cidades argentinas: Buenos Aires, Córdoba, Mendoza, Rosario, San Miguel de Tucumán e San Salvador de Jujuy. Pelo menos oitocentos “indignados” de diferentes nacionalidades marcharam de forma pacífica pelas ruas de Buenos Aires, organizando uma “bicicletada” e diferentes atividades artísticas e protestos. Neste dia global de protestos, também ocorreram manifestações em cidades da República Dominicana, Cidade

do México, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Goiânia, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e São Paulo, Lima, Bogotá, Montevideu, Quito, San José de Costa Rica e Managua.

As mobilizações da “rede occupy” na América Latina, não assumiram as proporções que tiveram nos países no Norte. Isso se deve, provavelmente, às condições socioeconômicas, históricas e políticas dos países latino-americanos e ao fato de que a crise estrutural do capital que vem se desenvolvendo, desde 2008, no cenário internacional, afetam mais fortemente as economias e sociedades da Comunidade Europeia. Pelas especificidades sociopolíticas das sociedades latino-americanas e pelo histórico das lutas e alternativas desenvolvidas a partir das epistemologias do Sul, conforme assevera Boaventura de Sousa Santos (2011), gestam-se novas possibilidades emancipatórias, constituindo diferentes experiências de radicalização da democracia a partir dos movimentos sociais e de suas concepções e práticas. É preciso ressaltar que o histórico colonial e neocolonial de dominação e resistências latino-americanas, como o caso boliviano, do Equador e dos Zapatistas, credenciam os movimentos sociais do “Sul” e suas epistemologias emancipatórias como referências de lutas e estratégias aos movimentos que emergem no “Norte”.

A experiência do movimento zapatista constituiu uma referência para os novos movimentos da rede “occupy” que eclodiram em 2011. O Estado como o novíssimo movimento social, conforme defendido por Boaventura de Sousa Santos, a exemplo das experiências da Bolívia e do Equador, com a proposta do multiculturalismo e da governança desde os movimentos sociais, podem servir como referências a novas propostas de radicalização da democracia, seja pelas possibilidades que apresentam no campo do poder e do sistema político, seja pelas fragilidades e contradições enfrentadas no

campo político, social, econômico ou cultural frente aos movimentos reacionários do “império”. Os conflitos e tensões políticas passam a configurar um cenário marcado por drásticas mudanças do capitalismo e das formas de repressão, coerção e dominação em âmbito global, em que as redes transnacionais do capital assumem novas dimensões a partir de 11 de setembro de 2001, quando tem início a política antiterrorista norte-americana (cada vez mais globalizada), e tudo o que ela acarreta como consequência para os movimentos sociais que se atrevem a enfrentar o império na forma de multidão e na forma do anonimato que a cibercultura possibilita.

Se insistirmos nas características dos novos movimentos sociais, pode-se considerar, sobretudo, que quando os movimentos antiglobalização têm início e começam a afirmar-se, é também quando tem lugar a reação geral das forças capitalistas. Estabeleceu-se uma dinâmica entre o império, de um lado, e a multidão, de outro, em que os movimentos anticapitalistas vêm sendo sistematicamente desmontados. A resposta, desde então, como reação aos movimentos sociais, consistiu em uma estratégia reacionária que tratou imediatamente de instituir uma ordem a este novo caráter, a esta intensidade do movimento das multidões. A resposta foi bastante clara: a dimensão mundial assumia o caráter de um território de guerra, a partir dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Esta dimensão bélica difusa e transnacional do território global enquanto cenário de guerra contra “o terror”, passou a assumir um caráter de intervenção policial que devia romper e interromper qualquer possibilidade de uma determinação contínua de luta, conforme assevera Negri (2010, p. 21-22):

Claramente, depois de 2001, com o ataque às Torres Gêmeas, a política capitalista a nível mundial se determinou de uma maneira absolutamente

diferente. Todos os elementos do poder têm sido acentuados, todos os elementos que empurravam para uma organização capitalista, cada vez mais financeira e parasitária, frente a uma organização do trabalho cada vez mais importante, e sobretudo, a propaganda bélica e da superioridade ideológica e cultural do mundo ocidental, significaram a exaltação do capitalismo em quanto tal e das formas de democracia tradicionais. Isto vem adquirindo cada vez mais importância.

322

Para Negri, na Europa e nos Estados Unidos, se vive uma situação em que as organizações sociais do trabalho e aquelas que lutam contra a exploração já não existem mais em suas antigas formas de mobilização. Os movimentos estariam em uma fase em que os atores críticos, e que se opõem ao sistema capitalista e a democracia frágil e subserviente, se veem obrigados, frente às movimentações do império, a inventar novas formas de organização social, que não têm nenhuma continuidade com o passado, nem com as organizações desse passado. Negri também afirma que, diante desta situação histórica - na qual as organizações de esquerda não existiriam mais - o ciclo de lutas da nova fase, da nova época, o “movimento dos movimentos” continua de todas as maneiras vivendo, e subsistindo, no mundo. Contudo, é preciso considerar o significado do precariado e o desenvolvimento teórico do marxismo posterior à queda do muro de Berlim, sobre o sujeito revolucionário no capitalismo tardio, a partir de novas leituras da obra de Marx, especialmente nos *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858* (2011), levando em conta o que Negri e Hardt (2005) definem como “multidão”, mais especificamente, quanto ao aspecto de ruptura histórica e fragmentação das organiza-

ções da classe trabalhadora e dos diferentes significados que assume o termo “proletariado” no debate contemporâneo.

Neste cenário de conflitos, a situação da América Latina é muito interessante, já que estão presentes as condições características dos novos movimentos, tanto no terreno da crítica da representação, como no terreno da crítica do conceito de trabalho e também no âmbito da crítica do poder. Pela situação em que se encontra o poder do capitalismo global, as lutas e movimentos emancipatórios na América Latina procuram romper a relação de dependência com o centro imperial. Esta busca de ruptura é um elemento absolutamente fundamental da condição dos movimentos, assim como do ponto de vista da análise da configuração global do capitalismo, já que esta relação é uma consequência do fato inescapável de que os países da América Latina também se encontra em uma situação de interdependência no mundo global, o que determina condições absolutamente novas e distintas quanto à soberania, a autodeterminação constitucional e quanto ao poder no âmbito do Estado-nação.

É justamente sobre este terreno que as características dos “novos” movimentos sociais têm encontrado uma expressão excepcional. O que está acontecendo na Bolívia é um exemplo claro do que Negri tem dito a propósito das novas determinações da luta de classes, porque resulta absolutamente evidente que isso é o que está em jogo. Quando o problema é proposto a partir da perspectiva da luta de classes, toma-se como foco da abordagem o que os capitalistas estão também se perguntando a partir de sua posição:

Na medida em que a produção não é mais uma produção que não pode ser concentrada em lugares fixos, que o controle social possa passar sobre a organização da classe trabalhadora central, na medida em que as

lutas têm destruído a capacidade do Estado-nação de intervir com seus próprios meios na luta de classes para bloqueá-la e dominá-la, a estrutura mesma do Estado-nação está em crise, por que não é capaz de exercer sua dominação senão dentro de um sistema mundial, de um sistema que tem que negociar com outros. (NEGRI, 2010, p. 24).

Esta é uma situação em que os elementos de decisão política se tornam cada vez mais transcendentais. É uma situação em que o que está em crise é a forma mesma do governo constitucional e do Estado democrático de direito. O exemplo da Venezuela também pode ser evocado como referência de tentativa de ruptura em relação ao centro do poder capitalista.

324

Os processos de globalização geram discussões sobre o papel da sociedade civil e a forma como os movimentos sociais devem ser compreendidos e abordados teoricamente. O papel do Estado e da classe política, sob o predomínio dos processos neoliberais, contribuiu para a mudança do foco da atenção política, que passou de uma abordagem que privilegia a tomada do poder do Estado para questões de direitos humanos, civis e de novos modos de vida fundados em relações sociais mais igualitárias e libertárias. O uso de novas tecnologias de informação e comunicação por parte de atores sociais que se articulam na forma de redes de movimentos sociais, abriu um leque de novas formas de lutas progressistas em que o cultural, conjugado às questões materiais, torna-se uma arena crucial de luta.

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho vem sofrendo processos de complexificação e sendo submetido, assim, a novas e diferentes formas de assujeitamento e subjetivação a partir de dispositivos de poder e biopoder que atuam sobre

as relações de trabalho e entre capital e trabalho, garantindo a continuidade da subsunção do trabalho ao capital. Já não existem formas homogêneas de trabalho, como se dava tipicamente nas sociedades industriais com os trabalhadores do “chão de fábrica” e o sindicalismo, resultante das lutas do proletariado que exercia determinada centralidade nas lutas e no próprio mundo do trabalho e demonstra sinais de desarticulação e fragmentação nos sistemas complexos das sociedades contemporâneas características da era da informação. Atualmente predomina uma pluralidade e heterogeneidade generalizada das formas de trabalho no âmbito do capitalismo, no processo incontrolável de busca por valorização progressiva sem limites e constante do capital em expansão. Neste processo, é preciso ressaltar, estão cada vez mais evidentes as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e o das relações sociais de produção, conforme asseverado pela teoria marxista.

No tempo social da cibercultura, a nova temporalidade histórica do capital está a produzir transformações radicais no padrão de acumulação e nas formas de valorização, configurando um novo momento de desenvolvimento e de expansão aparentemente sem limites. Acirram-se, portanto, as contradições que atingem violentamente o mundo do trabalho, ampliando o contingente de trabalhadores supérfluos ao capital. Assim avalia Alves (2012), sobre o contexto contraditório encarnado nos circuitos da crise:

A “condição crítica” das índromedocapital é a convergência histórica de um conjunto de decrescentes contradições sociometabólicas do sistema mundial do capital, principalmente a partir de meados da década de 1970. A principal delas diz respeito à contradição

capital-trabalho, na medida em que é através do trabalho que o sociometabolismo do capital vincula os seres humanos à natureza: a aguda elevação da produtividade do trabalho, em virtude do processo cumulativo do progresso técnico, tende a explodir a materialidade do valor-trabalho, uma “implosão” contínua e permanentemente no espaço-tempo comprimido do novo tempo histórico do capitalismo global. (ALVES, 2012).

Mészáros, em sua crítica radical e contundente, enfatiza que

o sistema de controle do metabolismo social atingiu um estágio em que lhe é necessário expulsar centenas de milhões de indivíduos do processo de reprodução social, do próprio processo de trabalho (2009, p. 152).

326

O sistema do capital, nessa lógica de expansão destrutiva e incontrolável, revela a sua incapacidade de incluir esse “refugo humano”, essa “população sobranete”, condenando amplos contingentes populacionais à redundância social (CARVALHO, 2010). É a saga de milhões de migrantes, de desempregados, de executores de atividades precarizadas, de jovens estudantes que não conseguem a devida inserção no mundo do trabalho, enfim, de trabalhadores e trabalhadoras altamente qualificados sem condições de mercantilizar sua força de trabalho e responsabilizados pela sua exclusão nas tramas ideológicas da qualificação e do acirramento do individualismo.

A globalização hegemônica neoliberal, a circunscrever o “Norte” e o “Sul”, na metáfora de Boaventura de Sousa Santos (1997), constitui uma chave analítica fecunda para pensar os processos contemporâneos do capitalismo, a produzirem cada vez mais exclusão social, desemprego estrutural e precarização do trabalho, destruição sistemática e irreversível

da agrobiodiversidade e da própria natureza, violação de direitos humanos, ódios interétnicos e declínio de políticas sociais. Neste cenário, o “Sul” encarna uma potencialidade de lutas e resistências. A rigor, o “Sul” é uma categoria que configura grupos subalternos, segmentos sociais e países sujeitos a novas formas de domínio do capital hibridizadas às formas de opressão do neocolonialismo. A tese de Boaventura de Sousa Santos é que está em curso uma contra-hegemonia como novidade histórica encarnada no “Sul”. A história vem confirmando a fecundidade de sua tese, na medida em que, cada vez mais, novos sujeitos políticos estão a construir redes de alianças transnacionais entre movimentos, lutas e organizações que se propõem à construção de projetos emancipatórios no interior da civilização do capital.

De fato, tem-se em curso, com diferentes expressões, um processo de disputa hegemônica (CARVALHO, 2010) que se intensifica no contexto da crise estrutural e das formas de mobilização, consubstanciadas nos movimentos de ocupação. Neste contexto, ganha visibilidade públicam os limites da democracia liberal nas suas configurações representativas, que se torna, em muitas situações, funcional à expansão do capitalista. Mézáros enfatiza o caráter repressivo e antidemocrático destes processos sociopolíticos dominantes no sistema do capital, alertando para os possíveis resultados que podem comprometer a democracia até aqui conquistada. Afirma ele que não é apenas o modelo de crescimento e modernização sem transtornos que se despedaça, “mas ironicamente, é também o *slogan* do crescimento sustentado sobre uma base política e social que preserva as possibilidades de um progressivo desenvolvimento democrático” (2009, p. 50), trazendo, então, a questão da crise para o âmbito das instituições democráticas, assim como para a esfera do poder.

Os movimentos transacionais de ocupação articulam grupos heterogêneos, questionam a cultura política dominante e propõem novas formas de organização social, desenvolvendo dimensões simbólicas, práticas e espaços ainda não consolidados no âmbito das estruturas e instituições sociais e políticas contemporâneas. Por isso, tais movimentos são inovadores e indicam caminhos de possíveis mudanças das relações sociopolíticas. Assim, constituem uma lente por onde problemas mais gerais do capitalismo global ganham visibilidade, especialmente aqueles relacionados à representação política na democracia e aos mecanismos de poder das elites dominantes articuladas à classe política.

A democracia e o sistema político representativo constituem o pano de fundo na análise da cultura política implicada na política cultural da rede de movimentos sociais transnacionais, que lutam contra os interesses do capital encarnados na classe política. Porém, tanto o conceito de cultura quanto o de política devem possibilitar a compreensão da dinâmica veloz e multifacetada da vida social contemporânea e possibilitar uma abordagem teórico-metodológica capaz de iluminar a complexidade de atores sociais articulados em redes globais em suas múltiplas camadas e dimensões de novas subjetividades, estratégias, mobilizações e formas de atuação coletiva.

A questão da mudança político-cultural na contemporaneidade, a partir de matrizes democráticas igualitárias, requer abordagens conceituais amplas e interdisciplinares. No plano da inversão de subjetividades ou de estruturas institucionais, políticas ou econômicas, a cultura, como dimensão transversal, desempenha um papel fundamental na compreensão dos processos e no alcance das possibilida-

des emancipatórias que os atores empreendem na sua luta cotidiana, em intersecções com o universo do político.

Paradoxalmente, para construir o novo, os atores sociais dispõem apenas de instrumentos hegemônicos para erigir um contra-hegemonia (DE SOUSA SANTOS, 2000). Enfrentando o desafio de criar o futuro a partir do presente, nas sociedades democráticas contemporâneas, os movimentos sociais, concebidos em perspectiva teórica mais ampla, constituem meios e instrumentos que grupos sociais constroem socialmente para a ação política, em busca de mudanças graduais em direção a outra sociedade imaginada. Sua ideologia é seu “norte magnético” e nela são forjados os valores que orientam seus discursos e ações políticas, nos horizontes ideológicos ou nas práticas cotidianas que sustentam a ação para a transformação de valores, símbolos, instituições ou normas as quais representam o signo do *status quo*, o presente hegemônico que se pretende suplantado por algo novo e alternativo.

“Multidão” e Crítica ao Poder do “Império”: a Emergência de uma Nova Cultura Política

Dentre a miríade de constelações que compõem o “céu do Occupy”, a pesquisa que realizei concentrou-se em dois grupos específicos: o 15M (os indignados espanhóis) e os Novades (grupo que compõe uma das cinco grandes tendências do Occupy Wall Street). O primeiro vem sendo objeto de estudo desde os primeiros momentos de sua formação na Espanha, em articulação com a rede global e transnacional que caracteriza o movimento; os Novades fazem parte de um processo de pesquisa mais intenso e engajado, desde junho de 2012.

Com o tempo, o Movimento Occupy Wall Street (OWS), no processo da própria diáspora¹⁶³, desdobrou-se em cinco grandes tendências: *Tide*¹⁶⁴, *Pivot*¹⁶⁵, *Reclaim*¹⁶⁶, *Novad*¹⁶⁷ e *StrikeDebt*.¹⁶⁸ Dentre tais constelações, a pesquisa desenvolveu-se mais profundamente com os Novades que propõem a refundação do anarquismo a partir de referenciais tanto inovadores, do qual emerge o movimento, quanto tradicionais, relacionados às mais variadas fontes autorais. Os novades vêm construindo sua identidade a partir de inspirações interdisciplinares desde campos diversos como a filosofia, a arte, a política, a sociologia, a história, a estética, a antropologia, a biologia, a física e outros. Para alguns novades está sendo gestada uma escola de pensamento e uma estética revolucio-

¹⁶³ Conforme a concepção dos ativistas, os movimentos (OWS e os indignados europeus de um modo geral) passaram por três etapas distintas: 1) fase do **rizoma**, na qual as pessoas e grupos sociais diversos iam convergindo para as ocupações de praças e ruas nos grandes centros urbanos; 2) a fase da **diáspora**, marcada pela dispersão dos grupos das áreas ocupadas; e 3) a fase das **constelações**, fase atual do movimento, em que os indivíduos e grupos confluem para conglomerados, consolidando coletivos com certa identidade cultural, política, ideológica, temática, social, entre outras.

¹⁶⁴ Grupo de maior aglomeração e a principal tendência (*o mainstream*) do OWS contempla ativistas, intelectuais, universitários e uma grande variedade de ativistas norte-americanos e canadenses. Foi o grupo que inicialmente articulou, promoveu o chamado para a ocupação de Wall Street.

¹⁶⁵ A tendência *Pivot* está mais ligada ao mundo acadêmico, aos intelectuais, à “nova esquerda” norte-americana.

¹⁶⁶ *Reclaim* é a tendência que congrega os espiritualistas, mais próximos de “novos hippies” que fundamentam sua luta em princípios religiosos ou preceitos espiritualistas, ecológicos etc.

¹⁶⁷ *Novad* (que congrega os Novades, apertuguesando), em uma das explicações atribuídas à origem etimológica do nome, surge a partir da fusão de “supernova” e “nômades”. É um grupo relativamente pequeno que congrega principalmente neoanarquistas, anarcocomunistas, socialistas e quem mais deseje fazer parte, já que é fundado na valorização da diversidade da heterogeneidade sociocultural como princípio geral do grupo, desde que partilhe do desejo da revolução e da transformação radical da ordem hegemônica do capital.

¹⁶⁸ *StrikeDebt* [greve da dívida] é a tendência mais recente do OWS, que vem se organizando institucionalmente visando liquidar as dívidas produzidas pela crise financeira, não pagando-a ou criando mecanismos de negociação e compra coletiva da carteira de crédito para liquidá-la. Frequentemente é acusada de “jogar o jogo do império”.

nária que pretende a libertação do humano dos dispositivos de dominação impostos pelos governos e pela classe política que governa em nome do capital e do “império”.

Diversos grupos do movimento Occupy desenvolvem novas concepções e práticas políticas, forjando um “neonarquismo” e um radicalismo democrático que concebe uma organização societária fundada na possibilidade da diversidade irrestrita da liberdade ontológica e no respeito às diferenças identitárias. Visando a reinvenção da vida cotidiana, como resultado de “microrrevoluções”, criam e reproduzem seus rituais libertários, na busca de liberação dos corpos dos dispositivos de assujeitamento e, em tal processo, reiteram valores caros aos princípios libertários, criando novos conceitos e práticas que se estendem para além da ágora contemporânea característica da cibercultura.

Os novos atores sociais do cenário global pretendem conjugar o verbo “ocupar”, ressignificando-o e dotando-o de um poder simbólico na ocupação desde instituições sociais, até campos de saberes distintos, assim como as práticas hegemônicas reprodutoras da lógica do capital e do Império, procurando subvertê-las. Nos termos de Agamben (2011), os novades buscam “profanar” tudo o que é “sagrado”, buscando repor aquilo que fora socialmente apartado do humano, restituindo-o novamente à dimensão humana. Por sua forma de atuar, os grupos que constituem o movimento desenvolvem uma política cultural (ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A, 2000) e práticas de cunho ideológico, visando à revolução da vida cotidiana. Assim, a noção de “microrrevolução” vem sendo concebida como uma forma de se transformar uma sociedade sem necessariamente “tomar” o poder instituído pelo Estado, pelos partidos ou grupos políticos ou por via

eleitoral. Como referência inicial, pode-se citar a obra *Mudar o mundo sem tomar o poder* (2003) de John Hallaway, na qual é possível identificar alguns elementos que constituem a noção de “microrrevolução” que vem sendo forjada pelos novades.

Tal conceito está em pleno processo de construção coletiva no grupo, em uma espiral de *poiesis*, denominada “Arena Fibonacci”¹⁶⁹. Essa forma de luta libertária e as concepções que fecundam sua práxis têm suas origens no anarquismo, mas difere bastante das concepções de revolução historicamente dadas, porque, essencialmente, o que se deseja é a transformação radical de uma determinada condição social de assujeitamento, determinada cultura civilizacional (a do capital), modo de produção (capitalista), ou das formas de desigualdade ou injustiças sociais (desigualdade econômica, social ou simbólica) sem passar pela centralidade do Estado na luta pelo poder.

332

Na acepção de revolução-subversão das relações, em uma “microfísica do poder”, figuram noções de poder que dialogam muito fortemente com aquela definida por Foucault, Bourdieu e no âmbito da antropologia da política e da sociologia política. De modo que a política não está apenas ou fundamentalmente nas instituições sociais, no Estado ou nos partidos políticos. A política é entendida de maneira muito mais ampla, capilarizada e difusa; inscrita nos corpos, prenhe de dispositivos de subjetivação dessubjetivante, impondo a reflexão sobre a constituição de práxis capazes de romper com tais dispositivos cujo objetivo principal é trans-

¹⁶⁹ Leonardo Fibonacci (ou Leonardo de Piza) foi um matemático renascentista que ficou conhecido pela descoberta da sequência de Fibonacci (uma fração matemática universal), que se manifesta em todos os elementos orgânicos e inorgânicos à medida que a complexidade aumenta. A teoria do caos e dos fractais corrobora que a espiral de Fibonacci está presente desde o mais simples organismo vivo até nas formas das ondas ou das galáxias.

formar em dóceis os sujeitos permissivos ao sistema socio-metabólico do capital. A esfera do político, nessa perspectiva, permeia todas as relações cotidianas, as teias de significados e as formas de viver da esfera pública ou privada.

Os novos atores sociais da cibercultura, encarnados nos movimentos que compõem a rede transnacional do “occupy”, pretendem instituir uma nova gramática social, construir paulatinamente novas culturas políticas, modos alternativos de produção, distribuição e consumo, formas de sociabilidade alternativas e relações sociais radicalmente horizontais, sem a figura da representação política. A representação política seria uma das principais causas de exclusão, exploração, repressão e desigualdade dos sistemas políticos verticais, nos quais as corporações e redes transnacionais do capital dominam e orientam os modelos de desenvolvimento, as relações de produção, as instituições, estruturas e relações sociais que orientam o destino da democracia representativa liberal. Os Novades fundam suas práticas em uma nova produção e concepção estética em seus aspectos políticos, visando transformações radicais dos valores e do próprio sistema político e econômico. A estética subversiva dos Novades está fundada na renovação do anarquismo e no *homo ludens* (HUIZINGA, 2000). Uma estética da crítica como condição do *self* e da própria existência.

O “novadismo” enquanto prática de “microrrevoluções” das relações do cotidiano se desenvolve considerando o horizonte mais amplo e global, a partir, e fundamentalmente, da transformação virtual-real do espaço social em que transitam os ativistas, através da produção de zonas autônomas temporárias – Temporary Autonomous Zone (BEY, 1991) – e zonas autônomas permanentes. Há uma consciência do

ritmo e da complexidade do tempo histórico (MÉSZAROS, 2011) em descompasso com o dos indivíduos, por isso as estratégias compõem, concomitantemente, ações táticas temporárias como a TAZ, realizando *performances*, públicas ou privadas, em busca de conceber gradualmente e instituir “hipercomunas” nos interstícios das cidades, nas fissuras das tessituras da sociedade capitalista e do próprio Estado; as estratégias de microrrevolução são ativadas constantemente em ações diretas possibilitando a existência e o desenvolvimento do novo anarquismo, coexistindo em meio da multidão capitalista, no concreto da cidade desenvolvida e densa, fundada para o fluxo do capital (HARVEY, 2011).

334

A crítica à democracia representativa funda a insurgência dos ativistas do OWS e dos indignados em qualquer país em que atuem. Os rituais contemporâneos que praticam na selva de concreto nova-iorquina – sede do império do capital, a Roma contemporânea (conforme definição dos próprios ativistas) –, estão profundamente enraizados em uma estética subversiva que visa deteriorar o poder da ordem hegemônica do sistema político a serviço do sistema econômico do capital. Seu alvo, nítida e explicitamente, são os mecanismos que produzem os dispositivos de controle e de disciplinamento dos corpos e que limitam a livre manifestação e desenvolvimento do potencial ontológico do humano em sua possibilidade de existência social ou política, enquanto agentes partícipes de uma “caótica” simbiose constituinte de um grupo social emancipado.

A sociedade imaginada no horizonte utópico do grupo, a orientar as práticas do presente, possibilitaria uma formação social organizada a partir das diferenças e passível de autogestão nas tribos identitárias, mais ou menos convergentes entre si, possibilitando a autogestão articulada do social e do

econômico em uma miríade de diferenças culturais singularizadas e intercambiáveis. A partir de pequenos grupos, “nós” da rede heterogênea, pequenas unidades (territoriais, espaciais ou virtuais) comunas autônomas e altamente interconectadas pela tecnologia avançada, coexistindo na diferença e na diversidade, a compor “unidades” mais abrangentes.

Não haveria a ausência completa de uma forma macrosocial como o Estado, mas uma instituição de outra ordem, não unitária e central, mas múltipla e fundada na diversidade, “hiperplurinacional”, “hiperpluricultural”, constituído por fronteiras diversas em constante fluxos e interconexões, com base em *clusters* ou constelações tribais que constituir-se-iam por afinidade eletiva individual, étnica, cultural ou ideológica. Daí a importância das experiências latino-americanas como a da Bolívia, do Equador e, relativamente, da Venezuela. Por séculos, o Norte impôs os ritmos que orquestraram as formas institucionais, os sistemas políticos e os modelos de desenvolvimento para o Sul. Com a emergência de novos atores sociais, atuando globalmente em redes transnacionais, parece que o “Sul” também está a emergir no Norte e, desse modo, as experiências sociais latino-americanas passam a constituir um referencial para a multidão que cria novas formas de insurgência contra o império.

Nessa perspectiva analítica, o estudo das dimensões das práticas sociais e políticas em suas intersecções com a cultura é considerado crucial por Dagnino (2000), que ressalta a relevância do cultural no âmbito dos movimentos sociais contemporâneos. A autora retoma a noção de cultura em Stuart Hall e De Certeau, destacando a importância das ações cotidianas que quebram o disciplinamento do indivíduo no sentido de construir e reivindicar novos valores. Para Alvarez, Dagnino e Escobar (2000)

o que está fundamentalmente em disputa são os parâmetros da democracia, são as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação. (2000, p. 15).

As políticas neoliberais da globalização introduziram um novo tipo de relação Estado/sociedade civil que apresentam uma definição distinta da esfera pública e seus participantes, baseada em uma concepção minimalista do Estado e da democracia.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) exploram as fronteiras de novas abordagens e conceitos do cultural nas pesquisas sobre os movimentos sociais latino-americanos que podem ser úteis na análise dos movimentos transnacionais de ocupação. O que se pretende é uma investigação sobre a relação entre cultura e o política, que

336

pode ser explorada produtivamente sondando a natureza das políticas culturais postas em prática [...] por todos os movimentos sociais, examinando o potencial dessa política cultural para promover a mudança social. (ALVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, 2000, p. 17).

Para os autores da coletânea *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras* (2000), o conceito de “política cultural” enfatiza o laço constitutivo entre cultura e política e a redefinição de política que essa visão implica. Esse entrelaçamento conceitual significa que a cultura, entendida como concepção de mundo e conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas.

Mudanças nos estudos culturais, introduzidas por Certeau (1984), Fiske (1989) e Willis (1990), transcenderam concepções estáticas do conceito de cultura para definições que

compreendem os processos coletivos incessantes de produção de significados que moldam a experiência social e configuram as relações e práticas sociais. Com base nesta concepção, é que a dimensão dinâmica e ativa das políticas culturais dos movimentos sociais contemporâneos é concebida como campo de experimentação, produção, expressão e comunicação de sistemas de significados, implicando configurações de relações de poder, dos sistemas simbólicos e da ordem social. Porém, boa parte dos estudos culturais, principalmente quando desenvolvidos por autores norte-americanos, continua fortemente orientada pelo textual.

José Maurício Domingues (2007) defende que cada fase da modernidade corresponde a determinado “espírito” do capitalismo, que se modifica frente às críticas que incidem sobre os efeitos sociais, econômicos que afetam de maneira desigual classes sociais, gêneros, raças e etnias, países e continentes. O anticapitalismo é tão antigo quanto o capitalismo e constitui uma expressão relevante do sociometabolismo do próprio mecanismo que leva às transformações em seu “espírito” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). A indignação com injustiças sociais históricas parece figurar na fonte que alimenta as insurreições antissistêmicas e acompanha os períodos de transformações históricas pelos quais passam as sociedades nacionais e o mundo globalizado nas três fases da modernidade (DOMINGUES, 2007). Para cada crítica historicamente produzida, o capitalismo parece erigir-se renovado a partir da própria crítica de modo a incorporar novos dispositivos que possibilitam a manutenção da ordem do capital: a civilização capitalista. A luta pelo poder interpretativo no contexto dos movimentos sociais, portanto, institui um campo de lutas simbólicas no qual as narrativas e discursos são estruturados em “scripts” elaborados

no sentido de interpretar o mundo e suas relações. Estes “contradispositivos simbólicos” são fundamentais tanto para as disputas políticas quanto no âmbito e contexto do cotidiano, figurando na esfera da mudança político-cultural. A luta pela hegemonia da interpretação do mundo social, como bem ensina Bourdieu, constitui uma luta simbólica para os movimentos sociais que se colocam numa arena de disputas.

Essa definição que imbrica o político ao cultural no âmbito dos significados e práticas dos movimentos sociais pode ser a fonte de processos que devem ser aceitos como políticos, em especial aqueles teorizados como marginais, oposicionais, minoritários, residuais, emergentes, alternativos, dissidentes, insurgentes, e assim por diante. Tais movimentos produzem novas fronteiras políticas quando produzem novos significados e práticas culturais. Nas lutas dos movimentos sociais, os significados são constitutivos de processos que buscam redefinir o poder social porque apresentam concepções alternativas nas concepções de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que frequentemente desestabilizam os significados culturais dominantes. A cultura política dominante do ocidente foi caracterizada como “racionalista, universalista e individualista.” (MOUFFE, 1993, p. 2). Nesse cenário teórico, defendem Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), o ângulo mais importante para analisar as políticas culturais dos movimentos sociais talvez seja em relação com seus efeitos sobre a cultura política, entendida aqui como “a construção social particular em cada sociedade do que conta como político”.

Neste ponto, vale ressaltar a diferenciação entre “o político” e a “política”, conforme destacado por Slater (2000) à medida que as conexões entre movimentos sociais e sua política cultural tornam-se um tema-chave de investigação, que pode ser

expandido e repensado com a incorporação de uma imaginação espacial e dinâmica da relação entre “o político” e a “política”. Mouffe (1993, p. 262-263) desenvolve uma abordagem derivada do trabalho de Lefort (1988) na qual, para ela, “o político” se relaciona com a dimensão antagonista que é inerente a toda sociedade humana – um antagonismo que pode assumir diferentes formas e ser localizado em diversas relações sociais. A “política”, segundo Slater, pode ser tomada como se referindo a:

Um conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer uma certa ordem e organizar a vida social em condições que estão sempre potencialmente sujeitas ao conflito precisamente porque são afetadas pela dimensão do “político.” (SLATER, 2000, p. 512).

Sob essa ótica, *a política* deve ser vista como a tentativa de pacificação *do político* que sedimenta em determinado sistema de práticas e determinada ordem social. Slater, que vai buscar a noção de política como pacificação do político em Rancière, aponta várias formas históricas de tentativas de contenção do político: no contexto de sociedades do Sul, periféricas, onde os conflitos sociais, a polarização e a desilusão crescentes com as instituições se manifestam cada vez mais problemáticos, nas novas políticas de “boa governança” e nas tentativas de introduzir esquemas ocidentais e neoliberais de democratização; na história dos projetos marxistas no impulso para tentar centralizar o poder no Estado na tentativa de eliminar pontos de antagonismos potenciais; e, no caso dos países andinos onde emergiram novas lutas que associam democratização e descentralização do poder que produziram novas formas de subjetividade e identidade.

O ponto mais importante desse argumento é o destaque

que Slater procura imprimir sobre a natureza interativa da política e do político, no sentido de postular a distinção necessária, mas principalmente, a inter-relação essencial entre as duas dimensões. Nesses termos, o político assume a conotação de um movimento vivo, um tipo de “magma de vontades e conflito” ou de antagonismos, móvel e ubíquo, subvertendo as amarras e cenários institucionais da política. A política concebida como a institucionalização (a sedimentação) de uma dada ordem que é projetada para superar, ou pelo menos, confinar a ameaça de conflitos do político.

Resgatando a relação de dissolvência mútua entre Estado e sociedade civil, conforme defende Ernesto Laclau, Slater aprofunda a relação entre as esferas do político e da política, identificando a “sedimentação” da política como conjunto de procedimentos, práticas, códigos e categorias reguladoras à “ordem” ou à “governança”, que jamais podem ser absolutamente completados, já que a esfera pública não coincide com a vontade popular absoluta. Por outro lado, o processo de “reativação” do político a essa “sedimentação” da política, constitui um processo que amplia as possibilidades subversivas, de questionamento, oposição, recusa e resistência, que também nunca podem ser totalmente superados.

Os processos de “sedimentação” institucional na forma da “governança” e da ordem remetem às teorias do poder e aos dispositivos de poder e saber envolvidos nas relações e nos processos de subjetivação dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Crítico de teorias do poder fundamentadas estritamente em bases institucionais-normativas. Michel Foucault ressalta a importância de se desenvolver instrumentos analíticos das relações de poder para o que não se dispõe de ferramentas adequadas. Sob a perspectiva foucaultiana,

a conceituação não deveria estar fundada em uma teoria do objeto, sendo imprescindível conhecer as condições históricas que motivaram a própria conceituação, em uma arqueologia do saber e do poder que procura as regularidades das práticas sociais e relação com as disciplinas. Foucault (1995), advoga a necessidade de uma nova economia das relações de poder em que figurem as relações entre a racionalização e os excessos do poder, procurando determinar a genealogia das racionalidades, do próprio saber imbrincado com as relações de poder, historicamente existentes.

De certa forma, à maneira bourdieusiana de uma sociologia espontânea (BOURDIEU, 2010), as práticas discursivas e o esforço de formulação na Arena Fibonacci dos novades caminham no sentido de uma arqueologia do saber e do poder. O ponto de partida para o desenvolvimento de uma nova economia das relações de poder, – mais empírica e diretamente relacionada ao mundo contemporâneo, que implica relações mais estreitas entre teoria e prática –, segundo o próprio Foucault, consiste em usar formas de resistências contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida, utilizando essa resistência como um catalisador, de modo a *esclarecer* as relações de poder, *localizar* sua posição, *descobrir* seu ponto de aplicação e os métodos utilizados, ou seja, não se trata de analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, mas de analisar as relações de poder através do *antagonismo das estratégias* (FOUCAULT in RABINOW; DREYFUS, 1995).

Portanto, para compreender a microfísica do poder em seus dispositivos de assujeitamento dos indivíduos e controle da máquina governamental dos corpos dóceis, é preciso investigar as formas de resistência e as tentativas de disso-

ciar estas relações. Foucault ¹⁷⁰ define quais são as características em comum de tais lutas e resistências: são lutas transversais, não limitando sua ação a um país, desenvolvendo-se de forma mais abrangente em determinados países, porém não sendo confinadas a uma forma política e econômica de determinado governo; os objetivos dessas lutas são os efeitos do poder enquanto tal; são lutas imediatas que criticam as instâncias de poder que lhes são mais próximas e exercem sua ação sobre os indivíduos. Elas consistem em lutas anárquicas, justamente o viés político ideológico principal dos Novades e de boa parte dos grupos dos movimentos transnacionais de ocupação do século XXI.

Contudo, existem os aspectos mais originais e específicos que as definem: são *lutas que questionam o estatuto do indivíduo*, afirmando o direito de ser diferente, enfatizando tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais, atacando, por outro lado, tudo aquilo que separa o indivíduo e que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, foçando o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga a sua própria identidade de modo coercitivo; *são uma oposição aos efeitos do poder relacionados ao saber*, à competência e à qualificação, são lutas contra os privilégios do saber, em oposição ao segredo, e às representações mistificadoras impostas às pessoas; e, para Foucault, todas essas lutas contemporâneas giram em torno da questão “quem somos nós?”.

Assim como operam os movimentos de ocupação, de um modo geral, e, mais especificamente, os Novades. O objetivo central dessas formas de luta, apontadas por Foucault, vai além de atacar instituições, corporações, classe social

¹⁷⁰ *Ibidem.*, p. 234-5.

ou determinada elite, enfim, os agentes de dominação nas relações de poder, mas antes de tudo, as estratégias visam principalmente atacar uma técnica, uma forma de poder que se aplica à vida cotidiana imediata categorizando o indivíduo e impõe-lhe uma lei de verdade reconhecida e reforçada socialmente. Eis a importância crucial da formulação foucaultiana para o desenvolvimento categorial e estratégico dos saberes, da linguagem e das práticas voltadas para as “microrrevoluções”.

As relações sociais são, fundamental e caracteristicamente, fenômenos de mútua percepção e no mundo contemporâneo, especialmente no início do século XXI, ganham força modalidades de lutas contra as formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade. Foucault, conforme afirma Lazzarato, aponta os movimentos antiglobalização iniciados em Seattle (precursores do movimento transnacionais de ocupação) como dotados desta originalidade em sua força criadora, ao negar estrategicamente os canais institucionalizados de luta pelo poder:

Retornemos aos acontecimentos de Seattle, à luz dessas primeiras considerações de Deleuze sobre os dois regimes de possível. Parece-nos que os dias de Seattle encarnaram aquilo que Foucault anunciava no fim da vida: os movimentos políticos não devem apenas resistir e se defender, mas afirmar-se como forças criadoras. Isso por si só constituiria uma mudança radical em relação à tradição do movimento operário, já que o acontecimento político introduz uma assimetria na dialética com a qual, na sequência do marxismo, apreendíamos o conflito e a luta. O “não” endereçado ao poder não é mais o ponto de partida de uma luta dialética, mas a

abertura de um devir. Dizer “não” constitui a forma mínima de resistência. E esta resistência deve-se abrir a um processo de criação, de transformação da situação, de participação ativa nesse processo. Nisso consiste resistir, segundo Foucault. (LAZZARATO, 2006, p. 20).

Neste cenário, os movimentos transnacionais da rede “occupy” encarnam, fundamentalmente, uma luta de negação de processos de unificação-totalização resultantes dos dispositivos de assujeitamento do capital. Foucault defende que a razão pela qual este tipo de luta deve prevalecer em nossa sociedade deve-se ao fato de que

desde o século XVI, uma nova forma política de poder se desenvolveu de modo contínuo. Esta nova estrutura política, como todos bem sabem, é o Estado. (FOUCAULT *in* RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 236).

O poder do Estado é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizante que se ocupa dos interesses de uma classe ou grupo dentre os cidadãos e é justamente contra este poder instituído e, a serviço dos interesses do capital e das corporações transnacionais, que se levantam grupos insurgentes em todos os continentes, com mais ou menos força, com o agravamento da crise estrutural desde 2008. O Estado, desse modo, desenvolve-se sobre uma estrutura sofisticada que integra os indivíduos que submetem-se e assujeitam-se conforme modelos específicos. Por isso, o objetivo estratégico das lutas dos novos movimentos sociais no sentido de recusar o ser humano delimitado pelos dispositivos de assujeitamento. Assim, a leitura de Foucault indica que, diante desse quadro, os movimentos sociais precisam imaginar e construir o que poderiam vir a ser para livrarem-se desse “duplo estrangimento político”, que é

a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno” (FOUCAULT in RABINOW, DREYFUS, 1995, p. 239). Tendo que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade, produzida pelos dispositivos de subjetivação e individualização que a ela estão vinculados, que vêm sendo impostos há vários séculos.

Entretanto, a intenção de Foucault não é a de reconciliar as relações humanas com a história, mas investigar os modos concretos em que os dispositivos agem nas relações, nos mecanismos e nos “jogos” de poder. O *acontecimento* histórico em Foucault está relacionado á inflexão de modos de dominação e desempenha papel relevante para a gestão da *urgência* que requer a elaboração de saberes e práticas de determinados mecanismos de governo. No contexto atual, a possibilidade da reinvenção da emancipação social caracteriza esse momento de transição paradigmática e de “barbárie social” em um estado de convulsões sociais, mobilizações globais e ciclos de protesto, que geralmente antecedem as grandes inflexões históricas (ALVES, 2012), face à precarização da vida e das relações de trabalho, especialmente nos países centrais e semiperiféricos, como resultado de uma crise estrutural no modo de produção capitalista.

O dispositivo, desse modo, remete a um conjunto de práticas e mecanismos (simultaneamente linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a um determinada urgência histórica e visa obter um efeito mais ou menos imediato. Com o passar do tempo, um dispositivo desenvolvido para dar conta de uma urgência histórica determinada, passa a ser apropriado e utilizado como forma de dominação em campos diferentes daqueles para os quais foi desenvolvido. No contexto da crise

financeira internacional num cenário de política antiterrorismo aplicado a grupos de resistência ao poder do capital nas democracias modernas, gera um campo de adversidades, abrindo espaço para o emprego de novos mecanismos ou dispositivos de poder, capturados de campos até então distintos do campo político e social, advindos do campo e das práticas de guerra contra grupos terroristas.

Esses processos de apropriação de dispositivos de outras áreas vêm ocorrendo atualmente com as estratégias de lutas que se estabelecem contra os ativistas dos movimentos de ocupação, que são monitorados pelos governos, pelo FBI, CIA e outras instituições militares e de inteligência, como ameaças terroristas, sendo incluídos na esfera da política antiterrorista norte-americana. O “terror”, portanto, deixa de pertencer à esfera do conflito militar entre países ou territórios e nações, e vem se transformando, cada vez mais para constituir uma guerra do “império” contra a “multidão” (HARDT; NEGRI, 2001).

Os “occupies” e os “indignados” do século XXI procuram desenvolver contradispositivos em suas estratégias de luta, procurando incidir o foco da resistência nos processos de subjetivação-dessubjetivação, levando ao limite o exercício do poder por parte do governo e dos grupos instituídos, especialmente a classe política e as corporações transnacionais. Para Foucault, toda relação de poder implica, pelo menos de forma virtual, uma estratégia de luta, cujos “pontos de insubmissão” conduzem aos limites do exercício do poder nas estratégias utilizadas visando enquadramento e submissão. Daí a relevância das Zonas Autônomas Temporárias e de todo o repertório de saberes e práticas que vem sendo consolidado no processo agonís-

tico de lutas entre as relações de poder da “multidão” contra o “império” do capital.

Dessa luta agonística entre as relações do poder da “multidão contra império” (HARDT; NEGRI, 2006) ou da “democracia contra capitalismo” (Ellen Meiksins Wood) os jogadores precisam descompensar o equilíbrio de tensões visando reconfigurar os processos e os campos políticos, econômicos e culturais. Tanto as estratégias microrrevolucionárias dos novades quanto as estratégias revolucionárias ou reformistas das constelações que compõem o movimento transnacional contra o capital, o que inclui os atores latino-americanos, escolhem jogar o jogo do império ou romper com sua lógica, podendo resultar ou não algum desequilíbrio das tensões até então sob o controle dos dispositivos.

Percebe-se, com base na pesquisa até o momento realizada, que a radicalização da democracia pretendida pelos atores sociais que constituem a rede “occupy”, busca instituir um novo modelo de Estado para o exercício do poder popular em suas demandas que, segundo Ellen Meiksins Wood (2003), constitui um poder revolucionário de transformar (por ser incompatível com) o capitalismo, as mazelas e contradições sociais e econômicas – agora mais evidentes reveladas pelas frequentes crises – que ele produz. No mesmo sentido, Slavoj Žižek reafirma a relevância das ocupações e seu papel crítico no campo da ideologia:

Sim, os protestos realmente criaram um vazio – um vazio no campo da ideologia hegemônica –, e será necessário algum tempo para preenchê-lo de maneira apropriada posto que se trata de um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro Novo. (ŽIZEK, 2011, p. 18).

A “diáspora” do movimento Occupy Wall Street e dos Indignados europeus é um processo que ainda está em curso e não se conclui com a saída das praças e ruas ocupadas, mas que esta em um processo de consolidação das identidades coletivas e da conformação de correntes relativamente divergentes quanto à forma e o conteúdo das estratégias e da própria visão de mundo. O Movimento “Occupy” constituiu um momento em que os córregos e riachos convergiram para um caudaloso “Amazonas” da multidão indignada e que agora se separam no delta que marca uma nova fase identitária e de lutas.

Esses movimentos de ocupação sinalizam para um novo tempo histórico. A rigor, o ano de 1989 ficou marcado na história mundial por demarcar a queda do Muro de Berlim, como a última linha de resistência do dito “socialismo real”. Desde então se proclama convenientemente o “fim do socialismo real”. Com a queda do Muro, caíam também os ideais de alternativas revolucionárias diante da hegemonia do modo de produção do capital; a queda do Muro simbolizaria o início do fim das utopias.

Contudo, mais de duas décadas depois, outro “muro” parece ter suas estruturas abaladas, é justamente aquele que simboliza o poder dominante do capitalismo na era da financeirização do capital. Para os militantes do movimento *Occupy Wall Street*, o “muro” construído pelo sistema do capital está em pleno processo de desintegração, sob suas bases aparentemente sólidas. Como na famosa metáfora de Marx de que no capitalismo “tudo que é sólido se desfaz no ar”, o centro financeiro do capital, como o “muro” demarcador do império a defrontar-se com a crise estrutural, parece também ruir diante das contradições do próprio sistema e

da indignação das multidões; o essencial da luta, segundo os ativistas, é acelerar o processo de dessedimentação iniciado com a crise.

Referências Bibliográficas

_____. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Argos, 2009.

AGAMBEN, G; ASSMANN, S. J. *Profanações*. [s.l.]: Boitempo Editorial, 2011.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVES, Giovanni. *O enigma do precariado e a nova temporalidade histórica do capital*. São Paulo, 13 jul. 2012. Disponível em: <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/category/colunas/giovanni-alves/>> Acesso em: 25 set. 2012.

BEY, H. *Zona autônoma temporária*. [s.l.]: Autonomedia, 1991.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO E. *O novo espírito do capitalismo*. WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. *et al. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CARVALHO, A.M.P. *et al., Estado e Políticas Públicas Brasil e Portugal: novas configurações, desafios do presente*. *Revista de Políticas Públicas*, v. 14, p. 233-256, 2010.

DE CERTEAU, M. *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press, 1984.

DE LA QUADRA, F. *Movimiento estudiantil en el Chile Contemporáneo: un análisis de la rebelión de los pingüinos*. [s.l.]: Editorial Académica Española, 2012.

DE SOUSA SANTOS, B. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. v. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. v.1, São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. Epistemologías del sur. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 16, n. 54, p. 17-39, 2011.

350

DOMINGUES, J. M. *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. [s.l.]: Editora Record, 2007.

FISKE, S. T. *Examining the role of intent: Toward understanding its role in stereotyping and prejudice*. *Unintended thought*, 1989. p. 253-283.

FOUCAULT, M. (1983). O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HARDT, M; NEGRI, A. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viamundo, 2003.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. 2006.

LEFORT, C. *Democracy and political theory*. Cambridge: Polity Press, 1988.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. [Karl Marx *Ökonomische Manuskripte 1857/58*]. Supervisão editorial Mario Duayer, Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider, (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011. 788 p.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco Raul Corvejo. *et al.* 2 ed. Rev. e ampliada São Paulo: Boitempo, 2011. 153 p. (Mundo do trabalho).

351

MORIN, E. *O século XXI começou em Seattle*. Le Monde, 1999.

MOUFFE, C. *The return of the Political*. Londres: Verso, 1993.

NEGRI, Antônio. El movimiento de los movimientos. In: *Ciclo de Seminarios Internacionales: Pensado el Mundo desde Bolivia*, 1, 2010.

PESCHANSKI, A. in HARVEY, D. *et al. Occupy: movimentos de protestos que tomam as ruas*. Tradução João Alexandre Peschanski... *et al.* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

SLATER, D. Repensando as espacialidades dos Movimentos Sociais. In: ALVAREZ, E.D. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.503-533.

STANDING, Guy. *The precariat: the new dangerous class*. Hodder Arnold, 2011.

TOURAINE, A. *La voix et le regard*. Paris: Scuil, 1978.

_____. *Production de la Société*. Paris: Scuil, 1973.

WILLIS, P. *Common culture*. Londres: Verso, 1990.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

YÚDICE, G. A globalização da cultura e a nova sociedade civil. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ŽIŽEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

Capítulo 10

Movimentos Sociais da Economia Solidária na América Latina: Simbolismos de uma Luta Contra o Capitalismo Hegemônico

Eduardo Girão Santiago¹⁷¹

Introdução

Em estudo recente intitulado *Informe sobre el Trabajo en el Mundo-2011: Los mercados al servicio del empleo*, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, projeta um quadro onde 2/3 (dois terços) das economias avançadas, e metade dos mercados emergentes e em desenvolvimento voltam a experimentar retração do emprego (OIT, Dezembro de 2011, nº 73).

Este processo se instaura sobre uma situação ocupacional que já era precária antes mesmo da crise de 2008 e que, no momento, segundo a instituição há pouco mencionada, registra uma monta de mais de 200 milhões de desempregados em todo o mundo.

Convém assinalar que a OIT elaborou uma sombria análise nas vésperas da Conferência de Líderes do G20 em Cannes, na França, onde afirmou que a economia mundial encontra-se submetida a uma nova e mais profunda recessão do emprego que retardará ainda mais a recuperação econô-

¹⁷¹ Eduardo Girão Santiago – Economista e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFC e membro da Rupal.

mica mundial e poderá desencadear um crescente mal-estar social em numerosos países (OIT, 2011, p. 8).

Até mesmo em regiões que vinham apresentando dinâmicas econômicas relativamente positivas, como o leste e sudeste da Ásia e a América Latina, já se percebem sinais de alerta. Segundo a OIT, mais da metade da população da China denota descontentamento com a situação laboral. Por seu turno, na América Latina e Caribe, países como a República Dominicana, Equador, Haiti, Nicarágua e Uruguai, o grau de insatisfação com o mercado de trabalho supera a cifra de 60% (OIT, 2011, p. 9).

O processo de acirramento da crise do capital, no entender de Mészáros, se iniciou em 2007, com a explosão da bolha imobiliária e especulativa nos Estados Unidos que respingou em todo o mundo no decorrer de 2008 (MÉSZÁROS, 2011, p. 6). Para este pensador marxista contemporâneo, a atual crise econômica está longe de ser algo meramente pontual, mas está associada a uma tensão estrutural do capitalismo.

Ao que tudo indica, o epicentro da crise parece ter suas origens ainda no final do século XX, com a derrocada do fordismo e a prevalência de um modelo de acumulação flexível de capital, posto em prática nas últimas duas décadas do século XX e na primeira do século XXI.

Na visão de David Harvey, este modelo culminou com a supervalorização do capital, com o aumento do tempo de giro do capital, implicando na redução drástica dos empregos tradicionais, no aumento do autoemprego, no imperativo da competitividade, na adoção compulsória do empreendedorismo e do individualismo, enfeixando um conjunto de ações compatíveis com o capitalismo financeiro liberal, lastreado, atualmente, na veloz e incessante revolução da tecnologia e do conhecimento (HARVEY, 2002, p. 139- 143).

Por seu turno, Antunes (2010), acentua o papel das mudanças no mundo do trabalho, especificamente sobre os direitos trabalhistas. Para ele, as conquistas trabalhistas estão sendo substituídas e flexibilizadas no atual modelo capitalista de produção globalizada (ANTUNES, 2010, p. 24).

A análise deste cenário vislumbra uma era de incertezas e prenuncia uma constante quebra de paradigmas em todos os quadrantes da vida. Isto tem muito a ver com a “destruição criadora”, com as inovações tecnológicas permanentes, com as novas formas de gestão e com os novos hábitos de consumo diversificado e desenfreado, enquanto atributos schumpeterianos. Há indícios de uma sociedade fria e calculista que não se incomoda com os sobrantes do capital, que se “naturalizou” com o infortúnio coletivo daqueles que não se inseriram no mercado de trabalho competitivo.

O que importa hoje é o “ser empreendedor” atuando nas racionais formas de acumulação flexível do capital. Quanto aos humanos, principalmente aqueles trabalhadores simplesmente esquecidos pelo novo capitalismo, deverão flutuar na vida, à deriva.

O importante para a nossa reflexão, acerca disso, é que os nossos ancestrais sempre viveram alguns contextos históricos marcados pela incerteza, como guerras, pestes, fome, crises econômicas e outras catástrofes temporárias (SENNETT, 2005, p. 33).

A despeito de tudo isso, os Fóruns Sociais Mundiais esboçam uma forte reação cidadã. “Davos, Seattle, Nova York, Gênova, Índia, Porto Alegre, Venezuela, Belém, Índia e Dakar constituíram movimentos sociais planetários que bradaram a utopia: “Outro mundo é possível”, “Uma nova economia é possível”, ou ainda, “A economia solidária é real”.

A presente crise da economia mundial expõe claramente a fragilidade e a incapacidade de o neoliberalismo dar conta das questões da exclusão social, da redução das desigualdades sociais e da preservação do meio ambiente. Por outro lado, poderá ser o espaço social onde “Uma outra economia seja possível”.

Avançar nesta perspectiva dependerá de como os movimentos sociais, os governos populares, as igrejas e os “coletivos revoltados” juntarão suas forças para afiançar as mudanças que se prenunciam no mundo.

A realidade é que, recentemente, movimentos sociais expressivos em protesto ao capital financeiro globalizado têm fortalecido esta corrente, como os Indignados da Espanha, a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* e o Movimento de Estudantes no Chile. É provável, assim, que, a despeito de sua forma ainda embrionária, a Economia Solidária seja uma alternativa viável à crise do capital.

A Recorrência e Atualidade das Experiências de Economia Solidária na América Latina

Parece contraditório especular teoricamente sobre o tema da Economia Solidária retomando o mentor do pensamento atual que dá vida ao capitalismo contemporâneo. Falamos de Schumpeter, o mago do novo capitalismo que, a despeito de sua destruição criadora e da função messiânica do empresário inovador que desconstrói vez ou outra, o fluxo circular produtivo. Em sua obra de 1942 intitulada *Capitalismo, socialismo e democracia*, previu o colapso do capitalismo e prenunciou que o socialismo seria o sistema econômico do futuro (SANDRONI, 2005, p. 758).

Toda a argumentação até aqui desenvolvida intentou expor as evidentes máculas do capitalismo contemporâneo, mas, também, destacar o fato de que ele parece calibrado para dar conta da inclusão parcial dos humanos que ainda fazem parte da maratona da seleção natural. Uma maratona autoritária, definida como trajetória de mão única que não tem escrúpulos de formatar o homem comum schumpeteriano como o tipo ideal do novo capitalismo, abominando quaisquer formas alternativas de sobrevivência humana.

A par desta grave realidade é que ressaltamos a pertinência do lema da Segunda Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada no Brasil, em 2006 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): *“Pelo Direito dos Trabalhadores Produzirem e Viverem em Cooperação de Maneira Sustentável”*. O que isso significa ou traz de mais preciso para clarear a questão da Economia Solidária como alternativa ou mesmo convivência com o capitalismo globalizado? O que este lema tem a ver com *“Uma nova economia é possível”*, ou *“Um novo mundo é possível”*?

Entendemos que o significado do lema consiste na resistência de movimentos sociais produtivos contra o modelo econômico hegemônico e excludente. São movimentos sociais produtivos que praticam formas autogestionárias e democráticas, paralelas ao forte apelo massificante e único posto em prática pelos métodos antigos e contemporâneos de gestão capitalista predatória.

Isto aconteceu efetivamente na remota e eloquente experiência dos jesuítas e dos índios Guaranis na região dos Sete Povos das Missões, no início do século XVII, conhecida como a *“República Comunista Cristã dos Guaranis”*. Segundo Clovis Lugon, os frutos deste precoce processo soli-

dário, voltados para o interesse comunitário foram visíveis: igualdade nas relações de trabalho e nas perspectivas de lazer; o binômio educação básica mesclada com a formação cristã, culminando com a eliminação da miséria causada pelo luxo, no sentido da inexistência de pobres entre os habitantes dessa comunidade e, sobretudo o “prazer da vida em comunidade.” (LUGON, 2010, p. 153).

Os ideais e ações dos pensadores socialistas dos séculos XVIII e XIX permanecem e são prenes de contemporaneidade. Saint-Simon, um dos mentores do Socialismo Utópico esboçou a visão de um sistema industrial cujo objetivo seria buscar o melhor bem-estar para os trabalhadores, unidos em associações. Para ele, o Estado deveria assegurar a redistribuição equitativa das riquezas.

358

Já que estamos no mundo do socialismo possível, seria uma comparação descabida relacionarmos o Falanstério de Fourier com os Centros Públicos de Economia Solidária, uma cooperação ativa entre os movimentos sociais solidários e os arranjos institucionais do Governo Brasileiro (Secretaria Nacional de Economia Solidária), em busca da construção da Icaria?

E o que falar de Pierre Proudhon, pensador anarquista que era reticente quanto à intervenção estatal nas relações sociais de trabalho e a favor do estabelecimento de um sistema de círculos de ajuda mútua no qual o dinheiro deveria ser substituído por “certificados de circulação”, em que as sociedades intercambiavam serviços? Teria sido Proudhon o precursor das práticas atuais das moedas sociais, dos bancos comunitários e dos clubes de troca?

Por fim, as ações de fomento e desenvolvimento do cooperativismo e da autogestão, tão a gosto das atuais políticas governamentais não estariam lastreadas, também, no

vigoroso pensamento socialista de Robert Owen? Não teria sido ele um dos precursores da polêmica “responsabilidade social” contemporânea?

Nesta mesma linha, a história real e combatente indica-nos antigas experiências de economia solidária ocorridas na região Nordeste do Brasil: Canudos, Caldeirão, as Ligas Camponesas e os “Bancos da Providência”, inspirados por dom Hélder Câmara, dentre outras. Todas se constituíram experiências concretas de organizações populares que lutavam pelo direito de as pessoas produzirem e viverem de forma cooperativa.

O fato concreto é que, o que unia todos esses movimentos emancipatórios e os caracterizavam como “revolucionários”, era uma perspectiva de vida em comunidade, não restrita a apenas aspectos econômicos, mas religiosos, culturais e, sobretudo, diferente de padrões majoritários de produção capitalista.

Estudos recentes promovidos pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e do Secretariado Latino-Americano e Caribenho da Cáritas (SELACC) informam que, nos últimos vinte anos de crise do capital, neste continente, surgiram organizações não governamentais de base popular como a Confederação Sindical de Trabalhadores das Américas (CSA), que congrega 65 entidades que representam mais de 50 milhões de trabalhadores (CELAM/CÁRITAS, 2010).

Dentre elas, destacam-se a Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA), as Centrais Únicas dos Trabalhadores (CUT), no Peru, Colômbia, Brasil e Chile, todas de caráter nacional. No caso específico do México, deve-se registrar a atuação da Confederação dos Trabalhadores do México (CTM) no âmbito das relações sociais do trabalho e da Economia Solidária. Vale ressaltar que, no caso do Brasil, a

Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a União dos Trabalhadores da Economia Solidária (UNISOL) e a União de Trabalhadores da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) desenvolveram diversos programas de fomento à Economia Solidária com a parceria dos dois governos do presidente Lula.

No final do século XX e início do século XXI surgiram, na América Latina, experiências de organizações de empresas recuperadas e assumidas por seus trabalhadores sob a forma de autogestão. No Brasil, a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (ANTEAG) é a expressão mais antiga e renomada destes trabalhadores provenientes do movimento sindical. Uma das mais famosas experiências de empresas recuperadas desta instituição é a Usina Harmonia, localizada no município de Catende, Pernambuco. Esta usina de açúcar da Zona da Mata faliu e foi recuperada por cerca de 1.500 trabalhadores que praticam atualmente o modelo autogestionário.

360

Na mesma linha de ação, a experiência de recuperação de empresas que faliram no Peru teve sua origem nas “tomadas de fábricas” pelos sindicatos nos anos 1980, objetivando evitar a perda dos postos de trabalho das empresas que quebraram. São conhecidas como “*Empresas Administradas por sus Trabajadores*” e que assumiram as formas de cooperativas ou “*Empresas de Propiedad Social*” (EPS), as quais vêm adotando o estatuto autogestionário (CELAM/CARITAS, 2010).

A história recente de experiências concretas no âmbito do cooperativismo autogestionário na América Latina registra a ação da *Confederación Latinoamericana de Cooperativas de Trabajadores* (COLACOT), porquanto foi protagonista da formulação da lei geral da Economia Solidária na Colômbia

e, também a primeira Lei Cooperativista da Economia Solidária na América Latina. A partir desta inspiração, no Brasil se constituiu a Rede ANCOSOL (Associação Nacional de Cooperativas de Crédito Solidário), com aproximadamente 150 cooperativas vinculadas a Agricultura Familiar e Economia Solidária (CELAM/CARITAS, 2010).

Um fato por demais promissor no contínuo desenvolvimento da Economia Solidária enquanto forma de resistência política e cultural ao capitalismo hegemônico, é a realização das Campanhas de Reflexão sobre a Coleta de Fundos Solidários para a viabilidade financeira de experiências da Economia Solidária, especificamente no Brasil, no Chile e no México.

Estas campanhas, em geral patrocinadas pela Igreja Católica por ocasião das Campanhas da Fraternidade, têm sido responsáveis pelos recursos financeiros para bancar experiências de Desenvolvimento Sustentável. Uma dessas experiências é a *Fundación Solidaria Trabajo para um Hermano*, que atuou diretamente em apoio financeiro aos retornados políticos banidos do país na ditadura Pinochet. Outra notável iniciativa é a Feira de Economia Solidária de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que significa a mais bem-sucedida experiência de espaços de confluência da Economia Solidária latino-americana.

Outra faceta que tem chamado a atenção como forma alternativa a dinâmicas capitalistas tradicionais tem sido a proliferação de Redes de Comércio Justo e Economia Solidária. Isto significa milhares de trabalhadores na América Latina e Caribe que já trabalham em redes de maneira ampla com seus homólogos, como associações de consumidores, produção de orgânicos, sindicatos, organizações de defesa de direitos humanos e meio ambiente etc. Hoje, na América Latina há uma gama de experiências que merecem registro.

Na Bolívia, por exemplo, identificamos a *Red Nacional de Comercialización Comunitaria* (RENACC) que articula e desenvolve organizações rurais e urbanas no âmbito da Economia Solidária e do Comércio justo. Em sua maioria, são artesãos orientados para a formação de produtores para o mercado interno, para a igualdade de gênero, conservação do meio ambiente e valorização da cultura e da identidade nacionais.

No Equador, se destaca a experiência de *Maqita Cushinchic* (MCCH), tendo por lema “*Comercializando como Hermanos*”. Trata-se de um espaço de coordenação das organizações de produtores e populações urbanas e rurais que trabalham a comercialização comunitária em sete províncias do Equador. Além de promover a comercialização associativa entre as redes de produtores solidários, vem estruturando uma Agroexportadora que conta com dezoito centros de recepção de cacau em outras cinco províncias equatorianas (CELAM/CARITAS, 2010).

As Redes de Colaboração Solidária na Colômbia têm como uma de suas expressões mais importantes a Rede “*Colômbia Verde*”, que se dedica ao fortalecimento organizacional produtivo e comercial de 41 entidades que desenvolvem atividades da agricultura orgânica, artesanato, apicultura e turismo comunitário. É marcante, nesta experiência, o envolvimento de comunidades indígenas do Orinoco e Amazonas Colombiano.

Há cerca de cinco anos vem-se articulando na Argentina o *Espacio Nacional de Economía Social y Solidaria* (NESS) que reúne organizações que partilham o compromisso de desenvolver e consolidar a Economia Solidária mediante a formação de grupos nas províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Corrientes, La Rioja, Mendoza e Misiones. No geral, são experiências de microfinanças e de empreende-

dorismo social capitaneadas por instituições como Nuestras Huellas, UNEM, Fundación Síntesis e Cáritas Rosario.

Considerada uma ação bastante criativa e modelar, a *Central de Cooperativas de Comercio y Servicio Solidario* (CECOCE-SOLA), desenvolvida na Venezuela, abrange 85 organizações comunitárias com mais de mil trabalhadores filiados. Esta central atua nas áreas de produção e distribuição de alimentos, serviços funerários, venda de eletrodomésticos, financiamento cooperativo, capacitação e serviços baseados na medicina tradicional. O importante destas experiências é que elas têm permitido gerar um processo educativo contínuo de formação cidadã ao mesmo tempo em que resolve as necessidades coletivas que vão surgindo.

A existência de redes latino-americanas de fomento à Economia Solidária e ao Comércio Justo ocorre também em países como o Uruguai, através da *Coordinadora Nacional de Economía Solidaria*, que abrange as seguintes instituições: *Asociación Uruguaya de Empreendimientos de Economía Solidaria* (AUDEES), *Comercio justo de Uruguay* e *Consejo de Canelones em Economía Solidaria*. No México, desde 1999, o comércio justo vem sendo praticado por pequenos produtores que buscam criar um modelo de desenvolvimento diferente, baseado na justiça, na solidariedade e na sustentabilidade.

Os Fundos Rotativos Solidários no Brasil e a Emancipação de Trabalhadores da Economia Social

O sentido do lema “Pelo Direito dos Trabalhadores Produzirem e Viverem em Cooperação de Maneira Sustentável” quer assegurar o espaço da sobrevivência e da vida para segmentos produtivos considerados como “socialmente mor-

tos”, porque deixados à deriva no mar revolto do modelo de acumulação flexível. É nesta perspectiva que os Fundos Rotativos Solidários - FRS, ou simplesmente Fundos Solidários – FS constituem-se vertentes da Política Nacional de Economia Solidária no Brasil e se configuram como instrumentos vitais de emancipação de trabalhadores excluídos do sistema produtivo hegemônico, marcadamente no Nordeste brasileiro.

Os FRS constituem uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo mediante compromissos devolutivos voluntários, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, ou ainda sem retorno, dirigidos para o atendimento de comunidades ou grupos associativos produtivos que adotam princípios de gestão compartilhada e convivência solidária (BERTUCCI, 2003, p. 27-28).

364

O economista Paul Singer, em artigo publicado na *Folha de São Paulo* de 10 de julho de 2007), intitulado *Por um sistema financeiro social*, reconhecendo a natureza e a limitação do Sistema Financeiro Tradicional, advoga pela necessidade de novos serviços de apoio financeiro a “fundos comunitários solidários”, clubes de troca, bancos comunitários, entidades de microcrédito e cooperativas de crédito.

Estes fundos solidários têm uma longa história no Brasil, mas é a partir dos anos 1980 que assumem dimensão mais concreta junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias em geral. No decorrer dessa trajetória, a dinâmica e a operacionalização diversa dos mesmos consolidaram diretrizes amalgamadas por sua prática social, constituindo-se critérios de inclusão de beneficiários, socializados e consensuados no âmbito dos programas e projetos de fomento financeiro a empreendimentos solidários. Tais diretrizes podem ser traduzidas pelos seguintes tópicos:

- Ações que refletem articulação em redes de cooperação social e levam em conta práticas de desenvolvimento territorial solidário;
- As entidades beneficiárias que levam em conta a preservação do meio ambiente onde atuam, nunca representando ameaças à saúde humana e aos recursos naturais renováveis decorrentes do exercício de atividades econômicas;
- Os empreendimentos produtivos solidários desenvolvidos tanto nas áreas urbanas e rurais, contemplando segmentos da agricultura familiar, dos trabalhadores assentados, atividades rurais não agrícolas, segurança alimentar, sempre na perspectiva da formação e aperfeiçoamento profissional e da sustentabilidade;
- As organizações beneficiadas que disponibilizam, para efeito de sistematização e acúmulo de experiências, suas metodologias, critérios e estratégias de gestão compartilhada.

Em 1993 surgiu o primeiro FRS gerido pela Articulação do Semi-árido – ASA, no município de Soledade, na Paraíba. Os fundos da ASA mobilizavam – e ainda hoje mobilizam – recursos da própria comunidade. Inicialmente estavam orientados para a construção de cisternas de placas e outras estruturas comunitárias, na perspectiva de uma educação para o manejo sustentável dos recursos hídricos e, também, para implantação de bancos de sementes. Tinham como fundamento, o compromisso de cada família em contribuir para um fundo comunitário, em pequenas parcelas, um valor equivalente aos recursos recebidos e, assim, possibilitar que outras famílias pudessem ter acesso a este benefício.

Ao longo da década de 1990, a prática de implementação de pequenos projetos comunitários e constituição de fundos solidários recebeu grande estímulo para sua expansão quando a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, sob a liderança de Betinho, fez uma grande campanha de apoio a projetos de geração de renda. A partir de 1999, os recursos oriundos da Coleta da Campanha da Fraternidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), decorrente das experiências das Feiras da Providência promovidas por dom Hélder Câmara foram integralmente destinados aos Fundos Diocesanos de Solidariedade, que se dedicaram a viabilizar projetos produtivos solidários em toda a região Nordeste do País.

Como resultado imediato da criação e atuação dos FRS, assistimos ao desenvolvimento de uma forma específica de financiamento às iniciativas econômicas populares, que são as finanças solidárias; estas, ao lado de outras propostas, tais como as cooperativas populares de crédito, as entidades de crédito popular solidário, os clubes de trocas com moedas sociais espalham-se por todo o país e dão surgimento às diversas redes que têm como foco o fomento e a constituição de mecanismos financeiros voltados aos setores populares.

Essas experiências comprovam a capacidade de os FRS chegarem até um público que tradicionalmente tem ficado à margem das políticas públicas, disponibilizando recursos e outros serviços que impulsionam a organização de atividades produtivas por parte dessa população.

Isso só é possível pela capilaridade que os fundos solidários possuem e pelo aproveitamento adequado dos recursos disponíveis no local, valorizando as estruturas e sinergias existentes. Essa proximidade e a interação que os fundos estabelecem, estimula a integração e o desenvolvimento

local comunitário e solidário. Ademais, há de se ressaltar a importância que têm esses processos de autofinanciamento dentro de práticas educativas emancipatórias: a população mais pobre possui, mesmo que sua expressão monetária seja diminuta, uma enorme capacidade de mobilizar suas poupanças em função de estratégias coletivas.

Os FRS são movimentos sociais que elegeram a autogestão, a produção coletiva e cooperativada, a adoção de prosaicos estilos de sociabilidade em seus territórios. Principalmente nos espaços rurais da região Nordeste, estes movimentos sociais produtivos situam-se nos níveis de subsistência e de acumulação simples.

Eles constituem um tabuleiro gigantesco que representa a contraposição da nova economia, globalizada e excludente, versus pequenos “pontos de luz”, aqui entendidos como experiências comunitárias sustentáveis como as Bodegas da Cáritas, no Ceará, expressivo exemplo de redes de cooperação solidária da economia popular. Representam a eloquente concretude e eficiência de financiamentos solidários para os produtores rurais do Polo Sindical da Borborema, na Paraíba. Os FRS dão forma e expressão à experiência do turismo comunitário da Prainha do Canto Verde, no Ceará, dentre outras.

O que estes movimentos sociais querem dizer? Suspeitamos que as suas ações e vozes simbolizam a convicção de que os trabalhadores rurais associados dos territórios nordestinos querem simples e prosaicamente armazenar água nas cisternas de placas, criar animais domésticos, cultivar o inhame, praticar a apicultura, construir casas e igrejas através de mutirões, defender a cultura popular, preservar os seus rincões da especulação imobiliária e discutir os problemas locais, enfim, viver em harmonia com o meio ambiente.

Tais manifestações destes *modus vivendi* multiplicam-se em toda a região nordestina e se identificam com os fundos solidários de Caiçara, na Paraíba, onde centenas de famílias de agricultores administram coletivamente os seus negócios e põem em prática os princípios do desenvolvimento territorial. Outras experiências inovadoras de convivência com o semiárido de 65 famílias ocorrem na Lagoa dos Cavalos, no Ceará; nos Criatórios Comunitários do Pajeú, em Pernambuco; na Associação dos Trabalhadores do Sisal, na Bahia; nas Feiras Solidárias em todo o nordeste do País; na experiência de desenvolvimento territorial solidário de Pintadas, na Bahia, enfim, nos sugestivos projetos emancipatórios da economia popular regional encetados pelos Bancos Comunitários. Aqui, convém destacar a crescente e decisiva articulação do saber das universidades com o saber dos movimentos sociais organizados.

368

A política de fomento à Economia Solidária no Brasil adquiriu, a partir de 2003, uma crescente institucionalidade. O marco dessa ocorrência foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES, sob a inspiração do economista Paul Singer e do movimento social da Economia Solidária, o que significou o reconhecimento do Estado da existência e visibilidade deste movimento. Em âmbito regional, a criação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários- PAPPS, pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, em 2005, constituiu um enorme avanço social.

Trata-se de um Programa de concessão de financiamentos a empreendimentos solidários nos estados da região Nordeste, limitados até R\$ 150 mil. Convém registrar que a gestão desta política regional é compartilhada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, pela CNBB, pela Articulação pelo Semi-Árido Nordeste – ASA, pelo Fórum Brasileiro de

Segurança Alimentar, com o apoio técnico da Universidade Federal do Ceará – UFC. Este comitê gestor é responsável pela mobilização, divulgação, publicação de edital e seleção das propostas a serem financiadas.

As condições de enquadramento, retorno social dos investimentos, acompanhamento e controle social deste programa têm sido asseguradas pela constância das reuniões periódicas. Até o ano de 2011, o PAPPS havia financiado 85 projetos na região Nordeste, o que implicou na liberação de cerca de 9 milhões de reais.

Em suma, o resultado da ainda desconhecida política de fomento aos FRS não é desprezível. Recentemente, algumas das comunidades rurais da localidade de Caiçara, na Paraíba, apoiadas pelos FRS lograram o prêmio Metas do Milênio da ONU. Tal resultado traduz a eficiência dos fundos solidários como estratégia de inclusão social.

Significa que, em hipótese nenhuma, o capitalismo financeirizado dará conta de incluir seres humanos no processo civilizatório. Significa, também, que aos movimentos sociais compete a liberdade de escolha de novas formas de subsistência e de colaboração social. Enfim, a tecnologia social dos FRS, os Clubes de Troca, o Comércio Justo e Solidário, a Autogestão, a Preservação do Meio Ambiente são processos que fortalecem a Economia Popular e Solidária no continente latino-americano e fazem ecoar o lema: “Pelo direito de Trabalhadores Produzirem e Viverem em Cooperação de Maneira Sustentável”.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2010.

BERTUCCI, Ademar & SILVA, Roberto M. *Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

CELAM. *La economía solidaria em America Latina y El Caribe: actores, presencia, experiencias, redes; reflexion y desafios*. Colômbia, 2010. (Mimeo).

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL. *Fundos solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais*. Brasília, 2009. (Caderno 1)

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LUGON, Clovis. *A república Guarani*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OIT. Uma recaída em El empleo? *Revista Trabajo*, n. 73, 2011.

MÉSZÁROS, István. "O Marxismo de István Mészáros". Entrevista. *Revista Sociologia*, ano IV, edição 36, ago./set. 2011.

SANTIAGO, Eduardo G. *Empreender para sobreviver: ação econômica dos empreendedores de pequeno porte*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Parte 4

MOVIMENTOS INDÍGENAS E QUESTÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO DA AMÉRICA LATINA

Capítulo 11

Pueblos Originarios, Conflicto Socio-Ambiental y Desarrollo en América Latina

Fernando de la Cuadra¹⁷²

No se equivoque con nosotros. No somos un pueblo que vuelva la vista atrás. Al igual que todo el mundo, queremos avanzar y mejorar nuestras vidas y las de las futuras generaciones, pero también queremos controlar ese desarrollo, en nuestra tierra y en nuestras vidas. Y exigimos participar, tanto en la toma de decisiones como en los beneficios del desarrollo.

(Miembro anónimo de una tribu de Filipinas)

373

La Noción de Desarrollo

El concepto de desarrollo comenzó a ser incorporado en la teoría social a partir del fin de la segunda guerra en 1945, precisamente como una forma de responder a los desafíos de la reconstrucción de los países directa o indirectamente afectados por esta conflagración mundial. Por este motivo, los

¹⁷² Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro. Miembro de la Red Universitaria de Investigadores sobre América Latina (RUPAL) y del Grupo de Trabajo Cambio Ambiental Global, Movimientos sociales y políticas públicas del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). E-mail: fmdelacuadra@gmail.com

países aliados comenzaron a pensar en la implementación de un nuevo orden mundial en el cual las pandemias que asolaron al planeta durante las primeras cuatro décadas del siglo XX fueran finalmente expurgadas o amainadas de la fase de la tierra: la guerra, el totalitarismo, el prejuicio, la discriminación racial, el desempleo, la pobreza, etc. En plena guerra, en el año 1941, las potencias aliadas elaboraron la Carta del Atlántico, en la cual se postulaba que los países signatarios se comprometían a buscar los caminos para que todos los habitantes libres del planeta pudiesen disfrutar de mayor bienestar económico y social. Estos propósitos fueron reafirmados en el Acta de fundación o Carta de las Naciones Unidas, firmada por 51 países en la Conferencia de San Francisco en junio de 1945. En esta Carta, los objetivos de desarrollo económico y social fueron claramente establecidos cuando en uno de sus acápites se señala que los pueblos de las Naciones Unidas estaban decididos a promover el progreso y mejorar sus niveles de vida dentro de una libertad mayor, emplear las instituciones internacionales para la promoción del avance económico y social de todos los pueblos, lograr la cooperación internacional necesaria para resolver los problemas de orden económico, social, cultural o de carácter humanitario y promover y estimular el respeto a los derechos humanos y las libertades fundamentales de todos, sin distinción de raza, sexo, lengua o religión (NACIONES UNIDAS, 2013).

374

Posteriormente, en el marco de las actividades de Naciones Unidas fue formada una Comisión para la elaboración de la Declaración Universal de los Derechos Humanos. Stéphane Hessel en su manifiesto llamado "*Indignaos*" (2011), nos recordaba que uno de los objetivos centrales de dicha Declaración consistió en consagrar aquellos derechos básicos que le permitieran a las personas emanciparse de las

amenazas que el totalitarismo ejercía sobre la humanidad y avanzar hacia un futuro de convivencia civilizada, armonía y desarrollo entre todos los países del orbe.

En este contexto, la temática del desarrollo aparece como parte de la agenda prioritaria para ser diseñada y emprendida por los organismos internacionales refundados desde el fin del conflicto bélico mundial. En América Latina debido a las dificultades encontradas por el abastecimiento externo de insumos durante la guerra, las ideas que sustentaban la superación de la dependencia de bienes industriales importados fueron adquiriendo cada vez mayor fuerza entre economistas y formuladores de política en los diversos países de la región, especialmente en Brasil, México, Argentina, Chile, Colombia y Uruguay.

Confirmando estos preceptos, a fines de los años cuarenta, un grupo de especialistas de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), liderados por Raúl Prebisch, comenzó a elaborar un conjunto de recomendaciones a los gobiernos, en los cuales se hacía énfasis en la urgencia de instaurar vigorosos programas de industrialización substitutiva de importaciones – especialmente de bienes de capital – y la realización de un amplio plan de inversiones en infraestructura (carreteras, puertos, ferrovías, aeropuertos, vías fluviales, telecomunicaciones, represas y sistemas de riego, hidroeléctricas y/o termoeléctricas, escuelas, hospitales, etc.).

Cuando se funda la CEPAL en el año 1948, se alude explícitamente que aparte de resolver los problemas económicos originados por la guerra – la Comisión dedicará especialmente sus actividades al estudio y a la búsqueda de soluciones a los problemas suscitados por el desajuste econó-

mico mundial en América Latina. – (CEPAL, 1969).¹⁷³ Las soluciones que eran pensadas a partir de estos supuestos se basaban principalmente en el estímulo a los procesos de industrialización y al crecimiento económico. Como resulta evidente, esta era una concepción de desarrollo fuertemente asentada en un ideario teleológico que suponía la idea de progreso económico y social asociada al crecimiento. En ese sentido, la gran mayoría de los investigadores y economistas de la CEPAL adherían a las corrientes evolucionistas que concebían la dinámica social como una cadena de cambios progresivos hacia un nivel superior de bienestar material, social y cultural.¹⁷⁴

Estas ideas por su parte, se vinculaban estrechamente a una corriente fundamental en el pensamiento social latinoamericano: la teoría de la modernización. Adscribiendo a una lectura de la realidad que percibe la evolución-modernización de la sociedad como un proceso de institucionalización de las transformaciones, Gino Germani junto a otros teóricos de la modernización señalaban que las sociedades transitaban necesariamente desde un estadio tradicional – en que eran predominantemente agrícolas y no industrializadas- hacia un tipo de sociedad moderna, urbana e industrial. Esta transformación, no solamente se produce en términos de la estructura científica-tecnológica y de los artefactos, sino que ella se produce substancialmente a través de los valores de la modernidad, es

¹⁷³ En las discusiones previas a la fundación de la CEPAL ya se había señalado que había que prestar mayor atención a la necesidad de establecer una acción internacional en la esfera del desarrollo económico, y que existía “una tendencia a ver los problemas de los países subdesarrollados desde el ángulo de los países altamente desarrollados de Europa y América.” (SUNKEL Y PAZ, 2004, p. 21).

¹⁷⁴ Los conceptos de evolución, progreso, crecimiento son similares en la medida que todos ellos suponen la existencia de una mutación gradual y continua apoyada en los adelantos de la ciencia y la técnica, lo cual lleva ineludiblemente al establecimiento de mejorías en el bienestar de la humanidad.

decir, de la adscripción a un ideario de progreso y cambio que se expresa finalmente en las pautas de comportamiento que rigen las relaciones de una sociedad moderna.

Este modelo alcanza enorme auge e influencia en el medio cepalino, especialmente a través de los trabajos de José Medina Echevarría, quien con un enfoque esencialmente sociológico logra vincular esta batería conceptual con la noción de crecimiento y su énfasis en los temas del estancamiento económico, el pleno empleo y el papel del Estado en el estímulo a la empresa privada y en la generación de las capacidades productiva de los países de la región. De esta manera, modernización y crecimiento se funden en las tesis desarrollistas que explican las causas del subdesarrollo latinoamericano a partir de deficiencias en la inversión pública y privada, la ausencia de desarrollo tecnológico de tipo endógeno, la inexistencia de emprendedores y la persistencia de prácticas y creencias conservadoras y tradicionales por parte de un segmento significativo de la sociedad.

Entonces en el centro del pensamiento cepalino se sitúa con mayor o menor énfasis – dependiendo del grado de adscripción a dicha teoría- la noción de que América latina se encuentra mayoritariamente en una situación de atraso o subdesarrollo con respecto a los países industrializados. Partiendo de esta caracterización se define una situación de avance por etapas o secuencial desde una condición de subdesarrollo hacia una de pleno desarrollo e industrialización. Ello supone que los países para llegar a ser desarrollados deben reunir una serie de requisitos estructurales (económicos) y culturales para poder ser considerados en tránsito hacia un estadio superior es decir, la moderna sociedad industrial. Por eso se hablaba de países en vías de desarrollo, porque además

de definir un camino evolutivo para llegar a ser sociedades idealmente superiores, esta trayectoria también suponía que las etapas para alcanzar dicho desarrollo debían ser las mismas por las que ya habían pasado los países desarrollados.

Este tipo de enfoques implicó el impulso de numerosas políticas tendientes a generar una mayor racionalización de la administración pública y en diversos aspectos de la vida social, en el sentido de propugnar valores, actitudes, instituciones y organizaciones afines con la modernidad, es decir, dignas de las sociedades desarrolladas. De esta forma, tanto en las versiones evolucionistas como en las histórico-dialécticas el desarrollo y el progreso suponen un cambio para un fin superior, o sea, para el perfeccionamiento de la condición humana. Ambas versiones de desarrollo, con modificaciones y agregados, sobreviven en el pensamiento contemporáneo y se encuentran en el substrato epistemológico (un sustrato que muchas veces permanece latente y poco cuestionado) de teorías económicas, sociológicas e históricas.

Así como la idea de desarrollo es inalienable del discurso moderno, ella también posee una vinculación íntima con el capitalismo, como modo de producción hegemónico y con las formas históricas que éste ha asumido. En el llamado Tercer Mundo el problema del desarrollo surge con la caída del colonialismo y con el lento proceso de consolidación de los Estados-Nacionales independientes. Estos nuevos Estados continúan ligados a sus antiguas Metrópolis a través del comercio internacional. Entonces, el problema del desarrollo en el Tercer Mundo asume el siguiente contenido: como transformar las sociedades atrasadas productiva y culturalmente (subdesarrolladas) para alcanzar a las sociedades que se encuentran en una etapa avanzada de desarrollo. Esta

transformación, a la cual propenden las teorías del desarrollo, buscaba que los países del Tercer Mundo pudieran insertarse con éxito en la dinámica del capitalismo mundial.

Algunos de estos países consiguen desarrollar determinados ámbitos o regiones manteniendo otras zonas atrasadas. Es lo que se denominó como dualismo estructural, es decir, la existencia simultánea de estructuras dicotómicas que en muchos casos eran pensadas como zonas autónomas y poco articuladas, cuando no totalmente desconectadas.¹⁷⁵ Posteriormente, otros análisis comenzaron a enriquecer y transformar este enfoque. En una vertiente de la llamada teoría de la dependencia el subdesarrollo no es visto como una etapa o momento anterior al desarrollo, sino que por el contrario, el subdesarrollo es concebido como parte de un proceso histórico más amplio, en el sentido que – como lo planteará André Gunder Frank- subdesarrollo y desarrollo son “las dos caras de una misma moneda” o de un mismo proceso histórico universal, en que las raíces del subdesarrollo se encuentran en la ligazón entre dependencia externa y subordinación interna de los enclaves de explotación. Es decir, ambos procesos son históricamente simultáneos y están funcionalmente vinculados. Dicho dualismo no hace más que manifestar la existencia de dos mundos que interactúan y se condicionan mutuamente, reproduciendo y alimentando permanentemente la condición de desarrollo de unos (los estados industriales avanzados) y la condición de subdesarrollo de otros (los estados periféricos, atrasados y dependientes). Por lo tanto, el subdesarrollo no es un producto directo de la falta

¹⁷⁵ De acuerdo con Jacques Lambert, sociólogo y demógrafo francés, Brasil era un territorio que contenía dos países diferentes. En su estudio clásico sobre este país llamado *Os dois Brasís*, Lambert compara y contrasta el Sur urbano, industrial, próspero y con mejores condiciones de vida con el Nordeste rural, pobre, arcaico y desnutrido (LAMBERT, 1963).

de capital, ni del atraso tecnológico ni de la vigencia valores pre-modernos, sino que es más bien una condición concomitante a la propia dinámica desigual y combinada generada por el capitalismo (LÖWY, 1998). Un desdoblamiento de esta perspectiva enfatiza que al interior de cada país las formas de dualismo estructural se constituyeron mucho más como una expresión del colonialismo interno en el cual las áreas más desarrolladas mantenían efectivamente vínculos de dominación -extracción y explotación de materias primas y fuerza de trabajo- con aquellas regiones del interior (*hinterland*) que permanecían atrasadas precisamente por este tipo de relación desigual (STAVENHAGEN, 1967).

Las consecuencias de esta visión del desarrollo

380

A pesar que simultáneamente surgieron otras teorías que contestaban esta visión -como la teoría de la dependencia, del desarrollo desigual y combinado o del colonialismo interno-, consideramos que esta idea de desarrollo permanece vigente hasta los días actuales, en el sentido que se asocia el progreso de las naciones, con la modernización, con el crecimiento económico y con un modelo cultural de inspiración occidental.

Por otra parte, esta noción de desarrollo se asociada con una narrativa euro-centrista y lineal de la historia humana y especialmente de la construcción del mundo moderno, que definen un tipo particular de relaciones coloniales/imperiales de poder. Dicha narrativa se encuentra estrechamente ligada a un pensamiento antropocéntrico que tiene su raíz en el llamado “mito original” de matriz Judeo-Cristiana. En ella se le confiere a los seres humanos poderes omnímodos sobre la naturaleza. Según el Libro del Génesis después de

completar su tarea de crear al hombre y la mujer, Dios les ordena: “Creced y multiplicaos, llenad la tierra y dominadla”. Lo que puede apreciar en primer lugar, es que dicho mandato es de arrogancia, de someter a la naturaleza así como también a aquellos seres humanos considerados “más débiles o menos inclinados a involucrarse en juegos de poder y dominio.” (MAX-NEEF, 1986, p. 43).

Un segundo aspecto a ser considerado de esta mandato, dice relación con la escisión que se produce entre la humanidad y la naturaleza, la ruptura de aquello que Fromm llamaba la simbiosis hombre-naturaleza. Cuando Dios crea al hombre a su imagen y semejanza lo eleva a una categoría superior a la de todos el resto de los habitantes del planeta, lo cual supone que este no posee límites para la explotación de su entorno. El carácter racional de los seres humanos y la racionalización de la vida económica a través del ascetismo protestante, permitieron que la mente humana se separase del mundo de las cosas y se situase en un campo superior, lo que vendría a representar una ruptura ontológica. Esta ruptura fue la impronta del proyecto de modernidad formulada por los filósofos del iluminismo, que después se transformó en la narrativa hegemónica para entender el devenir del conjunto de la humanidad. En palabras de Edgardo Lander:

en la autoconsciencia europea de la modernidad, estas sucesivas separaciones se articulan con aquellas que sirven de fundamento al contraste esencial establecido a partir de la conformación colonial del mundo entre occidental y europeo (concebido como lo moderno, lo avanzado) y los ‘Otros’, el restante de los pueblos y culturas del planeta. (LANDER, 2005, p. 26).

Esta matriz fundacional de la modernidad y del capitalismo son responsables de un tipo de relación entre el mundo “desarrollado” y la naturaleza, así como con los denominados territorios incivilizados o atrasados, que justifica no solamente un padrón productivista basado en la suposición de que los recursos son infinitos o interminables, sino que además naturalizan las diversas formas de despojo, explotación y dominación a la cual son sometidos la naturaleza y las comunidades o pueblos nativos que habitan en determinados territorios.

La actual crisis ambiental viene a cuestionar precisamente dicha perspectiva epistemológica y el modelo subsecuente que le da sustento a la arraigada creencia que existe respecto a la supremacía de los seres humanos sobre el resto de las especies y sobre la naturaleza, la cual puede ser explotada ilimitadamente en beneficio de la especie humana. Entonces, esta crisis ambiental expresa sobretudo una crisis del pensamiento occidental, de una forma de concebir el mundo, escindido entre la mente y el cuerpo, entre el conocimiento validado por la ciencia que produjo un mundo fragmentado y cosificado en el control y dominio de la naturaleza y el saber tradicional, sagrado y mágico de los pueblos “primitivos”. La evidencia acumulada en las últimas tres décadas demuestra fehacientemente un fenómeno que viene siendo expuesto y discutido desde hace varias décadas: el agotamiento de un modelo productivista y predatorio que amenaza cada vez con mayor intensidad las bases materiales de la vida sobre el planeta. En efecto, las sucesivas catástrofes ambientales y “climáticas” que viene sufriendo el planeta desde Chernobyl y la tragedia de la planta de Fukushima, permiten sustentar sin exageración que nos encontramos en un estadio avanzado de riesgo fabricado o de crisis estruc-

tural, no sólo del capital, sino de la sustentabilidad de la especie. El siglo XXI se ha iniciado con una impronta catastrófica, con un grado de desastres ecológicos y naturales sin precedentes en la historia mundial.¹⁷⁶

Entretanto, la temática de los límites ecológicos al crecimiento económico y las interrelaciones entre desarrollo y ambiente fueron reintroducidas en el pensamiento occidental¹⁷⁷ en los años sesenta y principio de los setenta por un grupo importante de teóricos, entre los cuales se pueden destacar Georgescu-Roegen, Kapp, Naess, Sachs y Schumacher. Por ejemplo, en un trabajo pionero de Ernst F. Schumacher “Lo pequeño es hermoso” (*Small is Beautiful*) publicado originalmente en 1973, el economista germano-británico realiza una crítica contundente al modelo productivista de las sociedades occidentales que nos llevaría al descalabro ambiental y de la vida misma, para intentar comprender como humanidad el problema en su totalidad y comenzar a ver las formas de desarrollar nuevos métodos de producción y nuevas pautas de consumo en un estilo de vida diseñado para permanecer y ser sustentable. A pesar de las diferencias de enfoque y la posición más o menos militante de cada uno de estos pensadores, lo que asoma como un aspecto en común a todos ellos es la crítica vehemente al modelo de producción y consumo inherente al desarrollo capitalista.

¹⁷⁶ Un informe de Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres (EIRD) organismo de Naciones Unidas, señaló que 2010 fue el año en el que se registraron la mayor cantidad de desastres naturales en las últimas tres décadas, siendo que el número de personas que perdieron la vida por estos siniestros alcanzó la cifra de 300 mil víctimas.

¹⁷⁷ Nos referimos a una reintroducción, pues consideramos que en el origen de estas preocupaciones se encuentra la obra anticipatoria de un contemporáneo de Marx, William Morris, el cual ya había introducido elementos de una visión ecosocialista en sus escritos, especialmente en su novela utópica *Noticias de ninguna parte*.

Dicho modelo, que ha generado un crecimiento exponencial de explotación de los recursos naturales y que estimula un consumismo desenfrenado, especialmente en los países del hemisferio norte, es responsable tanto de provocar un agotamiento de los recursos como de producir toneladas de basura que contaminan diariamente las aguas, el aire y la tierra.¹⁷⁸ Cada año se pierden 14,6 millones de hectáreas de bosques y miles de especies, reduciendo y erosionando irreversiblemente la diversidad biológica. Continúa la devastación de las selvas, con lo cual el mundo pierde anualmente cerca de 17 millones de hectáreas, que equivalen a cuatro veces la extensión de Suiza. Y como no hay árboles que absorban los excedentes de CO₂, el efecto invernadero y el recalentamiento se agravan. La capa de ozono, a pesar del Protocolo de Montreal, no se recuperará hasta mediados del siglo XXI. El dióxido de carbono presente en la atmósfera (370 partes por millón) se ha incrementado en un 32% respecto del siglo XIX, alcanzando las mayores concentraciones de los últimos 20 millones de años, y hoy añadimos anualmente a la atmósfera más de 23.000 millones de toneladas de CO₂, acelerando el cambio climático. Se prevé que las emisiones de dióxido de carbono aumenten en un 75% entre 1997 y 2020. Cada año emitimos cerca de 100 millones de toneladas de dióxido de azufre, 70 millones de óxidos de nitrógeno, 200 millones de monóxido de carbono y 60 millones de partículas en suspensión, agravando los problemas causados por las lluvias ácidas, el ozono troposférico y la contaminación atmosférica local.

¹⁷⁸ Por ejemplo, se calcula que si el consumo medio de energía de Estados Unidos fuese generalizado para el conjunto de la población mundial, las reservas conocidas de petróleo se agotarían en sólo 19 días.

En definitiva, un conjunto de indicadores medioambientales estudiados en las últimas décadas parecen revelar cada vez con mayor claridad que si la humanidad no cambia su estilo de desarrollo, en menos de un siglo colocaremos en serio riesgo la supervivencia del planeta y del género humano. Como nos recuerda Mészáros (2011), a cada nueva fase de postergación forzada, las contradicciones del sistema del capital sólo se pueden agravar, acarreado consigo un peligro aún mayor para nuestra propia sobrevivencia.

Uno de los mayores impactos constatados por los científicos se refiere al cambio climático, el cual es un fenómeno que a estas alturas no podemos negar. A pesar de su incontestable presencia en los días actuales, el cambio climático es un fenómeno que ya se encuentra presente hace bastante tiempo como transformación en escala sistémica del planeta Tierra. Es lo que se entiende por Cambio Ambiental Global, es decir, aquellas modificaciones que se vienen produciendo en los sistema Tierra, Atmósfera, Océanos y Biosfera que resulta ser más amplio y complejo que el cambio climático. Este Cambio Ambiental Global y el decurrente cambio climático supone la combinación perniciosa provocada por un conjunto de actividades humanas (origen antropogénico)¹⁷⁹ que dependen de variados factores, como la cantidad de población que habita el planeta, su nivel de consumo energético, una determinada matriz tecnológica, el uso predatorio de los recursos naturales, etc.

Esta constelación da factores provocan, entre otros, el efecto invernadero y el calentamiento terrestre, el adelgaza-

¹⁷⁹ Un informe del Panel Intergubernamental sobre el Cambio Climático (IPCC) señalaba en 2007: "Existen pruebas nuevas y más convincentes de que la mayor parte del calentamiento global observado durante los últimos cincuenta años se puede atribuir a actividades humanas." (IPCC, 2007).

miento de la capa de ozono, la modificación de la biodiversidad, la desertificación, las precipitaciones ácidas y la contaminación de las aguas subterráneas y superficiales. Aunque existe un acuerdo casi unánime en el mundo científico sobre la presencia de este cambio climático, aún subsiste bastante incertidumbre sobre las consecuencias efectivas que éste puede acarrear. Las proyecciones científicas han avanzado en el último periodo y un reciente estudio estima que para el año 2100 un 10 por ciento el planeta sufrirá los efectos de dicho cambio.¹⁸⁰ En América Latina se estima que los mayores impactos de estos cambios se abatirán especialmente sobre la agricultura, la pesca y el acceso al agua potable, perjudicando sobre todo a las comunidades campesinas e indígenas, los pequeños y medianos productores.

386

En este sentido, una primera constatación que se puede hacer con respecto al cambio climático, es que las consecuencias que tiene sobre la población y los países son bastante desiguales, reproduciendo de esta manera la situación de inequidad que impera en otras esferas de la realidad económica, política y social. En efecto, estudios realizados por la CEPAL y el Banco Mundial demuestran que los países en desarrollo son aquellos que se encuentran más expuestos a consecuencias negativas del cambio climático y la previsión es que tendrán que soportar la mayor parte -entre 75 y 80%- de los costos provocados por los efectos nocivos del comportamiento del clima: huracanes, inundaciones, sequías, desertificación, aumento del nivel del mar, alteración de los ciclos agrícolas y en los regímenes de precipitaciones.

¹⁸⁰ El estudio publicado por la Academia Nacional de Ciencias de Estados Unidos (PNAS) afirma que dentro de las regiones que podrían sufrir cambios más severos a causa del cambio climático se encuentran el Sur de la Amazonía, el Sur de Europa, Centroamérica y algunas regiones tropicales de África. (*El Mercurio*, 01 jul. 2013).

Una segunda constatación, es que los efectos acumulados de la emisión de gases de efecto invernadero (GEI) que son los principales causantes del cambio climático no se pueden enfrentar solamente con políticas de mitigación. El problema es más grave, ya que aunque se pueda lograr una disminución drástica e inmediata de las actuales emisiones de gases, ello no tendrá mayor relevancia o impacto en términos del clima. Lo que actualmente se requiere son políticas de adaptación a dicho cambio, con medidas como la provisión más igualitaria y universal del agua potable, saneamiento básico, seguridad alimentaria, acceso a mejores servicios de salud y a una educación digna.

Ello se debe precisamente a que -como apuntamos anteriormente- junto con la vulnerabilidad existente entre las poblaciones más pobres del planeta se suman ahora las fragilidades que poseen estas comunidades para enfrentar las catástrofes climáticas. Esta vulnerabilidad se encuentra asociada a condiciones de desigualdad y exclusión que coloca a grupos sociales particulares en una situación de mayor riesgo con respecto a otros. Asimismo, la distribución desigual de los impactos del cambio climático indica que, tanto los fenómenos meteorológicos extremos como la transformación paulatina del entorno ambiental, están afectando de manera desproporcionada a los grupos humanos más sensibles que se hallan en situación de pobreza rural o urbana, pueblos originarios, ancianos, mujeres, niños, enfermos. Estos sectores sociales están sujetos a una “doble exposición”, o sea, a los efectos desastrosos del cambio climático y a una constelación de problemas asociados a su condición de carencia, entendida como expresión de déficit o insuficiencias socio-económicas (LAMPIS, 2013).

De lo anterior podemos concluir que el fenómeno del Cambio Climático se encuentra no solo vinculado a padrón de comportamiento de la naturaleza, sino que su esencia se basa en el estrecho entramado que existe entre las dinámicas ambientales y los procesos sociales. Así, en América latina es necesario considerar las conexiones entre las cambiantes condiciones de los ecosistemas con los modelos de desarrollo impulsados por los gobiernos, tanto históricamente como en la actualidad. En ese contexto, la preocupación por el impacto del cambio climático en el continente y los esfuerzos de adaptación para superar las consecuencias desastrosas del calentamiento global, la contaminación de las aguas y de los suelos, representa un desafío no solamente en términos de democratizar el uso de los recursos, sino que constituye una respuesta que busca asegurar las propias condiciones de sobrevivencia en que se encuentran los habitantes de la región.

Los Conflictos Socio-Ambientales

Los conflictos socio-ambientales pueden ser definidos como aquellas disputas que surgen en torno al uso, acceso y apropiación de los recursos naturales y servicios ambientales por parte de un conjunto de actores que con diferentes niveles de poder e intereses, defienden diversas lógicas para la gestión de bienes colectivos de uso común. Como se aprecia, en esta definición se enfatizan los aspectos materiales en torno a dichos recursos. Otras concepciones apuntan que aun cuando los enfrentamientos entre grupos y actores tienen un origen material y tangible, ellos también se asientan en los diversos discursos de valoración y significados que dichos actores le atribuyen a estos recursos en un contexto ecológico particular.

De esta manera, tales conflictos son el resultado de los destinos que le asignan los diversos actores y agentes económicos (particulares o empresas) al uso del territorio y los recursos naturales, los cuales se sustentan, por un lado, en el sistema de valores culturales que una determinada sociedad o comunidad ha elaborado en torno a dichos recursos y, por otro lado, en las diferentes formas de uso que este recurso adquiere en función de múltiples actividades productivas. Esos valores se apoyan en una determinada construcción de la modernidad, que valoriza el saber científico occidental por sobre otro tipo de saberes y que entiende el progreso como una impronta ineludible basada en la idea de crecimiento y explotación de los recursos humanos y naturales. En definitiva, como apuntando anteriormente, dicha noción se apoya en una ontología y una epistemología que se fue construyendo como modelo civilizatorio para el conjunto de la humanidad.

Para reflejar esta situación, diversas organizaciones y centros de estudios han realizado mapeamientos de innumerables casos de conflictos entre pueblos indígenas y transnacionales, empresas y/o gobiernos.¹⁸¹ No obstante lo anterior, dos de ellos nos parecen especialmente emblemáticos, considerando que se producen en países definidos como progresistas y que tienen una política regionalmente diferenciada con relación a los pueblos vernáculos. Nos referimos a los casos de Bolivia y Perú, países que son gobernados por presidentes provenientes de pueblos originarios de sus respectivos países: Evo Morales Ayma que posee un origen

¹⁸¹ Por ejemplo, existe un Mapa de conflictos entre pueblos indígenas y transnacionales confeccionado por la Coordinación por los Derechos de los Pueblos Indígenas, con sede en España. También existe un seguimiento realizado por la Red de Vigilancia de Conflictos Socio-ambientales Amazónicos con sede en Perú o por el Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales (OLCA) ubicado en Santiago de Chile.

aymara y Ollanta Humala que tiene antecedentes *incaicos*. A continuación expondremos ambas situaciones.

Bolivia. El caso TIPNIS

El Estado Plurinacional de Bolivia nació oficialmente el día 9 de febrero de 2009, fecha en que se promulgó la nueva Constitución “plurinacional” en un proceso de refundación de dicho país. En esta Constitución se consagra la existencia de 35 nacionalidades como constitutivas de la Nación Boliviana.

Cuando reasumió el presidente Morales, este devolvió a la Asamblea Legislativa todos los antiguos símbolos republicanos de mandato, substituyéndolos por otros que representaban el nuevo Estado Plurinacional, junto con el izamiento de la bandera multicolor indígena (*Wiphala*) al lado de la bandera nacional. En esa oportunidad Morales anunció en su discurso que la vigencia de ese estado nuevo era esencialmente un acontecimiento popular que refundaba la patria.

La Iniciativa para la Integración de Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) es un fórum de diálogo que busca promocionar políticas comunes en el ámbito del transporte, infraestructura, energía y comunicación con la finalidad de ayudar a los procesos de integración regional. Entre los principales proyectos del IIRSA se encuentra la construcción de una carretera transoceánica que funcionaría como un corredor productivo que permitiría aumentar la eficiencia de los flujos internacionales de comercio y de exportación. Esta carretera que atraviesa el territorio boliviano desde Puerto Suarez en la frontera con Mato Grosso do Sul (Corumbá) hasta la divisa con Chile, tiene un trazado original que cruza el territorio boliviano, integrando el departamento de Cochabamba en la

parte central del país con la región oriental del Beni. El argumento del gobierno boliviano es que el Beni es una región con gran potencial agroindustrial pero que se encuentra excluida del eje del desarrollo y mantiene una relación de dependencia con el departamento de Santa Cruz, un departamento que además de ser un polo de desarrollo industrial, también representa un importante bastión opositor a la administración del presidente Morales (RIVERO, 2011).

Entre los principales argumentos a favor del TIPNIS se señala que las regiones del Beni y Pando han estado históricamente aisladas del resto del país y que esta carretera permitirá que ambas provincias y el Norte de Bolivia tengan un mejor acceso hacia ciudades importantes como Cochabamba o La Paz. “Bolivia y el Beni necesitan carreteras para lograr el desarrollo económico y social y estas se deben construir por los lugares que signifiquen menor costo económico y mayor beneficio social.” De esta manera, el proyecto del gobierno boliviano busca integrar a un sector del territorio que según la evaluación de las autoridades se encuentra hasta la fecha excluido de los progresos experimentados por el resto del país. En ese ánimo, el vicepresidente de Bolivia, Álvaro García Linera, señalaba en una entrevista que “es muy legítimo que los compañeros se preocupen sobre el futuro del bosque, pero también es legítimo que se demande una carretera para unir regiones”, sugiriendo posteriormente que las movilizaciones de los indígenas fueron instigadas por la derecha en su búsqueda por desestabilizar al gobierno para intentar una restauración conservadora.

Por el contrario, los conflictos generados con el proyecto poseen diversas dimensiones. Un primer problema detectado dice relación con que el trazado proyectado para la carretera

divide o corta literalmente en dos partes el Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), una reserva ambiental de 12 mil km² que concentra una gran biodiversidad y en la que habitan cuatro etnias originarias cuya propiedad del territorio les pertenece por mandato constitucional, a saber: Mojeños, Yuracarés, Chimanes y Trinitarios. En efecto, el tramo entre Villa Tunari (Cochabamba) y San Ignacio de Moxos (Beni) que tiene una extensión de 306 kilómetros pasa por esta región del TIPNIS, afectando con ello la supervivencia de más de 50 mil personas pertenecientes a las cuatro etnias asentadas en esa región. Ello implica la destrucción de un área doblemente protegida por la Constitución – como parque nacional y territorio indígena de origen – y su impacto directo sobre la vida diaria de las comunidades que allí habitan. A esto se agrega el rechazo a actividades que podrían generar daños irreversibles en la biodiversidad natural y el medioambiente. Entre dichas actividades destacan los intereses de grupos madereros y petroleros por acceder a los recursos del parque (LEÓN y ARZE, 2013).

392

Junto a estas objeciones, las comunidades que viven en dicho territorio han denunciado la falta de consulta por parte de las autoridades para emprender las actividades de la carretera, tal como lo indica la resolución 169 de la OIT. Dicha resolución establece que las comunidades indígenas que habitan un determinado territorio en el cual se va a realizar cualquier tipo de emprendimiento o proyecto productivo, deben ser obligatoriamente consultadas por las entidades competentes.

Precisamente debido a esta situación las organizaciones que congregan a estas naciones indígenas han expresado desde un comienzo su oposición a este trazado de la carretera, lo cual han expresado por medio de diversos tipos de movilizacio-

nes como marchas, ocupaciones y bloqueos de los caminos, vigiliias, etc. El momento de mayor tensión se vivió cuando el canciller boliviano, David Choquehuanca, decidió visitar a los marchistas que pretendiendo llegar hasta la paz, fueron bloqueados por campesinos colonizadores de otro origen étnico con el apoyo de la policía.¹⁸² Forzado por un grupo de mujeres a encabezar una columna de vanguardia para romper el cerco militar, el canciller fue “rescatado” por las fuerzas policiales, lo que dio paso a un violento enfrentamiento en el cual resultaron heridos varios marchistas, incluidos mujeres y niños. Posteriormente a este incidente, la Ministro de defensa anunció la renuncia irrevocable a su cargo y forzó al presidente Morales a anunciar la suspensión del proyecto carretero y anunciará el reenvío a la Asamblea Legislativa Plurinacional de un proyecto de ley en que se incorpora el carácter de “intangibilidad” de las tierras del TIPNIS: “Esto es gobernar obedeciendo al pueblo”, remarcó Morales al momento de anunciar esta medida.

Junto con ello, el presidente boliviano declaró que la suspensión de construir la carretera se mantendría hasta que las comunidades que habitan el TIPNIS no fueran consultadas sobre el particular. Para tal motivo, se formó una Comisión ad hoc integrada por representantes de la Iglesia Católica y la Comisión de Derechos Humanos, instituciones que deben elaborar un informe a partir de la consulta realizada en todas las 64 comunidades que habitan en el territorio indígena para recabar información sobre la receptividad u oposición a la construcción de la carretera, así como en rela-

¹⁸² Los colonos de origen aymara y quechua, en su gran mayoría, comenzaron a instalarse a partir de los años sesenta, pero es en los años ochenta en que se producen los mayores flujos migratorios, atribuidos entre otras razones, por el proceso de relocalización de los trabajadores mineros desde Oruro y Potosí. Junto con ello, la expansión de la producción de coca – y según algunos – el auge de las actividades de narcotráfico configuraron el nuevo modelo de asentamiento de dichos colonos.

ción a la aplicación del Reglamento de Áreas Protegidas.

En ese contexto, esta Comisión debe tomar como punto de partida la definición que está presente en la propia Constitución del Estado Plurinacional de Bolivia que establece en uno de sus artículos

Donde exista sobre posición de áreas protegidas y territorios indígena originario campesinos, la gestión compartida se realizará con sujeción a las normas y procedimientos propios de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, respetando el objeto de creación de estas áreas.

Sin embargo, después de realizado el proceso de consulta en las 36 comunidades, esta Comisión denunció que el proceso fue realizado bajo fuerte presión de las autoridades locales y sin la información necesaria para que los principales actores pudieran conocer en profundidad el proyecto en cuestión.

En la actualidad el proyecto de la carretera transoceánica se encuentra en un momento de evaluación, debido a la existencia de una nueva propuesta de trazado que va desde Villa Turari a Trinidad pasando por el límite exterior del TIPNIS. Sin embargo, grupos pertenecientes a la Subcentral Indígena Isiboro Sécore (SCIIS) están en desacuerdo con su construcción y catalogan este nuevo trazado como una amenaza a su territorio por la expansión colonizadora que se produciría en la parte norte del territorio. Mientras que por parte de los colonos el proyecto es percibido como una oportunidad para acceder a nuevas tierras, recursos naturales y mercados. No solo eso, las organizaciones indígenas también se encuentran divididas y nuevas tensiones se han producido en los últimos meses, con expresiones de violencia física entre las diversas partes en litigio (LA JORNADA, 2013).

Por lo tanto, pese a la suspensión temporaria de la construcción de la carretera, consideramos que la tendencia es que dicho conflicto continúe imperando, inclusive con el agravante de que la propia organización indígena se encuentra dividida en dos grupos irreconciliables, tal como ha sido constatado por diversas organizaciones de derechos humanos y expuesto por la prensa boliviana e internacional.

El caso camisea en Perú

Un segundo caso emblemático que puede ser considerado en relación a las tensiones entre pueblos originarios y desarrollo, es el caso del proyecto gasífero de Camisea. Este programa pretende ampliar la explotación de las reservas de gas natural almacenadas en el subsuelo de la Reserva Kugapakori-Nahua-Nanti (KNN), ubicada a 500 kilómetros al este de Lima en la Cuenca Ucayaly, Departamento del Cusco, Provincia de la Convención, en el sureste de Perú. Esta Reserva definida por su sigla KNN, fue creada en el año 1990 para proteger los derechos territoriales de los pueblos nahuas, nantis, machiguegas y otros que viven dentro de la reserva y que han mantenido relaciones limitadas con el resto de la sociedad, incluyendo otras comunidades indígenas. Un factor fundamental para su creación fue

la trágica experiencia de contacto de algunas comunidades nahua con un grupo de madereros en 1984, la cual desembocó en la muerte de la mitad de dicho pueblo a raíz de enfermedades derivadas del contacto. (CODPI, 2013).

Durante las décadas siguientes continuaron las incursiones de madereros ilegales y de misioneros con el propósito de evangelizar a las comunidades indígenas, que continuaron colocando en riesgo la vida de los nahuas y de otros pueblos afincados en esa región.

En el año de 1987 a partir de prospecciones petrolíferas realizadas por la transnacional Shell, fueron encontrados dos grandes yacimientos de gas en el sector de Camisea, que se denominaron San Martín y Cashiriani. Las operaciones de extracción solamente se comenzaron a realizar en el año 2004, en que instituciones públicas peruanas dan inicio formal al Proyecto Consorcio Camisea. Este mega-proyecto busca fundamentalmente captar y transportar el gas natural proveniente de los dos yacimientos indicados hacia una planta de separación de líquidos ubicada en Malvinas, a orillas del río Urubamba, para que después el gas sea transportado por un gasoducto hasta la capital Lima y desde ahí proceder a su exportación. La explotación de tales yacimientos se encuentra desde el año 2002 bajo la supervisión del gobierno peruano el cual intensificó las operaciones extractivas en la región de Camisea, creando un Consorcio corporativo en el cual participan varias empresas de capital transnacional como Repsol, Pluspetrol, Hunt Oil, SK Energy y Sonatrach.

396

El gobierno peruano a través de diversos comunicados y conferencias de prensa, ha reiterado las ventajas que representa para el país la explotación de dichos yacimientos de gas. Entre otras razones se destacan el hecho de que Perú dispondrá de abundante provisión de este recurso energético en reemplazo de otros combustibles (especialmente hidrocarburos) que deben ser importados. Con ello se espera que la balanza comercial de hidrocarburos revierta su tendencia negativa ayude a mejorar los ingresos y la balanza de pagos del país. Otro argumento recurrentemente citado gira en torno a la generación de empleo y al crecimiento económico de la región donde se encuentran los yacimientos extractivos, las plantas procesadoras o de fraccionamiento del gas y el terminal de exportación

(Pisco). Por último, se sostiene que el proyecto también contribuirá a mejorar el medioambiente a través de la utilización de una energía menos contaminante.

Por el contrario, quienes se oponen a la expansión de este proyecto sostienen que los pueblos que habitan en esta región están siendo amenazados de extinción pues los territorios indígenas se convertirán en el escenario para la realización de una serie de estudios sísmicos, así como de la construcción de 21 pozos, una línea de conducción para el gas licuado y otras obras de infraestructura asociada a los proyectos extractivos (carreteras, salas de máquinas, etc.). Para quienes sostienen dicho argumento:

En la práctica, ello supondría la condena a muerte de varias comunidades y la probable desaparición de un sistema propio de pensamiento, que nace y que se debe a la tierra, y que durante años ha salvaguardado la biodiversidad de esta región de la selva peruana. Todo ello, por supuesto, en nombre del progreso y del bien común. (CODPI, 2013, p. 2).

De esta manera, diversas organizaciones indígenas de la región y de todo Perú solicitaron la intervención por parte de la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las formas de Discriminación Racial (CERD). Recientemente, en una carta firmada por 58 organizaciones y dirigida al presidente Ollanta Humala se solicita la detención inmediata del proyecto y la emisión por parte del gobierno peruano de una declaración pública en la cual se reconozca la inviolabilidad de la Reserva KNN y los territorios adyacentes, “para asegurar la supervivencia y los derechos de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y cumplir con las obligaciones de Perú en materia de derechos humanos

y medioambiente.” Concluye la carta que si esto no ocurre y la expansión continua, el gobierno “no solamente estará violando leyes nacionales e internacionales, sino que estará presidiendo un proyecto de desarrollo cuyas consecuencias podrían ser letales para uno de los pueblos indígenas más vulnerables del país.” De tal forma, se estaría consagrando una injusticia histórica que “pondrá en riesgo la existencia de todo un mundo, de todo un sistema de pensamiento y de organización social, del que son portadores los pueblos indígenas que habitan los territorios ahora amenazados.”

Reflexiones Finales

Una primera reflexión que nos surge a partir de lo expuesto con anterioridad dice relación con el hecho de que un cuestionamiento a la noción evolucionista, occidental y euro-centrista de desarrollo no supone mejorar la definición del propio concepto, sino que diferentemente supone cuestionar radicalmente la forma como dicho concepto ha sido utilizado en América latina y en los países “subdesarrollados”. Aún más, ello induce a pensar que si existe una carta de navegación trazada para alcanzar el desarrollo, los pueblos tradicionales deben transitar necesariamente por esa ruta, abdicando de este modo, de aquellos saberes y cosmovisiones que los transformarían -según esta premisa- en sociedades atrasadas o pre-modernas. Dicha modalidad de desarrollo excluye justamente los intereses, la palabra, la mirada y los saberes de quienes debieran ser pretensamente los beneficiarios del desarrollo, a saber, las poblaciones pobres y los pueblos aborígenes del continente.

Un estudio reciente nos plantea pertinentemente que “La demanda territorial de los pueblos indígenas nace de la nece-

alidad por conservar y/o defender sus sistemas de producción y modos de vida tradicionales frente a la creciente presión por la economía capitalista y la expansión institucional del Estado.” Por supuesto, dicha presión carga al mismo tiempo un componente ideológico-civilizatorio que, además de transformar el espacio ocupado por los pueblos indígenas, trastorna a mediano plazo su vínculo identitario vernáculo. En efecto, muchas de estas comunidades no se orientan preferencialmente hacia la obtención de bienes materiales, sino que prefieren privilegiar sus vínculos sociales, sus identidades culturales, sus precursores de reciprocidad en el marco de otra economía, de formas alternativas de intercambio y ayuda mutua.

Desconociendo lo anterior, el concepto de desarrollo ha sido construido como una narrativa histórica inevitable, como un producto naturalizado y pasible de ser aplicado a todos los pueblos. Por eso, generalmente nos deparamos con la vehemencia de una visión etnocéntrica, que construye su proyecto modernizador basado en la noción de crecimiento y explotación ilimitada de los recursos humanos y naturales. En este caso, se imponen los criterios crematísticos que se contradicen con los objetivos de sustentabilidad, de preservación del ecosistema y con los propios valores culturales de las poblaciones que habitan esos ecosistemas. Como nos recuerda Escobar “no son sólo los factores y las condiciones ecológicas, sino también los sentidos culturales, los que definen las prácticas que determinan cómo la naturaleza es apropiada y utilizada”. De esta manera, nos advierte el antropólogo colombiano

las luchas por la diferencia cultural, las identidades étnicas y la autonomía local por un territorio contribuyen a redefinir la agenda del conflicto sobre el medio ambiente, más allá de los campos de la economía y la ecología. (ESCOBAR, 2010, p. 103).

Los dos casos expuestos anteriormente nos revelan esta tensión permanente e indisoluble entre los objetivos del desarrollo de las naciones amparados en conceptos como progreso o crecimiento y una concepción más amplia que concibe el carácter esencialmente integrado de la humanidad con su entorno, tal como sustentado en la noción del buen vivir. En un estudio clásico sobre la alteridad, Tzvetan Todorov (1991) se interrogaba ¿Cómo podemos aceptar al otro que es distinto a nosotros como igual y como diferente? Esta pregunta es más lacerante si discurrimos sobre la existencia del etnocentrismo, es decir, aquella tendencia que eleva a nivel de categoría universal aquellos valores de la sociedad a la cual pertenezco. Desde la conquista de América, dicha visión eurocéntrica ha venido construyendo una interpretación del mundo que desconoce otros lenguajes, otros saberes, otra hermenéutica. Por eso la disputa de los pueblos indígenas es también una lucha por lograr la igualdad en la diferencia, por tener los mismos derechos que el resto de los ciudadanos “civilizados” en un marco de respeto a lo diverso, a lo distinto. El reconocimiento de la diferencia en la igualdad es parte de un proceso arduo y constante en el que se encuentran empeñadas las comunidades de nuestro continente.

400

Por lo mismo, un tratamiento amplio de los conflictos en torno a la propiedad y uso de los recursos naturales supone considerar los diversos intereses en disputa, atendiendo específicamente las necesidades de aquellas comunidades que habitan esos territorios y sus efectos sobre los segmentos más fragilizados. Ello supone resolver no solo los riesgos biofísicos asociados a las actividades empresariales o de otro tipo, que regularmente resultan en “catástrofes naturales”, sino sobre todo tomar en cuenta los impactos sociales y culturales que implica la aplicación de determinados modelos

de desarrollo que priorizando en la noción de crecimiento y en la generación de riqueza material, acaban siendo ambientalmente insustentables, socialmente desiguales y culturalmente uniformes. Entonces, debemos resistir a una narrativa unilateral de la modernidad, el desarrollo y la globalización que demarcan una postura utilitarista y productivista con relación a la naturaleza y el resto de la humanidad. La tarea por tanto consiste en pensar un modelo que supere la episteme occidentalizante y su correspondiente visión estrecha del desarrollo, para construir un nuevo tipo de pensamiento basado en la certidumbre de que existe una diversidad de saberes en el mundo, y que esa diversidad es la que enriquece cotidianamente nuestra experiencia humana.

Bibliografía

401

CEPAL. América Latina. *El pensamiento de la CEPAL. Santiago de Chile*: Comisión Económica para América Latina/Editorial Universitaria, 1969.

CODPI. “*La expansión de Camisea o la muerte de un mundo*”, en *el sitio de la Coordinación por los Derechos de los Pueblos Indígenas*. (CODPI). Madrid. Disponible em: <<http://www.codpi.org/observatorio/165-la-expansion-de-camisea-o-la-muerte-de-un-mundo>>. Acceso em: 20 jul. 2013.

COLCHESTER, Marcus. “*Solicitud de respeto por los derechos de los pueblos indígenas en situación de aislamiento voluntario y contacto inicial en el sureste del Perú*”. Lima, 19/02/2013.

DE LA CUADRA, Fernando. “Cambio climático y conflicto socio-ambiental. Apuntes sobre el antagonismo entre el pueblo Mapuche, el Estado chileno y las empresas”. In:

POSTIGO, Julio. *Cambio climático, movimientos sociales y políticas públicas. Una vinculación necesaria*. Santiago de Chile: CLACSO, 2013. p. 217-238.

EL MERCURIO. *Estudio asegura que el 10% del mundo sufrirá por el cambio climático para el año 2100*. Santiago de Chile, 01/07/2013.

ESCOBAR, Arturo. *Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Lima: Universidad Nacional de San Marcos, 2010.

_____. "El postdesarrollo como concepto y práctica social, In: Daniel Mato (Coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

402

HESSEL, Stéphane. *Indignai-vos!*. Traducción de Marli Peres. São Paulo: Ediciones Leya, 2011.

IPCC. *Cambio climático: Informe de síntesis. Contribución de los Grupos de trabajo I, II y III al Cuarto Informe de evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático*, Ginebra: IPCC, 2007.

HUGHES, Lotte. *Pueblos indígenas*. Traducción de Ana María Cadarso. Barcelona: Intermón/Oxfam, 2004.

LA JORNADA. Retorna la tensión en el Tipnis con anuncio de enfrentamientos. *La Paz*, 25/06/2013.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasís*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. (Coleção Brasileira, n. 335).

LAMPIS, Andrea. La adaptación al cambio climático: el reto de las dobles agendas. In: POSTIGO, Julio Ed. *Cambio climático, movimientos sociales y políticas públicas. Una vinculación necesaria*. Santiago de Chile: CLACSO, 2013. p. 29-50.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2005. p. 21-53.

LEÓN, Cristian y ARZE, Alejandro. Recursos naturales en disputa. Manifestación conflictiva de las visiones del desarrollo en Bolivia. *Boletín Diálogos*, n. 106, en el sitio Sudamérica Rural, Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica (IPDRS). La Paz, Disponível em: <<http://www.sudamerica-rural.org/nuestra-produccion/dialogos/106?view=dialogos>>, Acesso em: 01 jul. 2013.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 1, 1998, p. 73-80.

MAX-NEEF, Manfred. *Economía descalza. Señales desde el Mundo Invisible*. Montevideo: Editorial Nordam Comunidad, 1986.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do Capital*. Traducción de Francisco Cornejo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

NACIONES UNIDAS. *Carta de las Naciones Unidas*, Disponível em: <<http://www.un.org/es/documents/charter/>> Acesso em: 15 jul. 2013.

POSTIGO, Julio. Desencuentros y (potenciales) sinergias entre las respuestas de campesinos y autoridades regionales frente al cambio climático en el sur andino peruano. In: _____. *Cambio climático, movimientos sociales y políticas públicas. Una vinculación necesaria*. Santiago de Chile: CLACSO, 2013. p. 181-216.

RIVERO, Pablo Andrés. “8 claves para entender el conflicto en Bolivia”, en sitio *Animal Político* (27/09/20011). Acesso em: 19 jul. 2013.

SCHUMACHER, Ernst F. *Lo pequeño es hermoso*. Traducción de Oscar Margenet. Buenos Aires: Ediciones Orbis, 1983.

SUNKEL, Osvaldo y PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. 26. ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

404

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Sete teses equivocadas sobre a America Latina”. In: _____. *Sociologia do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 121-136.

TODOROV, Tzvetan. *Los unos y los otros. Reflexión sobre la diversidad humana*. Traducción de Martí Mur Ubasart. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1991.

Capítulo 12

Elementos para uma Cartografia Socioambiental dos Territórios em Disputa

*Antônio Jeovah de Andrade Meireles*¹⁸³

*Adryane Gorayeb*¹⁸⁴

Introdução

O conjunto de dados sistematizados foi estruturado de modo a evidenciar o desenvolvimento de trabalhos multi-disciplinares objetivando a elaboração de cartas temáticas, de uso projetado e zoneamento ambiental. Foi vinculado à necessidade de estudos ambientais relacionados com a compartimentação, caracterização e integração dos geoelementos que compõem uma planície costeira, de modo a proporcionar a definição dos processos interativos entre componentes físicos, bióticos, sociais e econômicos.

A diversidade social foi estruturada de modo a agrupar em mapas populacionais, territórios de uso ancestral, extrativistas, étnicos e comunitários. Estes indicadores do domínio dos territórios pelos grupos sociais foram representados pelos mapas elaborados pelas comunidades, consolidando a diversidade de funções e o domínio dos fluxos de matéria e energia

¹⁸³ Prof. Dr. do Departamento de geografia da UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFC e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC). Pesquisador do CNPq.

¹⁸⁴ Profa. Dra. do Departamento de Geografia da UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFC e coordenadora do Laboratório de Geoprocessamento.

(relações cosmológicas) que configuram a soberania territorial. Ressalta-se que as formas de representação cartográficas, desde o ponto de partida relacionado aos aspectos morfológicos, não deverão ser desassociadas das disputas e conflitos socioambientais, pois daí surgem diversidades de representações – das monoculturas, por exemplo, e subseqüentes mapas da evolução do desmatamento, erosão do solo, movimentações de massa, contaminação por agrotóxicos, deslocamentos forçados de grupos sociais – apropriadas por distintos grupos sociais. Desta forma, segundo Acsegrad e Coli (2008, p. 14):

[...] podemos considerar que na política dos mapeamentos estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que articula-se às próprias disputas territoriais. Essas disputas, por sua vez, tendem a acirrar-se, mais ou menos explicitamente, quando as formas socioterritoriais estabilizadas sofrem alterações significativas – como é o caso das transformações sócio-espaciais associadas à liberalização das economias no final do século XX – ou quando a própria atividade mapeadora sofre os efeitos de mudanças técnicas que permitem expandir seu campo de ação e o universo de sujeitos nela envolvidos, como é o caso recente do advento das tecnologias digitais na produção cartográfica.

As modalidades de atividades humanas identificadas na área delimitada para a realização dos mapas temáticos deverão ser associadas com as características naturais (“naturais”) como, por exemplo, intemperismo predominante, ação dos ventos, ondas e marés, condições climáticas, declividade dos terrenos, entre outras. Irão fornecer os indicadores de ero-

são, remobilização do solo, desmoronamentos, dinâmica do perfil de praia, migração de dunas, fonte de sedimentos, em síntese, as interferências nos fluxos de matéria e energia. É um dos pontos de partida para evidenciar os vínculos entre processos geoambientais e representações cosmológicas estabelecidas entre os fluxos de matéria e energia e as comunidades tradicionais e grupos étnicos.

Estes indicadores geoambientais poderão ser definidos e plotados em cartografia, elevando a consistência na definição e caracterização de riscos e degradações ambientais, áreas de preservação, conservação e manejo dos sistemas naturais e a ser recuperadas. Os usos tradicionais e étnicos e as relações com a dinâmica morfológica deverão ser efetuados, o que demonstra a inserção do conhecimento popular na caracterização da diversidade de configurações (e disputas) territoriais. Ressalta-se que podem ocorrer representações cartográficas incompletas

407

A seguir serão apresentados os fundamentos metodológicos e as diversas fases que tratam de um trabalho de pesquisa relacionado com a construção dos mapas temáticos, implementados através dos estudos e levantamentos de dados em etapas de campo e laboratório. Estes estudos fundamentarão a realização de cartas sínteses e zoneamento ambiental dos meios abiótico, biótico e socioeconômico.

Fundamentos Metodológicos

A abordagem que se pretende enfocar nos estudos a serem realizados em planícies costeiras, com ênfase na definição das unidades ambientais e para o planejamento de uso e ocupação do território, foi fundamentada na interdepen-

dência entre estas unidades e interação entre os fluxos de matéria e energia e ações humanas. Desta forma, a melhor metodologia a ser empregada está relacionada com a Teoria Geral de Sistemas em Geografia Física.

Segundo Bertalanffy (1976), que introduziu o termo Teoria Geral de Sistemas (TGS), um sistema pode ser definido como um complexo de elementos interatuantes. Interação significa que elementos p estão em relações R , de sorte que o comportamento de um elemento p em R é diferente de seu comportamento em outra relação R' . Se os comportamentos em R e R' não diferem, não ocorre interação, e os elementos se comportam de maneira independente com respeito as relações R e R' .

408

Para o mesmo autor, um sistema aberto é definido como sistema que troca matéria com o meio circundante, que exhibe importação e exportação, constituição e degradação de seus componentes materiais. Diante da elevada possibilidade de interdependências entre os componentes morfológicos - a faixa de praia, por exemplo, resultante dos componentes geológicos, geomorfológicos, tectônicos, clima e evolução da geoambiental espaço-temporal da borda das crostas continentais - de uma planície costeira, Chorley e Kenedy (1971) definiram o que denominaram de eficiência operacional do sistema, desde uma perspectiva de reajustamentos das variáveis para produzir um novo equilíbrio. Ressalta-se que esta condição de "equilíbrio" será aqui tratada como um novo estado de reajustes morfológicos, sempre dinâmico e afastando-se da condição de reversibilidade.

De acordo com Hevia (1998), os sistemas, desde as exigências da termodinâmica, representam um conjunto de elementos articulados de maneira que possam utilizar uma

fonte de energia para produzir um trabalho. A Teoria de Sistemas busca, em essência, compreender de forma global os processos que regem o funcionamento dos sistemas e em especial compreender a forma em que aparecem suas propriedades, quando se encontram em funcionamento. Estas propriedades que somente se apresentam quando o sistema funciona e que não residem nos componentes da estrutura do sistema, recebem o nome de *propriedades emergentes*, entretanto, não se pode predizer seu aparecimento antes que passe a funcionar.

O diagrama de fluxo 1 trata das relações gerais entre os paradigmas mecanicistas da ciência e a Teoria Geral de Sistemas, realizado a partir dos trabalhos de Meireles e Romero (2000). Foram acrescentadas mudanças para representar uma abordagem sistêmica relacionada com a geomorfologia, pondo em evidência as interações entre essa ciência com as demais reducionistas. Intentou-se a fusão das disciplinas para a definição da hierarquia/complexidade do conjunto de fenômenos relacionados com a origem das planícies costeiras.

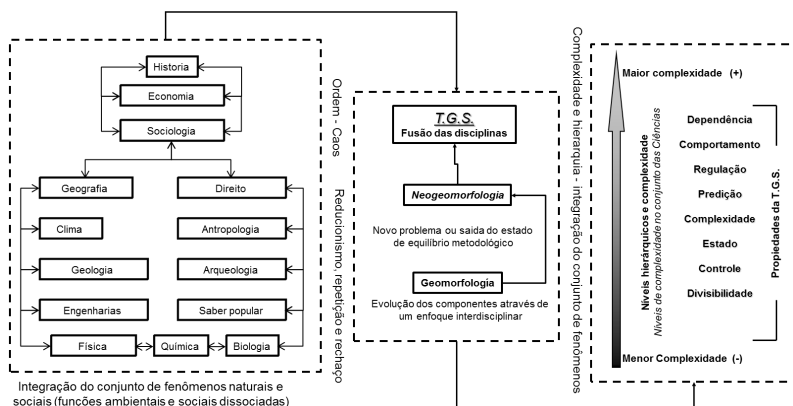


Diagrama de Fluxo 1 – A geomorfologia e abordagem sistêmica (T.G.S. Teoria Geral dos Sistemas)

Como as interações entre os geoelementos e as ações humanas no território são complexas e agregam energias provenientes de diversas fontes (incluindo a energia gerada pela intervenção humana), torna-se necessário a compartimentação da área a ser estudada em temas (enfoque reducionista), para tentar elaborar um conjunto mais consistente, que trate da evolução dos processos e energias, para uma previsão mais efetiva do comportamento dinâmico, com vistas a uma intervenção planejada, fundamentada na manutenção dos processos e energias modeladoras do sistema costeiro.

Segundo Romero (1996), desde a perspectiva temporal, qualquer sistema tem como objetivo (finalidade) do ponto de vista físico, alcançar a permanência, para o qual regula o gasto de energia (*mínimo gasto*), fato que, dado ao atual nível de conhecimento, somente é estudado através de uma possível dinâmica (funcionamento provável) das inter-relações entre os geoelementos. A diversidade dos processos morfodinâmicos (ecológicos, geológicos, climáticos) evidencia a constante morfogênese em ambientes costeiros, com um constante intercâmbio de matéria e energia sempre de maneira crescente a favor do “neotodo”.

Os estudos de Chorley (1962) levaram a uma série de postulados para a aplicação da Teoria Geral de Sistemas nos estudos geográficos, fundamentada em relações processuais entre as morfologias, para os modelos de evolução do relevo. Aplicando essa teoria e conceitos termodinâmicos, formulou novas hipóteses a respeito. Em linhas gerais, considerou que o sistema geomorfológico (generalizando os objetos de estudo), é aberto e não cabe o conceito de estado final ou estático, uma espécie de clímax, como utilizado em Biologia. Introduce a instabilidade permanente e valoriza o “equilíbrio”

segundo seja a tendência a uma nova mudança de *estado*. Foram os primeiros passos para uma Geomorfologia mais integral. Outras abordagens sobre geomorfologia e a Teoria Geral de Sistemas, foram realizadas por Chorley e Kennedy (1971), Hart (1980), Erstappen (1993) e Gilsanz (1996).

Para a definição dos processos geomorfológicos em planícies costeiras, relacionados com a origem dos geoelementos, imposta pelas flutuações do nível relativo do mar e mudanças climáticas no Quaternário, com a aplicação dos conceitos básicos da Teoria Geral de Sistemas (divisibilidade, controle, estado, complexidade, predição, regulação, comportamento e dependência), foram escolhidos como elemento de integração os terraços marinhos. Devido a complexidade das reações geoambientais e a elevada quantidade de inter-relações, foi necessário aplicar de imediato a *divisibilidade* do sistema a ser estudado. Entretanto, os terraços representam as unidades de relevo mais complexas, impossíveis de estudar sem um enfoque reducionista (início da abordagem integrada).

Portanto, um processo geodinâmico (“neogeomorfologia”), foi definido como um sistema de relações que se estabelece entre as ações desenvolvidas pelos agentes da dinâmica geoambiental – teleconexões continental, marinha, atmosférica, biológicos, entre outras e em distintas escalas temporais e espaciais – com o comportamento dos fluxos, como os agentes de transferência de energia e matéria (deriva litorânea, p.ex.). E de acordo com os processos geomorfológicos analisados.

Neste caso, de formulação de uma abordagem integrada desde a perspectiva geoambiental, a identificação das partes (primeira etapa na abordagem sistêmica) foi relacionada com os procedimentos metodológicos da geomorfologia com o

conhecimento popular e étnico dos processos morfogenéticos. Desta forma, o sistema é influenciado pelas distintas formas de observação. Ressalta-se que é nesta fase dos estudos que irão configurar-se duas racionalidades, enquanto concepções de desenvolvimento: I) hegemônica - imposição de estabelecimentos industriais e a expansão dos setores de comércio e dos serviços como aceleradores do crescimento e, II) das comunidades locais - melhoramento das condições da vida a partir das potencialidades culturais, sociais e ambientais no local (LASCHEFSKI, 2011).

Etapas Para uma Abordagem Sistêmica

412

Os apontamentos à continuação foram resultados de sínteses orientadas pelos trabalhos realizados por pesquisadores interessados na compreensão dos níveis de complexidade dos sistemas geoambientais. Foram voltados para evidenciar que os mapas temáticos, zoneamento ambiental, mapas sociais, diagnósticos devem ser elaborados por equipes multi e interdisciplinares. Os aspectos socioambientais serão evidenciados de acordo como observados pela equipe, definindo componentes integrados com a diversidade dos territórios e que poderão ser individualizados em cartas temáticas. É desde a participação comunitária, inserção do conhecimento popular (cosmovisões e cosmorrelações), avaliação de equidade ambiental e mapas sociais, que será aprofundado o conhecimento das disputas e conflitos neste território, proporcionando, como elemento fundante das fases dos estudos propostas à continuação, instrumentos de poder étnico e comunitário para assegurar a identificação e delimitação das terras indígenas e demais sistemas territoriais (culturais e sociais) de comunidades tradicionais. Desta forma, os componentes geoambientais e suas compartimentações socioeconômicas espa-

cializadas, irão orientar a elaboração de políticas públicas para visibilizar a diversidade de interesses. E assegurar critérios para definir as áreas de domínio das relações sociais, materializadas em cartografia, para a composição dos territórios-ecossistemas.

Os fluxos de matéria e energia deverão ser espacializados, em uma primeira etapa, para definir os vínculos entre os elementos do sistema, os processos morfológicos e elaborar prognósticos ambientais. Foi diante destas relações sistêmicas que foram propostas as três fases dos estudos. Foram agrupadas de modo a definir a “organização” do território (sistema), levando em conta uma abordagem conduzida pela Teoria Geral dos Sistemas (TGS). Assim, os aspectos morfológicos, os ecossistemas associados e as atividades socioambientais não foram completamente edificados, definitivamente elaborados; a morfogênese contínua está diante da evolução espaçotemporal e regidos pelos distintos grupos sociais que disputam a “natureza” do território.

413

Para conduzir as etapas propostas com o objetivo de elaborar cartografias temáticas - estudos e levantamentos de dados dos meios físico e socioeconômico, cartas síntese e zoneamento ambiental e cartografia social -, foram evidenciados estudos realizados por Mateo (1997), Hevia (1998), Romero (1996), Sochava (1978), Chorley e Kennedy (1971), Bertalanffy (1976), Bertrand e Dollfus (1973), Acselrad (2008), Lima (2009), Labatón (2009), Prigogine (2011), entre outros.

Estudos e Levantamentos de Dados dos Meios Físico e Socioeconômico

Tratam-se dos trabalhos iniciais de uma pesquisa, envolvendo a coleta e sistematização de dados sobre o tema e áreas

afins, relacionados com os objetivos do diagnóstico ambiental, zoneamentos e mapas sociais. Momento em que é constituída a equipe multidisciplinar e se define a coordenação dos trabalhos. Deverá ser composta por técnicos das diversas áreas das ciências naturais, humanas e da saúde. Os objetivos dos estudos deverão ser conhecidos por todos os membros da equipe, de modo a iniciar com as etapas de compreensão e interpretação integradas, das metodologias empregadas pelas diversas áreas de estudo e utilizadas para a confecção do diagnóstico ambiental e das fases seguintes. Quando relacionada à elaboração de avaliação de equidade ambiental, representações das comunidades deverão compor todas as fases dos estudos, principalmente para a percepção integrada do conhecimento popular e demais relações de usufruto, ancestralidade e simbólicas registradas nas composições morfológicas (geológicas, ecológicas, topográficas) da planície costeira.

A constatação de domínios e zonas de uso e ocupação do solo, através de imagens de satélite e fotografias aéreas com diferentes épocas de recobrimentos, associadas às atividades de cadastramentos, irão proporcionar a atualização de informações e evidenciar processos seletivos de atribuições relacionadas com técnicas preventivas e corretivas, riscos, utilização e manejo. Serão utilizados para a adequação dos critérios a ser utilizados em cartografia temática, pois a integração dos dados oriundos da equipe multidisciplinar deverá formular indicadores de vulnerabilidade e potencialidade, definindo a capacidade de uso e ocupação do solo. Deverá proporcionar a definição de áreas e dos fatores de conflitos entre as diversas formas de uso e ocupação do solo e os fluxos de matéria e energia, de modo a indicar e operacionalizar as interferências na produtividade primária e evolução dos ecossistemas envolvidos, principalmente nos vales fluviais e

planícies costeiras. A abordagem integrada deverá realizar interconexões entre os usos do solo, as formas de apropriação (agronegócio e as tradicionais e étnicas), para espacializar os danos ambientais e sociais na bacia hidrográfica.

Evidenciar a estrutura fundiária e a presença das comunidades tradicionais e étnicas para regularizar e regulamentar as atividades ancestrais. Agrupar os componentes socioeconômicos e históricos para caracterizar formas de usufruto especiais, principalmente as relacionados às etnias, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, entre outras.

Os conflitos entre formas de utilização de determinadas unidades ambientais com as reações físicas da paisagem (erosão de encostas, por exemplo), deverão ser indicados para posterior correlação com categorias de utilização e zoneamento ecodinâmico. Os territórios de domínio das comunidades tradicionais e indígenas deverão ser identificados e delimitados antes das demais formas de gestão apresentadas, por exemplo, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC/Lei nº 9.985).

As terras indígenas deverão ser identificadas em escala de detalhe e inseridas no contexto de zoneamento ambiental (gestão de acordo com os planos municipais, estadual e federal) para direcionar as demais etapas e produtos relacionados com os mapas temáticos. Ressalta-se que as escalas de trabalho deverão ser relacionadas com a percepção dos grupos étnicos e de acordo com a necessidade de tornar evidentes ou não determinados sistemas de apropriação, respeitando suas designações e vínculos simbólicos. Procedimentos metodológicos específicos – Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro de 1996 e Portaria nº 14/1996/MJ que dispõem sobre os procedimentos administrativos de demarcação

das terras indígenas e dá outras providências – deverão ser operacionalizados. É imprescindível a participação efetiva de representações das etnias (“representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases”) e dos entes federados, em uma equipe de pesquisadores interdisciplinar coordenada por antropólogo. Os sistemas ambientais de usufruto deverão ser evidenciados de modo a delimitar a soberania territorial, o que envolve a integração dos processos geoambientais com as formas de uso e simbólicas de apropriação dos fluxos de matéria e energia. Todas as formas de uso evidenciadas pela etnia deverão ser identificadas, tendo como base da identificação das unidades a delimitações propostas pelos índios. Esta etapa requer a determinação dos vínculos da terra indígena com as demais formas de uso do entorno (bacias hidrográficas, vertentes, aquíferos, direção dos ventos) para delimitar impactos regionais e orientar médias de gestão socioambiental. Os procedimentos metodológicos propostos pela Avaliação de Equidade Ambiental (FASE, 2011) são essenciais para aprofundar a abordagem integrada para a identificação e delimitação das terras indígenas e das comunidades tradicionais.

416

As cartas sínteses deverão ser confeccionadas de modo a representar a multidisciplinaridade entre os elementos dos geossistemas definidos, proporcionando a elaboração de modelos evolutivos, os quais irão contemplar os processos dinâmicos e reações ambientais que evidenciaram interdependências e interações entre as unidades ambientais mapeadas. Desta forma, as cartas sínteses irão apresentar uma sequência ordenada de informações a ser coletadas, analisadas, correlacionadas e espacializadas para orientar abordagens e utilizações adequadas ao meio ambiente. Através da configuração sistêmica de cada tema abordado para

a confecção do zoneamento ambiental, mapas de vulnerabilidades e das cartas sociais.

A cartografia social, como elemento estruturante dos vínculos das comunidades e grupos étnicos com a diversidade de componentes do relevo, deverá ser acompanhada da descrição dos processos associados ao conhecimento popular. É nesta etapa dos trabalhos que a equipe de pesquisadores - interdisciplinaridade, diversidade metodológica e saberes popular e étnico - realizará os apontamentos sobre etnobiologia e a espacialização e temporalidade dos fluxos de matéria e energia desde a perspectiva cosmológica (ritmos da natureza e sazonalidade).

A compartimentação de cada tema auxiliará na delimitação dos processos morfogenéticos regulados pela diversidade de reações ambientais em um determinado território. Os componentes ambientais serão interligados através dos fluxos de energia que modelam a paisagem (transferência de grandes volumes de materiais) e níveis tróficos interconectados pelos ecossistemas e biomas (biomassa). Procedimentos metodológicos - as teleconexões para o início da fusão das disciplinas - para orientar as ações planejadas de uso e ocupação do solo. A definição e delimitação dos componentes ambientais proporcionarão a compartimentação dos espaços físico, biológico e socioeconômico, com a interação entre os componentes ambientais efetivada desde a perspectiva sistêmica. As relações entre morfogênese e pedogênese e interações com atividades de uso e ocupação do solo, promovem movimentação de massa e deposição de sedimentos que poderão ser reativados pela retomada da morfogênese. A avaliação de equidade ambiental e elaboração dos mapas sociais representam instrumentos para evidenciar os níveis de complexidade ambiental. Serão resultantes das correla-

ções sociais, econômicas e ambientais na disputa pelos sistemas ambientais (recursos naturais, do ponto de vista da financeirização da natureza) da planície costeira.

A compartimentação do território em unidades ambientais possibilitará a definição de processos dinâmicos do meio ambiente, principalmente através das correlações existentes entre as entidades físicas do espaço e as tendências e necessidades de uso e ocupação do solo, relacionadas com a implantação de equipamentos destinados às atividades essenciais de habitação, educação, saúde, transporte, comunicação, turismo e lazer, entre outros. As ações deverão ser formuladas dentro de alternativas tecnológicas e capacidade de gerenciamento das reações, geradas com a utilização e exploração socioeconômica sustentável do meio ambiente.

418

Os indicadores de qualidade ambiental deverão ser definidos a partir da escala de trabalho, tomando como base os fluxos de matéria e energia e suas interações com o uso e ocupação do solo, efetivando potencialidades e vulnerabilidades dos componentes e sistemas ambientais mapeados.

A utilização de imagens de satélite, enfocando indicadores da dinâmica paisagística - processos degradacionais, domínios fluviais e marinhos, fluxos e transferência de materiais sedimentares, condicionantes climáticos, cobertura vegetal, topográficos e morfodinâmicos - e impactos - urbanização, crescimento populacional, uso e ocupação do solo, fatores econômicos, entre outros - a compartimentação temática da paisagem e correlações entre os indicadores possibilitará a composição de um diagnóstico interdisciplinar consistente a respeito da qualidade ambiental, evidenciando uma ordem de interferências para a gestão e manutenção das potencialidades ambientais.

Os indicadores de qualidade ambiental possibilitam a ordenação de projetos e programas de uso e ocupação territorial. Ocorre através da utilização dos diagnósticos elaborados, fato que demanda a confecção de propostas integradas de monitoramento dos principais indicadores ambientais, e que poderão estar relacionados com: I) erosão diferenciada de vertentes e encostas e conseqüente assoreamento de vales fluviais e de bacias hidráulicas de açudes e lagoas, devido à aplicação de métodos extensivos na agricultura e pecuária, priorizando o desmatamento; II) recuo da linha de costa devido à aceleração de processos erosivos provenientes da ocupação de dunas bordejantes à faixa de praia e zonas de promontórios. Estes processos irão também gerar indicadores de qualidade de vida, pois interferem na produção de alimentos, moradia, lazer.

Com esses exemplos, percebe-se que os indicadores ambientais interagem com os macrossistemas, naturais e socioeconômicos, através de atividades de uso e ocupação do solo e da energia gerada através de processos pluviais, fluviomarinhos, eólicos e marinhos, entre outros. Para a composição dos diagnósticos ambientais, relacionados com cada tema a ser investigado pela equipe multidisciplinar, deverão ser sistematizados os indicadores de qualidade ambiental.

O monitoramento representa uma ferramenta de fornecimento de dados para a atualização dos diagnósticos temáticos. O elenco de indicadores a serem efetivados durante o diagnóstico - notadamente configurados em cartografia temática - e designados aos meios físico, biológico e socioeconômico irá refletir, em um intervalo de tempo, os processos geossistêmicos, sustentabilidade ambiental, ações preventivas e corretivas, manejo ambiental, restrições de uso e ocupação e cenário ambiental ocorrente.

As correlações entre as formas de uso e ocupação do solo, impactos ambientais, ações integradas para definição das formas adequadas de utilização do território, só poderão ser efetivadas com as demais relações cosmológicas representadas pelas comunidades tradicionais e étnicas. Etapa dos estudos que requer a incorporação dos registros realizados pelas representações das comunidades introduzindo seus conceitos de qualidade ambiental.

Modelos evolutivos dos meios físico (geológicos, estruturais, geomorfológicos, paleogeográficos, paleoclimáticos, pedológicos, sistemas hídricos), biológico (evolução ecossistêmica) e socioeconômico (evolução demográfica, organização social, uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana e social), deverão ser utilizados como principais instrumentos para a elaboração de prognósticos e projeções de uso e ocupação do solo. Deverão ser elaborados através da interação interdisciplinar e confeccionados a partir do tratamento e sistematização das informações que fazem parte dos diagnósticos ambientais e das cartas temáticas. Este momento reflete a necessidade de implantação de projetos de monitoramento dos principais indicadores ambientais, pois irão auxiliar na operacionalização e desenvolvimento de equipamentos e técnicas para exploração socioeconômica adequada do meio ambiente. Proporcionará as bases para a manutenção das características ambientais, preservação, conservação e recuperação de áreas submetidas às interferências socioeconômicas. Irão também definir o desempenho ambiental durante um determinado tempo e espaço, associados aos instrumentos de produtividade (ações de uso e ocupação), manejo e mitigação dos impactos.

Sobre as composições mais complexas do território, envolvendo as formas de usufruto e demais apropriações do ter-

ritório, as “zonas” podem assumir configurações espaciais a serem atribuídas, identificadas, classificadas e delimitadas pelas comunidades tradicionais e étnicas. Esta classificação deverá ser empregada utilizando os resultados da cartografia temática e dos mapas sociais.

Para a elaboração de recomendações para o uso do solo, deverão ser consideradas as informações que irão gerar as bases para as técnicas de avaliação da paisagem e a escala cartográfica de trabalho. No caso de levantamento dos componentes do relevo litorâneo, será possível através dos mapas de ocorrências e dos tipos de solos, depósitos geológicos, topografia e declividade. E a continuidade do processo de integração metodológica orientará a elaboração dos mapas de risco à erosão e, posteriormente, para a classificação das áreas a serem definidas para a continuidade da dinâmica costeira regional (zonas de *bypass* de areia associadas aos promontórios, p.ex.).

O conhecimento da vulnerabilidade e potencialidade ambiental é crucial para as propostas de uso e ocupação do solo. De sua análise e síntese irão resultar as orientações e restrições à apropriação dos territórios, fundamentadas através da compartimentação temática e compreensão da distribuição espacial da energia (processos morfogenéticos), que impulsiona as transformações estruturais dos sistemas naturais (áreas de preservação) e socioeconômicos.

A vulnerabilidade dos geossistemas, como resultado de impactos relacionados com a implantação e operação de equipamentos urbanos e rurais, poderá ser tratada desde os componentes mais elementares do meio ambiente, porém, associados com a dinâmica dos indicadores de qualidade ambiental. Para iniciar com a definição de vulnerabilidade do meio ambiente, poderão ser analisados os seguintes fato-

res: *físicos* - relacionadas com a dinâmica das ações humanas e interferências nos processos energéticos naturais; *bióticos* - relações ecossistêmicas submetidas a pressões que ultrapassam o potencial de suporte e que promovem colapsos ambientais e sociais em escalas variadas; *econômicos* - distribuição de renda, mão de obra efetiva e qualidade de vida; *sociais* - educação, cultura, saúde e apropriações simbólicas e sociais dos sistemas ambientais. Estes componentes irão definir graus de vulnerabilidade de acordo com as intervenções no meio ambiente relacionadas com o uso e ocupação, monitoramento dos indicadores ambientais, gerenciamento dos métodos e técnicas empregados, manejo integrado visando sustentabilidade ambiental. Esta abordagem interfere na mitigação dos impactos ambientais e, portanto, está relacionada com a composição de indicadores de qualidade ambiental e a definição das reações ambientais com as intervenções existentes e planejadas.

422

Portanto, a capacidade de suporte ambiental será definida como a habilidade dos ambientes em acomodar, assimilar e incorporar um conjunto de atividades socioeconômicas sem que suas funções naturais sejam fundamentalmente alteradas em termos de produtividade primária, propiciada pela biodiversidade e que ainda proporcionem níveis de qualidade de vida para as populações que habitam estes ambientes. O macrozoneamento será então fundamentado para tornar evidente a delimitação destes componentes interativos e sistêmicos, resultando na definição de técnicas, projetos e programas relacionados com manejo ambiental e fundamentos para a pesquisa, proteção e recuperação ambiental, bem como ações de educação para uma nova atitude e postura de abordagem ambiental. Estes instrumentos de zoneamento, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE),

representativo das manifestações hegemônicas do Estado, proporcionam registros que invisibilizam a diversidade de grupos sociais, e, conseqüentemente, deverão ser analisados enquanto instrumentos que definem os sistemas ambientais como recursos a serem disponibilizados para o mercado.

As comunidades tradicionais e étnicas são as que deverão definir a capacidade de uso dos sistemas ambientais. Etapa relacionada à identificação dos problemas ambientais relacionado às pressões no entorno de seus territórios e que resultaram em erosão do solo, contaminação da água subterrânea, perda de biodiversidade, entre outros. Esta etapa dos estudos fornece as informações relacionadas com os danos advindos das ações de uso e ocupação que promovem conflitos socioambientais. A presença de atividades industriais e monoculturas – como os danos provocados pela aerogerados e carcinicultura – vulnerabilizam as relações comunitárias e alteram a disponibilidade dos sistemas ambientais que promovem a soberania territorial. Desta forma, a capacidade-suporte e vulnerabilidade deverão ser definidas levando em conta a avaliação de equidade ambiental, e que poderão ser representadas nos mapas sociais.

A cartografia social representa, em uma primeira etapa, a definição da diversidade de componentes socioambientais, econômicos e culturais dos territórios em disputa. Trata-se de mapas elaborados para definir território de grupos sociais que lutam para visibilizar a diversidade de relações espaciais construídas em territórios diversos e constantemente ressignificados pela dinâmica social, cultural, simbólica, memória e vínculos ancestrais e étnicos. Os conflitos serão mapeados desde a perspectiva dos grupos sociais envolvidos nos territórios por eles delimitados, diante do risco de seus territórios financeirizados por instrumentos do capital materializados pela especulação

imobiliária, nas áreas urbanas; resorts, agronegócio, complexos industriais, nas áreas rurais, metropolitanas, por exemplo. Em uma segunda etapa dos trabalhos, os mapas elaborados pelas comunidades serão utilizados para conduzir processos de afirmação de seus territórios, fundados nos princípios da equidade, da ampla participação social, mobilidade e direitos à cidade, terra e moradia dignas. Trata-se, desta forma, de um conjunto de atividades para envolvimento das comunidades em um processo de autcartografia, diante das ameaças de deslocamentos forçados (as reestruturações urbanísticas com as obras de infraestrutura projetadas para a Copa do Mundo de 2014); contaminação dos sistemas ambientais de soberania alimentar; degradação dos manguezais pela monocultura do camarão, entre outras. Desta forma, a cartografia social, como meio técnico, busca registrar relatos e as representações sócio-espaciais no processo de automapeamento, além de identificar situações de conflitos na forma de uso do território pelas comunidades tradicionais e étnicas. Em síntese, e de acordo com Berno (2010):

424

os conhecimentos tradicionais que eram pensados como 'expressão cultural' estão se tornando uma categoria do direito e um instrumento político de defesa dos territórios indígenas, quilombolas e dos demais povos e comunidades tradicionais.

Os mapas sociais (cartografia social) são instrumentos cartográficos comunitários a ser utilizados para fundamentar ações populares estratégicas para, por exemplo, definir a delimitação dos territórios comunitários, das terras indígenas, de espaços simbólicos apropriados pela diversidade cultural e étnica. A realização das cartografias é associada à formação das representações sociais e elaboração de instrumentos para caracterização da diversidade socioambiental do território,

especialização dos conflitos ambientais envolvendo usos tradicionais e étnicos e a mercantilização dos ecossistemas de usufruto comunitário. Poderá ser elaborado, desde a necessidade de evidenciar instrumento cartográfico para a proposição e monitoramento de políticas públicas, para assegurar os vínculos ancestrais como território em disputa.

Para a elaboração da cartografia social deverão ser realizadas as atividades enunciadas à continuação (exemplo relacionado às estratégias metodológicas para os mapas sociais a serem elaborados pelas comunidades atingidas pelas obras projetadas para a Copa 2014). Foram planejadas duas oficinas em cada uma das três áreas da cidade definidas como de conflito:

- I. Na primeira oficina serão discutidos, com todos os participantes, os procedimentos para a definição das escalas de trabalho (tamanho e detalhes das representações cartográficas) e os temas a serem abordados na elaboração das cartografias temáticas. Assim, os mapas constarão inicialmente com setores denominados de representações de base ruas e a distribuição das habitações com os participantes das oficinas identificando suas casas, espaços de convivência comunitários, vias de acesso que possam polarizar redes de deslocamentos e mobilidades no bairro e na cidade, entre outras, para introduzir elementos cartográficos potencializadores dos temas a serem definidos pelos participantes. Poderão ser elaborados mapas temáticos em categorias específicas para cada uma das áreas (definidas pelos participantes da oficina), dependendo da diversidade dos aspectos simbólicos, ambientais, socioeconômicos, serviços, impactos, características das obras previstas para a Copa de 2014, entre outras.

- II. Para a elaboração das cartografias temáticas durante a primeira oficina, serão utilizadas, pelos participantes, imagens de satélite impressas em diferentes escalas para a individualização dos principais setores a serem cartografados (setores classificados de acordo com a percepção dos participantes e que potencializem a relação comunitária com o território em disputa. Após esta fase dos trabalhos, será realizada uma atividade de campo com a utilização de aparelhos GPS Modelo Garmin Etrex H Portátil (fornecidos pelo laboratório de Cartografia Digital do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará), para identificar e detalhar os elementos urbanos (sociais, culturais, serviços, saúde, impactos ambientais, áreas a serem removidas, entre outros) a serem introduzidos nas cartografias (postos de saúde, centros comunitários, áreas de risco, área de remoção, vazios urbanos, entre outros). Durante esta etapa da oficina serão formados dois grupos (moradores, pesquisadores do Departamento de Geografia da UFC, bolsistas do Laboratório de Cartografia Digital e representantes do Comitê da Copa) com temas específicos a serem delimitados nos mapas impressos contendo as representações de base. Os temas e a diversidade de elementos serão definidos na oficina e também orientarão a atividade de campo.
- III. Ao término das atividades de campo, os mapas compostos pelos temas classificados pelos participantes, com a elaboração das legendas e delimitação dos setores, serão utilizados para, em uma segunda oficina em cada uma das três áreas, definir a cartografia social (mapa síntese) de acordo com a integração dos compo-

nentes territoriais definidos e visibilizados nos mapas elaborados pelos participantes da oficina. É importante salientar que a presença e inserção dos técnicos em cartografia social e bolsistas do laboratório de Cartografia Digital, durante as oficinas, irão atuar como organizadores das informações a serem cartografadas desde a percepção e composição da diversidade de elementos identificados e propostos pelos moradores para as cartografias sociais de seus respectivos territórios.

A elaboração das representações temáticas em mapas das três áreas contendo a diversidade de legendas e integração dos espaços de acordo com a compreensão e definição popular (moradores, lideranças, juventude, professores e estudantes das escolas, entre outros participantes das oficinas) de seus territórios, as atividades serão conduzidas para uma segunda e última etapa.

Realização de uma terceira oficina em cada um dos territórios cartografados pelas comunidades para definir as distintas formas de utilização das cartografias sociais. Desta forma, decidir a utilização das ferramentas cartográficas de elaboração comunitária e popular para delinear processos de afirmação e consolidação das propostas cartografadas e para fortalecer os movimentos sociais para assegurar os territórios e direitos. Nesta etapa, os mapas serão utilizados como instrumentos de discussão em audiências públicas e reuniões com os técnicos da prefeitura e do estado, pois representam as propostas elaboradas diante dos princípios da equidade e direito à cidade e moradia digna.

A diversidade de componentes da “natureza” e seus vínculos com as distintas formas de apropriação de seus sistemas ambientais foram evidenciados de modo a proporcionar repre-

sentações (cartografias) que visibilizem comunidades tradicionais e étnicas. As representações permeadas pelos sujeitos destes territórios diversos e construídas diante da necessidade das instituições evidenciarem as relações sociais historicamente invisibilizadas. Os instrumentos metodológicos, reflexos do conhecimento tradicional e étnico, ancorados nas sínteses interdisciplinares. E, de acordo com Acselrad (2000, p. 14):

Esse tipo de ZEE poderá tornar-se um fio na trama em que se costumam os pactos sociais de sustentação de modelos alternativos de desenvolvimento. Nele, por certo, o meio ambiente não seria visto nem como mera “oportunidade de negócios”, nem como “camisa de força restritiva” do desenvolvimento, mas sim como uma instância de construção territorializada de justiça.

Considerações Finais

A cartografia foi analisada enquanto instrumento para configurar arranjos territoriais e materializar as relações tradicionais, culturais e simbólicas para definir vínculos com as comunidades tradicionais, étnicas e grupos sociais em áreas urbanas. Cada composição territorial – geoambientes, ecossistemas, paisagens – foi analisada de modo a fornecer elementos para a compreensão dos processos “naturais” que resguardam a soberania territorial de povos vulnerabilizados pela inserção das estruturas que financeirizam os sistemas ambientais e usufruto. E assim contribuir para a garantia destes territórios diante das manifestações por justiça ambiental.

As funções ambientais do relevo para a sociedade foram definidas desde a necessidade de garantir qualidade ambiental, levando em conta os vínculos cosmológicos relacionados ao analisarmos a dinâmica ambiental das terras indígenas e dos territórios de comunidades tradicionais e dos grupos sociais impactados por megaeventos. Os primeiros passos para uma compartimentação integrada e processual foi no sentido de avançar para uma nova maneira de revelar morfologias vinculadas à diversidade de usos: uma abordagem que inclui as cosmorrelações para alcançar uma ciência que evidencia em seus princípios para orientar usos e ocupação dos territórios, a avaliação da equidade ambiental.

As reflexões sobre as representações cartográficas foram voltadas para introduzir mapas temáticos e cartografia social enquanto ferramentas de poder. Uma proposição de informações sistematizadas de modo a ampliar os conhecimentos que estão consolidando a geomorfologia aplicada como importante ciência para a qualidade de vida e a garantia de direitos.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. *Revista Novos Cadernos*, v. 3, n. 2, 2000, p. 5-15.

ACSELRAD, H. (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008. p. 168. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, n. 1).

ACSELRAD, H.E.; COLI, L.R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008. p. 13-43. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, n. 1).

ASMUS, H.E.; HARKOT-GARRETA, P.E. y TAGLIANI, P.R. Geologia ambiental da região estuarina da Lagoa dos Patos, Brasil. In: CONG. LATINOAMERICANO DE GEOL., 7, Belém (PA), 1988. *Anais...* v. 1, p. 408-423.

BERNO, A.W. Uma nova agenda de temas e problemas. Conflitos entre o poder das normas e a força das mobilizações pelos direitos territoriais. *Caderno de Debates Nova Cartografia Social*, v. 1, n. 1, 2010, p. 9-18.

430

BERTALANFFY, L. Von. *Teoría general de los sistemas – fundamentos, desarrollo, aplicaciones*. en español. Fondo de Cultura Económica. México: Madrid y Buenos Aires, 1976. p. 311.

BERTRAND, G., DOLLFUS, O. Le paysage et son concept. *L'espace géographique*, Paris, France, n. 3, 1973, 161-164p.

CHORLEY, R.J. Geomorphology and general systems theory. *Theoretical papers in the hydrologyc and geomorphic sciences*, 1962. 1-9p.

_____. y KENNEDY, B.A. *Physical geography: a systems approach*. London: Prentice Hall, 1971.

CLARK, R.B. *Marine pollution*. 4th. [s.l.]: Ed. Oxford, 1997. p. 213.

FASE. Solidariedade e Educação. *Relatório-Síntese do Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impactos de projetos de*

desenvolvimento, Rio de Janeiro: FASE e pelo ETTERN – Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do IPPUR/UFRJ; 2011, 176p.

HEVIA, I. M. La teoría de sistemas en las ciencias de la tierra. *Enseñanza de las Ciencias de la Tierra*, v. 61, 1998, p. 61-72.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG (Humanitas), 2011. p. 21-60.

LIMA, M. C. de. Pesca artesanal, carcinicultura e geração de energia eólica na Zona Costeira do Ceará. *Revista Terra Livre (AGB)*, 2009.

LOBATÓN, S.B. Reflexiones sobre Sistemas de Información Geográfica Participativos (sigp) y cartografía social. *Revista Colombiana de Geografía*, 2009, n. 18, p. 9-23. (Cuadernos de Geografía)

MATEO, J. La ciencia del paisaje a la luz del paradigma ambiental, conferencia magistral impartida en el *II Taller Internacional sobre Ordenamiento Geoecológico de los Paisajes*, Cuba al día, año 7, N. 37 y 38, diciembre de 1997, p. 7-11.

MEIRELES, A. J. A. e RUBIO, R. P. Geomorfologia litoral: una propuesta metodológica sistémica en la llanura costera de Ceará, nordeste de Brasil. *Revista de Geografía*, Universidad de Barcelona, v. 33, 1999. p. 165-182.

PRIGOGINE, Y. *O fim das certezas. tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 205.

Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração

ROMERO, P.R. La teoría general de sistemas y el paisaje. *Traballs de la Societat Catalana de Geografia*, n. 41 , v. 9, 1996, p. 91-104

SOCHAVA, V.B. *Introducción al Estudio de los Geosistemas*. Nauka: Novosibirsk, 1978. p. 318.

Parte 5

POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS DILEMAS NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Capítulo 13

DIREITOS HUMANOS, RELIGIÃO E POLÍTICAS DE COMBATE À HOMOFOBIA: NOTAS DE PESQUISA PARA A AVALIAÇÃO

Marcelo Natividade¹⁸⁵

Este artigo é resultado de reflexão apresentada em comunicação científica no Seminário Brasil e América Latina: percursos de integração, organizado pela Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina, entre 17 e 19 de outubro de 2012, na Universidade Federal do Ceará. Aborda os nexos entre direitos humanos e políticas públicas voltadas para o combate à homofobia em diferentes contextos no Brasil. O objetivo é delinear alguns possíveis caminhos de análise crítica dessas políticas. Lea Carvalho Rodrigues (2008) sugere que a avaliação de políticas públicas encampa a compreensão de múltiplos fatores, dentre os quais destaca os sentidos dessas políticas para os diferentes atores implicados: agentes institucionais, populações beneficiadas, diferentes segmentos envolvidos no processo. Por outro lado, devem ser examinados os entraves plurais que acabam por interferir nos objetivos propostos como fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, burocráticos ou legais. Estudo pioneiro foi realizado por Mello *et al* (2012), para quem “o estudo das políticas públicas constitui um campo de conhecimento que busca compreender o “Estado em ação”. Para este autor, a partir dessa ideia, é possível “refletir sobre os

435

¹⁸⁵ Marcelo Natividade – Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFC e Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Violência, Cultura e Poder – LED –UFC.

diversos interesses em jogo na formulação, implementação, monitoramento e avaliação dessas políticas. Somente quando essas múltiplas esferas de ação são pensadas, é possível compreender os caminhos pelos quais as iniciativas saem – ou não – do papel e como as pessoas, para quem as políticas foram pensadas, terão acesso a elas. Nesse contexto, é também fundamental que “o olhar alcance a complexa relação entre governo e sociedade civil na negociação dessas políticas.” (MELLO *et al.*, 2012, p. 4). O propósito aqui será o de colaborar com esse debate ampliando o escopo de visão, pensando sobre alguns aspectos implicados na tensão entre executar políticas, garantir direitos e promover cidadania a partir de uma reflexão sobre o modo como valores religiosos podem impactar a execução. Entendemos que a religião é uma das dimensões culturais que podem tanto colaborar para a promoção dos direitos como impedir avanços. Nesse sentido, lançar algumas pistas sobre essas tensões pode colaborar para pensar caminhos possíveis da avaliação das políticas públicas para diferentes setores.

436

Direitos Humanos, Políticas Públicas e o Combate à Homofobia: um Panorama

Um primeiro ponto que deve ser trazido ao debate compreende as estreitas relações entre direitos humanos e políticas públicas num nível que poucas vezes é conhecido: a esfera internacional. Em encontros, fóruns, conferências, reuniões internacionais são pactuados alguns compromissos com a execução de políticas públicas, a partir dos interesses de uma pluralidade de atores. Nessa complexa rede global, temas como preservação ambiental, saúde, desenvolvimento social, se conectam com debates ligados ao reconhecimento

de múltiplos sujeitos de direitos. Muitas vezes, trata-se de um diálogo difícil, em que a produção de consensos não se dá sem tensões, disputas intensas, densas relações de força. A preocupação com o desenvolvimento social, em um contexto global, vem sendo cada vez mais compreendida em suas articulações com a erradicação das desigualdades de gênero, raça/etnia, religião e sexualidade. Essa rede de cooperação internacional preconiza discursos de tolerância e paz que visam fortalecer perspectivas de equidade e respeito à diversidade. Para tanto, o Brasil, dentre outras nações, tem assumido o compromisso com a implantação de políticas de valorização da diferença e de combate à intolerância em suas mais variadas manifestações. Esse é o caso do *Objetivos do Milênio* (OM) – um importante documento que visa erradicar a pobreza e promover a melhoria da qualidade de vida das populações do mundo. Ele foi assinado em 2000, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), por líderes de 191 países, na Cúpula do Milênio. O documento surgiu após a ONU observar problemas mundiais que inibem a concretização da agenda básica de desenvolvimento. Para tanto, recomenda aos governos a adoção de políticas públicas com o fim de superar várias desigualdades. Foram estabelecidas oito metas aos países signatários, que passam pela erradicação da pobreza, acesso ao ensino básico universal, promoção de igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate ao HIV/AIDS e outras doenças, sustentabilidade ambiental e parceria de desenvolvimento entre os povos. *Objetivos do Milênio* representa um importante instrumento internacional de direitos humanos à medida que sintetiza recomendações acordadas anteriormente em pactos, convenções e declarações das Organizações Unidas.

A novidade é que ele estabelece metas e prazos para que os governos desenvolvam políticas públicas, na busca de soluções à plena realização dos Direitos Humanos.

Mas como esses documentos impactam a execução de políticas públicas no Brasil e outros contextos? Conferências importantes como a de Viena (1993), a do Cairo (1994), a de Pequim (1995) introduziram debates sobre os direitos sexuais. Ações no tocante ao enfrentamento da violência sexual, das desigualdades de gênero e da atenção básica à saúde da mulher somente puderam ocorrer nesse cenário cultural. As nações que participaram e se tornaram signatárias, assumiram alguns princípios éticos norteadores como preconizar a autonomia decisória sobre a sexualidade, a igualdade entre os sexos e a compreensão do caráter múltiplo das experiências sexuais. Apesar disso, os debates foram restritos à reprodução heterossexual, sobretudo, sob a alcunha da categoria: *direitos sexuais e direitos reprodutivos*. O tema da orientação sexual, por exemplo, enfrentou oposição de segmentos religiosos (CORRÊA, 2006). Desse modo, populações lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais foram excluídas dessa agenda por décadas e a violência e vulnerabilidade que os afetem deixou de ser incluída nessa pauta global.

Um importante marco na luta desses sujeitos de direito é o documento *Princípios de Yogyakarta* – assinado pelo Brasil em 2006. Esse acordo foi formulado por 29 especialistas em direitos humanos de 25 países que se reuniram em Yogyakarta, na Indonésia. O objetivo era garantir a aplicação da legislação internacional de direitos humanos às violações ligadas ao preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. O documento consolida recomendações de que os Estados implementem programas de

educação e conscientização para promover e aprimorar o pleno gozo de todos os direitos humanos, por todas as pessoas, não importando sua orientação sexual ou identidade de gênero. A proposta é integrar às políticas de Estado e ao processo decisório uma abordagem pluralista da sexualidade. O documento preconiza a execução de ações que promovam o acesso mais igualitário aos sistemas de saúde, educação, justiça, segurança e outros. Para além dessa visão global, quais são as forças em jogo no tocante à execução de políticas de enfrentamento da homofobia? Como se dá a aplicação destas aos níveis locais?

A partir da criação do Programa Brasil sem Homofobia (em 2003) se multiplicaram ações de combate à violência contra esse grupo específico, em diferentes contextos. O Governo Federal, em 2009, criou o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (RODRIGUES, 2011, p. 32). No Rio de Janeiro, ocorreu a criação do Programa Rio sem homofobia, em vários municípios do estado. Outras unidades da Federação também implementaram políticas, fruto da pulverização e pluralização das ações que já vinham sendo pensadas durante o governo Lula. Apesar disso, conhecemos pouco sobre as dificuldades e resistências enfrentadas que possam elucidar os desafios da avaliação e análise crítica de políticas nesse setor.

Em Fortaleza, nos últimos anos da gestão municipal da prefeita Luizianne Lins, houve a implantação de um conjunto de ações voltadas para promover direitos, combater a homofobia e dar visibilidade a LGBTs. Dentre estas, destacam-se, a criação de uma Coordenadoria da Diversidade Sexual e do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra. Provisoriamente, os dados

coletados em entrevistas preliminares com gestores e lideranças do movimento social no âmbito da pesquisa “O Estado em ação: etnografia das políticas públicas de combate à discriminação sexual e desigualdade de gênero”, conduzida no Rio de Janeiro e em Fortaleza vem mostrando investimentos nas áreas que abrangem os sistemas de saúde, especialmente no campo da prevenção ao HIV/Aids, da segurança pública, da educação, do esporte, cultura e arte. Informações obtidas lançam pistas de que boa parte dessas ações teve desenvolvimento no processo legislativo, através da aprovação de leis, decretos, portarias. O levantamento da abrangência dessas ações e seus impactos sociais, sejam adesões, sejam resistências e oposições ainda precisam ser elucidados. Por enquanto, cabe endossar a existência de um cenário amplo em que se pluralizam as iniciativas, através de legislações, planos, programas, políticas, coordenadorias e também da inclusão da temática em ações em distintas secretarias, pastas, ministérios.

440

Alguns pesquisadores chamam atenção que nem sempre políticas públicas saem do papel devido às resistências culturais ligadas à religião (MELLO, 2012; NATIVIDADE, 2011). Muitas vezes, valores religiosos orientam as ações de gestores e profissionais, impactando ou inviabilizando as mesmas.

Com efeito, existem entraves ligados ao preconceito e homofobia cultivados por bancadas, instituições e indivíduos ligados a grupos religiosos de vertente cristã. É digno de nota que, na esfera pública, apareçam muito mais posturas conservadoras, de rejeição e não reconhecimento, do que progressistas, de endosso e reconhecimento. Vejamos alguns casos no legislativo.

A tramitação do Projeto de Parceria Civil (1995) e – posteriormente – de projeto de lei que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006) insuflou a reação conservadora de grupos

ligados a instituições religiosas. Isso redundou na organização de ações contrárias ao reconhecimento legal da igualdade de direitos dos homossexuais (LIMA, 2001). Um grande debate público alcançou as igrejas e canais de comunicação religiosos apresentando uma visão negativa do avanço dos direitos e cidadania dos homossexuais, percebidos como fruto da decadência moral dos valores da família e da religião. Do mesmo modo, o debate na cena pública reporta a certa demonização das políticas de combate à homofobia, uma vez que ações do Poder Público são inscritas na lógica da batalha espiritual entre o bem (a defesa da família, da heterossexualidade, da monogamia, da religião) e o mal (a defesa dos direitos e cidadania de pessoas cuja conduta sexual é destoante da norma hegemônica). No caso da tramitação da criminalização da homofobia, segmentos religiosos tomaram a palavra e, em canais de comunicação específicos, através de posicionamentos oficiais, enquetes, programas de rádio e de TV, artigos, ensaios, editoriais e nas redes sociais, declararam o caráter pecaminoso da homossexualidade e proferiram discursos contrários a proposta. Contudo, os argumentos trazidos consistiram menos em aspectos doutrinários ou teológicos e mais em certos julgamentos morais (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2012; NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2009). Nessas falas públicas, caso a lei fosse aprovada, aumentariam no país os casos de HIV/Aids, bem como os de pedofilia e os de abuso sexual. Essa associação entre crime, abuso, violência e homossexualidade se consubstanciou em uma narrativa do medo. Não se trata de um debate em que a religião comparece com dogmas e definições de pecado e santidade, mas com julgamentos que exaltam a heterossexualidade e desqualificam a homossexualidade. O que está subjacente é a construção moral da

superioridade da heterossexualidade em relação à homossexualidade. Assim, a compreensão dos entraves às políticas públicas pode elucidar nexos entre moralidades, religião, cidadania e a construção de legitimidades e ilegitimidades por diferentes discursos, perspectivas e atores.

A Experiência de uma Política Pública na Educação: o Curso de Aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos no Estado do Ceará

Uma ação voltada para a promoção do respeito à diversidade foi desenvolvida no âmbito do Projeto de Extensão “Educação em Direitos Humanos”, executado em 2012, fruto de uma cooperação entre o Instituto UFC Virtual e o Laboratório de Estudos sobre diferença, cultura e poder – LED, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Essa experiência é trazida aqui por sinalizar para importantes aspectos da presença dos valores religiosos na execução de políticas públicas. Embora essa não fosse uma ação exclusivamente direcionada ao combate à homofobia, o tema do respeito à diversidade sexual constava dos conteúdos didáticos e da proposta pedagógica do curso.

O Projeto *Educação em Direitos Humanos*, coordenado pelo autor deste artigo, foi uma capacitação para professores da rede pública em temas e práticas educativas que promovem os Direitos Humanos, através de atividades presenciais e semipresenciais no estado do Ceará. Executado em vinte municípios, formou 436 professores em múltiplas áreas disciplinares, consistindo em resposta à chamada do Edital 28 SECADI/ MEC, 23 de novembro de 2009, para a execução de ações de instituições de ensino superior na Rede de Educação para a Diversidade, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é um tipo de política pública ancorada em programas e outras ações do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI). Mello (2012) destaca o investimento do Governo Federal em várias frentes de atuação que preconizam a formação de professores, através da educação continuada. Essa política pública é amparada em documentos internacionais e nacionais que definem como prioridade a construção do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos, o fortalecimento dos canais de participação popular, o combate ao trabalho escravo, a proteção aos direitos das crianças, adolescentes, homossexuais, afrodescendentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, bem como o aperfeiçoamento dos meios para a apresentação das denúncias de violação aos direitos humanos. Seguindo essa linha, a política pública em questão tem por propósito fomentar processos de educação formal e não formal, visando contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas.

Uma das características dessa ação é liberdade para a formulação das metodologias, estratégias e material didático. O projeto executado teve como parte das atividades presenciais a execução do I Seminário sobre Educação em Direitos Humanos e Políticas Públicas, do I Ciclo de debates sobre Educação em Direitos Humanos, oficinas pedagógicas com eixos temáticos como: sexualidade, gênero e saúde; raça, etnia e diversidade religiosa; a ideologia nos materiais didáticos. Contudo, a maior parte das ações compreendeu a realização das aulas em um ambiente virtual através do Sistema Solar da UFC. O material didático, composto por

imagens, textos, animações no ambiente virtual, buscou fomentar o debate sobre as desigualdades, discriminação e violência que afetam populações vulneráveis como pessoas com deficiência, mulheres, negros, comunidades indígenas, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), pessoas vivendo com HIV/ Aids e outras doenças crônicas, crianças e adolescentes, além das minorias religiosas. O modo como essas exclusões são vivenciadas e percebidas no espaço escolar foi o recorte escolhido para o debate.

Na execução do projeto, consideramos que atingimos bons resultados no tocante às alterações das percepções dos educadores sobre questões de cidadania e diferença propiciando uma relativa visão crítica das desigualdades que afeta populações vulneráveis na escola. Isso se expressa no depoimento de alguns professores sobre a mudança de perspectiva que o projeto propiciou. Mas trazemos também para a discussão alguns desafios encontrados.

444

Em boa parte dos professores que participaram da formação, percebeu-se uma enorme resistência ao debate sobre a diversidade sexual. Em primeiro lugar, alguns afirmavam que “não é papel da escola” promover uma visão positiva dessa diferença, mas abordá-la apenas “se” e “quando” ocorrerem episódios de violência. Outros argumentavam não saber como tratar o problema na escola e por esse motivo defendiam que o debate não fosse feito. Uma perspectiva mais francamente estigmatizante apareceu com a recorrente crítica à efeminação e aos modos supostamente exagerados de lésbicas, gays, travestis e transexuais na escola. O debate sobre a expressão pública do afeto na escola também originou oposição de alguns professores, que entendem ser papel do educador controlar e reprimir expressões da diver-

cidade. Poucos foram os que apregoaram a necessidade de tratar as diferenças valorizando-as como positivas em uma perspectiva dos direitos humanos. Para uma boa parte dos participantes do projeto, atos de violência e agressão homofóbicos são respostas “naturais”, e legítimas, às formas de transgressão aos valores da família e da religião. Até mesmo nos debates presenciais foi comum que vítimas fossem transformadas em culpadas da violência sofrida, deixando claros os limites do alcance de uma proposta de intervenção como essa. Tais resistências expressam o modo como nossa sociedade naturaliza desigualdades e encontra justificações religiosas para o preconceito e formas de discriminação. Descobrimos que, apesar de se negarem a propor o debate sobre a diversidade na escola, alguns professores abordavam o tema em ocasiões específicas, tomando como material didático a Bíblia, especialmente passagens que supostamente condenam a homossexualidade. Foi bastante significativo o relato de um professor sobre a ocasião em que levou o livro sagrado para a sala de aula para trabalhar com as crianças um trecho do Livro do Levítico. Uma controvérsia foi gerada quando um aluno se assumiu homossexual e indagou se iria para o inferno devido a sua orientação sexual. O educador, então, teria tomado a palavra e explicado que pela Bíblia os homossexuais eram pecadores que poderiam se apedrejados até a morte por seu pecado. Mas, através do livre-arbítrio, ele poderia escolher se iria ou não para o inferno. É preciso destacar que a persistência de uma rejeição à diversidade sexual não foi a única resistência detectada na avaliação qualitativa dos resultados.

É notório que apesar das orientações normativas do Poder Público, através de seus vários documentos oficiais, Planos, Programas e Políticas – de que práticas pedagógicas de

valorização da diferença precisam ser implementadas - o tema dos direitos não tem existência concreta nos ambientes escolares. Poucos são os professores e outros profissionais que se interessam e não apresentam resistências. Durante o curso, poucas falas de valorização da diferença foram expressas, em detrimento de sentidos comuns ancorados em crenças arraigadas sobre religião, gênero e sexualidade. Para além dos debates nos espaços virtuais, as aulas presenciais evidenciaram percepções sobre gênero e sexualidade. Especialmente nelas, nos foram relatados casos isolados que apresentavam as vítimas da violência como pessoas desajustadas que demandavam correção. A violação dos direitos era destituída de seu caráter coletivo, aprendido socialmente, para ser alocada a dimensão individual, patologizada. Fomos muitas vezes inquiridos sobre como ajudar em soluções individuais baseadas em questionamento do tipo: o que faço com esse menino gay ou com essa menina lésbica que exagera na escola, que não respeita os colegas? Você não acha que devo conversar com ele ou ela? Chamar o pai para uma conversa? Mas e se os pais não souberem? Também ocorreram ocasiões em que fomos interpelados sobre como agir em casos em que meninos foram pegos “se agarrando” ou se beijando. Chamar o conselho tutelar? Inquirir os pais? Argumentos sobre a precocidade da sexualidade infantil deslocavam a discussão da violência para o suposto desajuste apresentado pela criança ou jovem que, na opinião de alguns professores, demandava uma ação corretiva. Por outro lado, em algumas situações, foram feitas reflexões sobre a melhor maneira de tratar positivamente a diferença na escola. Apesar disso, as resistências mobilizavam o debate e deixavam em evidência valores conservadores que podiam embasar posturas de negligência na escola.

Nosso trabalho foi o de sinalizar para as perspectivas plurais da sexualidade. Defendemos uma educação em direitos humanos que deve estar atenta às dinâmicas de produção de violências e trabalhar para a promoção de discursos que valorizam diferenças.

O tema das relações de gênero foi um pouco mais aceito, com educadores reconhecendo a escola como um ambiente em que predomina a violência. Assim, percebiam que há meninos que batem nas meninas porque reproduzem formas de violência vividas no ambiente doméstico. Contudo, professores consideram também que são muito raras, quase inexistentes, intervenções dos educadores no sentido de alterar essas formas de opressão. Outro fato que nos chamou atenção foram as manifestações de sexismo, especialmente por professoras, ao lançar mão de rótulos que opõem sujeitos que devem ter direitos e outros que não devem ter direitos. Alguns professores fixaram a sexualidade feminina essencialmente nas dimensões da família, da reprodução, da maternidade e da contenção do sexo. Para estes, existem “mães” e “esposas” em oposição às mulheres vulgares e sensuais, que não se valorizam e denigrem a imagem feminina. Não foram poucas as colocações de que os Direitos Humanos deveriam promover, sim, os valores da família e da religião. Também foi evidente a dificuldade de discutir temas como HIV/AIDS ou prostituição, sob a percepção de que esses não são temas que afetam a escola. Muitas vezes essa recusa se manifestava na absoluta indiferença e silêncio diante dos debates propostos.

Na análise da dimensão étnico-racial, chamou atenção a recusa da diversidade religiosa em face da afirmação da universalidade do cristianismo e na defesa da legitimidade do ensino religioso cristão. O silêncio em debates sobre

diversidade religiosa forneceu pistas sobre o modo como alguns participantes deixavam de realizar atividades que confrontavam seus valores religiosos. Em uma aula presencial em um município da região norte do estado, alguns educadores confessaram ao professor formador não participar porque não “consideram” a existência das religiões de matriz africana. Nos debates, o racismo foi considerado um tema menor, embora alguns professores reconheçam tensões no plano das interações entre os/as alunos/as no ambiente escolar. Entretanto, manifestaram sua visão de que é difícil fixar os domínios do preconceito.

Esses resultados ajudam a refletir sobre os desafios de promoção dos direitos humanos numa perspectiva da educação. Lidamos muitas vezes com repúdios ancorados em valores religiosos, mas também em “outras” convenções sociais que também são crenças arraigadas, difíceis de desconstruir. Desse modo, não há como falar em direitos humanos sem desestabilizar percepções naturalizadas de religião, gênero e sexualidade - que respaldam formas de violência cotidianas. O que o projeto deixou claro é que há formas de repúdio da diferença mais explícitas, outras mais veladas. Nem sempre as resistências são tão evidentes e se apresentam em silêncio e na recusa da visibilidade ou da existência da diferença. Com a finalização do curso, pudemos refletir sobre os desafios da educação em Direitos Humanos, especialmente, aqueles ligados à realidade do estado do Ceará.

Essas resistências, ancoradas em percepções religiosas, constituem um desafio para a execução de políticas específicas, um dos tópicos que devem ser aprofundados em avaliações de políticas públicas.

Outros Impactos do Religioso: Políticas Públicas de Combate à Homofobia na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro

Trazemos mais um exemplo do problema que tratamos ao colocar em discussão os resultados de uma pesquisa que conduzimos no Rio de Janeiro. O projeto analisava os possíveis impactos do poder religioso na obstrução de direitos LGBT, no contexto da Baixada Fluminense, região periférica do Rio de Janeiro (NATIVIDADE, 2011). A Baixada Fluminense é reconhecidamente uma região de expressivo eleitorado evangélico (FERNANDEZ, 1998). Partindo dessa especificidade, um dos objetivos era verificar de que modo políticas públicas voltadas para populações gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais repercutiam nesse contexto local. Quais as resistências e possibilidades de negociação havia? Que valores e percepções da diversidade orientavam a execução dessas políticas e como instituições e grupos religiosos respondiam a tais propostas governamentais? Muitas pistas dessa associação foram propiciadas pela etnografia de eventos e outros fóruns de atuação do movimento social e da gestão pública, além da observação em alguns cultos. Esses impactos ficaram em evidência quando levantamos a existência de apenas duas Leis que beneficiavam demandas gays e lésbicas, aprovadas em um dos municípios abordados. Em Nova Iguaçu, Leis que instituía o “Dia de Combate a Homofobia” e a “Proibição da discriminação por orientação sexual em estabelecimentos” foram aprovadas, mas sofreram vetos do Poder Executivo. Apesar do prefeito da cidade não ostentar uma identidade religiosa, as negociações com grupos religiosos foram citadas por lideranças do movimento social como motivação para os vetos, consistindo em moedas eleitorais. É notável que, no período da pesquisa, acompa-

nhamos no mesmo município, a aprovação de aproximadamente 10 Leis que contemplavam interesses de grupos religiosos, tornando-os “instituições de utilidade pública”.

A implantação de um Centro de Referência, um Serviço de Saúde LGBT, em um município dessa região também se mostrou impactada por valores religiosos. Através da criação de um Grupo de Trabalho, foram adaptadas diretrizes do Programa Rio sem Homofobia – braço local do Programa Nacional Brasil sem Homofobia – para demandas da saúde LGBT no município. O trabalho foi feito através do diálogo entre lideranças do movimento social local e representantes do Poder Público. Após meses de trabalho, foi consolidado um documento com as propostas da Área de Saúde da população LGBT. Contudo, o trabalho foi interrompido e tal grupo foi desarticulado, após uma súbita mudança na gestão. Segundo informações obtidas, o novo quadro profissional era “mais conservador” e a nova configuração da Secretaria contava com uma maior participação de religiosos, especialmente evangélicos, incluindo a coordenação. Tal fato dificultava negociações para a continuidade da proposta, que foi qualificada por esta coordenação como um assunto não prioritário. Funcionários lotados na Secretaria de Atenção Básica que trabalhavam na proposta foram transferidos de setor e outros não tiveram seus contratos de prestação de serviço renovados. A equipe foi reduzida de seis para uma pessoa. Essa política pública foi impactada pelos pertencimentos religiosos de gestores que atuavam na Secretaria de atenção básica.

O caso narrado exemplifica os desafios na avaliação de políticas públicas. A tensão entre que valores culturais devem ser preservados e quais devem ser alterados, certamente constitui um dos maiores desafios das políticas

públicas na atualidade quando o assunto é posicionado no campo da liberdade de crença e de religião. Almeida (2010) ao discutir o tema da mutilação feminina em países africanos, identifica discursos que se contrapõem. A discussão sobre quais costumes devem ou não ser preservados ou quais podem ser enquadrados na alcunha de violação dos direitos humanos e desigualdades de gênero é polarizado em torno de uma postura relativista radical (enquadramento do problema no âmbito das culturas locais) ou de uma postura de denúncia das hierarquias implícitas em tais costumes. Para esse antropólogo, o problema deve ser situado no âmbito da ideia de “consentimento”. Se há numa cultura uma única mulher que não consinta com essa prática social e foi, por algum motivo, exposta aos ideais de autonomia e liberdade, o tema deve ser discutido. Tal costume não pode ser preconizado como um valor cultural intocado, inalterável. Do mesmo modo, no problema da homofobia, devemos ouvir as vozes dos mais afetados. Devemos deslocar a discussão do campo da liberdade de crença para o entendimento das dimensões das relações de poder que estão em jogo e do modo como mecanismos de produção da diferença fazem a manutenção de certos privilégios e status sociais, endossando a superioridade moral da heterossexualidade sobre a homossexualidade. Como vimos, os direitos humanos são construídos numa relação histórica entre compromissos dos Estados, as lutas dos movimentos sociais e pactuações internacionais, nas quais relativos consensos são forjados no interior de densos embates. Para além dessa dimensão, enormes desafios se colocam na transposição dessas orientações globais para os contextos locais. Nosso entendimento hoje, do jogo de forças implicados na execução das políticas públicas

podem iluminar análises técnicas de avaliação ao elencar entraves no plano da cultura, da religião, da economia, da política e outras esferas.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Sonia. Cruzando a linha vermelha: questões não respondidas no debate sobre direitos sexuais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 101-121, jul./dez., 2006.

MELLO, Luiz. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. *Revista Bagoas*, Natal, UFRN, n. 7, 2012. p. 99-122.

NATIVIDADE, 2011. *Projeto Respostas religiosas às políticas públicas aos LGBTs na Baixada Fluminense*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: CNPQ/ Museu Nacional, 2011.

_____. & OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadas: religião e homofobias em discursos evangélicos conservadores. *Revista Sexualidade, Saúde e Sociedade*, Rio de Janeiro, CLAM, 2009.

_____. *As novas guerras sexuais: poder religioso, diferença e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. (No prelo).

O ESTADO. Homofobia: Centro de Referência LGBT atende denúncias em Fortaleza. *O Estado*, 25 jul. 2012. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/index.php?acao=noticias&subacao=ler_noticia&cadernoID=34¬iciaID=72841> Acesso em: 04 out. 2012.

RODRIGUES, Lea C. 2008. *Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais*. Jan a Jun 2008, p. 7-14. Disponível em: http://wpmapp.oktiva.com.br/wp-aval/files/2009/09/artigo-lea_1.pdf. Acesso em: 04 out. 2012.

Capítulo 14

Turismo como Estratégia de Desenvolvimento na América Latina: Dilemas e Perspectivas de um Modelo Excludente

*Lea Carvalho Rodrigues*¹⁸⁶

Introdução

O fenômeno turístico é reconhecido como a atividade econômica que mais cresce, em âmbito mundial, no mundo contemporâneo¹⁸⁷, suplantando os resultados da indústria automobilística e de bens duráveis. É considerado como uma indústria global por envolver uma ampla e diversificada cadeia produtiva que articula países, economias, territórios e culturas, gerando crescente mobilidade de capitais e definindo pautas de desenvolvimento (MARÍN, 2010). Ademais, no processo de seu desenvolvimento, segundo o autor, transforma os lugares, articulando ao econômico os processos políticos e culturais de um mundo globalizado. Além disto, vale ressaltar que o turismo destaca-se como um fenômeno

455

¹⁸⁶ Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, com pós-doutorado em Antropologia Social no México (CIESAS – Unidade Peninsular, Mérida) é professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC.

¹⁸⁷ Como informam os dados da Organização Mundial do Turismo referentes a 2012 (UNWTO, 2012), mesmo num contexto de forte crise econômica mundial, o turismo cresceu 4% em relação ao ano anterior, suplantando a casa de um bilhão de chegadas internacionais e mantendo a tendência de crescimento projetada por estudos realizados pela organização para a década de 2010-2020, estimada em 3,8% ao ano. Os países emergentes tiveram um crescimento ainda maior, da ordem de 5%, com destaque para países da Ásia, Pacífico e África.

em que, por excelência, se realizam o que atualmente se denomina processos transnacionais.¹⁸⁸

O crescimento da indústria turística em todas as regiões do globo iniciou-se na década de 1970, quando o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passaram a incentivar os países do terceiro mundo dotados de fortes atrativos naturais e culturais a investir na atividade turística como estratégia econômica de desenvolvimento. Ou seja, houve um direcionamento do aporte de recursos para esta atividade, o que levou países que possuem riquezas naturais e patrimônio cultural material e imaterial propício ao desenvolvimento das atividades turísticas a voltar-se, de forma privilegiada, ao investimento neste setor da economia.¹⁸⁹

No caso da América Latina, os países da região da América Central e Caribe foram os que primeiro acataram essas orientações. O México, país que compartilha o mercado turístico da região do Caribe com os países da América Central, tornou-se caso paradigmático no estudo do turismo em países em desenvolvimento, uma vez que, na década de 1970, elaborou uma política nacional de turismo intensiva que o tornou, no presente, sua terceira maior fonte de divisas, após

¹⁸⁸ Ribeiro (1997) considera transnacionalidade os fenômenos - sociais, políticos, econômicos e culturais - que ultrapassam as fronteiras geográficas do Estado-Nação e expressam a complexidade contemporânea de "representar pertencimento a unidades sócio-culturais." (p. 3). Hannerz (1996) considera central à compreensão dos processos transnacionais a noção de cultura; é a dificuldade em precisar a sua abrangência no espaço social, a fixação de fronteiras num mundo globalizado, o que caracteriza o transnacional. Assim, o conceito se desenvolve preponderantemente associado aos estudos sobre migração e a conceitos emergentes como o de transmigrante (SCHILLER, 2007).

¹⁸⁹ Como afirma Meethan (2001, p. 39) a estética do lugar é o maior fator na mercantilização do espaço e a produção do espaço é então uma forma de economia simbólica. Dizem ainda Mowforth, Charlton and Munt (2008 p. 13) que, dentre os principais atrativos aos turistas vindos dos países desenvolvidos, sobretudo jovens, estão as jornadas na selva, os ecossistemas e populações exóticas.

o petróleo e o ingresso de divisas via remessa de recursos por parte de mexicanos residentes no exterior, majoritariamente nos Estados Unidos.¹⁹⁰

Mas, além do México, há dezenas de ilhas na região do Caribe (Cuba e Jamaica, as mais procuradas, segundo os últimos relatórios da Organização Internacional do Turismo - OIT, além de Bahamas, Barbados, Bermudas, Curaçao, e outras ilhas), bem como países da América Central como Guatemala, Belize, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá, que optaram pelo desenvolvimento econômico via investimento no turismo.

O presente artigo busca refletir sobre os efeitos dessas políticas de crescimento econômico via investimento em atividades turísticas focalizando, sobretudo, as experiências do México e Brasil, pontuando-as com dados sobre outros países da América Latina, mormente na região do Caribe. O que está em questão é o caráter excludente do modelo vigente, uma vez que centraliza os ganhos provenientes da atividade turística e as perspectivas possíveis de inclusão das populações receptoras no reparto desses ganhos.

457

Turismo como Estratégia de Desenvolvimento Econômico: Distribuição dos Ganhos

Estudos acadêmicos que se desenvolveram nas três últimas décadas, em especial nas áreas da geografia e das ciências sociais, abarcam o fenômeno turístico em múltiplas dimensões – econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais –, tecendo uma análise bastante crítica a todo

¹⁹⁰ A respeito do desenvolvimento do turismo no México, a obra de referência é Clancy (2001).

o processo. Ao longo deste tópico serão abordados alguns desses resultados de pesquisa e a crítica feita a partir deles.

Uma primeira constatação é que os incentivos ao desenvolvimento do turismo nos países pobres ou em desenvolvimento, na experiência mundial vêm favorecendo principalmente os grandes investidores estrangeiros. Entre eles estão as grandes companhias de cruzeiros, no caso latino-americano, empresas majoritariamente de capital norte-americano; as *touroperadoras*, que promovem e vendem planos de viagem e passeios turísticos; as redes hoteleiras de grande porte, todas de capital externo aos países do terceiro mundo, que seguem as orientações das agências internacionais e investem massivamente no turismo (ver a respeito, KADT, 1979; MOWFORTH, CHARLTON; MUNT, 2008). Isto porque a opção pelo turismo implica em um forte investimento em infraestrutura, como a construção de polos turísticos, aeroportos, estradas, pontes, saneamento básico, energia, qualificação de mão de obra etc. o que demanda um direcionamento de recursos públicos a esses empreendimentos em áreas específicas de interesse do capital turístico internacional, além dos recursos provenientes dessas agências internacionais (BID e BIRD).

Claro, podemos concluir que parte considerável do investimento em turismo resultará em benefícios para a população dos países pobres ou em desenvolvimento, sobretudo pela precariedade em infraestrutura – estradas, aeroportos, saneamento básico – e demanda por postos de trabalho. Mas, como mostram estudos realizados nos países do Caribe, em muitos casos, os grandes resorts negociam com os governos locais e constroem suas próprias plantas elétricas e de tratamento de água e resíduos sólidos, de modo que a maior

parte da população local fica à margem desses itens essenciais (MOWFORTH; CHARLTON; MUNT, 2008). Da mesma forma, EL-Alaoui (2007) afirma que as grandes empresas abarcam a quase totalidade dos empregados gerados pela atividade turística e forçam os países receptores a atenderem as suas demandas, concluindo que são não apenas “donos do mercado” como “donos dos destinos” turísticos. Constatada, ainda, o autor que toda a rede de serviços – hotelaria, transportes terrestres e aéreos, parques temáticos e outras atividades recreativas – estão nas mãos das multinacionais ocidentais. A pouca transferência de tecnologia aumenta a dependência de bens e serviços produzidos nos países industrializados. Dessa forma, a maior parte dos ganhos auferidos com a atividade turística retorna aos países ricos.

Há ainda alguns elementos que afetam fortemente a economia de países que não têm diversificação do setor produtivo, como é o caso da maior parte dos países da América Central e Caribe. Isto, em primeiro lugar, porque ao direcionar os recursos públicos para obras de interesse turístico deixam de aportar investimentos em outras áreas, como agricultura, educação e saúde, por exemplo.

Outro aspecto de grande relevância diz respeito aos conflitos fundiários gerados. O turismo depende fundamentalmente de espaços turísticos, que são notadamente de duas dimensões: espaços-natureza e espaços-patrimônio. Ora, sobretudo os espaços-natureza, sejam de praia, montanha ou parques naturais, são áreas predominantemente ocupadas por populações de pescadores artesanais, no caso das áreas litorâneas, e de agricultores que praticam uma agricultura de subsistência, no caso das áreas naturais e montanhas. Em ambas as situações, o comum é que os grandes investi-

dores, quando não o próprio Estado, promovam o deslocamento forçado das populações que residem nas áreas foco do turismo. No caso do México, toda a área de costa da Riviera Maya, antes ocupada por pescadores, é hoje local de grandes resorts e parques temáticos, tendo ocorrido o deslocamento de povoados inteiros de populações de origem maya para áreas mais interioranas, inclusive áreas que correspondiam a *ejidos*, que é o nome dado às terras comunais resultantes do processo da reforma agrária realizado naquele país.¹⁹¹ Em razão das especificidades dessa reforma agrária, em que as terras comunais eram de uso dos agricultores, mas de propriedade da nação, no processo de desenvolvimento da indústria turística, que se iniciou em meados dos anos 1970, o governo simplesmente expropriou essas terras com recurso ao argumento do interesse público.

460

Sobre o caso mexicano, Evans (1979) mostra como a estratégia do fideicomiso utilizada pelas agências estatais naquele país limitou os direitos individuais do uso da terra, além de causar sérios conflitos com as populações das áreas de interesse do capital turístico, por não aceitarem os preços da terra estabelecidos pelo governo.¹⁹² Clancy (2001), além de expor o processo de intervenção do estado mexicano nas terras *ejidales*, relata que em Ixtapa a expropriação de terras resultou em sérios problemas com as populações locais, principalmente em áreas adjacentes à aldeia de pescadores. Também Duterme

¹⁹¹ A eclosão da revolução mexicana em 1911 tinha a questão agrária como ponto central e este também foi o principal quesito na realização de um pacto que restabelecesse a paz naquele país ao final daquela década. O artigo 27 da Constituição mexicana de 1917 deu ao poder executivo a tarefa de regulamentar a repartição das terras até então em mãos das oligarquias, que resultavam em uma grande concentração latifundiária. Para mais informações sobre a questão agrária no México durante o século XX vide Warman (2002).

¹⁹² Para um maior entendimento da utilização do fideicomiso como estratégia governamental no México, vide Sánchez Sodi (1996).

(2008), mais recentemente, incorporou a questão da terra às discussões sobre exclusão social no âmbito do turismo desenvolvido nos países pobres ou em desenvolvimento.

Rodrigues (2006) aponta similitudes entre o modelo de turismo de massa desenvolvido nos países do terceiro mundo, ou em desenvolvimento, desde os anos 1970, e o modelo que vem orientando o crescimento do turismo na região Nordeste do Brasil, que já chegou a ser denominado Caribe brasileiro, como foi o caso do complexo turístico Costa do Sauípe, na Bahia. Trata-se de um conjunto de resorts inaugurado no ano 2000 e planejado para ser o maior centro integrado de turismo do país (ALBAN, 2006). Ali, como em outros pontos da costa nordestina, houve expulsão de moradores nas áreas próximas ao mar e aos rios e os espaços foram ocupados pelas obras do complexo turístico (SOYAMA, 2006).

Considero que, para o caso brasileiro, as questões territoriais são especialmente conflituosas em razão de problemas estruturais da sociedade brasileira: a não resolução da questão agrária; 2) a ausência de mecanismos claros que garantam os direitos das populações tradicionais previstos em lei; 3) as fortes desigualdades sociais que se traduzem em diferenciais de poder na arena política e nas instâncias públicas.

A criação de áreas protegidas, muitas vezes com o intuito de incentivar o turismo, também provoca esses conflitos. Por exemplo, em El Salvador, no ano de 2004, a criação de uma Lei para as Áreas Naturais Protegidas gerou forte reação de uma comunidade no vale de Lower Lempa porque as lideranças tinham receio de que a lei fosse um primeiro passo para a nacionalização das áreas de manguezais que cobrem grande parte dessas terras (MOWFORTH; CHARLTON; MUNT, 2008).

Na ilha de Cozumel, México, na qual realizei estudo etnográfico durante o ano de 2011, os habitantes que vivem nas áreas que restaram das terras *ejidales* da ilha – que foi expropriada em 85% de sua superfície pelo governo mexicano, no ano de 1974, quando se criava Cancún e se iniciava o forte investimento em turismo naquele país, temem que sejam municipalizados os terrenos onde ocorre uma festa tradicional na ilha, a Fiesta de Santa Cruz, que a cada ano vem recebendo um número maior de visitantes. Este é um ponto relevante para o qual chamam a atenção os estudiosos do turismo, a mercantilização cultural (GRENWOOD, 1989), sobretudo, quando de se trata das populações nativas, a forma como ocorrem a instrumentalização, a folclorização e a mercantilização de seus usos e costumes (EL-ALAOUI, 2007, p. 146).

462

Outro ponto diz respeito à constatação de que o investimento maciço em turismo tem redirecionado a mão de obra barata desses países, gerando fortes processos migratórios internos com esvaziamento das áreas rurais e inchamento de cidades onde se encontram os aparatos turísticos. Além disto, o crescimento do emprego nesses países se concentra majoritariamente em prestação de serviços de baixa remuneração. Em razão da sazonalidade do turismo ocorre, ainda, que um grande contingente populacional que vive desta atividade fica sem trabalho nas épocas de baixa temporada. Países de economia pouco diversificada, muitas vezes restritas ao setor primário, podem então ver diminuída a produção de bens básicos, como é o caso da agricultura, e, em razão disto, aumentam a dependência também na importação de bens primários.

Há que se considerar, ainda, o aumento da violência, da prostituição (sobretudo da prostituição infantil) e do tráfico de drogas nas áreas turísticas. Fenômeno que ganha índices

alarmantes em países da Ásia como Tailândia, Filipinas e Vietnam, a prostituição via turismo sexual cresce nos estados da região Nordeste do Brasil, assim como em países africanos e outros países da América do Sul (EL-ALAOUI, 2007, p. 147).

Outro ponto relevante que emerge dessas críticas acadêmicas é que o turismo, nesses países, estimula o fluxo de turistas estrangeiros, ou seja, são os turistas dos países ricos que, atraídos pela valorização de sua moeda em relação à dos países receptores, vêm usufruir de um lazer barato e, portanto, bastante vantajoso, estimulando, é claro, a criação de empregos, atividades mercantis como a de alimentos e a produção artesanal, mas que pouco retorno dá aos pequenos produtores, além da sobrevivência.

Além do mais, torna essas economias dependentes desses turistas estrangeiros vindos preponderantemente dos países mais ricos, acirrando a dicotomia entre Norte e Sul, e qualquer fator, como, por exemplo, ocorreu com a crise mundial de 2008, impacta fortemente esses países, em razão da diminuição do fluxo turístico. Todos os países da região do Caribe foram fortemente afetados pela crise, o México em especial, porque mais de 70% dos turistas que adentram este país são norte-americanos. Em razão disto é que, nos últimos anos, o governo mexicano vem se voltando à difusão do país e à concretização de acordos com os chamados países emergentes como China, Brasil e Índia.

O turismo também cria a necessidade de investimento continuado dos governos, de recursos vultosos, para a manutenção e recuperação do seu patrimônio histórico e arqueológico, o que, quando nos referimos a países com situação socioeconômica precária, significa o deslocamento de recursos de áreas prioritárias para essas atividades.

Mesmo as iniciativas mais recentes, fundadas na ideia de turismo sustentável, revelam problemas. Por exemplo, o Programa de Turismo Cultural, denominado *heritage tourism*, que, como relatam Mowforth e Munt (1998), foi criado na ilha St Lucia com a intenção de estimular uma melhor distribuição dos benefícios do turismo, criando-o como um novo subsetor do turismo já existente, de forma a encorajar os turistas a permanecerem mais tempo na ilha e gastarem mais dinheiro em comunidades que têm uma estrutura oposta à dos resorts. O programa é considerado um grande sucesso, pois privilegia os operadores locais, estimula a competição por clientes nos serviços de traslado ilha-continente, o desenvolvimento de novos produtos e atrações turísticas por parte dos habitantes da ilha, como os passeios para ver as tartarugas marinhas, *tours* pelos manguezais e promoção de noitadas para degustar frutos do mar, que atraem tanto os locais como os turistas. No entanto, entre os problemas encontrados, está a dependência da população pobre por bens de consumo, a baixa capacitação local, a necessidade de forte suporte político, a dificuldade em atrair turistas por meio de pacotes e o ritmo lento das mudanças. Ainda que haja estes problemas, consideram os referidos autores que, sem dúvida, esta é uma forma de turismo que traz impactos muito mais positivos sobre a pobreza do que a indústria turística de massa.

464

Turismo na América do Sul, no Brasil em Particular

Ainda que o turismo nos países da América do Sul tenha pouca representatividade no cenário mundial (2,2% de participação em relação ao total mundial), respondendo o Brasil por 0,77% desta participação, segundo dados do Ministério do Turismo (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010). Um

dato relevante é que, nas Américas, a maior taxa de crescimento do turismo tem sido a da América do Sul (+9%). Se comparados ao início da década passada, a chegada de passageiros dobrou. O Brasil, em particular, experimentou um crescimento expressivo porque nos anos 1990 sua participação no mercado mundial era de apenas 0,24% (BECKER, 2001, p. 4).

Vale destacar, ainda, que há muitas similitudes entre o modelo de turismo de massa desenvolvido nos países do terceiro mundo e o modelo que foi se gestando ao longo do tempo para o turismo na região nordeste do Brasil, onde se percebe uma intenção de reproduzir a experiência caribenha, sobretudo do Caribe mexicano, como ocorreu na Bahia com a construção do complexo turístico Costa do Sauípe, um conjunto de cinco resorts, inaugurado no ano 2000 e planejado para ser o maior e mais completo centro integrado turístico do país. Neste, como em outros megaprojetos que se construíram na costa brasileira, houve a expulsão de moradores nas áreas próximas ao mar e rios, sendo os espaços antes ocupados por populações nativas, direcionados a obras de edificação de complexos turísticos.

Para o caso brasileiro, as questões territoriais se tornam especialmente complicadas, porque as disputas revelam alguns problemas estruturais da sociedade brasileira como: 1) a falta de resolução da posse da terra; 2) a ausência de mecanismos claros que garantam os direitos das populações tradicionais, como previstos em lei; 3) as fortes desigualdades sociais que se traduzem em marcados diferenciais de poder na arena política. Assim, a expansão do turismo no Brasil ocorreu principalmente pela ocupação de espaços habitados por populações tradicionais e se trata de um processo de exclusão dessas populações na repartição equitativa dos benefícios do turismo.

Embora a relevância do turismo para a economia brasileira tenha sido considerada desde a primeira metade do século passado, o que levou à criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (cuja sigla hoje designa o Instituto Brasileiro de Turismo), o estancamento econômico experimentado pelo país na década de 1980, a chamada década perdida, e o difícil processo de solução da crise econômica na década de 1990, foram desfavoráveis ao seu desenvolvimento.¹⁹³ Os dados sobre o ano 1990, apresentados por Becker, (2001, p. 4), indicam que os resultados do turismo no Brasil representavam apenas 0,24% do fluxo total do turismo mundial, correspondente a 0,57% das receitas mundiais do turismo. A autora afirma que este foi o “fundo do poço” para o turismo brasileiro, devido à crise, à perda de competitividade e um forte impacto negativo produzido pela deterioração da imagem do país, em particular pela situação de violência no Ríó de Janeiro, considerada a “porta de entrada” do turismo internacional. A autora afirma que, enquanto no Brasil há tempos o turismo é visto como um elemento importante da economia, seu desenvolvimento se produziu de maneira desordenada. Até final da década de 1990 houve um crescimento do setor, de forma que em 1999 os dados indicavam 5,1 milhões de chegadas e participação de 33,82% no mercado sul-americano e 0,79% do turismo mundial (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

466

A tabela 1, abaixo, mostra a evolução na década seguinte, até 2011. Houve oscilações no período e o número de chegadas em razão do turismo alcançou seu ponto crítico em 2003, quando baixou a 3,8 milhões de chegadas. Para 2007 ocorreu uma recuperação, novamente se registraram cinco milhões de chegadas, mas em razão do crescimento regis-

¹⁹³ Para uma história mais detalhada das políticas de turismo no Brasil, vide Becker (2001) e Beni (2006).

trado em nível mundial, a participação deste país sul-americano caiu para 0,56% do total, sendo ainda mais significativa a queda na América do Sul, com perda de 29% de participação, em 2007, se comparados estes índices com os primeiros anos da década de 2000. Os índices negativos do ano de 2009 refletem as consequências negativas decorrentes do início da crise mundial, em 2008, mas o ano de 2010 teve uma significativa recuperação, com queda em 2011, mas representando ainda um dos poucos setores com crescimento em nível mundial.

Tabela 1 – Chegadas de turistas internacionais. Mundo, América do Sul e Brasil

Ano	Turistas (milhões de chegadas)			Variação Anual (%)		
	Mundo	América do Sul	Brasil	Mundo	América do Sul	Brasil
2000	689,2	15,2	5,1	-	-	-
2001	688,5	14,5	5,3	0,10	(3,95)	(10,16)
2002	708,9	12,7	4,8	2,96	(13,01)	(20,70)
2003	696,6	13,7	3,8	(1,74)	7,87	9,19
2004	765,5	16,2	4,1	9,89	18,40	15,99
2005	801,6	18,3	4,8	4,72	12,82	11,76
2006	842,0	18,8	5,4	5,04	2,73	(6,68)
2007	897,8	20,1	5,0	6,63	11,70	-
2008	916,6	21,8	5,1	2,09	3,81	2,0
2009	882,2	21,4	4,8	(3,75)	(1,83)	(5,88)
2010	938,9	23,6	5,2	6,43	10,28	8,33
2011	982,2	25,8	5,4	4,61	9,32	3,85

Fonte: OMT y Mtur (2000-2011).

No Brasil, as políticas de turismo privilegiaram o litoral, mas apenas ao final do século passado adquiriram um contorno mais claro, com a valorização de novos espaços da costa brasileira, em especial na região nordeste do país; sobretudo porque, como destaca Becker (2001), a quarta parte da população brasileira se concentra em grandes cidades situadas na costa do país. Entretanto, como destaca o autor, a formulação de uma política nacional de turismo é bastante recente, quando se passa a contar com o planejamento e o estabelecimento de mecanismos para sua expansão. O autor ressalta que, na administração do presidente Collor, devido às pressões ambientais derivadas da Cúpula Mundial Rio-1992, se produziram mudanças na política de turismo, que passou a se orientar à promoção do desenvolvimento regional, com diversificação e distribuição de infraestrutura, antes concentradas nas regiões Sul e Sudeste e com criação de polos de desenvolvimento turístico “incorporados em novas áreas, com expansão da infraestrutura específica necessária” (BECKER, p. 5).

468

O que é interessante neste desenvolvimento tardio é que as políticas nascem sob o signo dos temas ambientais. Como destaca a mesma autora, a liberalização do setor no governo Sarney, na década de 1980, se produziu concomitante ao estabelecimento, em 1981, de um aparato normativo concernente ao meio ambiente. Tanto é assim que, em 1987, a EMBRATUR colocou o ecoturismo como um novo produto para o mercado turístico.

No contexto brasileiro atual a Política Nacional de Turismo – PNT, formulada ainda no governo Lula, está em acordo com estas orientações de promoção do desenvolvimento regional e, como se discute em Rodrigues (2011), suas premissas são uma expressão de duas noções distintas de desenvolvimento, apresentadas conjuntamente: uma de cará-

ter essencialmente econômico – que vinculada a política de turismo à política industrial (CORIOLANO, 2006) – e a outra, de desenvolvimento sustentável, mais próxima ao conceito de desenvolvimento elaborado por Amartya Sen (2000), do desenvolvimento das liberdades, e, portanto, de participação com inclusão social. Resta saber de que forma esta dupla, e oposta, noção de desenvolvimento influi sobre a implementação da referida política.

A Política Nacional de Turismo construída no governo de Lula considera o turismo uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social e os resultados esperados são: movimentação econômica, geração de empregos, distribuição de renda, aumento da arrecadação de impostos e ingresso de divisas. Elege a concepção de desenvolvimento sustentável como eixo da política e fixa como meta a conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro. O Plano Nacional de Turismo estabelece princípios de descentralização e regionalização com o objetivo de estimular estados e municípios a planejar as atividades turísticas em seus territórios, de acordo com os objetivos da lei, como forma de reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre regiões, sob o auspício da inclusão social.

Desde 2007 foram realizados estudos para estabelecer 65 destinos indutores do turismo no Brasil. Estes estão distribuídos nas cinco regiões geográficas em que se divide o país. Dos 65 destinos turísticos, 23 estão na região Nordeste (35,4%) o que mostra ser esta a região eleita como de maior potencial de crescimento da atividade. Cada destino turístico, por sua vez, agrega um número de municípios que devem operar de forma articulada, formando regiões turísticas. Nos estudos do MTur, foram estabelecidas 62 regiões

turísticas com 584 municípios (BARBOSA, 2008). No presente, o foco de atenção recai sobre os eventos esportivos de 2014 e 2016 e os dados mostram que a política de turismo segue com resultados positivos: desde 2007 o crescimento anual da entrada de divisas por turismo é de aproximadamente 15% do total, resultado significativo se o comparamos com o ano de 2002. Subiu de dois milhões naquele ano para nove milhões de dólares, em 2011. No entanto, o crescimento maior se deu no turismo nacional, meta primeira do PNT. Os voos nacionais cresceram a taxas anuais de 15% a 16,6%, desde 2007 (BRASIL. 2010).

Exclusão Social e Impactos Ambientais do Turismo: a Participação como Solução?

470

Sobre a relação entre turismo e exclusão social, Duterme (2008) assinala alguns elementos estruturais desta relação, os quais se devem à própria lógica e dinâmica do capitalismo contemporâneo: 1) a ampliação das desigualdades Norte-Sul no desenvolvimento do turismo mundial – 70% dos turistas do Norte consomem lazer e produtos turísticos no Sul, onde uma parte muito pequena da população participa de tais atividades; 2) ainda que os organismos internacionais, desde a década de 1960, apoiem os países do terceiro mundo com recursos financeiros, sob o argumento de contribuir para seu desenvolvimento, os resultados não confirmam as expectativas; 3) a maior porcentagem de ganhos fica nas mãos dos consórcios privados dos países desenvolvidos.

Evidentemente, os impactos ambientais e socioculturais estão relacionados com os fatores estruturais apontados anteriormente e geram diferentes formas de exclusão, entre elas os deslocamentos forçados e as perdas territoriais para

populações que dependem dessas terras para suas atividades de sobrevivência (MACHUCA, 2008). Por sua vez, autores como Mowforth e Munt (2008, p. 130), afirmam que cada vez que os aparatos turísticos se tornam mais complexos e diversificados, aumentam os riscos de impactos socioculturais e ambientais. Nos casos citados por esses autores, relativos ao turismo rural, advertem que os requisitos de infraestrutura, serviços e instalações, o aumento descontrolado da população nas zonas rurais, assim como a contaminação, são a causa de conflitos ambientais no futuro. Além disso, concluem os autores, os complexos denominados ecoturísticos, como Xel-Há e Xcaret, no México, são a antítese do que se busca em termos de turismo ambiental e sociocultural sustentável.

Um ponto importante das formulações de Duterme, assim como as de Mowforth e Munt, é a centralidade do Estado e das políticas públicas em todo o processo de desenvolvimento do turismo. Esta proposta reforça os enfoques atuais que tratam de compreender o fenômeno em suas distintas dimensões, com o mapeamento da rede de atores e a participação de cada um destes neste processo: empresas locais, nacionais, globais; bem como as instituições, os Estados, os viajantes, os moradores, os trabalhadores de diferentes ramos do comércio, indústria e serviços, formadores de uma rede de intermediários em cadeia (LÓPEZ; MARIN, 2010). Entender esta articulação é crucial para nos acercarmos ao tema da exclusão e da participação.

Já em 1979 Kadt (1979, p. 90-100), ao criticar as políticas de planejamento turístico, controle, regulação e intervenção do Estado, afirmou a ausência de espaços facilitados pelas estruturas oficiais e organizações criadas para a

execução de projetos de desenvolvimento turístico, de forma que as populações locais possam influir no curso dos acontecimentos.

Seguindo este raciocínio, considero a participação como fundamental para os estudos sobre turismo, sobretudo quando se trata de estudos avaliativos dos seus resultados e dos efeitos positivos e negativos. Como afirmam Mowforth e Munt (1998), o fator participação faz toda a diferença entre o turismo de massa e as novas formas de turismo, denominadas sustentáveis.

Entretanto, considero que é muito limitado apenas questionar se existem ou não espaços de participação. É mais relevante perguntar-se como e quem são os convocados a participar, como se negociam e se ganham espaços de participação e, finalmente, sob que formas ou estilos ocorre esta participação.

472

Há que se reconhecer que a participação é todo um processo que está além do planejamento dos destinos turísticos, se refere também à execução e desenvolvimento, bem como busca de atingir objetivos e metas dos projetos. A participação, desta forma, se refere aos acordos que definem a distribuição de ganhos, o acesso a posto de trabalho e ao usufruto dos produtos turísticos.

A compreensão detalhada destes processos exige ferramentas metodológicas e teóricas capazes de dar conta da multiplicidade de atores e das relações de poder entre eles: o funcionamento e atuação das instituições; o entendimento de como ocorrem as negociações e parcerias, como se desencadeiam conflitos e suas possíveis soluções. Estas são tarefas às quais as ciências sociais têm muito a contribuir.

Alternativas ao Turismo de Massa, Limites e Desafios. À Guisa de Conclusão

Ao longo das últimas décadas, novas modalidades de turismo vêm se desenvolvendo, parte em razão da diversificação das atividades e ofertas de produtos em um mercado crescente e de público heterogêneo, parte como ação das comunidades afetadas pelo turismo no sentido de buscar usufruir parte dos ganhos da atividade. O turismo comunitário, o turismo cultural e o ecoturismo são vistos por muitos autores como uma alternativa ao turismo de massa como forma de inclusão social e preservação ambiental.

Experiências exemplares, como a autonomia e atuação militante dos índios Kuna do Panamá no controle das atividades turísticas em seu território, mas também na dependência desse povo indígena dessas atividades como forma de ganhos econômicos e sobrevivência, mostram tanto a positividade como os limites dessas experiências, sobretudo quando se trata dos efeitos do turismo sobre sociedades indígenas e sobre o meio natural (MOWFORTH; CHARLTON; MUNT, 2008). Os mesmos autores relatam, ainda, a experiência iniciada pelo movimento Long Mai, sediado na França, que, ao final da década de 1970, ajudou um grupo de refugiados nicaraguenses a formar uma pequena comunidade no sudeste da Costa Rica, inicialmente chamada Finca Sonador, hoje conhecida como Longo Mai e a população de aproximadamente quatrocentas pessoas, originalmente camponeses pobres, inseriu-se nas atividades turísticas na década de 1990 como forma de diversificação das atividades econômicas. A pequena escala do empreendimento é vista como fator fundamental para o sucesso de uma experiência que oferece

ao turista condições não usuais de vivência turística. Entretanto, os autores consideram este um caso excepcional de controle sobre as atividades turísticas por populações baseadas no desenvolvimento local, embora, admitam eles, outras exceções existam quanto ao sucesso no controle e autonomia por parte de populações nativas sobre as localidades, tanto nos aspectos socioculturais como ambientais.

Ainda que o turismo local ou de base comunitária seja visto por muitas ONGs ambientais como forma de fortalecimento de comunidades pela distribuição equitativa dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos, uma forma de obtenção de ganhos e de preservação cultural e ambiental, via incentivo às práticas cooperativas, há que se destacar as suas dificuldades, como apontam Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 32): I) baixa qualificação de mão de obra, instabilidade e baixa competitividade das atividades desenvolvidas; II) a pouca diversificação dos produtos turísticos; III) a ausência de sistematicidade na organização e desenvolvimento de meios cooperativos; IV) deficiência quanto ao marketing e aos meios de informação e comunicação e, V) participação marginal das mulheres nesses empreendimentos. Acrescente-se, ainda, a forma desigual como esses experimentos desenvolvem-se, se comparados com a força do grande capital turístico, e mesmo uma dependência deste último, uma vez que muitas das experiências comunitárias se formam nas proximidades dos grandes empreendimentos turísticos.

Finalizo com a observação de El Alaoui (2007, p. 155-156) de que é necessário cuidados na reflexão sobre as experiências consideradas exitosas e alternativas ao turismo de massa, uma vez que elas não fogem aos problemas fartamente elencados pelos estudiosos do turismo tradicional, ao longo das últimas décadas.

Referências Bibliográficas

ALBAN, Marcus. Turismo no Brasil: a estratégia de expansão espacial e seus problemas. *Turismo Visão e Ação*, v. 8, n. 2, 2006, p. 301 – 308.

BECKER, Bertha K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 1, n. 1, 2001.

BENI, Marcos Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Editora Aleph, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Estatísticas básicas de turismo*, 2010.

_____. *Estatísticas básicas de turismo*. Brasil. 2011.

CLANCY, Michael. *Exporting Paradise. Tourism and development in México*. London: Pergamon Press, 2001.

475

CORIOLOANO, Luzia Neide. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.

DUTERME, EVANS, Nancy H. “La dynamique du développement du tourisme à Puerto Vallarta”. In: KADT, Emanuel de (Coord.). *Tourisme. Passeport pour le Développement? Regards sur les effets cultureles et sociaux du tourisme dans les pays em développement*. Paris: UNESCO/Banque Mondiale, Editions Economica, 1979. p 300-315.

GREENWOOD, Davydd J. Culture by the Pound: an Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization. In: SMITH, Valene (Ed.). *Hosts and Guests: the Anthropology of Tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1989.

HANNERZ, Ulf. *Conexiones transnacionales: cultura, gente, lugares*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

KADT, Emanuel de. Introduction. In: KADT, Emanuel (Coord.). *Tourisme. Passeport pour le Développement? Regards sur les effets culturels et sociaux du tourisme dans les pays en développement*. Paris: UNESCO/Banque Mondiale, Editions Economica, 1979. p. 3-33.

MACHUCA, José Antonio. Estrategias turísticas y segregación socioterritorial en regiones indígenas. In: MACHUCA, José Antonio; CASTELLANOS GUERRERO, Alicia (Coord.). *Turismo, identidad y exclusión*, UAM-I/Juan. Pablos: México, 2008.

MEETHAN, Kevin. *Tourism in global society: place, culture, consumption*. New York: Palgrave, 2001.

476

MOWFORTH, Martin; MUNT, Ian. *Tourism and sustainability. New tourism in the Third World*. New York: Routledge, 1998.

_____; CHARLTON, Clive; MUNT, Ian. *Tourism and Responsibility: perspectives from Latin America and the Caribbean*. Abingdon. Oxon, UK: Routledge, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A condição da transnacionalidade. Brasília: [s.l.: s.n.], 1997, p. 223. (*Série Antropologia*)

RODRIGUES, Adyr Balastreri. "Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional". In: LEMOS, A. I. G. et al (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e Subsídios para a sua avaliação. *Revista Gestão Pública: práticas e desafios*. v. 1, p. 62-78, 2011.

SCHILLER, Nina Glick. Transnationality. In: NUGENT, David; VINCENT, Joan (Ed.). *A companion to the anthropology of Politics*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SODI, Horacio. *El fideicomiso en México*. México, DF: Greca Editores, 1996.

SOYAMA, Paula. Comunidades locais são pouco beneficiadas com megaprojetos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.58 n.3, 2006.

UNWTO. World Tourism Barometer. v. 10, november/2012.

477

WARMAN, Arturo. *El campo mexicano en el siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.